

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

LUANA TORRES VODZIK

**TEMPOS SOMBRIOS E DE RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES
NAS FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM RIBEIRÃO PRETO**

**CHAPECÓ
2023**

LUANA TORRES VODZIK

**TEMPOS SOMBRIOS E DE RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES
NAS FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM RIBEIRÃO PRETO**

Texto apresentado para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para qualificação da dissertação.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Vodzik, Luana Torres

TEMPOS SOMBRIOS E DE RESISTÊNCIA:: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM RIBEIRÃO PRETO / Luana Torres Vodzik. -- 2023.
184 f.

Orientador: Doutor em História Gerson Wasen Fraga

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2023.

1. Ditadura civil-militar. 2. Mulheres revolucionárias. 3. Gênero. 4. Resistência. I. Fraga, Gerson Wasen, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA TORRES VODZIK

**TEMPOS SOMBRIOS E DE RESISTÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES
NAS FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL EM RIBEIRÃO PRETO**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 28 de agosto de 2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga
Orientador



Prof.^a Dr.^a. Alessandra Gasparotto
Avaliador



Prof. Dr. Antônio Marcos Myskiw
Avaliador

Dedico esse trabalho à três mulheres. Primeiro a Áurea Moretti e Leila Bosqueto, que fizeram dos seus sonhos lutas concretas na busca de uma sociedade livre. À Luma, minha filha, que com os seus 1 ano e 8 meses me ensina tanto sobre coragem, liberdade e esperança. Luma terá exemplos para seguir, assim como eu tenho. Contarei a ela sobre a coragem de Áurea, Leila e tantas outras mulheres que ousaram se levantar contra a ditadura civil-militar.

AGRADECIMENTOS

Construir um texto e desenvolver uma pesquisa não é algo simples, requer muito esforço e dedicação. Ainda mais se paralelo a isso uma vida se faz presente. A missão de maternar e ser pesquisadora não é fácil, é cansativo e é escolha de muitas de nós.

Dito isso, agradeço a minha filha Luma por ter despertado em mim a vontade de ser uma mulher melhor, para mim e para ela, como referencial. Peço desculpas também. Desculpas pelo colo que inúmeras vezes tive que “negar”. Desculpas pelas noites em que saía do seu abraço quentinho para escrever, pesquisar, estudar. Desculpas por nem sempre está tranquila e feliz, preocupada com datas, prazos e rendimento. Obrigada por me acompanhar durante toda essa jornada. Suas primeiras histórias, ainda na barriga, foram de mulheres revolucionárias, sonhos e liberdade. Filha, você é a melhor parte da minha vida!

Agradeço ao meu companheiro de vida, por todo apoio e incentivo. Por garantir as condições para que eu pudesse estudar e principalmente, por ter cuidado com tanto amor e carinho da nossa filha, quando eu tinha que me fazer ausente. Felipe Vodzik, obrigada por tudo que tem feito pela nossa família.

À minha mãe, minha inspiração e referência primeira. Tenho muito orgulho da sua força e coragem e tudo que fez por mim e meus irmãos.

À minhas amigas, Aline e Bruna, por todos os momentos em que, com seu sorriso e irmandade, tornaram esse processo mais leve.

Ao meu orientador Gerson Fraga. Primeiro por incentivar minha inscrição no mestrado e depois por ter assumido a tarefa de me orientar. Obrigada por acreditar em mim!

A todos os professores do PPGH e outros, em especial a professora Alessandra Gasparotto e o professor Antônio Marcos Myskiw, por todos os apontamentos importantes no momento da qualificação e por se disponibilizarem a caminhar esse caminho junto conosco.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFFS pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa.

Considero que desenvolver essa pesquisa foi mais do que esforço e dedicação; foi um compromisso com essas mulheres, com essas memórias. Não foi fácil para nenhuma delas se expor, contar suas experiências, relatar o mais íntimo de suas vidas. Áurea nos deixou recentemente, mas ainda me lembro do brilho em seu olhar ao rememorar, os momentos difíceis da ditadura, mas também de sonhos coletivos e revolucionários, companheirismo, amor e liberdade. Foi o mesmo brilho que vi nos olhos de Leila.

Agradeço-as duplamente. Primeiros por terem resistido a um dos períodos mais obscuros de nossa história e, segundo, por terem coragem de falar sobre essas memórias.

“Nós estávamos preparados para morrer pela revolução e não para sermos presos e torturados” (Áurea Moretti)

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar- a luz da experiência histórica- aspectos da memória da militância feminina contra a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a partir dos depoimentos de Áurea Moretti Pires e Leila Bosqueto, ex-militantes das FALN, organização que atuou na cidade de Ribeirão Preto entre os anos de 1966 e 1969, quando foi desmantelada pelos órgãos de repressão do Estado ditatorial. Ao adentrarem nas organizações clandestinas as mulheres romperam, de uma só vez, com duas hierarquias: de gênero e poder e para tanto, muitas foram as barreiras que elas enfrentaram. A prisão, tortura, humilhação, violência sexual e desaparecimento forçado fizeram parte da experiência feminina na resistência à ditadura civil-militar. O trabalho é dividido em quatro capítulos; no primeiro contextualizamos a questão política dos anos 60, abordando desde o golpe ao estabelecimento da ditadura civil-militar, enfatizando, ainda, seus reflexos em Ribeirão Preto. Também abordamos, de modo geral, o comportamento e a atuação da esquerda brasileira neste período, seus projetos, divergências etc., dando foco para a resistência armada, fruto desse processo. No segundo capítulo damos lugar a história das FALN, seu surgimento, atuação, projeto de luta e desmantelamento. Buscamos compreender como o surgimento das FALN é fruto do conservadorismo extremo da cidade ribeirão-pretana. O terceiro capítulo analisa a experiência feminina na luta armada e as diferentes facetas dessa atuação, ressaltando as mais variadas formas de opressão e violência de gênero às quais estiveram expostas por enfrentarem não apenas a ditadura, mas uma sociedade conservadora e patriarcal. Por fim, no quarto capítulo entramos em contato com os testemunhos de Áurea e Leila, destacando a trajetória e militância delas nas FALN. Suas vivências, atuações, tarefas e histórias de vida serão destacadas. Discutimos ainda, a relação desse passado ditatorial e esse presente que traz reminiscências desse período tão difícil para as mulheres militantes. Enfatizando como o último período da conjuntura política brasileira foram anos de adoecimento físico e emocional para essas mulheres, por rememorarem um passado onde as feridas ainda sangram.

Palavras-chave: Mulheres. FALN. Luta armada. Memória. Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This research seeks to analyze - in the light of historical experience - aspects of the memory of female militancy against the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), based on the oral testimonies of Áurea Moretti Pires and Leila Bosqueto, former militants of the FALN, organization which operated in the city of Ribeirão Preto between 1966 and 1969, when it was dismantled by the repressive bodies of the dictatorial State. By entering clandestine organizations, women broke, at once, two hierarchies: gender and power and to do so, there were many barriers they faced. Imprisonment, torture, humiliation, sexual violence and forced disappearance were part of the female experience in resisting the civil-military dictatorship. The work is divided into four chapters; in the first, they contextualize the political issue of the 60s, covering everything from the coup to the establishment of the civil-military dictatorship, also emphasizing its consequences in Ribeirão Preto. We will also address, in general, the behavior and actions of the Brazilian left during this period, their projects, divergences, etc., giving greater focus to armed resistance, the result of this process. The second chapter covers the history of the FALN, its emergence, activities, struggle and dismantling project. It seeks to understand how the emergence of the FALN is the result of the extreme conservatism of the city of Ribeirão-Preto. The third chapter seeks to analyze the female experience in armed struggle and the different facets of this action, highlighting the most varied forms of oppression to which they were subjected as they faced not only the dictatorship, but an extremely conservative and patriarchal society. Finally, in the fourth chapter we come into contact with the testimonies of Áurea and Leila, highlighting their trajectory and activism in the FALN. Their experiences, actions and life stories will be highlighted. We will also discuss the relationship between this dictatorial past and this present that brings reminiscences of this difficult period for women activists. Emphasizing how the last period of the Brazilian political situation were years of physical and emotional illness for these women, as they remembered a past where the wounds still bleed.

Keywords: Women. FALN. Armed struggle. Memory. Civil-military dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

AERP	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO
ALN	ALIANÇA LIBERTADORA NACIONAL
AP	AÇÃO POPULAR
COLINA	COMANDO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
DOI-CODI	DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES E INFORMAÇÕES- CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA
DOPS	DEPARTAMENTO DE ORDEM POLICIAL SOCIAL
FALN	FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL
MAR	MOVIMENTO DE AÇÃO REVOLUCIONÁRIA
ME	MOVIMENTO ESTUDANTIL
MOLIPO	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR
MR-8	MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 08 DE OUTUBRO
MRT	MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES
OBAN	OPERAÇÃO BANDEIRANTES
PC	PARTIDO COMUNISTA
PC DO B	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PCBR	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO
POLOP	POLÍTICA OPERÁRIA
POR (T)	PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA
UGT	UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES
UNE	UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
VAR	PALMARES VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA PALMARES
VPR	VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMARIO

Introdução	13
Capítulo I – Tempos obscuros: o golpe e a ditadura civil-militar	37
I.I A esquerda brasileira: divergência dos projetos revolucionários e a luta armada.....	40
I.II A resistência ao terror: Ribeirão Preto a síntese do conservadorismo e o processo inicial de luta.....	46
Capítulo II- As Forças Armadas de Libertação Nacional	61
II.I <i>O Berro</i> é a arma do povo.....	62
II.II As questões teóricas: a teoria é a ação.....	66
II.III O fim: as ações armadas, a repressão e o efeito “dominó”	70
.	
Capítulo III- Mulheres em armas: a experiência das mulheres na resistência ao terror	82
III.I O feminismo de Segunda Onda.....	84
III.II Elas, armas e resistências.....	87
III.III O encontro com o diabo: a violência sob seus corpos.....	95
Capítulo IV- Elas nas FALN	105
IV.I O engajamento político.....	108
IV.II A militância clandestina.....	113
IV.III A repressão: sequestro, prisão e tortura.....	122
IV.IV A “liberdade!”: o retorno a vida legal.....	139
IV.V A semelhança dos tempos: um passado que ainda machuca e um presente que insiste em imitá-lo.....	144
Considerações finais	152
Fontes	156
Referências Bibliográficas	158
Anexos	165

Introdução

Desde criança tinha curiosidade de entender melhor alguns períodos da História Brasileira. Foi por essas inquietações que decidi ingressar no curso de graduação em História. Na faculdade o período/episódio que mais me chamava atenção era a ditadura civil-militar¹, e lembro-me do termo me causar repulsa desde o ensino fundamental. A graduação me permitiu estudar e entender melhor esse período e foi a partir daí que surgiu o interesse pela pesquisa. Inserir a questão de gênero no processo da pesquisa foi algo natural, intrínseco à minha existência como mulher, militante e sem-terra². Foi no cotidiano e através dessa militância que pude perceber a condição de ser mulher numa sociedade patriarcal.

Estudar a memória da luta armada no Brasil na resistência à ditadura civil-militar, através das experiências das mulheres – Áurea Moretti Pires e Leila Bosqueto, ex-militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), organização que atuou na cidade de Ribeirão Preto/SP, entre os anos de 1966 a 1969 – é fruto de uma inquietude que me acompanha há muitos anos de vivências e pesquisas empíricas, de leituras, de contato com movimentos sociais e, principalmente, do aprendizado e experiência militante.

Para isso, trabalhamos com o depoimento dessas mulheres, coletados através de entrevistas. Dentre elas, destacamos as entrevistas de Áurea Moretti Pires para a Comissão Nacional da Verdade no ano de 2014; a entrevista cedida para a Secretária da Cultura de Ribeirão Preto em 2003 e a entrevista que realizei com ela em 2017. Entrevistei Áurea para desenvolvimento da minha monografia e era intenção entrevistá-la novamente para este trabalho de dissertação, no entanto, infelizmente, Áurea faleceu no dia 15/12/2022. Além dos depoimentos de Áurea, os depoimentos de Raquel Moretti, filha de Áurea, e de Laudelino Pires, seu companheiro de vida serão utilizados. Para o desenvolvimento desta pesquisa realizamos entrevista com Leila Bosqueto, dividida em duas partes, a primeira realizada no dia 20/01/2023 e a segunda no dia 22/07/2023. As

¹ Utilizaremos no decorrer do trabalho o termo “ditadura civil-militar” pois, seguindo a perspectiva iniciada por René Dreifuss e constantemente corroborada por pesquisas recentes, a participação de amplos setores da sociedade civil foi fundamental para o desencadeamento do golpe. Quando nos referirmos somente a “ditadura” essa perspectiva também estará presente. Ver: DREIFUSS, 1981.

² Filha de assentada em Ribeirão Preto, militei no MST entre os anos de 2011 a 2015, nos setores de juventude e gênero, respectivamente. Foi nesse processo de formação, luta e militância que passei a enxergar as relações de poder e gênero que incide na sociedade e coloca nós mulheres como seres de segunda classe.

entrevistas concedidas por Leila formam a primeira vez que ela falou aberta/publicamente sobre sua experiência na resistência à ditadura civil-militar.

Na graduação, durante cada disciplina trabalhada, cada leitura feita, cada processo histórico estudado, sempre questionei onde as mulheres estavam inseridas. Se tratando da ditadura civil-militar, os questionamentos só aumentavam. Pesquisando, tomei conhecimento da existência das FALN, da participação de Áurea Moretti e da possibilidade de conhecê-la e entrevistá-la. Esses elementos, inquietações e coincidência se tornaram objeto de estudo na graduação e culminaram em um trabalho de pesquisa que destaca a participação da mulher em um grupo revolucionário de caráter regional no pós-64. Agora, a pesquisa e leituras feitas para a realização desta dissertação me trouxeram novos elementos para aprofundar algumas questões já levantadas em minha monografia e para rediscutir questões levantadas em trabalhos anteriores.

No decorrer desse processo e da pesquisa, outra mulher entra em cena: Leila Bosqueto. Pesquisando a história de Leila, Áurea e tantas outras mulheres de outras organizações, muitas perguntas surgiram. Onde elas estavam, afinal, quando as lutas contra a ditadura civil-militar começaram? Se estavam nas diversas frentes na resistência à ditadura, por que raras vezes aparecem na historiografia? Se inseriram nas organizações de esquerda revolucionária? Como se deu essa inserção? As memórias das lutas dessas mulheres foram invisibilizadas? Qual a causa dessa invisibilidade? As questões de gênero estão ligadas a essa problemática? Quais foram as formas de opressão a que estiveram submetidas por enfrentarem de uma só vez duas hierarquias: de gênero e poder? Essas perguntas se fizeram necessárias e norteiam toda a pesquisa aqui presente.

As transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1960, criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político³. Essa revolução paradigmática tem efeitos substanciais na sociedade, como o funcionamento da família e o papel da mulher nesse novo contexto. Dentro desta perspectiva discutiremos a relação entre mulher e política neste período a partir da experiência de mulheres que transgrediram o código de gênero⁴ da época.

³ BASTOS, Natalia de Souza. Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. Rio de Janeiro, 2004, p. 1.

⁴ Bastos usa esse termo em seu trabalho para referir-se à construção social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e mulheres na sociedade. Neste trabalho será utilizado como entende a autora.

Adentrar o espaço público e político – reservado apenas aos homens – foi o que fizeram essas mulheres ao se comprometerem com os grupos da esquerda revolucionária para fazerem oposição ao lado dos homens à ditadura civil-militar⁵.

A ditadura civil-militar – aqui considerada como situação-limite, por envolver práticas de extermínio, exílio, desaparecimento forçado e terror de Estado⁶ – que assolou o Brasil (1964-1985), desenvolveu uma série de transformações na sociedade brasileira, como a inserção e participação das mulheres nos processos políticos e a eclosão de uma série de resistências, entre as quais se destacaram os grupos armados. A formação, os propósitos e a atuação dos grupos revolucionários da esquerda brasileira dos anos 60 e 70 ocorrem em um contexto em que questões como libertação nacional, resistência armada e revolução eram temas e práticas presentes no cenário mundial.

A presença feminina na luta armada não foi insignificante. Segundo Marcelo Ridenti⁷, a participação feminina seria de 18% nos quadros guerrilheiros⁸. Essa porcentagem, embora em proporção bem menor que a dos homens, reflete a participação das mulheres militantes na resistência à ditadura civil-militar e expressa a vontade de se entenderem e estabelecerem enquanto sujeito político ativo da história. Adentrar nessas organizações, no entanto, não foi um processo sem custos. Cabe-nos ressaltar que dentro de uma sociedade altamente masculinizada, não foram poucas barreiras que as mulheres militantes enfrentaram⁹. A prisão, o desaparecimento forçado e a violência física e sexual fizeram parte da experiência feminina nas mãos dos órgãos de repressão do Estado.

Mesmo na resistência à ditadura, não só os algozes trataram de calá-las, mas a própria esquerda ligada à luta armada, poucas referências fizeram a elas. A problemática

⁵ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

⁶ Segundo Enrique Serra Padrós, Terror de Estado é um conjunto de mecanismos implementado para aplicar as premissas da Doutrina de Segurança Nacional durante as ditaduras civil-militares. O Terrorismo de Estado (TDE) vinculado à dinâmica capitalista é um sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes, em determinadas conjunturas, quando fortemente

⁷ RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2); 113-128, 2. 1990, p.114. <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806/87515> Consultado em 12/07/2022

⁸ Embora os estudos de Ridenti seja da década de 1960 e que muito tenha sido produzido desde então, o utilizaremos de modo metodológico. É importante ressaltar que entendemos que esse número é mal dimensionado e que, provavelmente, essa porcentagem seja maior. Especialmente, pelo fato que relatar suas experiências e torná-las públicas foi um processo mais difícil e demorado para as mulheres militantes.

⁹ BASTOS, N. Op. cit., p. 10.

da condição feminina na sociedade não tinha relevância nem espaço para discussão nas organizações revolucionárias, os esforços estavam voltados para a derrubada do regime instaurado¹⁰. Essa falta de reflexão e crítica por parte dos grupos clandestinos, corroborava para que as mulheres não fossem vistas em relação de igualdade e consequentemente ocupassem postos e realizassem atividades tidas como secundárias. Assim, as militantes tiveram que subverter a ordem do estado ditatorial e a ordem interna de suas organizações políticas. Eram duas vezes subversivas¹¹.

O imaginário sobre a guerrilha é, muitas vezes, masculinizado e viril, reforçado por inúmeros trabalhos que pouco tratam da presença feminina nos quadros dos grupos clandestinos que se opuseram à ditadura civil-militar¹². Foi conhecendo a história dessas e de outras mulheres que vi a necessidade de pesquisar mais sobre esta temática: memória, gênero e ditadura civil-militar de 1964. Fala-se muito em grupos, em homens, em estudantes. No entanto, esta luta é muito mais heterogênea, assim como a memória que se constrói dela.

A história que revela as mulheres como protagonistas é uma história recente¹³, pois historicamente coube ao feminino um espaço subalterno, analisado fora da história. Foram apenas nas últimas décadas que os estudos dedicados ao feminino ganharam espaço na historiografia. Deu-se, especialmente, a partir de discussões sobre o feminismo e necessidade de inserção do sujeito mulher na História, em contraposição ao sujeito masculino, universal¹⁴.

Até a década de 1980, porém, poucas pesquisas trataram da condição feminina no contexto da ditadura civil-militar, resultado do silenciamento promovido pelo regime autoritário à resistência social e pela própria visão histórica predominante, incapaz de enxergar nas mulheres a atuação política¹⁵. Dentre os principais estudos que revelam a participação e protagonismo das mulheres na resistência à ditadura civil-militar aos

¹⁰ Existe alguns estudos importantes que tratam sobre o machismo no interior dos grupos de esquerda. Ver: TELES, M. Amélia. Breve história do feminismo no Brasil. 1993.

¹¹ TELES, Maria Amélia de Almeida. Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015, p.1011

¹² Há extensa bibliografia sobre a guerrilha no Brasil, principalmente sobre o ano de 1968, com destaque para a ação masculina. Somente para citar os trabalhos mais clássicos, indico para leitura as obras *1968: a paixão de uma utopia* (1988), de Daniel Aarão Reis Filho; *O Fantasma da Revolução Brasileira* (1994), de Marcelo Ridenti; e *1968: o ano que não terminou* (1998) e *1968: o que fizemos de nós* (2008), do jornalista Zuenir Ventura.

¹³ COLLING, op. Cit., p.1.

¹⁴ RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. Cadernos Pagu. Campinas, v.11, 1998, p. 90.

¹⁵ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

quais tive acesso, destaco o pioneirismo de: *Memórias de mulheres do Exílio*, de Albertina Oliveira Costa, publicado em 1980, em pleno regime de exceção, utilizando os procedimentos da história oral e de vida a partir da experiência de militantes da luta armada que foram presas, torturadas e exiladas.

Em 1991 Marcelo Ridenti, foi se não o primeiro, um dos primeiros homens a se debruçar sobre a temática. O sociólogo publicou na ocasião o importante texto *As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo*, no qual faz uma análise quantitativa, baseada nos processos judiciais que chegaram ao Superior Tribunal Militar, da participação feminina nas diferentes organizações de resistência. O autor conclui que tal participação foi responsável por romper um duplo paradigma: do espaço da mulher como restrito ao âmbito privado, bem como o de sua inserção na discussão política.

Em 1996, uma das primeiras obras de cunho acadêmico que versa sobre a temática foi publicada: *Mulheres, militância e memória*, de Elizabeth F. Xavier Ferreira. A obra analisa, a partir de depoimentos, como se deu a militância de cerca de uma dezena de mulheres que atuaram em organizações de luta armada contra a ditadura e que acabaram sendo presas e torturadas.

Ana Maria Colling, *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*, publicado em 1997, mostra através de entrevistas com seis militantes da luta armada como elas viam a si mesmas ao se engajarem nas organizações da esquerda revolucionária e como a entrada no espaço político, marcado pela hierarquia de gênero, produzia uma série de desvios quanto ao que era esperado da conduta feminina. No livro a autora faz uma pertinente análise de como a repressão criou, pelo discurso, o conceito de “mulher subversiva” para referir-se às mulheres que optaram pelo enfrentamento e resistência armada no combate à ditadura. As narrativas das entrevistadas revelam o quanto o emprego da tortura e do ódio pelos órgãos de repressão era maior no corpo feminino, visto todo o “desvio” de conduta e subversão que a militante representava.

A partir dos anos 2000, inúmeras pesquisas passaram a ter como preocupação a atuação feminina no combate à ditadura Brasileira. O conceito de gênero passou a ser utilizado com mais frequência, partindo para a análise da significação das relações de poder e gênero militância e a repressão peculiar às presas políticas. A questão do surgimento do movimento feminista a partir de tais experiências passou a ser aos

poucos abordada, especialmente pelas historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff.

Em seu trabalho *Esperança equilibrista: Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, publicado em 2005, Olivia Rangel Joffily, através de entrevistas com 12 mulheres, contribui para o esclarecimento sobre a tortura e o olhar dos perpetradores sobre a condição das guerrilheiras. A autora descreve com bastante detalhes as experiências das militantes, em especial os episódios de prisão e tortura ao qual foram submetidas. Enfatizando que o fato de serem mulheres não diminuiu, mas intensificou ainda mais a violência sobre seus corpos.

Coordenada por Tatiana Merlino e Igor Ojeda, o livro *Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura*, publicado em 2010, é a terceira publicação derivada do relatório “Direito à memória e à verdade” e traz dezenas de perfis de mulheres assassinadas ou desaparecidas durante a ditadura militar, além de depoimentos das militantes sobreviventes que foram presas e torturadas. Os detalhes desses depoimentos chegam a dar um nó no estômago, no entanto, são extremamente necessários para o entendimento da experiência e condição feminina nos porões da ditadura.

Susel Oliveira da Rosa, em *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*, publicado em 2013, revela a trajetória de três militantes da esquerda revolucionária, através dos seus próprios relatos. Dentre as várias contribuições da autora, destaca-se a importância de ampliar o conhecimento dos movimentos sociais a partir da presença das mulheres e o esclarecimento quanto às primeiras organizações do movimento feminista no Brasil. Os depoimentos das militantes nos revelam não apenas a opressão por parte do regime, mas também um posicionamento misógino da esquerda brasileira em vários aspectos.

Além desses, temos uma considerável quantidade de monografias, dissertações e artigos que tratam do tema. Dentre eles destaco o trabalho de Natalia de Souza Bastos, *Mulheres em armas: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro*. A dissertação de Débora Strieder Kreuz “*Elas têm um outro jeito de ser, de resistir*”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Os trabalhos de Larissa Tomazoni: *A mulher na ditadura Militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina*; Julia Bianchi Reis, *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão impressa e (auto) biografias* e Daniela de Amorim Lisbôa, *Feminismo, ditadura e novas*

esquerdas: velhos hábitos nunca mudam? Por fim, Maria Cecília de Oliveira Adão, *Memórias da luta: a participação feminina nas organizações de esquerda no pós 64*.

Os trabalhos mencionados acima, além de revelar e evidenciar o protagonismo das mulheres na resistência à ditadura, trabalham com os depoimentos dessas mulheres, o que os tornam mais importantes e necessários. Esses estudos permitem passar a limpo muitas histórias que emergem do silenciamento político e até mesmo de gênero.

As produções acerca da participação das mulheres no enfrentamento à ditadura civil-militar ao longo dos últimos anos têm produzido importantes contribuições para o entendimento do que foi esse período para a história do nosso país, tanto na ordem cultural e social quanto estrutural e política. Mais do que complementar o que seria considerado experiência masculina, a historial de vida dessas mulheres foi o meio pelo qual elas puderam expor e avaliar as diversas formas de opressão a qual estiveram submetidas, as relações com seus companheiros, a hierarquia de poder entre os gêneros e o descompasso entre o ideal feminista e a concepção política da esquerda brasileira.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”

Simone de Beauvoir

Como já mencionado na apresentação do problema de pesquisa, a fonte principal é a memória das mulheres que militaram na resistência à ditadura civil-militar, especialmente nas FALN. Para termos acesso a estas fontes utilizamos a metodologia proposta pela História Oral. Desse modo, analisaremos as memórias dessas mulheres sobre suas trajetórias e a forma como o gênero perpassa suas narrativas sobre a ditadura brasileira e suas diversas formas de resistência e atuação. Assim, é importante fazermos as primeiras considerações teóricas sobre alguns conceitos com os quais dialogaremos no decorrer deste trabalho.

A primeira categoria analítica que discutiremos com mais profundidade é a de gênero.

O campo de estudos da História das Mulheres teve maior propulsão a partir da década de 1970. Segundo Rachel Soihet, esse fenômeno foi graças à grande reviravolta da história nas últimas décadas do século XX, que se voltou para temáticas e grupos sociais até então excluídos de seu interesse. Nas palavras da autora:

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apoiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise, e, principalmente a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres.¹⁶

Inicialmente foi utilizado o conceito “mulher” como categoria analítica de pesquisa para os desenvolvimentos desses estudos, mas recebeu fortes críticas em virtude da sua tentativa de uniformização do sujeito mulher. Dessa forma, a categoria foi, aos poucos, ampliada para “mulheres”. Segundo Joan Scott, a categoria “mulheres” assumiu uma existência como entidade social separada de seu relacionamento conceitual historicamente situado com a categoria “homens”¹⁷.

O objetivo principal de grande parte dos pesquisadores da história das mulheres era compreender o porquê de toda submissão do feminino em detrimento do masculino, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus¹⁸. Assim, analisavam os motivos da opressão e a forma com que essa opressão esteve/está presente nos diferentes processos históricos e sociedades. Segundo Scott:

A emergência da história das mulheres ficou tão entrelaçada com a emergência da categoria “mulheres” como uma identidade política, e esta foi acompanhada por uma análise que atribuía a opressão das mulheres e sua falta de visibilidade histórica à tendenciosidade masculina¹⁹.

Ainda assim, a categoria “mulheres” não problematizava os diferentes aspectos que se procuravam evidenciar, tão pouco dava conta de explicar a histórica e hierárquica relação de poder que relegava ao feminino um espaço subalterno. É nesse contexto que se passa a utilizar a categoria analítica gênero na narrativa histórica. Para Scott, o termo “gênero” faz parte da tentativa empreendida de reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes em explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres²⁰.

A abordagem conceitual de gênero também compreende o aspecto relacional entre as mulheres e os homens. Segundo Scott, o gênero enfatiza igualmente o aspecto

¹⁶ SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p.276.

¹⁷ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pg.63-95.

¹⁸ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*. São Paulo, v. 24, nº1, 2005, p.77-98.

¹⁹ SCOTT, Op. Cit., p. 84

²⁰ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.85.

relacional das definições normativas da feminidade²¹. Este aspecto relacional vem da preocupação de alguns de que os estudos femininos se centravam sobre as mulheres de maneira demasiado estreita. Assim a noção de gênero daria conta de que as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não poderiam ser entendidos separadamente. Sob esta perspectiva, Maria Izilda S. de Matos afirma que:

“Sobrevém a preocupação em desfazer noções abstratas de ‘mulher’ e de ‘homem’, enquanto identidades únicas, a-históricas e essencialistas, para pensar a mulher e o homem como diversidade no bojo da historicidade de suas inter-relações.”²²

Para a autora, o gênero procura reconhecer a diferença dentro da diferença, apontando que mulher e homem não constituem simples aglomerados, e que elementos como cultura, classe, etnia, geração, religião e ocupação devem ser considerados e inter cruzados numa tentativa de desvendamento mais frutífera, através de pesquisas específicas que evitem tendências a generalizações, premissas preestabelecidas e determinismo biológico.

O crescimento da produção historiográfica permite apontar que não se trata apenas de incorporar as mulheres no interior de uma grande narrativa pronta, quer mostrando que as mulheres atuaram tanto quanto os homens na história, quer destacando as diferenças de uma ‘cultura feminina’, perdendo-se assim, a multiplicidade do ser feminino, podendo cair numa mera perspectiva essencialista.²³

Margareth Rago também defende essa linha:

A categoria do gênero permitiu nomear campos das práticas sociais e individuais que conhecemos mal, mas que intuímos de algum modo. [...] Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente²⁴.

Desse modo, o conceito gênero enfatiza a diferenciação entre o biológico e o cultural, e ressalta o aspecto relacional e não antagônico entre “homens” e “mulheres”. Assim, a categoria de análise gênero é utilizada para teorizar a questão da diferença sexual entre homens e mulheres e utilizaremos conforme entende Joan Scott.

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subpartes. Elas estão ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre as duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais percebidas entre os

²¹ SCOTT, Op. Cit., 1990, p.72.

²² MATOS, Maria Izilda S. *Por uma história da mulher*. Bauru: EdUSC, 2000. p.16.

²³ Idem, p.15.

²⁴ RAGO, Op. Cit., p. 96.

sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. [...] O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana.²⁵

O gênero se relaciona com a forma em que as diferenças são culturalmente percebidas e produzidas, de forma que se esperam ações e práticas acerca dos papéis/comportamentos atribuídos aos homens e mulheres. Segundo Adão²⁶, historicamente homens e mulheres sempre agiram influenciados pela identidade de gênero. Todos, desde o nascimento, passam por um processo de socialização que tem como objetivo inculcar-lhes esta identidade. Quanto ao papel atribuído às mulheres, a autora aponta:

As mulheres, desde a infância, são incentivadas a adquirir características e valores que são identificados pela sociedade como os mais adequados à figura feminina. Dentre esses, podemos destacar a passividade, a sensibilidade, a submissão, a necessidade de demonstrar amor e cuidados para com outros, a compreensão, a dedicação e a emotividade. Estas “qualidades” são consideradas mais adequadas para elas porque viabilizariam ou estariam ligadas ao papel que a “natureza” lhes destinou: o de gerar e cuidar dos filhos (...) as mulheres são incentivadas a *adquirir* estas características, ou seja, *aprendem* ao longo do tempo a interiorizar valores e apresentar atitudes, que são socialmente adequados. Estes valores passarão a integrar a imagem que elas têm de si e determinarão a maneira como elas se relacionarão com o mundo²⁷.

Não apenas as mulheres aprendem a ser femininas e submissas, e são controladas nisto, mas também os homens são vigiados na manutenção de sua masculinidade.

A partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos. Para Joan Scott, muitas relações de dominação da história estão ancoradas e se constituem na categoria do gênero, e para entendê-las é necessário entender o gênero. “O gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”²⁸. Entender as relações de gênero, perpassadas por relações de poder é parte fundamental do que desenvolvemos nesta pesquisa.

O relatório do GT “Ditadura e Gênero” também nos mostra informações sobre o entendimento do conceito de gênero:

²⁵ SCOTT, Op. Cit., 1990, p.86.

²⁶ ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Memórias da luta: a participação feminina nas organizações armadas de esquerda no pós-64. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.1, 2008 p. 60-83.

²⁷ Idem, p. 62.

²⁸ SCOTT, Op. Cit., 1990, p.88.

É possível dizer, portanto, que gênero refere-se aos atributos, comportamentos, características de personalidade e expectativas associados ao sexo biológico de uma pessoa por determinada cultura, sendo construído e apreendido durante o processo de socialização ou, mais propriamente, representando uma combinação de determinantes biológicos e culturais. Gênero é, portanto, uma construção sociocultural que obedece a especificidades contextuais e temporais – o que equivale a dizer que as relações sociais de gênero criam normas de masculinidade e feminilidade que funcionam de forma compulsória sobre todos os indivíduos. Tais normas não constituem escolha individual, mas são reafirmadas e atualizadas na interação social entre homens e mulheres, expressando-se nos corpos e na construção das preferências e nos planos de vida²⁹.

Essa construção do gênero faz com que os indivíduos sejam identificados de acordo com o que possuem e com o que não possuem do outro gênero: “Uma pessoa é o seu gênero na medida em que não é o outro gênero, formulação que pressupõe e impõe a restrição do gênero dentro desse par binário”³⁰. Essas construções acerca dos papéis atribuídos aos homens e mulheres ao longo da história, determinam as desigualdades entre eles e condicionam o feminino a um lugar de submissão e invisibilidade. No que se refere às torturas praticadas pelos agentes da ditadura civil-militar, o gênero de cada indivíduo era determinante para a disciplina dos corpos. No que diz respeito às mulheres, o que se vê é a presença do gênero e o uso da maternidade como instrumentos de tortura e silenciamento. A presença dos filhos das presas, o uso de instrumentos para esterilizá-las e a violência sexual tinham o intuito de silenciar essas mulheres e, conseqüentemente, suas memórias. A dominação e relação de poder estavam ali engendradas.

A trajetória das mulheres na resistência à ditadura civil-militar faz parte do processo histórico de dominação e no decorrer deste trabalho desenvolveremos como o patriarcado incide nas relações de poder entre homens e mulheres. Ademais, as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são, portanto, de acordo com Scott, uma forma primária de relações significantes de poder.

“Elas foram muito mais torturadas que eu (...) Durante muito tempo eu silencieei esse tema, hoje entendo a importância de falar, de contar a minha história”

(BOSQUETO, 2023).

²⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 3 v. p. 401.

³⁰ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e a subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.45

Como já mencionamos, pretende-se analisar as memórias de Áurea Moretti e Leila Bosqueto, ambas militantes das FALN na resistência à ditadura civil-militar. E falar sobre a ditadura brasileira é resgatar memórias marcadas por sofrimento.

A experiência feminina na resistência à ditadura civil-militar, especialmente na luta armada, perpassa por traumas. Seus traumas são traumas coletivos, históricos. É na ciência desse passado doloroso, de vivências e experiências compartilhadas e, portanto, de memória coletiva, que este trabalho busca se somar na construção e resgate da memória das mulheres. “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

De acordo com Maurice Halbwachs, a memória deve ser entendida sobretudo como um fenômeno coletivo e social, que é estruturado coletivamente e está sujeito a flutuações, transformações e constantes mudanças. A memória seria uma recriação do passado a partir de quadros sociais definidos por aspectos estruturantes como a língua e a cultura e por aspectos conjunturais como o contexto histórico³¹. A memória pertence a todos os tempos sociais e históricos, ela é ao mesmo tempo individual e coletiva, ela é atemporal e necessita dos suportes da história e da temporalidade para se legitimar enquanto fator histórico-social. Contudo, no momento da rememoração, o que se lembra não é o “fato puro”, na sua essência, mas sim, já permeado pelas vivências individuais e coletivas daquele que lembra. Por isso, entenderemos a memória de acordo com Joël Candau: “Através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido”³².

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que também é um fator do sentimento, de continuidade e de coerência, de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si³³. Segundo Henry Rousso, a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que confere uma representação seletiva do passado, que não é apenas aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Para tanto, Rousso, como Halbwachs, define que toda memória é coletiva e, acrescenta, deve ser compreendida como um elemento primordial da construção da identidade e da

³¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

³² CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 61.

³³ POLLAK, Michael. “*Memória e identidade social*”. *Estudos Históricos*, vol.5, n 10. 1992.

percepção de si e dos outros³⁴. De acordo com Jacques Le Goff, a memória tem como função conservar determinadas informações, que nos remetem a um conjunto de funções psíquicas, às quais os indivíduos podem atualizar informações passadas ou que eles representam como passadas³⁵. Deste modo, a memória como fundamento da identidade reporta-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual está relacionado à inserção histórica de cada indivíduo.

Leila em sua fala relata a violência que seu corpo sofreu, mas parece lamentar-se ainda mais ao relatar a violência sobre Áurea e Madre Maurina. “*Elas foram muito mais torturadas que eu*”³⁶. Leila, Áurea, Maurina, Dilma, Maria Amélia de Almeida Teles, Criméia Almeida e tantas outras compartilham da mesma experiência traumática, criaram uma identidade comum, coletiva. Partilharam da mesma dor e do mesmo sentimento de impunidade. Outras tantas, já não podem falar, foram silenciadas em existência, estão mortas.

Diante dos diferentes aspectos acerca do papel da memória coletiva, destacamos, além de sua significativa influência na construção das identidades, o seu aspecto de desafiar a história oficial através do resgate de memórias concorrentes. Segundo Le Goff, a memória coletiva pode ser compreendida como um importante elemento na luta das forças sociais pelo poder. A disputa por esse tipo de poder – ou seja, pela posse e pela interpretação da memória – está enraizada no meio do conflito e do jogo de interesses e valores sociais, políticos e culturais do presente.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.³⁷

Mesmo não sendo um campo dirigido para a constatação de verdades, a memória não deixa de ser um campo de disputas. E no caso da ditadura civil-militar, é uma luta política e social voltada para o combate ao esquecimento das responsabilidades que o Estado Brasileiro ainda não assumiu diante das vítimas das graves violações de Direitos Humanos. Um dos temas abordados por Jélin em *Los trabajos de la memoria*, é memória enquanto espaço de luta e conflitos:

³⁴ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA e AMADO (orgs), Op. Cit., p. 94.

³⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

³⁶ BOSQUETO, Leila. Entrevista realizada por Luana Torres Vodzik, via google Meet no dia 20/01/2023

³⁷ LE GOFF, Op. Cit., p. 426.

Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha contra el olvido, contra el silencio, esconde lo que en realidad es una oposición entre distintas memorias rivales. Es en verdad memoria contra memoria.³⁸

Michael Pollak em seus estudos destaca sobre a memória em disputa, na qual os objetos de pesquisa são escolhidos preferencialmente onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes³⁹. Em virtude dessa disputa, durante muitos anos a memória e os feitos femininos permaneceram em relativa invisibilidade, pois do ponto de vista político não havia interesse que essa história fosse contada. O espaço público era o espaço de domínio masculino, e cabia a mulher a reclusão ao espaço privado. Deste modo a identidade da mulher estava relacionada ao seu desempenho como dona de casa, objeto de desejo para os homens e para as mulheres⁴⁰.

A rivalidade entre as memórias ligadas à ditadura civil-militar evidencia a necessidade de romper a fronteira existente entre o silêncio e o dito. No Brasil, o rompimento desta barreira caminha a passos lentos, uma vez que o país foi o último a instaurar uma comissão de verdade e memória⁴¹. A ausência de políticas públicas voltadas para a preservação, resgate e construção da memória resulta na manutenção e perpetuação de uma memória hegemônica, a memória dos “vencedores”. Não por acaso, ainda hoje temos parte considerável da sociedade clamando pela volta da ditadura, como vimos recentemente. Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade⁴².

Essa prática de controle da memória e da história pelos grupos detentores do poder, através de formas diversas, evidencia a tentativa de exclusão e silenciamento dos demais grupos. E para se fazer ouvir, a história oral tem sido uma importante ferramenta, ressaltando e evidenciando memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial⁴³”.

³⁸ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo veintiuno de España, 2002. p.6.

³⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n. 1, 1989, p. 3-15.

⁴⁰ PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed São Paulo: Contexto, 2012. p. 114.

⁴¹

⁴² POLLAK, Op. Cit.,1989, p.4

⁴³ Idem, p.4

Para além de tornarem públicas e contribuir com o esclarecimento acerca do papel das mulheres na resistência à ditadura civil-militar, essas “memórias reveladas” buscam por justiça. E nesse sentido, a História Oral testemunhal exerce também papel de denúncia. É nessa luta pela validação de memórias diferenciadas e, principalmente, para falar dos traumas sofridos, que os testemunhos das que resistiram à opressão tenta abrir espaços, ganhar importância como denúncia, responsabilização e reparação⁴⁴.

A História Oral cumpre um importante papel na percepção das representações dos atores sociais sobre a própria história. O recurso à fonte oral, além de uma necessidade metodológica imposta pela escassez de outras fontes, surge como método privilegiado para o tipo de trabalho que desenvolvemos, pois possibilita novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores. Para Marta Rovai, a História Oral tem desempenhado importante papel para o conhecimento de grupos excluídos dos registros oficiais, bem como para “inscrever no relato historiográfico vozes múltiplas e silenciadas⁴⁵. Desta forma, ela permite estruturar a história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período, através de suas experiências. Paul Thompson afirma que o principal mérito da história oral é que numa maior abrangência que a maioria das fontes, ela permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista⁴⁶. É pela oportunidade de recuperar testemunhos relegados pela história que o registro de reminiscências orais se destaca, pois permite a documentação de pontos de vista diferentes ou opostos sobre o mesmo fato, os quais, omitidos ou desprezados pelo discurso do poder, estariam condenados ao esquecimento⁴⁷.

Como procedimento metodológico, a História Oral busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. Segundo Alberti⁴⁸ a história oral como “entrevistas com participantes,

⁴⁴ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84) Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 108 - 132.

⁴⁵ Idem, p. 111.

⁴⁶ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

⁴⁷ FREITAS, Sônia Maria de. História oral: possibilidades e procedimentos / Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

⁴⁸ ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. 204p.

testemunhos oculares dos eventos do passado, visando a reconstrução histórica” é um valioso método de pesquisa, imprescindível para a história do século XX.

Ela permite acesso à experiência não documentada – inclusive as vidas de líderes que ainda não escreveram suas autobiografias – e, mais importante, às "histórias ocultas" dos marginalizados: trabalhadores, mulheres, indígenas, minorias étnicas e membros de outros grupos oprimidos, ou excluídos⁴⁹.

A História Oral como método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção de estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades⁵⁰. Segundo Sonia Maria, a História Oral se utiliza de metodologia própria para a produção do conhecimento. Sua abrangência, além de pedagógica e interdisciplinar, está relacionada ao seu importante papel na interpretação do imaginário e na análise das representações sociais⁵¹. A maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. Conseqüentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana. Assim, essa metodologia abre novas perspectivas para o entendimento do passado recente, pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do depoente⁵².

As transformações que têm marcado o campo da história, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da cultura, e reincorporando o papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e restringindo as desconfianças quanto à utilização da história oral. Entretanto, apesar dessas transformações, o debate a respeito da legitimidade da história oral não é assunto resolvido. A utilização das fontes orais ainda recebe severas críticas por alguns acadêmicos quanto à sua credibilidade.

Segundo alguns historiadores, os depoimentos são mencionados como fontes subjetivas por proverem-se da memória individual, que às vezes pode ser falha e fantasiosa. Condenaram a sua subjetividade, levantaram dúvidas sobre as visões distorcidas que apresentavam, enfatizaram a dificuldade de se obter relatos fidedignos. Alegaram também que os testemunhos não podiam ser considerados representativos de

⁴⁹ ALBET, Op. Cit., p.51.

⁵⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

⁵¹ FREITAS, Op. Cit., p.46.

⁵² Idem, p.49.

uma época ou de um grupo, pois a experiência individual expressava uma visão particular que não permitia generalizações⁵³. No entanto, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sendo elas orais, escritas ou visuais. Michael Pollak ao ser indagado a respeito da crítica à história oral como método apoiado na memória, capaz de produzir representações e não reconstituições do real, responde que:

Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é. Para mim não há diferença fundamental entre fonte escrita e fonte oral. A crítica da fonte, tal como todo historiador aprende a fazer, deve, a meu ver, ser aplicada a fontes de tudo quanto é tipo. Desse ponto de vista, a fonte oral é exatamente comparável à fonte escrita. Nem a fonte escrita pode ser tomada tal e qual ela se apresenta.⁵⁴

Reconhecemos, no entanto, os limites da História Oral e entendemos que alguns cuidados são necessários ao trabalhar com essa fonte. Segundo Alberti, a História Oral fornece informações preciosas, mas devemos, em contrapartida, reconhecer seus limites, que são a fraqueza da própria memória, sua capacidade de esquecer, suas deformações e seus equívocos, suas tendências para a lenda e o mito. Nem sempre a veracidade do narrador é o mais importante. O interessante é saber o porquê da seleção ou omissão de determinadas situações em seu relato. Certamente essa seletividade tem o seu significado. Alberti, diz que:

Sem contradição nem provocação, estou, de fato, convencida de que tais omissões, voluntárias ou não, suas deformações, suas lendas e os mitos que veiculam, são tão úteis para o historiador quanto as informações que se verificaram exatas. Elas nos introduzem no cerne das representações da realidade que cada um de nós se faz e são evidência de que agimos muito mais em função dessas representações do real que do próprio real (mesmo em um nível intelectual bem elevado). O que os historiadores positivistas consideram radicalmente como o ponto fraco do testemunho oral não apenas nos permite compreender melhor o “vivido” dos testemunhos, mas também conhecer os motores da ação. Esses “erros” nos apresentam uma forma de verdade superior⁵⁵

Assim, o cuidado metodológico de análise dos testemunhos deverá ser focado não apenas para o que a narradora profere acerca do passado, mas sim, qual a sua vivência atual e quais perspectivas se encontram na sua fala voltada para o futuro. Tratando-se de memórias traumáticas o cuidado deve ainda ser maior. Segundo a pesquisadora Dora Schwarzstein:

⁵³ FERREIRA, Op. Cit., p.319.

POLLAK, Op. Cit., 1992, p. 207.

⁵⁴ POLLAK, Op. Cit., 1992, p. 207.

⁵⁵ ALBERT, Op. Cit., p.34.

“[...] no es suficiente recuperar la memoria y transmitirla, sino que es imprescindible reflexionar sobre su naturaleza para poder entenderla, analizarla e incorporarla plenamente a la narrativa histórica.”⁵⁶.

Mesmo não sendo um campo dirigido para a constatação de verdades, ao tratarmos de memória coletiva através dos testemunhos das mulheres militantes, para além da percepção de cada uma sobre a realidade, tem-se as vivências em comum que fizeram parte das experiências femininas na resistência à ditadura civil-militar, como por exemplo: a violência sexual. Esse é um fato inegável. Elizabeth Ferreira⁵⁷, ao analisar o depoimento de treze mulheres de classe média que participaram no movimento de luta armada, afirma que:

Embora não haja oportunidade de agregar a este estudo uma discussão sobre a instância da verdade e sua relação com a dimensão do real e a do imaginário na narrativa (...), posso apenas destacar que, no caso de testemunhos, mais que a busca de uma verdade (mesmo sendo está sempre problemática, por ser relativa), deve-se buscar um sentido para a pluralidade de verdades que brotam dos relatos.

Para Maurice Halbwachs toda memória é socialmente construída, sendo esta construção o resultado de uma reconstituição do passado inserido em um quadro de recordações comuns a um determinado grupo histórico, ou seja, o que é lembrado apenas possui sentido em relação a um conjunto do qual se faz parte⁵⁸. A reconstituição da trajetória coletiva e individual das mulheres militantes, constrói uma outra versão desse período da história brasileira e nos revela as diferentes facetas dessa atuação, bem como as diversas formas de opressão ao qual foram submetidas por enfrentarem a hierarquia de gênero e poder.

Feitas as primeiras considerações teóricas sobre a fonte memória em si, e a História Oral como metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa, descreveremos agora os passos percorridos que levaram aos encontros com Áurea e Leila, bem como situaremos o contexto em que as entrevistas foram concedidas, principalmente por entendermos que o contexto político e social vivido pelo país no último período tem tido influência na vida e nos relatos dessas mulheres.

⁵⁶ SCHWARZSTEIN, Dora. História Oral, memória e histórias traumáticas. In: História Oral: Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, nº04, p.73-83, junho de 2001, p.79.

⁵⁷ FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.105.

⁵⁸ HALBWACHS, Op. Cit., p. 25.

Percorri um longo caminho. Era o ano de 2017, quando pesquisando sobre as possibilidades de tema para o TCC, tomei conhecimento da existência de uma organização armada na resistência à ditadura civil-miliar em Ribeirão Preto, cidade em que vivia com minha família desde 2008. Pesquisando sobre a organização, descobrimos a participação de Áurea Moretti. Entre uma conversa e outra, um contato e outro, consegui o telefone de sua filha, Raquel Moretti. Conversamos e organizamos nosso primeiro encontro.

Quando realizamos a entrevista o país havia passado a menos de um ano por um processo de impeachment, da ex presidenta Dilma Rousseff. Áurea, que dividiu a prisão com Dilma, mostrava muita indignação em seus relatos. Ali ela já falava de jogo e perseguição política. Lembrava com nostalgia da utopia de uma sociedade mais justa e lamentava os rumos que o país tomava. “O plano deles é colocar um direitão lá”⁵⁹. Áurea tinha um olhar carinhoso, a fala mansa e um sorriso nos lábios de quem sabe que viver é caminhar. Cabelos brancos, o dorso curvado e uma magreza excessiva, o que lhe imprimia falsa aparência de fragilidade. Aparência essa que foi sendo desconstruída ao passo que ela relatava sua experiência nas FALN e todo o horror que sofreu nas mãos de seus algozes. Saí daquela entrevista com todas as emoções e sentimentos possíveis.

Cruzei nossa entrevista, com outras fontes, outras entrevistas cedidas por ela, existem inúmeras. Fui juntando fontes. Entre contatos e e-mails trocados, conheci Marcelo Botosso, autor do principal estudo sobre as FALN. Através do estudo dele tive acesso a entrevistas de outros integrantes da organização clandestina, inclusive de Áurea. Tive contato também com Leopoldo Paulino, ex-integrante da célula da ALN em Ribeirão Preto e autor do livro “Tempos de resistência”. A partir desses contatos e estudos pude entender melhor o contexto em que a cidade Ribeirão-pretana vivia antes do golpe e como se articulou nos anos seguintes. Busquei durante algum tempo contato com Nanci Marietto, ex-pecebista e fundadora – ao lado de Áurea e Wanderley Caixe – do jornal *O Berro*. Sem sucesso. Nanci deixou o grupo antes mesmo de se tornar uma organização de caráter armado.

Depois de defendido o TCC, fiz uma publicação em uma rede social com agradecimentos, em especial a Áurea Moretti. E um dos comentários desta publicação era de Leila Bosqueto. Nele ela relatava os tempos difíceis na resistência à ditadura

⁵⁹ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

civil-militar e do seu orgulho em resistir a esse período ao lado da Áurea e dos demais companheiros. Aquele comentário foi uma surpresa. Leila era uma surpresa – até aquele momento a única menção que havia visto sobre Leila Bosqueto dizia que era namorada de Djalma, integrante da organização. Mantivemos contato desde então.

No início de 2022 entrei em contato com a Leila, contei do ingresso no mestrado, o desejo de continuação da pesquisa em torno da participação das mulheres nas FALN e a possibilidade de realizarmos uma entrevista com ela, que recusou de imediato. Através de um áudio extenso e emotivo, disse que estava doente, física e emocionalmente. Falou como o contexto político e social que vivíamos era também causa desse adoecimento, especialmente por trazer lembranças e semelhanças desse passado recente e dolorido. Finalizou dizendo que quando estivesse melhor, poderíamos ver a possibilidade.

Quando Leila se recusou falar sobre sua trajetória nas FALN e todo o processo de luta e resistência em que esteve inserida, o país estava saindo de uma pandemia que perdurou por mais de dois anos. Uma reclusão social quase que forçada. Leila já havia passado por isso: a clandestinidade, a solidão. Politicamente, vivamos o último ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi marcado por instabilidade e bipolarização política, aumento do pensamento fascista e disseminação do ódio a grupos sociais. Um presidente que vez e outra lembrava com saudosismo do período ditatorial.

Esperei o tempo dela e mantive contato. Percebi, através de suas postagens – Leila é muito ativa nas suas redes sociais – um revigoramento e alegria após as eleições presidenciais de 2022 com a vitória de Lula. Fiz mais uma tentativa e ela concordou. Realizamos a entrevista em dois momentos, ambos via internet. Nosso primeiro encontro aconteceu no dia 20/01/2023 e o segundo, do dia 22/07/2023⁶⁰. Leila não era apenas a namorada de Djalma. Leila levou Djalma para o grupo clandestino. Desempenhou papel importante na organização, sendo ela o principal contato na cidade de Bauru-SP responsável pela divulgação de *O Berro* e das ideias da organização. Leila é uma de muitas mulheres invisibilizada na resistência à ditadura, supostamente à margem de um homem, incapaz de decidir e por si só enfrentar um regime viril. Assim eram vistas as mulheres, tanto nas fileiras das organizações revolucionárias quanto pela ditadura civil-militar.

⁶⁰ Leila é uma mulher muito ocupada. Exerce diariamente a profissão de massagista e sua agenda é lotada. Esse foi um dos motivos pelo qual a entrevista foi realizada em dois momentos.

Pouco, ou quase nada, encontra-se sobre sua militância. Leila internalizou sua militância e dor por todos esses anos. Apenas recentemente teve forças para falar. Além de nossa entrevista, ela participa de outro projeto, cuja o objetivo é a produção de um documentário sobre as FALN e a militância feminina na resistência à ditadura. “O esquecimento às vezes é o nosso maior aliado. Eu quis esquecer esse passado por muito tempo, é muita dor envolta dele, mas hoje eu entendo que eu preciso falar, que é preciso falar. Hoje eu vejo como libertação”⁶¹. Segundo Farias⁶² “[...] a recordação de uma experiência traumática sofrida ou infligida é potencialmente violenta pela revivescência da intensidade dolorosa que se atualiza. O reviver é dor e está dor estará presente no momento da narrativa.

As diversas derrotas políticas e sociais do último período, somadas à idade avançada e todas as limitações que isso traz, trouxeram adoecimento e impactos para a vida de Leila e Áurea. Afinal, como apagar as lembranças de dor e tortura, quando o presente teima em fazer lembrar, reviver, rememorar. Áurea não suportou, vítima de uma doença degenerativa e Alzheimer, faleceu no dia 15/12/2022. Raquel Moretti disse, no último contato que tive com ela em 2020, que a tristeza estava adoecendo sua mãe. Tristeza da reclusão, da conjuntura política, de pensar que sua luta tinha sido em vão. Concluo essa parte com um trecho da carta feita por Lucia Elena Ferreira em homenagem a Áurea. “Pode ser que em retribuição, Deus e os seres de luz lhe concederam através da doença – Alzheimer – a graça de não perceber os tempos atuais, em que torturadores são homenageados e a tortura, a violência, a retirada de direitos conquistados e a perseguição às minorias são plataforma de governo do presidente eleito por um terço da população”.

Finalizo compartilhando da ideia de Verena Alberti: “é preciso saber o que se passou para evitar uma repetição do mal e garantir um futuro democrático. [...] É preciso lembrar para que o horror não se repita – eis o sentido de uma história oral claramente engajada por um futuro democrático”⁶³.

Cabe ressaltar que tanto Áurea Moretti, como Leila Bosqueto deram sequência em suas militâncias. Suas trajetórias são marcadas por lutas e resistências, como veremos no decorrer deste trabalho.

⁶¹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

⁶² FARIAS, Francisco Ramos de. Memória, trauma social e elaboração. Diálogos. Maringá, v.16, n.3, p.925-950, set-dez/2012, p 939.

⁶³ ALBERTI, Verena. Ouvir Contar: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.50.

As fontes nas quais se baseiam os trabalhos feitos sobre as organizações de esquerda dos anos 60 se assemelham porque é difícil realizar esse tipo de pesquisa sem percorrer, ao menos, alguns caminhos: a consulta a coleção BNM⁶⁴; o Arquivo Nacional e as entrevistas. Para os pesquisadores que estudam o período da ditadura civil-militar no Brasil, a consulta ao BNM é um caminho quase obrigatório porque esta fonte tem a especificidade de preservar arquivos de um regime de força⁶⁵. Porém, as informações ali contidas se basearam em declarações feitas a partir de violentas sessões de tortura ou são informações forjadas pelos próprios agentes de repressão, por isso muitas vezes tais documentos falam mais sobre o funcionamento e a lógica das instituições repressoras do que sobre as organizações ou os militantes de esquerda.

No decorrer da pesquisa, teremos contato com os depoimentos de Áurea Moretti e Leila Bosqueto. Desse modo, além das entrevistas, utilizaremos outros dois tipos de fontes para a pesquisa: a análise de alguns documentos encontrados nos Arquivo Nacional e jornais que circulavam em Ribeirão Preto na época⁶⁶ e o processo 198/69 do Superior Tribunal Militar (STM)⁶⁷, único movido contra as FALN, que faz parte da coleção BNM, decodificada como processo 65.

Essa pesquisa é construída em quatro capítulos. No primeiro trataremos da conjuntura política que o país vivia na década de 1960, contextualizando desde o período do golpe ao desenvolvimento e estabelecimento da ditadura civil-militar, enfatizando, ainda, seus reflexos em Ribeirão Preto. Também abordaremos, de modo

⁶⁴A Coleção BNM existe graças a uma brecha na Lei de Anistia (1979) que permitia que os advogados dos presos políticos pudessem retirar dos arquivos dos Superiores Tribunais e das Auditorias Militares, os processos referentes aos seus clientes. Muitos destes advogados, junto a uma equipe comandada, principalmente pela Arquidiocese de São Paulo e pela Promotoria Pública de São Paulo, iniciaram um trabalho de cópia deste material. O trabalho, feito de forma clandestina, visava impedir que estas fontes desaparecessem. Como resultado formou-se a Coleção BNM, composta por 707 processos completos e pouco mais de 20 processos incompletos.

⁶⁵ A preservação de documentos referentes a um regime autoritário é um acontecimento raro. Foi justamente pensando nessa exceção do caso brasileiro que o norte-americano Lawrence Weschler escreveu o livro *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores* (São Paulo: Cia das Letras, 1989). Este autor justifica a sobrevivência desta documentação devido a três questões: a tradição ibérica de guardar e documentar; a certeza da impunidade por parte dos autores de atos ilegais e o fato de que o período havia se revestido de uma legalidade que não poderia ser questionada a posteriori, questões que, até agora, têm se mostrado pertinentes.

⁶⁶ Encontra-se alguns exemplares dos Jornais *A palavra de Ribeirão Preto*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Diário da Manhã*, *Diário de Notícias*, *O Globo*, *O Berro*, nos anexos desse trabalho (esses documentos foram cedidos por Áurea Moretti) e utilizaremos ao longo desse trabalho, em especial no segundo capítulo.

⁶⁷ Encontra-se digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_01&pagfis=104361

geral, o comportamento e a atuação da esquerda brasileira neste período, seus projetos, divergências etc., dando foco maior para a resistência armada, fruto desse processo.

O segundo capítulo será dedicado às Forças Armadas de Libertação Nacional, organização de luta armada que surgiu na cidade de Ribeirão Preto, na resistência à ditadura civil-militar. Nesta parte do trabalho, iremos historicizá-la, abordar o seu surgimento, sua concepção de luta, atuação, particularidades e desmantelamento. Busca-se compreender como o surgimento das FALN é resultado do conservadorismo extremo da cidade ribeirão-pretana.

O terceiro capítulo será dedicamos à participação das mulheres nas organizações de esquerda armada na resistência à ditadura civil-militar. Ao mesmo tempo realizaremos uma discussão de como o patriarcado incidiu nesse processo, nas relações de gênero e dominação, desde as organizações de esquerda aos espaços de atuação dos órgãos de repressão. Trazendo um breve resgate do movimento feminista, em especial, o feminismo de Segunda Onda.

O quarto capítulo é dedicado a experiência das ex-militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional, Áurea Moretti e Leila Bosqueto, a partir de seus depoimentos. Suas vivências, atuações, tarefas e histórias de vida serão destacadas. Faremos também uma discussão da relação desse passado ditatorial e o presente que ainda traz reminiscências desse período tão difícil para essas mulheres, enfatizando como esses últimos anos, de incerteza democrática, de avanço do pensamento fascista e de radicalização da direita, foram para as militantes dias dolorosos e de adoecimento por reviver e rememorar um passado em que as feridas ainda estão abertas.

Santos⁶⁸ lembra que “escrever sobre memória é escrever, por um lado, sobre a relação entre indivíduo e a sociedade e, por outro, a relação entre passado e futuro”. Partindo dessa premissa, esta pesquisa – através da memória das mulheres – busca se somar na contribuição para o entendimento do que foi um dos períodos mais difíceis da história brasileira e em um entendimento que nos possibilite, enquanto sociedade, não cometer os mesmos erros do passado. É importante ressaltar que enquanto escrevia esse trabalho, ocorria em todo o país manifestações e paralisações das principais rodovias em que apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro – não satisfeitos com o resultado das eleições presidências em que Lula foi eleito – levantavam cartazes e gritavam palavras

⁶⁸ SANTOS, Maria Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.p. 186.

de ordem que pediam “intervenção militar” ou a volta da “ditadura militar”. Cabe ressaltar também que Bolsonaro é um grande admirador do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁶⁹, homenageando-o em inúmeros discursos oficiais⁷⁰.

A ditadura civil-militar é um dos episódios mais instigantes da história recente do nosso país e, por isso, os estudos sobre memória, gênero e ditadura são, cada vez mais, necessários. Ademais, a reconstrução desse passado pelas recordações das mulheres que atuaram nas organizações de esquerda durante o período ditatorial oferece, além de revelações do papel de vanguarda dessas militantes, o desejo da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

⁶⁹ Chefe do DOI-CODI, um dos órgãos atuantes na repressão durante o período da ditadura militar no Brasil.

⁷⁰ <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional/>

Capítulo I- Tempos obscuros: o golpe e a ditadura civil-militar

Os primeiros anos da década de 1960 representaram um período na história brasileira de grande efervescência política e social. Debates como libertação nacional, resistência e revolução estavam na ordem do dia.

É importante ressaltar que neste período o mundo vivia a chamada “Guerra Fria”, onde duas potências nucleares, política e ideologicamente contrárias – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e os Estados Unidos da América (EUA), respectivamente socialista e capitalista – disputavam a hegemonia global. Neste período várias revoluções caracterizadas como socialista e de libertação nacional aconteciam ou já eram vitoriosas, como por exemplo, a revolução chinesa, as guerrilhas africanas, a guerra anti-imperialista então em curso, do Vietnã e, em especial, a vitoriosa Revolução Cubana. A América Latina recebeu grande influência desses processos, e países como Colômbia, Venezuela e Guatemala já haviam iniciado suas guerras de guerrilhas buscando reverter, com resistências e armas, situações desfavoráveis e de opressão de seus governos autoritários.

No Brasil, em 1961, o então presidente Jânio Quadros renunciou, sendo alçado ao cargo, o seu vice, João Goulart. Essa era uma situação paradoxal, pois Jânio Quadros e João Goulart representavam partidos políticos opostos, sendo o primeiro indicado por uma coligação de pequenos partidos liderada pela União Democrática Nacional (UDN) e o segundo, representando a coligação Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁷¹. A posse de João Goulart – representante do legado getulista e da força do trabalhismo na cultura política brasileira – não foi um processo fácil, embora fosse legal, pois os ministros militares tentaram impedir que ele assumisse a presidência. A reação ao veto militar à posse de Jango gerou bastante repercussão. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, organizou e liderou a Campanha da Legalidade, que foi um movimento de resistência tendo como objetivo a manutenção da ordem jurídica, reivindicando e aclamando a defesa imediata do regime democrático e a ascensão de Goulart à Presidência.

A mudança do regime presidencialista para o parlamentarista foi a solução encontrada naquele momento para resolver o impasse criado pelo veto militar. Esta

⁷¹ Naquele período a eleição para presidente e vice não era conjugada; as pessoas poderiam escolher o presidente de um partido e o vice-presidente de outro.

mudança permitia a posse de Jango com menos poderes, foi uma articulação entre ministros do governo, militares, o Congresso e o próprio Presidente da República, que assumiu o cargo no dia 7 de setembro de 1961. Gorender esclarece:

O veto dos ministros militares à posse de Jango, naquele momento ausente do país, levou a uma situação de empate. De início, somente os setores mais direitistas da UDN aprovaram o veto. Sua rejeição foi imediata por parte dos movimentos nacionalistas e do movimento operário, os trabalhistas e comunistas. O fator desequilibrante veio com a manifestação do Governador Leonel Brizola, que se entrincheirou no Palácio Piratini e apelou à resistência popular. Diante da adesão do III Exército ao ato de Brizola, a emenda parlamentarista, aceita pelos ministros militares e por Jango, teve em vista uma saída conciliatória que evitasse ameaça de resolução do empate por um choque armado e, no final de contas, pela guerra civil.⁷²

Durante a campanha contra o parlamentarismo e pela volta do presidencialismo que aconteceu em 1963, Jango fez repetidas promessas de que, se atingidos esses objetivos, realizaria as medidas reclamadas pelo povo, entre essas, as reformas de base, tentando encaminhar diversas propostas para garanti-las e sofrendo várias derrotas no Congresso.

No ano de 1964, os posicionamentos políticos se acirravam, com a esquerda pressionando o governo, por meio de mobilização popular, para que se aplicassem as reformas de cunho progressista, enquanto a direita civil pregava a derrubada de Jango e, aliada à direita militar, conspirava contra ele. Com o acirramento das contradições e a correlação de forças que cada vez mais se tornavam insustentáveis, João Goulart deu uma guinada à esquerda e no dia 13 de março de 1964 realizou um comício na Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, assistido por uma multidão de mais de 200 mil pessoas. Eram as tão exigidas promessas saindo do papel, como podemos ver em Botosso:⁷³

(...) o Presidente da República, acompanhado de sua esposa, Maria Thereza, e outras destacadas lideranças da esquerda, entre elas o ex-governador gaúcho Leonel Brizola e o governador de Pernambuco Miguel Arraes, atropela o Congresso Nacional, decretando a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriação de terras ao longo das rodovias, ferrovias e áreas de irrigação dos açudes públicos – era a tão desejada reforma agrária sendo posta em prática. Em um discurso candente, Jango exigia a reforma da constituição, classificando a vigente como anacrônica e lesiva aos interesses da nação e de sua classe trabalhadora. O entusiasmo aumentou quando tomou a palavra Leonel Brizola para dizer que o Congresso traía o povo e que, por esse motivo, perdera sua legitimidade. Sugeriu a convocação imediata de um novo Congresso, composto por trabalhadores rurais, operários, sargentos e oficiais nacionalistas.

⁷² GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. Expressão Popular, 2014. p.21.

⁷³ BOTOSSO, Marcelo. FALN: A guerrilha em Ribeirão Preto. Editora Holos, 2006. p.17.

No dia 15, dois dias depois do comício, o Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de reforma que continha emendas constitucionais relativas às desapropriações de terras por meio de pagamentos de títulos públicos e a elegibilidade, há tempos reivindicada, dos subalternos das Forças Armadas⁷⁴. Em resposta a esses acontecimentos, no dia 19 de março, as forças reacionárias, com furiosa pregação de derrubada do governo, realizaram, em São Paulo, a primeira Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com uma estimativa que varia de 200 a 300 mil pessoas. Esse episódio foi um indicativo da possibilidade do golpe que estava sendo articulado. A partir desse contexto, vários acontecimentos e manobras começam a se desdobrar e dar forma à nova conjuntura que se desencadeava.

No dia 31 de março de 1964, o General Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, mobilizava as tropas de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, onde se encontrava o Presidente da República. A maioria dos governadores das Unidades Federais não hesitou em aderir ao movimento golpista e no dia 1º de abril o golpe era fato consumando⁷⁵. Para Florestan Fernandes⁷⁶, o golpe foi uma espécie de contrarrevolução, uma resposta da elite à possível revolução democrática que se estruturava na sociedade brasileira. Gorender reafirma essa linha de pensamento ressaltando que “nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu por isso mesmo, pelo caráter contrarrevolucionário preventivo”⁷⁷.

O novo regime que se inaugurava não esperou sua formalização para dar início à onda repressiva que marca todo o período da ditadura civil-militar. Desde o primeiro dia, os diversos comandos militares procederam a centenas de prisões, e os alvos principais eram pessoas ligadas a partidos de esquerda. Como podemos observar:

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). “Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas. Milhares de pessoas foram presas. Segundo a embaixada norte-americana, nos dias seguintes ao golpe, prenderam-se em torno de 5 mil pessoas, e a

⁷⁴ GORENDER, Op. cit., p. 70.

⁷⁵ BOTOSSO, Op. cit., p. 21.

⁷⁶ FERNANDES, Florestan. O que é revolução. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁷⁷ GORENDER, Op. cit., p. 75.

ocorrência de brutalidades e torturas foi comum⁷⁸”.

O golpe de 1964 introduziu uma mudança radical na base da organização política do país. O fim das liberdades democráticas, a repressão e o terror como política de Estado foram práticas cotidianas, sendo formuladas através de uma bem arquitetada estrutura legislativa que dava sustentação legal ao regime militar. Após o golpe, o Brasil iniciou uma longa ditadura que perdurou até o ano de 1985. Esse processo desde seu início buscou legitimar-se os Atos Institucionais são parte desse mecanismo de legitimação e legalização, bem como a Doutrina de Segurança Nacional. A ditadura civil-militar aperfeiçoou um sistema repressor complexo, que permeava as estruturas administrativas dos poderes públicos e exercia total vigilância sobre as principais instituições, partidos e organizações da sociedade brasileira. Erigiu-se também uma burocracia de censura que intimidava ou proibia qualquer tipo de manifestações identificadas como hostis ao regime⁷⁹. Em suas práticas repressivas, fazia uso de maneira sistemática e sem limites dos meios mais violentos como: a tortura, desaparecimento e assassinato.

I.I- A esquerda brasileira: divergência dos projetos revolucionários e a luta armada

A esquerda brasileira⁸⁰ viveu, no início dos anos 1960, um momento de grande esperança e agitação política, principalmente no governo do presidente João Goulart. Durante seu mandato houve uma nascente democracia política no país, os movimentos sociais se fortaleceram, as organizações dos trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade, se politizaram. Além disso, cresceram e se espalharam as discussões sociais, políticas e culturais⁸¹. O período de 1960-1964 marca o ponto mais alto da luta dos trabalhadores no país até então⁸².

Mesmo com uma esquerda diversificada e com novas correntes que disputavam a preferência dos movimentos de massas, a principal força ainda vigente nesse período é

⁷⁸ Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1, p 98).

⁷⁹ CNV, Op. Cit., p.102.

⁸⁰ Utilizaremos neste trabalho o conceito de esquerda, tal como concebe Gorender: ou seja, como um conceito referido às práticas de ideias destinadas a um projeto de mudança social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Partindo deste entendimento, o termo esquerda sugere um sentimento de solidariedade, de doação de si pela coletividade, na coragem de acreditar em um mundo melhor.

⁸¹ BAGATIM, Alessandra. Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional - Campinas, SP: 2006, p. 9.

⁸² GORENDER, J. Op. cit., p.75.

o Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo uma grande ascensão e inserção sindical nos grandes centros industriais. Segundo Sagatto “registrando cerca de dois mil militantes em 1957, o partido passou a possuir vinte mil associados em 1963. A campanha pelo pedido de legalização do partido, três anos antes do golpe de 1964, dispôs de setenta mil assinaturas”. O PCB dispunha de quadros preparados e dedicados ao trabalho partidário, tinha grande abrangência no movimento operário, influência no movimento estudantil e no meio camponês.

Daniel Aarão Reis Filho menciona também outros grupos que buscavam apoio no setor popular: a AP, os nacionalistas, abrigados no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, cujos principais expoentes foram João Goulart e Leonel Brizola; e aqueles que se concentravam na militância nas Ligas Camponesas, cujo líder era Francisco Julião⁸³. Contudo, devido às inúmeras divergências de ordem ideológica e prática, sobretudo críticas relacionadas à imobilidade do PCB, as dissidências, especialmente entre os comunistas, foram aos poucos se consolidando enquanto grupos independentes.

Mesmo sendo uma referência às organizações de esquerda na luta de classes, o PCB não preparou os seus militantes para um possível enfrentamento ao golpe que se desenhava, principalmente pela sua linha de atuação pacifista, privilegiando a tática do etapismo⁸⁴, segundo a qual a revolução socialista deveria acontecer por etapas, sendo uma delas a etapa institucional nacional democrática. Em determinados momentos nessa conjuntura política, as alianças com o governo de João Goulart colocaram o Partido a reboque do interesse de outros grupos, fragilizando seu papel de vanguarda política da esquerda. Segundo Gorender, “a direção do PCB tinha levado longe demais a aliança com o Presidente da República e negligenciou os aspectos negativos de sua política”⁸⁵.

Instalado o novo regime, não encontrou o partido nem as forças populares nem a si próprio em condições de resistência imediata, impondo ao PCB e ao conjunto das forças democráticas e de esquerda mais um duro período de repressão e clandestinidade. Como mostra Gorender:

⁸³ AARÃO REIS FILHO, Daniel. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.23.

⁸⁴ Segundo Segatto, o projeto político do PCB assumiu um nítido caráter nacional-reformista, em total consonância com as diretrizes soviéticas, apontando cada vez mais para uma aliança de classes, principalmente com a burguesia nacional. Essa concepção ficou conhecida como “etapismo”, ou seja, a revolução socialista deveria ser precedida por etapas anteriores e evolutivas, como por exemplo, a etapa democrática-burguesa ou revolução democrática-nacional. SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

⁸⁵ GORENDER, J. Op. cit., p.53.

A vitória fulminante dos golpistas pôs a esquerda em fuga. A corrida aos abrigos improvisados impôs-se como primeira necessidade. Os vendedores não perderam tempo da rede de organizações em que se apoiava a FMP. Centenas de sindicatos caíram sob intervenção, as Ligas Camponesas foram dispersadas e as chamas de um incêndio televisionado queimaram a sede da UNE, na Praia do Flamengo. Cassações de direitos políticos, iniciadas com o primeiro Ato Institucional, inquéritos policial-militares e processos administrativos expurgaram das Forças Armadas e do serviço público civil mais de dez mil pessoas. Não havia lugar para os milhares de presos e foi preciso encarcerar uma parte deles em navios-presídios, no Rio e em Santos. Torturas e assassinatos deram início ao terrorismo de Estado⁸⁶.

O partido recomposto definiu uma linha de ação centrada na recusa de qualquer proposta que não envolvesse ações políticas de massas. A recusa ao foquismo⁸⁷ e as várias formas de luta armada no combate à ditadura que se estruturava, custou ao PCB a perda de importantes dirigentes e de sua própria referência na luta de classes. Grande parte da desarticulação da esquerda e da sua fragmentação derivou de propostas teóricas e projetos distintos. “À luta interna no PCB acentuou-se especialmente em função das divergências quanto às estratégias para combater a ditadura e das críticas ao que seria “pacifismo” e imobilismo do Partido: a insatisfação (...) forjou o surgimento das chamadas “Dissidências Comunistas”⁸⁸.

Ainda sobre a não resistência organizada imediata ao golpe, Gorender apresenta as possibilidades que a esquerda tinha de tentar barrar esse processo:

No dia 31 de março, a situação não era ainda favorável aos golpistas do ponto de vista estritamente militar. Teria sido possível paralisar o golpe se, ao menos, alguma ação viável de contraofensiva imediata fosse empreendida. Sabe-se que Lacerda só contava com defesa muito precária no Palácio Guanabara. A tomada do Palácio pelos fuzileiros navais seria operação relativamente rápida e de enorme repercussão moral. O mesmo efeito de paralisia teria a dispersão dos recrutas, que desciam de Minas, por uma esquadrilha de aviões de bombardeio. A força-tarefa naval dos Estados Unidos, mobilizada no Caribe pela operação chamada Brother Sam, não alcançaria Santos antes do dia 11 de abril. Não trazia contingentes de desembarque e o seu objetivo era o do efeito de demonstração e o de apoio aos insurretos com armas, munições e combustível, na previsão de guerra civil prolongada. Já envolvidos na escalada da guerra do Vietnã, não seria fácil aos Estados Unidos manter uma Segunda frente no Brasil. Havia tempo para preparar condigna recepção de repúdio à força-tarefa norte-americana, tanto do ponto de vista militar como da mobilização das massas populares⁸⁹.

⁸⁶ GORENDER, J. Op. cit., p.79.

⁸⁷ O foquismo é uma teoria revolucionária inspirada por Che Guevara e desenvolvida por Régis Debray. Foi adotada, nos anos 1960, pelos grupos armados de esquerda e consistia, basicamente, em criar focos como forma de enfraquecer o imperialismo.

⁸⁸ GASPAROTTO, Alessandra. Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil, caracterização e possibilidades de investigação. Rio de Janeiro, 2014, p.168

⁸⁹ GORENDER, J. Op. cit., p.74.

Nesse sentido, Gorender pressupõe parte dos erros que culminaram nesta derrota, ressaltando a falta de unidade entre as várias correntes, a competição entre chefes personalistas, as insuficiências organizativas, os erros desastrosos acumulados, as ilusões reboquistas e as incontinências retóricas, entre outros elementos que em conjunto explicam o fracasso da esquerda⁹⁰. A falta de autocrítica e avaliações no curso da história da esquerda e do próprio período em questão, somados a outros equívocos, fizeram com que a esquerda passasse por um processo de desmantelamento, pagando um preço alto pelos seus erros.

“Além das dissidências do PCB, no período surgiram, fundiram-se, fragmentaram-se e desapareceram inúmeras organizações”⁹¹. A esquerda brasileira do pós 64 tornou-se um verdadeiro mosaico. A pluralidade dos caminhos e formas adotadas no seu projeto de luta e resistência à ditadura civil-militar é parte consequencial desse processo.

Mesmo com os erros apontados, a esquerda se debruçou nos anos que se seguiram em opor-se ao período ditatorial. Todos propunham a necessidade desse enfrentamento, independente dos projetos políticos diferenciados que davam base a cada grupo ou movimento, desde projetos revolucionários nacionalistas, como o comandado por Leonel Brizola, passando pela proposta do PCB de revolução pacífica, nacional e democrática e até mesmo os que acreditavam e propunham uma revolução socialista. Pode ser visto nesse período o surgimento de pelo menos quarenta organizações de esquerda. Como podemos observar em Rezende⁹²:

Das quais as mais importantes foram: o que restou do PCB, o PCdoB, a AP, a Polop e o POR (T). Todos esses já existentes antes do golpe, embora o PCB mantivesse a hegemonia na esquerda comunista. Perdendo a hegemonia, o PCB se dissolve na Ação Libertadora Nacional (ALN), a guerrilha mais bem qualificada no período, no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), encabeçado por Mário Alves e Jacob Gorender, no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8) – que foi composto pelas Dissidências Estudantis do PCB – e nas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN). Na fratura dentro da fratura, a ALN se dissolve na Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e no Movimento de Libertação Popular (Molipo). Na fratura da Polop, ressurgem o Partido Operário Comunista (POC), surgem a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina); e da fusão dessas duas últimas tem-se a Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR), que também se divide em Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Do PCdoB surge a Ala Vermelha

⁹⁰ GORENDER, J. Op. cit., p. 75.

⁹¹ GASPAROTTO, A. Op. cit., p. 168.

⁹² REZENDE, Claudinei Cássio. Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 62.

(ALA); e, dessa última, uma fratura leva à criação do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) – lembrando o nome do extinto movimento de Francisco Julião – e do Movimento Revolucionário Marxista (MRM). O Partido Comunista Revolucionário (PCR) também é uma pequena fração do PCdoB. A AP, outrossim, não foi imune às fraturas; e, ao se aproximar do movimento comunista, uma fração dela se separa com o nome de Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Segundo o autor, esses grupos e tantos outros menores não se desenvolveram e acabaram sendo derrotados pela ditadura, ao ponto de que em menos de sete anos a esquerda tão numerosa veio a se tornar inexpressiva.

A ditadura civil-militar torturou, desapareceu, prendeu e assassinou centenas de pessoas. Todas as formas de enfrentamento foram abafadas e esmagadas. Podemos ver alguns dados sobre essa cadeia de comando da repressão no volume 1 do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

Nos anos seguintes à queda do presidente João Goulart, de 1964 a 1968, ocorreram 45 mortes identificadas pela CNV, correspondentes a 23% do total de mortos por execução, no período de 1946 a 1988. A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, dinamizou a ação dos órgãos repressores, e a execução passou então a ser meio recorrente de eliminação de adversários políticos do regime. De 1969 a 1974, o número de mortos atingiu a cifra de 98 vítimas. Trata-se do período mais violento da ditadura militar, que buscou exterminar as organizações da esquerda. O número de mortes durante esses anos representa 51% do total. No final de 1974, a maioria das organizações da esquerda armada se encontrava em situação precária e sem condições de ação. Os anos que se seguiram testemunharam o início do debate para uma possível anistia e coincidiram com uma diminuição do número de mortes. De 1975 a 1979, foram 28 casos (15% do total), tendência acentuada de 1980 a 1985, com nove mortes (5%)⁹³.

Esses crimes foram praticados dentro da complexa estrutura constituída no interior do aparelho estatal, ou com a vítima sob custódia do Estado, ainda que fora de uma instalação policial ou militar, ou em locais clandestinos de tortura e execuções. A grande maioria dessas mortes ocorreu em decorrência de tortura, quando os presos eram submetidos a longos interrogatórios. A ação de repressão que teve como resultados as execuções e morte sob tortura se dirigiu sobretudo contra militantes de organizações políticas e armadas. Como podemos observar nesse estudo de mortos e desaparecidos feito pela CNV:

Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro (PCB), VAR-Palmares, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Brasileiro Comunista Revolucionário (PCBR) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, no conjunto, reúnem cerca de 50% do total. Entre os casos analisados pela CNV, 25% correspondem a pessoas sem militância política identificada e quase 2% a estrangeiros. O PCdoB e o PTB correspondem, cada um, a cerca de 3% do total de vítimas. Integrantes de

⁹³ CNV, Op. Cit., p.439.

algumas organizações, como Partido Social Democrático (PSD), Partido Operário Comunista (POC), Resistência Armada Nacional (RAN), Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Associação de Funcionários, somam cerca de 5% do total⁹⁴.

Na ditadura civil-militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por uma única organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. Também ocorreu, sobretudo, a participação de civis, que financiavam ou apoiavam as ações repressivas. Essa forma de atuação foi incrementada, principalmente a partir de 1969, em especial em São Paulo, por meio da Operação Bandeirantes (Oban). E, depois, com os Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), que se instalaram em várias capitais do país⁹⁵.

Para finalizar e termos um pouco mais de aproximação do que foi a ditadura civil-militar, seguem os dados apurados que constam no Dossiê publicado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos:

Mais de 50 mil presos nos primeiros meses depois do golpe, 436 mortos e desaparecidos políticos no Dossiê de Familiares, uma quantidade não determinada de índios, 10.034 pessoas submetidas a inquérito e 7.376 indiciadas por crimes políticos, 130 banidos, 4.862 cassados, 6.952 militares atingidos, 1.188 camponeses e apoiadores assassinados, 4 condenados à pena de morte (que foi comutada; a ditadura executou vários, mas sempre fora da lei) e milhares de exilados⁹⁶.

Em suma, o período da ditadura civil-militar instalada em 1964-1985, esteve associado a um quadro de violações massivas e sistemáticas de direitos humanos que foram praticadas por agentes públicos contra aqueles que discordavam politicamente da ditadura, e contra todos que pareciam ser obstáculos para os projetos do regime⁹⁷. As prisões, os desaparecimentos, as torturas, assassinatos e todas as formas de violação ao direito a vida não foram apenas práticas isoladas de alguns agentes da repressão, foram políticas organizadas e bem arquitetadas do Estado.

⁹⁴ Idem, p.444.

⁹⁵ CNV, Op. Cit., p.112.

⁹⁶ PAIVA, Rubens. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2014, p.4.

⁹⁷ CNV, Op. Cit., p. 278.

I.II- Resistência ao terror: Ribeirão Preto a síntese do conservadorismo e o processo inicial de luta

Algumas das características que diferenciam as FALN é o fato de a organização ter surgido longe das capitais. Sabemos que houve diversos grupos de resistência espalhados pelo interior do país, mas geralmente eram células das organizações das capitais⁹⁸, como por exemplo: a ALN.

O livro Perfil dos Atingidos dá ênfase ao fato das FALN ter sido “(...) provavelmente, a única organização clandestina brasileira que não se formou a partir das capitais”⁹⁹, Botosso traz a mesma informação¹⁰⁰, Ridenti destaca a “expressão meramente local”¹⁰¹ e Gorender fala que o grupo se conservou autônomo¹⁰². A partir dessa questão uma reflexão se faz importante e necessária para o desenvolvimento deste subcapítulo: havia elementos da cidade de Ribeirão Preto, no pós-golpe, que criasse condições mais gerais para o surgimento das FALN, antes mesmo do surgimento de outras organizações revolucionárias? Para isso, faz-se necessário uma breve contextualizações de alguns aspectos políticos, econômicos e sociais da cidade de Ribeirão Preto nas décadas de 1950 e principalmente na década de 1960.

Desde o fim do século XIX Ribeirão Preto foi se estabelecendo como importante centro econômico do país, especialmente na questão agrária. O primeiro produto que impulsionou o desenvolvimento local foi o ciclo do café que chegou à região por volta de 1880. Neste período temos muitos imigrantes que chegaram à região para trabalhar nas lavouras de café.

Para termos uma ideia do tamanho das transformações ocorridas na região entre o final do século XIX e início do XX, podemos destacar a crescimento populacional que em 1880 era de 12.000 habitantes e em 1902 chegou a quase 53.000, sendo 33.189 estrangeiros, principalmente italianos. Em doze anos um salto de mais de 40.000 habitantes¹⁰³.

Com a crise da produção cafeeira, o cultivo de outro produto garante que a região de Ribeirão Preto continue assumindo um papel de grande destaque na

⁹⁸ RIDENTI nos mostra essa questão quando trabalha o número de pessoas processadas de acordo com seu local de residência. RIDENTE, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira, 1993, p. 240/241

⁹⁹ PROJETO BRASIL: NUCA MAIS. Perfil dos atingidos. p. 87.

¹⁰⁰ BOTOSSO, M. Op. cit., p.16.

¹⁰¹ RIDENTI, M. Op. cit., p. 223.

¹⁰² GORENDER, J. Op. cit., p.250.

¹⁰³GERALDO, Sebastião. Comunicação Oral: o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes. USP, 1990, p. 13.

economia agroindustrial do país: a cana-de-açúcar. O clico da cana-de-açúcar em poucos anos já se tornaria muito maior e mais rentável do que o cultivo do café. Com o crescimento cada vez maior da produção de açúcar, era necessário um grande contingente de trabalhadores rurais. A maioria destes trabalhadores havia sido colono nas antigas fazendas de café, e agora tinha que se readaptar às novas condições de trabalho. Trabalhadores assalariados, arrendatários, meeiros e pequenos proprietários, todos inseridos nesse cenário de intensificação da exploração de mão de obra barata.

Essas mudanças pioraram muito as condições de vida destes trabalhadores rurais. As leis trabalhistas conquistadas pelos trabalhadores urbanos não se estenderam ao campo e isso gerava um sentimento de frustração e revolta. Segundo Saind Issa Halah, advogado que defendeu os trabalhadores rurais da região:

“Os empregados rurais estavam acostumados a receber o trabalho de toda uma família, e apenas pagar ao chefe, os demais trabalhavam de graça. (...) cada trabalhador e sua família que trabalhava para os usineiros de açúcar, que fizeram toda essa fortuna que está aí, morava numa casa de chão batido e não tinha mais do que..., morava como bicho. Eles tinham um desconto de 33% a título de habitação. Então uma família que tinha cinco trabalhadores (...) quase metade da força de trabalho era por conta do aluguel da casa. Uma casa de chão batido. Naquele tempo eu fiz um cálculo uma vez, e mostrei que uma família de trabalhador rurais pagava um aluguel maior do que qualquer casa aqui no alto da cidade, de luxo. Para morar na usina! E a qualquer momento podia ser mandado embora. (...) E mais! A maioria das Usinas da região (...) o trabalhador para comprar remédios tinha que comprar da farmácia da Usina. O trabalhador pra comprar alimentos, no armazém da Usina. Não circulava dinheiro. O salário eram vales. De tal sorte que onde o trabalhador ia comprar tudo era mais caro”¹⁰⁴.

Esse fato combinados, com excesso e exploração da mão-de-obra e as condições insalubres de vida destes trabalhadores, provocam tanto o êxodo rural, como as tentativas de organizações pelo direito a permanência na terra. Não é por acaso o grande número de trabalhadores rurais indiciados no processo movido contra as FALN.

Para entendermos o que significou esse processo de êxodo rural os números se fazem necessários¹⁰⁵. A cidade de Ribeirão Preto, no decorrer da década de 1960, registrou uma grande leva de migrantes da zona rural para a zona urbana. Se no recenseamento de 1960, havia 116.153 habitantes morando nas cidades e 13.565 no

¹⁰⁴ CARNEIRO JÚNIOR, Milton. Sociedade e política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960- 1964). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Franca, 2002, p. 118/119.

¹⁰⁵ Nos anexos deste trabalho tem dois mapas da região de Ribeirão Preto. A figura 1 é um mapa de 1925 e a figura 2, um mapa de 2003 (tivemos dificuldade em encontrar mapas mais antigos e mapas da década de 1950/60). Os mapas são para localização do leitor e embasamento da discussão de desenvolvimento urbano por qual Ribeirão Preto passou desde o final do século XIX até início do século XXI. Além dos mapas, a figura 3, evidência a diferença gritante populacional de Ribeirão Preto em comparação com outras cidades da região.

campo, dez anos depois, no recenseamento de 1970, a situação havia sofrido mudanças: agora 197.045 residiam na zona urbana e apenas 8.454 na zona rural¹⁰⁶.

Vimos que nas décadas de 50 e 60, a força econômica da cidade de Ribeirão Preto concentrava-se na produção agrária, mas a economia local também se fortalecia com um importante comércio e um forte setor de prestação de serviços. Em 1961, a prefeitura realizou uma sinopse estatística e computou que a cidade oferecia 24 bancos, 1.234 empresas prestadoras de serviços e 1.703 estabelecimentos comerciais, sendo que alguns destes estabelecimentos já haviam atingido um caráter estadual ou nacional¹⁰⁷.

Esse avanço no setor comercial fez com que aos poucos a imagem da cidade fosse sendo construída como a “metrópole comercial da Alta Mogiana”¹⁰⁸. O autor Agnaldo Barbosa nos mostra que, já nos anos 60, havia um desejo por parte dos políticos e jornalistas locais, tornar a cidade de Ribeirão Preto em a nova capital do estado de São Paulo¹⁰⁹. O título de um trabalho apresentado em 1961, pelo governo local, na XVI Conferência de Administradores Municipais, realizada no EUA, nos dá mais um exemplo da visão que se tinha da cidade de Ribeirão Preto na década de 1960. Ele foi expresso nos seguintes termos: “O esforço de uma comunidade do interior da América Latina que venceu o subdesenvolvimento”.¹¹⁰

Ao longo dessas décadas foi se formando o quadro da elite ribeirão-pretana. Além dos usineiros, os donos de empresas e os donos de alguns estabelecimentos comerciais representam a classe alta e, conseqüentemente, que dita os caminhos que a cidade percorrerá. Um da pesquisa realizada por Frei Rolim nos ajuda nesse sentido:

“Quem, afinal, manda em Ribeirão? Existem algumas famílias tradicionais importantes. Baseiam sua fortuna em atividades rurais (Usinas e fazendas). Os Biagi são um exemplo. Outro, as famílias Meirelles e Junqueira. Um terceiro tipo seria a família Marchesi. Além de basear-se no trabalho agrícola (tem 3 usinas de açúcar) apresenta-se como um grupo empreendedor na cidade. Banco e firma de automóveis (venda, consertos, lubrificação etc.). A Família Meirelles e Junqueira estão ligadas por laços de matrimônio, o mesmo ocorrendo com os Biagi e Marchesi. Outro grupo existente seria o de comerciantes locais. Inclui-se neste várias famílias de descontentes sírios ou “turcos”, que, juntamente com outros, “unem-se sempre nas decisões importantes”¹¹¹.

¹⁰⁶ BAGATIM, Op. Cit., p. 24

¹⁰⁷ BAGATIM, Op. Cit., p. 45.

¹⁰⁸ MARINO, Divo. O populismo radiofônico em Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Gráfica Santo Antônio, 1977, p. 73.

¹⁰⁹ O Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 16 de maio de 1967, p. 8. Apud WALKER, T. & BARBOSA, A. Op. cit., p. 170.

¹¹⁰ Idem. Ibidem, p. 171.

¹¹¹ ROLIM, Frei Antônio. Levantamento Sócio Religioso de Ribeirão Preto, 1963, p. 144.

Ao longo desse subcapítulo iremos perceber como esse grupo se articulou para desmobilizar as lutas incipientes no contexto do golpe e da ditadura civil-militar.

Ribeirão Preto viveu um período de efervescência política influenciada pela conjuntura brasileira no início da década de 1960. Um dos episódios mais significativos foi a participação ativa da resistência em apoio à posse de Jango a presidência da república¹¹².

Um dos primeiros movimentos foi a marcha dos universitários de medicina da USP a favor da legalidade. A resistência a esse processo inconstitucional foi muito forte na área estudantil, onde os grêmios secundaristas decretavam greves e publicavam manifestos em jornais nacionalistas e de esquerda. O Centro Nacionalista Olavo Bilac, do colégio Otoniel Mota, também fez seu protesto em defesa da posse de João Goulart, publicando um manifesto no jornal local *Diário de Notícias* nos seguintes termos:

Nesta hora grave na vida do Brasil, quando a fúria da violência ameaça bem de perto as instituições democráticas de regime e asfixia as liberdades dos brasileiros, o CENTRO NACIONALISTA OLAVO BILAC (...) exige com vigor e coragem o respeito à Constituição e a posse na presidência da república do Doutor João Goulart. Consideramo-nos em greve. De nada valerá a escola se nos faltar, na rua, a liberdade. (...). À greve, pois. Viva o Brasil. Viva a Constituição. Antônio José Moreira (presidente) Francisco de Biase (P. Geral) Regis de Castilho (Secretário) Militão M. Neto (2º Secretário)¹¹³.

Os jornais nesse período tiveram um papel de grande importância, com destaque para *A Palavra*, que agasalhava em suas colunas, o pensamento das diversas correntes de fundamentação democrática: liberais, trabalhistas, nacionalistas, brizolistas, janguistas, comunistas do PCB, socialistas e sociais-cristãos¹¹⁴. O jornal trazia em suas publicações manchetes que denunciavam a trama golpista, tendo um importante público em Ribeirão Preto. Como podemos observar em um dos exemplares, dizia “repudiar veementemente os interesses escusos e inconfessáveis do grupo reacionário de falsos brasileiros que tentam vilipendiar e solapar a vigência de nosso regime democrático”¹¹⁵.

Houve também uma organização dos trabalhadores sindicais que se posicionou com firmeza frente a esse contexto de disputas políticas, realizando assembleias na

¹¹²PAULINO, Leopoldo. Tempo de resistência. 4ª edição, ed: Oswaldo Cruz Empreendimentos, 2001, p. 16.

¹¹³ PAULINO, Op. Cit., p. 31.

¹¹⁴ MARINO, Divo. Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimento sobre o golpe de 64. Ribeirão Preto, Ed: Legis Summa Ltda., 1998, p, 10.

¹¹⁵ Manifestos de estudantes em Ribeirão Preto. A Palavra, 28 de agosto de 1961. Apud BAGATIM, p.42

UGT (União Geral dos Trabalhadores), associação histórica de influência pecebista, mas que congregava vários setores da esquerda.

O PCB local teve grande importância e influência nesse período de efervescência política e social. Um dado importante a ser destacado, que mostra a força e protagonismo deste partido nos anos 60 na cidade, é o curto espaço de tempo entre a oficialização do partido no país (1922) e o início da organização deste primeiro núcleo em Ribeirão Preto (1923). Durante a sua existência, principalmente, nos curtos períodos de legalidade, o PCB local deu ênfase e maior centralidade à questão agrária e aos trabalhadores rurais, visto o grande contingente de trabalhadores as margens como já mencionamos.

O PCB apontou, no Manifesto de Agosto de 1950, o campesinato como o principal aliado do proletariado para a implementação da revolução brasileira, sendo a reforma agrária uma das bandeiras mais importantes para estes trabalhadores. Contudo, foi a partir do IV Congresso do Partido, em 1954, que os debates relacionados a reforma agrária passaram a estar articulados com a linha política do PCB¹¹⁶.

Depois destas definições, o PCB local potencializou o seu trabalho no meio rural e encontrou um espaço amplo de atuação. A correlação de força e antagonismo de classes se expressava de modo gritante neste território basicamente agrícola e que abrigava um número grande de trabalhadores rurais. As condições concretas de trabalho de base ali estavam estabelecidas – já que os trabalhadores envolvidos por essas contradições de vida e trabalho, buscariam caminhos onde pudessem se fortalecer – e o PCB buscou sintetizar essas demandas e anseios para transformá-las em lutas. Como podemos ver em Alessandra Bagatim:

Assim, no decorrer da década de 1950, a atuação do PCB de Ribeirão Preto deu-se, basicamente, através da luta junto aos trabalhadores rurais, luta está feita a partir de lideranças pecebistas vindas também do meio rural, como foi o caso de Arlindo Teixeira, Antônio Giroto, Nazareno Ciavata, Natal Siviero e Irineu de Moraes¹¹⁷.

O nome de maior destaque na luta junto aos trabalhadores rurais em Ribeirão Preto foi o do pecebista Irineu de Moraes, o Índio. Segundo ele o trabalho era realizado através de um processo lento e gradual. Primeiro era preciso ganhar a confiança dos lavradores, “comer com eles”, como ele se expressa, e depois conhecer quais eram suas reivindicações, já que o interesse de um pequeno sitiante era diferente do interesse de

¹¹⁶ BAGATIM, A. Op. cit., p. 27

¹¹⁷ Idem, p. 28.

trabalhadores assalariados, como os cortadores de cana-de-açúcar, por exemplo. Com o trabalho de levantamento das reivindicações, já era possível começar a falar sobre a importância da formação de associações ou sindicatos¹¹⁸.

Quando Jânio Quadros renunciou à presidência da república, foi realizado em Ribeirão Preto um comício em favor da posse de João Goulart. O PCB, conhecendo o prestígio de Irineu entre os trabalhadores rurais, pediu para que ele mobilizasse esses para somar e fortalecer o movimento que tentava assegurar o processo legal e constitucional. Irineu relata que:

Em Ribeirão Preto tinha um comício marcado para a posse do Jango. (...). Então, a gente resolveu entrar em greve e organizar uma caravana de camponeses para apoiar o movimento, o comício de Ribeirão. Entraram em greve e pararam cinco usinas. Os usineiros ficavam loucos porque a greve começou em pleno meio da safra – greve prejudicial mesmo. Os usineiros não entendiam o que os trabalhadores queriam. A greve era pela posse de Jango e desse jeito não havia nada para discutir com os fazendeiros, os usineiros (...) uma greve puramente política, que não tinha nada a ver diretamente com os usineiros¹¹⁹.

Não é nossa intenção, no entanto, descrever todo o processo de trabalho e luta do PCB local junto aos trabalhadores rurais¹²⁰, e sim destacar a importância desses atores, tanto do Partido quanto dos trabalhadores, neste contexto de luta e resistência frente ao golpe civil-militar que se avizinhava.

Neste contexto, onde os movimentos sociais se fortaleciam, os trabalhadores rurais se organizavam e um rico debate teórico ideológico se tornava mais presente em todo o país, um novo sujeito entra em cena: os estudantes. Durante todo o período de pré-golpe e, posteriormente, de 21 anos de ditadura civil-militar, os estudantes (secundaristas e universitários) estiveram presentes na luta e resistência ao regime, sendo, muitas vezes, protagonista desse processo.

Em Ribeirão Preto não foi diferente. Muitos destes estudantes começaram a se envolver em movimentos que iam desde a criação de Centros Acadêmicos ou à organização de protesto contra diretores com postura autoritária, até a criação de jornais estudantis, a participação em discussões referentes às reformas de base ou o envolvimento com a União Estadual dos Estudantes (UEE). Nas escolas, nas faculdades, nos grêmios estudantis, nos centros acadêmicos, nas rodas de amigos, nas

¹¹⁸ Idem, p. 33.

¹¹⁹ WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 165/166.

¹²⁰ Informações mais detalhadas sobre essa relação encontram-se na dissertação de mestrado de Alessandra Bagatim.

ruas, os temas da vida pública, a política, a questão social, faziam-se amplamente presentes entre esses estudantes.

Essa intensa participação dos estudantes começou a preocupar muitos setores conservadores da cidade. Depois do golpe civil-militar, essa preocupação aumentou, tanto que os agentes do DOPS fizeram um levantamento para saber quais tinham sido as implicações do golpe no meio universitário, visando, a grande possibilidade de foco de resistência neste território. O resultado deste relatório, feito em três cidades da região, constou que apenas em Ribeirão Preto esse processo teve impacto significativo¹²¹.

(...) Ribeirão Preto (...) foi a única a apresentar acontecimentos importantes. (...) como diz o próprio prefeito, Ribeirão Preto teve sua história marcada pelo ciclo do café e agora vive o ciclo universitário. Computando todos os cursos, do primeiro aos superiores, há cerca de 50 mil estudantes na região ribeirão-pretense. Medicina: 550 alunos Filosofia: 80 alunos Farmácia: 80 alunos Odontologia: 130 alunos Direito: 427 alunos Ciências Econômicas: 450 alunos Na Delegacia Regional de Polícia toda ação repressiva está entregue ao delegado regional Celso Camargo de Azevedo e ao delegado adjunto Sr. Leonel Abrahão, auxiliado por Renato Ribeiro Soares. Na faculdade de medicina são acusados de terem atentado contra a segurança nacional: Antônio Reis Villalobos, a instrutora de psicologia Hena Schwartzburg, o professor Clarimundo Alves de Souza Filho e o professor Luiz Carlos Raya. Faculdade de Filosofia: nenhuma anormalidade. Faculdade de Farmácia e Odonto: nenhuma anormalidade. Na faculdade de Direito estão detidos José Carlos Longo, Rubens Pires Rebelo, José Adolfo Granville Ponce e Wilson Gameiro. Nas demais faculdades não houve nenhuma anormalidade¹²².

Desta forma, ao passo que cresciam os movimentos de reivindicações dos trabalhadores rurais, a movimentação nos meios estudantis e os debates políticos próprios deste período, crescia também a articulação dos representantes dos setores conservadores e de elites da cidade, com intuito de impedir a proliferação destes movimentos.

Ribeirão Preto foi foco de insatisfação frente ao governo de João Goulart e suas propostas. A expressão maior desse descontentamento aconteceu em março de 1964, quando um panfleto se tornou a “marca simbólica” da crise institucional na cidade, onde um grupo conservador organizou um núcleo local do MAD (Movimento Ativo Democrático) que lutava pela derrubada do governo constituído, tendo tal grupo iniciado um movimento contra os jornais *A Palavra*, *Diário da Manhã* e *Diário de*

¹²¹ BAGATIM, A. Op. cit., p.43

¹²² Dossiê 50 – Z. Pasta 298 – 8. Documento 1299. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo, APUD BAGATIM, 2006, p.43.

Notícias, pressionando as empresas locais para que não anunciassem em tais periódicos, com a finalidade de sufocá-los¹²³.

Ribeirão Preto foi inundada por raivoso panfleto publicado pelo até então tradicional jornal *A Cidade*, sob responsabilidade do MAD, que dizia agir pela religião, pela democracia e contra o comunismo. Esse manifesto, como expressão maior de um momento de antagonismo de classes e correlação de forças, merece ser divulgado na íntegra:

O cidadão brasileiro patriota reaja ativamente à infiltração comunista que está sufocando o Brasil. O comodismo é convite ao comunismo. Reaja ativamente contra essa minoria atuante e barulhenta que deseja a destruição da família, da religião e da liberdade. Você sabia que Pernambuco, sob o governo cripto-comunista de Arraes, está com uma média de duas greves por dia? Você sabia que os seus capangas armados transitam livremente dentro dos quartéis da polícia pernambucana? Você sabia que já pediram terras, assassinado os proprietários e as famílias naquele Estado? Você sabia que há distribuição grátis pelo governo pernambucano, de cartilhas comunistas editadas na China em português? Você sabia, enfim, que Pernambuco vive num clima intenso de ódio, agitação e insegurança? Você quer isto para São Paulo? Pois bem, está situação virá, e brevemente, se você não agir, se não sair do seu comodismo e enfrentar esta ameaça e desafio dos comunistas. Não é como apaziguamentos, conformismos, achando que são pessoas mal orientadas e bem intencionadas, que pregam intensamente subversão, que vamos continuar na democracia. O Brasil atualmente é um país de contrastes, onde os senadores trocam tiros, os generais fazem discursos, e o governo prega a subversão e a oposição defende a legalidade. Você sabia que o partido comunista de todos os países do mundo não tem presidentes e sim secretários, porque o presidente está na Rússia? Carlos Prestes é secretário de um partido estrangeiro, cujo fim é dominar o Brasil. É um traidor autêntico. Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não anunciar em jornais comunistas, ou jornais que fazem o jogo dos comunistas, ou jornais Brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confucionistas que acende uma vela a Deus e outra ao Diabo. Anunciar e apoiar estes pasquins é o mesmo que dar corda para se enforcar e incentivar a propaganda comunista desagregadora. O M.A.D. não é contra homens, e sim contra ideias exóticas que desejam nos destruir; assim sendo, se estes jornais mudarem de orientação, terão imediatamente o nosso apoio. Não temos cor partidária, mas interesse na defesa dos princípios democráticos. Vamos apoiar o MAD, vamos reagir, vamos lutar pela democracia, que é o regime do homem para o homem e pelo homem¹²⁴.

Indiretamente o manifesto do MAD atingiu o objetivo colimado: com o passar dos anos até o *Diário da Manhã*, o decano de centenária história, deixou de existir em Ribeirão Preto. Foi a morte anunciada mais demorada. Atravessou agônico todo o período da ditadura. *O Diário de Notícias* desapareceu pouco tempo depois de vir à luz o panfleto do MAD. E o alternativo *A Palavra*, fundado em 1961, foi o primeiro a

¹²³ PAULINO, Op. Cit., p. 20

¹²⁴ MARINO, Op. Cit., 1998, p. 08.

deixar de circular¹²⁵. Esse panfleto, apesar de sua origem anônima, retratou com fidelidade o pensamento político-social de um influente setor da população.

Outro movimento que aconteceu nesse processo e que sintetiza o perfil conservador de Ribeirão Preto – muito semelhante ao já citado movimento do MAD – e que mostra a grande influência que a classe dominante exercia sobre a população, bem como a sua participação no golpe civil-militar e a chamada *Campanha Pró-Moralização dos Costumes*, inaugurada na sede da ACIRP (Associação dos Comerciantes e Industriais de Ribeirão Preto), que em conjunto com o movimento *Rearmamento Moral* de São Paulo, atuavam supostamente em prol do bem da humanidade. Segundo Daniel Mattu, um dos membros deste movimento¹²⁶.

O Rearmamento Moral poderia ser definido como uma “terceira força”, ou uma terceira via entre o comunismo e o capitalismo, já que objetivava atingir o bem-estar de toda a humanidade através de quatro princípios autênticos: pureza, honestidade, altruísmo e amor absoluto, cujo objetivo nobre era “o bem estar de toda a humanidade¹²⁷”.

Dessa forma, sob o véu do moralismo, contra os comunistas e na defesa da família, é que o Rearmamento Moral era apresentado. Fazia parte de uma articulação dos empresários contra as reformas propostas por Goulart e era apoiado pelo complexo IPES/IBAD. Trechos dos discursos deste movimento serão apresentados para termos claro que sua propaganda era contra o comunismo e em defesa da intervenção militar.

Nós estamos em guerra. (...) Duas ideologias disputam, atualmente, o mundo. Uma é o Rearmamento Moral, que acredita que a mente de Deus deveria controlar o mundo através da transformação da natureza humana; e a outra é o comunismo, que acredita que a mente do homem deveria controlar o mundo através da exploração da natureza humana. Uma ou outra deverá vencer. O Comunismo é uma ideologia. Quer dizer, é uma ideia que domina o todo de uma pessoa – seus motivos, seu pensamento, sua maneira de viver (...), por conseguinte, ele não pode ser superado, exclusivamente, no nível militar e econômico. O comunismo tem um plano para apoderar-se de nosso país (...) nós mesmos não percebemos que nossas mentes estão sendo submetidas à lavagem do cérebro através de muitas coisas que lemos na imprensa de todos os partidos, do que vemos na televisão ou no teatro, do que ouvimos no rádio e até mesmo de alguns púlpitos. (...) O Rearmamento Moral é uma ideologia superior, com uma estratégia superior (...) é muito mais do que a resposta ao comunismo. É a ideia revolucionária que está pondo em ordem o que está errado e está dando a todas as nações a liderança incorruptível e inspirada, única capaz de criar uma vida plena e livre para cada nação. (...) A única coisa que pode defender nosso hemisfério, agora que enfrentamos o maior perigo de nossa história, é um armamento ideológico. A tarefa de todos nós é a de promover o avanço do Rearmamento Moral em todo o hemisfério e no mundo inteiro. (...). É o Rearmamento Moral ou o

¹²⁵ Idem, p. 10.

¹²⁶ BAGATIM, Op. Cit., p.50.

¹²⁷ Idem, p. 51.

comunismo. (...) A luta é entre Cristo e anticristo. Escolheis hoje a que quereis servir¹²⁸.

Em resposta a essa publicação, o Jornal *A Palavra* faz serias críticas ao Rearmamento Moral e à Campanha Pró-Moralização dos Costumes.

FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater compatriotas! (...) imperialistas americanos combatem o povo brasileiro com todas as armas: Polícia, Rearmamento Moral, IPES – Vergonha para o Brasil! (...) os americanos atuam com outras armas: assim fundaram o "Rearmamento Moral", movimento a serviço do imperialismo, bem como o IES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Os americanos, contra a América Latina, jogam a última cartada e usam de todas as armas!¹²⁹

Em 1963 outro movimento entrou em cena na luta contra a “corrupção” e o “comunismo”: foi o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) integrado, em sua maioria, por mulheres ricas que buscavam a defesa “do lar”, “da família” e “da sociedade”. O MAF não era um movimento local, de acordo com René Dreifuss, surgiu em 1954, e durante a década de 1960 intensificou sua ação anticomunista e anticorrupção.

Embora o MAF de Ribeirão Preto fosse guiado por estes princípios, sua procedência, reivindicações e a composição de sua diretoria, nos permitem afirmar que havia outros objetivos, como o interesse em manter a influência que suas famílias exerciam na sociedade e, conseqüentemente, seus valores e poder¹³⁰.

O resultado destes movimentos foi o desenvolvimento de uma campanha, liderada por Antônio Machado Sant’Anna, defendendo a participação dos empresários locais no cenário político da cidade.

“(…) batemos na mesma tecla, isto é, pela formação de uma frente única, em Ribeirão Preto para a disputa de cargos eletivos, selecionando ao máximo, a fim de poder apresentar ao povo uma chapa com reais valores, sem aventureiros e sem políticos profissionais. (...). Como seria feita essa frente única? A Associação Comercial apresentaria 8 ou 10 nomes de comerciantes e industriais; a Associação Rural, 4 ou 5 lavradores; as Cooperativas de Usineiros de Açúcar; de Cafeicultores, de Leite, de 4 a 5 cada uma, a ARRI três ou quatro jornalistas; e assim, a Associação dos Engenheiros, o Centro Médico, Associação dos Farmacêuticos, Associação Odontológica, os Sindicatos de Trabalhadores na Indústria (Iapiários) de 4 a 5; os Sindicatos de Comerciantes e de Trabalhadores (Iapacê), dos bancários, etc.; Sindicatos dos

¹²⁸ Ideologia e coexistência. Diário da Manhã. Ribeirão Preto, 22 de abril de 1962, p. 6-8, Apud BAGATIM, 2006, p.52.

¹²⁹ FBI trabalha no Brasil organizando polícia para combater patriotas, A Palavra, Ribeirão Preto, 16 de abril de 1962, p.3, Apud BAGATI, 2006, p.53.

¹³⁰ BAGATIM, A. Op. cit..., p.53

Jornalistas Profissionais; de Radialistas, enfim todas as entidades de utilidade pública compareceriam com os seus melhores nomes”.¹³¹

A conclusão deste movimento foi a criação, em 1963, da Frente Eleitoral da Indústria e do Comércio, que lançou a candidatura vários nomes para o cargo de vereadores, destes três foram eleitos e compuseram a Câmara a partir de 1964¹³². Junto com esses, foi eleito para prefeito, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) o jovem Wélson Gasparini, ex-vereador. Ele assumiu a prefeitura alguns meses antes do golpe civil-militar e depois de abril de 1964, Gasparini foi se incorporando à nova ordem e sendo beneficiado por isso. Segundo Said Issa, que foi colega de Gasparini na Câmara de Vereadores:

“(...) Gasparini nunca me enganou em um aspecto, ele foi colega meu como vereador e sempre foi um homem muito indeciso, muito frágil, ele não é um homem determinado, com coragem. Então, já na Câmara Municipal ele sempre votava nome de rua, congratulações por casamento e aniversário, pesar por morte, discutia muito intensamente os projetos, mas na hora de votar, via de regra, ele era um muralista, como dizia naquele tempo o finado Gavino Virdes, que era vereador, era um muralista conseqüente, ele sempre entendia que Deus era bom e o diabo não era tão mau, então, ele não tinha nunca uma definição nas votações. Como prefeito ele revelou este mesmo comportamento, esta mesma maneira de ser e quando da ditadura ele confraternizou-se com ela”.¹³³

Em julho de 1966, Gasparini informava em comunicado à imprensa o seu ingresso na ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido da situação, criado após a instalação do governo, que junto com o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – o chamado partido da oposição – compunha o sistema bipartidário do país¹³⁴. A Câmara Municipal também se mostrava cada vez mais incorporada à nova situação política. Logo após a instalação da ditadura civil-militar, começa uma onda de cassações de vereadores com ligações ao PBC e viés democráticos¹³⁵.

O golpe civil-militar, e os novos rearranjos políticos que ele possibilitou ou fortaleceu significaram uma vitória aos representantes da elite ribeirão-pretana que, veladamente ou não, se empenharam na luta anticomunista e contrária ao governo Goulart. Porém, não puderam apagar as marcas que ficaram nos consensos dos trabalhadores rurais, dos estudantes e de tantas outras pessoas sobre a força de sua luta.

¹³¹ Frente Única de Defesa de Ribeirão Preto para a disputa de cargos administrativos. Diário da Manhã, Ribeirão Preto, 24 de maio de 1962, p. 1.

¹³² BAGATIM, Op. Cit., p.54.

¹³³ Idem, p. 54.

¹³⁴ Idem, p. 55.

¹³⁵ Para mais informações, ver: PAULINO, Leopoldo. *Tempo de resistência*. 4ª edição, ed: Oswaldo Cruz Empreendimentos, 2001.

Essas marcas ainda se faziam presentes na segunda metade dos anos 60, quando a luta contra a ditadura, e pela democracia se tornou tão presente.

No dia do golpe não houve foco de resistência em Ribeirão Preto. A UGT, histórico patrimônio dos trabalhadores e de setores da esquerda, estava de portas fechadas¹³⁶. Quase nada se soube da iniciativa dos 24 mil Grupos dos Onze organizados em todo território nacional, liderados pelo ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Alguns dias depois do golpe, dois lavradores apresentados como chefes de Grupos dos Onze, que residiam na Fazenda Limeira, no município de Jardinópolis, denunciaram à imprensa de Ribeirão Preto que “mais de quinze policiais, armados com metralhadoras, invadiram cinco casas de trabalhadores rurais (...) a procura de armas apropriadas à guerra revolucionária¹³⁷”. Botosso esclarece esse episódio:

Através de denúncia de que aproximadamente 50 trabalhadores daquela fazenda habitualmente escutavam, através do rádio os discursos do deputado Leonel Brizola, os policiais chegaram em duas peruas e um *jeep*, ostentando forte armamento automático, como se estivessem em uma verdadeira operação de guerra. Em seguida, adentraram invectivamente nas casas dos trabalhadores, aterrorizando as crianças e esposas dos lavradores que se encontravam naquele local. Os agentes policiais estavam à procura de um possível núcleo dos Grupos dos Onzes¹³⁸.

No dia 1 de abril o golpe era um fato consumado. A situação em Ribeirão Preto era desoladora, como em todo o país. Houve cassações, prisões e torturas contra os que se rebelaram contra o regime imposto desde o primeiro dia do golpe. Como afirma Leopoldo Paulino, “em Ribeirão Preto, diversos opositores da ditadura foram presos enchendo-se as celas de comunistas, socialistas, democratas e nacionalistas de distintas classes sociais”¹³⁹.

Após o golpe civil-militar, os apoiadores da nova “ordem” instituída viriam dos mais diversos segmentos da sociedade. No dia 2 de abril foi realizada uma das maiores manifestações já ocorridas no país. Os vitoriosos foram às ruas para participar da Marcha da Vitória com Deus pela liberdade, onde mais de 500.000 pessoas estiveram presentes no ato. Em Ribeirão Preto, como em quase toda cidade caracterizada como centro regional, a classe patronal organizou marchas semelhantes. Sebastião Botosso, ex-sindicalista relata esse episódio:

Tanto eu, como todos aqueles que participaram desta marcha de apoio à nova ordem, fomos “convidados” por políticos e pelo SESI (Serviço Social da

¹³⁶ PAULINO, L. Op. cit., p. 22.

¹³⁷ MARINO, Op. cit., 1998, p.62.

¹³⁸ BOTOSSO, Op. Cit., p. 23.

¹³⁹ PAULINO, L. Op. cit., p. 24.

Indústria). Hoje eu percebo que uns participaram de forma consciente e outros inconscientemente, sem saber o que estava por trás daquilo. Mas a maioria dos trabalhadores sentia-se convocados pelo seu patrão, as vezes temendo algum tipo de represália no emprego caso não participasse do ato político¹⁴⁰.

A síntese do conservadorismo em Ribeirão Preto aconteceu em 20 de abril de 1965: o vereador Aloízio Oláia Paschoal promoveu o projeto de lei 308, que concedia o título de “cidadão Ribeirão-pretano” ao embaixador norte-americano Lincoln Gordon¹⁴¹. O projeto de lei, que dizia: “por se pretender homenagear aquele que vem enviando esforços no sentido de prestigiar o nosso Município, através da Aliança para o Progresso”, foi aprovado pela maioria dos vereadores da Câmara Municipal, que avaliaram, com o voto, a vontade de partes e setores significativos política da cidade em reverenciar o representante do imperialismo norte-americano no Brasil.

Enquanto as oligarquias e a elite local preparavam as festividades de entrega do título de cidadania honorária ao embaixador norte-americano, as forças de esquerda organizaram uma manifestação de repúdio à sua presença e protestavam contra a sua vinda. Parte dos organizadores dessa manifestação seriam os futuros integrantes das FALN¹⁴². Segundo Leopoldo Paulino, “o PCB organizou eficiente campanha de denúncia à população sobre o significado daquela visita, por meio de panfletos e pichações que ocuparam os muros da cidade: FORA, MR. GORDON¹⁴³”.

O ano de 1966 ficou marcado por ter sido aquele em que se afirmou a ditadura civil-militar, mas também em que os partidos políticos de esquerda e o movimento popular, já “recuperados” do efeito causado pela velocidade com que o golpe civil-militar se consolidou, começaram a se aglutinar. Os partidos e organizações de esquerda começaram a trabalhar com uma estrutura clandestina. Em Ribeirão Preto, estudantes começaram a protestar contra a ditadura, fazendo manifestações em espaços públicos e denunciando o regime pelos muros da cidade.

Com o seu estabelecimento, a ditadura começa a fazer acordos com o governo norte-americano, entre eles, o MEC-USAID, que previa o fim gradativo do ensino público, uma tecnização do ensino em geral, bem como a disposição das universidades à serviço das grandes empresas, principalmente as multinacionais¹⁴⁴. Este acordo, por sua

¹⁴⁰ BOTOSSO, Op. Cit., p. 38.

¹⁴¹ MARINO, Op. cit., 1998, p. 105.

¹⁴² BOTOSSO, M. Op. cit., p. 53.

¹⁴³ PAULINO, L. Op. Cit., p. 41.

¹⁴⁴ Idem, p.50.

vez, intensificou as mobilizações protagonizadas pelo Movimento Estudantil e, no dia 22 de setembro de 1966, a UNE decretou o *Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura*, desencadeando grandes manifestações por todo o país. Leopoldo Paulino, partícipe dos acontecimentos da época, mais tarde integrante da ALN de Ribeirão Preto, descreve esse episódio:

O Comando do movimento decidiu, em Ribeirão, pela passeata no centro, na tarde do dia 21 de setembro (...) de imediato, a massa compacta de estudantes, que totalizava mais de duas mil pessoas, subiu em bloco e velozmente a Rua São Sebastião, em direção à Praça Barão do Rio Branco, no Paço Municipal, em grito uníssono: BRASIL! BRASIL! De quase todos os apartamentos e escritórios dos prédios da Rua São Sebastião, apareciam às janelas centenas de pessoas jogando papel picado, em explícito apoio a manifestação, enquanto populares nas esquinas aplaudiam nossa passagem, e nós, já em ritmo acelerado, entoávamos o Hino Nacional Brasileiro, transformando o centro da cidade em palco de resistência contra a ditadura¹⁴⁵.

A manifestação foi dispersa com a violência da polícia, como aconteceu em todo o país. Metralhadora, cassetetes, bombas de gás lacrimogênio, pancadaria, cavalos, cachorros e tantas outras formas de repressão à manifestação. “A catedral Metropolitana quase sempre era refúgio seguro. No momento do perigo, muitos estudantes ditos comunistas transformavam-se em crentes temporários e padres tomava partido pela não violência policial”¹⁴⁶. A repressão neste dia não poupou nem a imprensa, tendo sido presos, em trabalho, os jornalistas e radialistas Álvaro Neto, Roberto Édson e Valdice Spagnul, das rádios Cultura e PRA-7. O deputado do MDB, Orlando Jurca, foi preso e espancado pela polícia quando tentou defender e garantir a integridade física de um estudante que estava sendo agredido pelos policiais¹⁴⁷.

Não foi apenas na cidade que os conflitos, insatisfação e formas de resistência à ditadura aconteciam. Na zona rural os descontentamentos com as condições de trabalho e os salários cada vez mais miseráveis dos trabalhadores rurais foram condicionantes para uma incipiente organização.

As investidas cada vez mais violentas da ditadura civil-militar aliado a uma política extremamente conservadora apresenta um cenário que exige a mesma medida dos militantes de esquerda de Ribeirão Preto. Lideranças, estudantes, trabalhadores rurais, profissionais liberais, percebem a falência do caminho pacífico e se apoiam na violência armada para o enfrentamento a ditadura civil-militar.

¹⁴⁵ Idem, p.51.

¹⁴⁶ BOTOSSO, M. Op. Cit., p. 51.

¹⁴⁷ PAULINO, L. Op. Cit., p. 54.

Vanderley Caixe – estudante de direito- que acreditava na luta armada como forma de derrotar a ditadura, se encontrou com Marighella, ambos expulsos do PCB, para discutirem como se formariam os focos de resistência com armas. Como nos afirma Leopoldo Paulino:

A exemplo do que aconteceu em todo país, o PCB rachou também em Ribeirão Preto. A última reunião do PCB, da qual participei naquele período, deu-se no final dos anos de 1966, coordenada por Vanderley Caixe, acontecendo em uma casa grande e antiga da Rua Duque de Caxias. Presentes umas 40 pessoas no salão onde se deu o evento, ouvíamos os informes do companheiro Caixe, dizendo das expulsões ocorridas no PCB, da disposição de Marighella em formar uma organização de combate à ditadura, sem a estrutura burocrática de partido, bem como da gestão de Mário Alves, que pretendia com outros companheiros organizar um novo partido comunista, porém com caráter revolucionário, para desencadear a luta armada. Posicionou-se dizendo que havia tido um contato com Marighella, mas que acreditava ainda levaria algum tempo para que este pudesse organizar seus seguidores, quase todos até então no PCB, e espalhados por todo o Brasil¹⁴⁸.

Diante desse contexto, Vanderley Caixe propôs a imediata organização de um grupo clandestino armado de caráter local. A semente dessa proposta, em questão de tempo, germinaria, transformando-se nas Forças Armadas de Libertação Nacional.

¹⁴⁸ Idem, p. 68.

Capítulo II- As Forças Armadas de libertação Nacional

A juventude não foi feita para o prazer, mas para o heroísmo

Paul Claudel

Como já vimos no capítulo anterior, a maioria das organizações de esquerda considerou a falência do caminho pacífico. A proposta da luta armada passou a estar na ordem do dia e proliferou entre as organizações existentes e as novas, que surgiram pós-64. A perspectiva da resistência armada contra a ditadura civil-militar espelhava-se nas diversas tentativas de revoluções e ações de guerrilhas armadas que aconteceram em vários lugares da América Latina.

Filhos diretos do caldo cultural dos anos 60 , aclimatado pela bipolarização da Guerra Fria, das reuniões politizadoras na UGT, na Frente Agrária, das discussões travadas pela imprensa ribeirão-pretana, do ativo Movimento Estudantil, dos sindicatos, entre outras organizações existentes, contagiados pela influência das vitórias e tentativas de revoluções nacionalistas e socialistas- tomados pelas ideias de grandes líderes desses processos, como Fidel Castro e Che Guevara- os futuros integrantes das FALN, propunham a ação armada como forma legítima de levar a cabo a execução de um projeto entendido como revolucionário.

Os caminhos que levaram os integrantes das FALN a se unir foram diversos e as adesões ocorreram em momentos distintos, porém foi principalmente a partir de duas bases que a maior parte das adesões ocorreram: o PCB local e o movimento estudantil. O PCB talvez tenha sido o meio mais importante para a formação do grupo, já que seu primeiro núcleo era todo proveniente do comitê local do partido.

As Teses do VI Congresso, já no pós-golpe, mostraram que o partido defendia a necessidade de mudanças sociais, políticas e econômicas para o Brasil através de uma revolução que deveria ser realizada em duas etapas: a primeira, nacional e democrática e a segunda, socialista. Essa opção pela via pacífica em um período de ditadura civil-militar gerou uma série de cisões dentro do partido, de cuja crise ele jamais se recuperaria. A FALN foi resultado deste abalo sofrido pelo PCB devido às decisões do seu VI Congresso.

Desligados do partido os futuros integrantes das FALN começaram a trabalhar juntos na intenção de criar uma organização armada. Certamente, os primeiros gritos de protesto dos militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional foram impressos no

jornal *O Berro*. Esse veículo teria um papel vital no surgimento, estruturação e atuação da organização clandestina.

II.I- *O Berro* é a arma do povo

Antes de adentarmos no surgimento das FALN faz-se interessante fazer uma breve reflexão da importância do jornal *O Berro*, não somente na estruturação da organização, mas também na incisiva contestação ao regime em um período de endurecimento e censura.

Um das muitas marcas da ditadura foi a grande censura à imprensa e todas as formas de comunicação, em especial, àquelas que denunciavam o regime estabelecido. Em Ribeirão Preto, os três jornais que tinha um viés mais político, *A Palavra*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias* já tinham sido fechados. Sem canais adequados de expressão, o meio encontrado pelos opositores foi a edição de alguns periódicos de circulação muitas vezes precárias que encontravam enormes barreiras como: escassez de recursos, falta de patrocinadores, o livre comércio e até mesmo a repressão policial, que aplicava arbitrariedades contra seus leitores, produtores e divulgadores.

Em 1975, em Ribeirão Preto, circularam alguns periódicos do jornal Domingão que trazia algumas matérias culturais e de reflexões em relação a censura no meio cultural¹⁴⁹. Isso nos revela o protagonismo do jornal *O Berro*, que já nos pós golpe, contestava o regime estabelecido.

De modo geral, *O Berro* era um exemplo de veículo alternativo de imprensa, desenvolvendo papel fundamental na formação e atuação de um grupo político revolucionário.

Fundado em 1966, na cidade de Ribeirão Preto, pelos ex-pecebistas Áurea Moretti, Nanci Marietto e Vanderley Caixe, o jornal *O Berro*, em seu primeiro número, denominou-se “Órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto” e em pouco tempo passou a ser o porta-voz do movimento estudantil universitário e secundarista¹⁵⁰. Embora expressasse um caráter contestador em relação ao regime seu conteúdo era basicamente voltado ao interesse dos estudantes.

Essa relação se modifica e amplia em 1967, quando a organização do grupo armado começa a ganhar forma. Logo, o jornal *O Berro* foi desvinculado da faculdade e

¹⁴⁹ BOTOSSO, M. Op. Cit., p.60.

¹⁵⁰ Idem, p. 61

apropriado pelas FALN, que passou a expressar suas manifestações contra a ditadura civil-militar, buscando influenciar diferentes setores da sociedade através de denúncias referentes aos problemas sociais e aos abusos do capitalismo, do imperialismo e do regime imposto. O alternativo começava a ser lido, além dos estudantes, por comerciários, intelectuais, profissionais liberais, clérigos, operários e trabalhadores rurais. Vale ressaltar que nenhum dos exemplares fazia menção ou relação do jornal com as FALN, uma estratégia que a organização adotou, tendo em vista a repressão que se tinha no período¹⁵¹.

Nesta primeira fase o jornal *O Berro* desenvolveu, em especial, duas importantes atividades: a primeira; de caráter contestador em relação a ditadura- denunciando todas as arbitrariedades comedido e conclamando a resistência- e a segunda; de “garimpagem”¹⁵², de novos adeptos para o grupo. Como podemos observar no depoimento de Paulo Azevedo ex-integrante das FALN:¹⁵³

“A gente tinha uma vontade de participar e não media muito, né? (...) A gente saía do nada, uma vez eu fui preso distribuindo jornal em uma cidadezinha perto de Ribeirão Preto (...) então, por exemplo, tem que abrir contato em uma região que tenha bastante boia-fria. O que a gente fez? Pegamos um ônibus, eu e mais um outro companheiro [Luiz Gonzaga da Silva] e fomos pra lá, com o jornal debaixo do braço, e aí conversamos com as pessoas na rua, então aquelas pessoas que mostravam um pouco mais de interesse, a gente já anotava o nome, o endereço, depois voltava (...) Então, você vê, era dito assim: “*precisa abrir um contato naquela cidade, se vire*”, e a gente ia e se virava, nem pensava duas vezes, pegava o ônibus e ia para lá. E chegava assim, dando cabeçada, conversando com as pessoas. Em franca foi desta forma, no meio dos operários, dos sapateiros. Os sapateiros ficavam sentados na porta das fábricas e a gente lia o jornal, no outro dia a gente voltava: *vocês leram o jornal? O que vocês acharam?* Um ou outro se interessava, a gente voltava depois para conversar com eles, ia na casa deles, pegava amizade com cara”.

Leila Bosqueto era responsável pela divulgação do jornal na faculdade de educação física, na cidade de Bauru, onde residia. Além da distribuição do jornal ela tinha a tarefa de mapear adeptos para a luta armada. Segundo ela:

Em Bauru eu distribuía o jornal na faculdade e tentava fazer reuniões com os universitários mais próximos, porque naquela época se você falasse que era contra o governo, não precisava mais nada. Então era tudo muito, muito cuidadoso, sigiloso. Então conversava com um ou outro, aí passava o jornal, aí discutia alguns artigos do jornal. (...) Então era isso, a intenção era divulgar uma outra ideia de governo. Mas a faculdade de educação física era um antro, um antro de fascistas, então eu tinha que pisar em ovos¹⁵⁴

¹⁵¹ BAGATIM, A. Op. cit., p.69.

¹⁵² Idem, p. 71.

¹⁵³ Idem, p. 71.

¹⁵⁴ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

O jornal *O Berro* não abrangia apenas Ribeirão Preto, mas também as cidades circunvizinhas, como vimos no relato anterior. Municípios da região, como: Bebedouro, Sertãozinho, Pitangueiras, Pontal, São Joaquim da Barra, Franca, São Simão, Cajuru, Brodowski, Batatais e tantas outras cidades foram alvo de publicidade das FALN. Alguns municípios de outros Estados também chegaram a receber informativos da organização¹⁵⁵. Essa circulação encontrava possibilidades na legalidade em que *O Berro* se encontrava, pois era publicado com o nome e endereço residencial do líder do grupo, Vanderley Caixe, como podemos observar:

A FALN editava o jornal *O Berro* que pregava ostensivamente a luta armada e, por incrível que pudesse parecer, devido à forte repressão da época, o jornal era distribuído em fábricas, escolas, e bancas de jornal, com os nomes de Vanderley Caixe e Wanderlei Fontellas impressos como responsáveis pela publicação. Para manter o jornal, trabalhava a FALN com mais de uma centena de pessoas que colaboravam financeiramente com aquele periódico tirando também o grupo dessa fonte recursos para preparar a guerrilha¹⁵⁶.

Nesta nova fase, seu slogan passa a ser: “*O Berro é a arma do povo!*”¹⁵⁷.



Figura 1 Jornal *O Berro*- Processo 198/69 p.573

¹⁵⁵ BOTOSSO, M. Op. cit., p.66.

¹⁵⁶ PAULINO, Op. Cit., p. 137.

¹⁵⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar de *O Berro*, p. 573. Ver: https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_01&pagfis=104361 consultado: 29/05/2022

Em vários dos seus números por exemplo, há impresso: “*Pegue este jornal e saia por aí, tem muita gente pra ler e lutar*”¹⁵⁸. Dessa forma, com seu conteúdo modificado e já com uma referência a opção do grupo pela luta armada. *O Berro* foi o meio encontrado para começar o trabalho de articulação do grupo.

Com a intensificação da repressão, a circulação do jornal *O Berro* passou a não ter uma frequência fixa, pois as gráficas já não queriam fazer a impressão dele. Desse modo, a organização, estendendo seus contatos no centro acadêmico de medicina de Ribeirão Preto (FMPR-USP), confeccionou uma nova edição do jornal utilizando mimeógrafos.

Além de *O Berro*, as FALN passaram a produzir e publicar outros três jornais. Eles eram produzidos clandestinamente em diversos aparelhos da organização. Esses, diferentemente de *O Berro*, tinham uma circulação menor e só eram produzidos quando a correlação de forças se intensificava, ou quando tinham informações pertinentes, a nível nacional e internacional, que não podiam ser publicadas em *O Berro*, pois esse ainda se encontrava em uma espécie de semilegalidade. Eram eles: *Você Deve Saber*, *Prática Revolucionárias* e *Informação Extra*. Segue abaixo uma abordagem do caráter e conteúdo dos jornais produzidos pela organização clandestina.

- *Você Deve Saber*¹⁵⁹ – denunciador das supostas mazelas do novo regime e do imperialismo estadunidense no Brasil, englobando todos os níveis de denúncias: políticas, econômicas sociais, entre outras.
- *Práticas revolucionárias*¹⁶⁰ – divulgador, por essência, da luta armada revolucionária. Este alternativo chegou a imprimir “receitas” de bombas que deveriam ser utilizadas pela população nas ações contra o regime.
- *Informação Extra*¹⁶¹ – como próprio título indica, era uma edição extraordinária que surgia em momentos de maior tensão do regime, assumindo posições que inicialmente *O Berro* não poderia assumir abertamente.
- *O Berro*¹⁶²: um misto dos outros 3 jornais. Nasceu antes mesmo do grupo armado, no meio estudantil, logo sendo apropriado pela organização. Esse jornal funcionava, acima de tudo, como aglutinador das ideias e elementos do grupo, que também possuía origens na base rural e estudantil urbana do PCB. Esse jornal vivia numa espécie de semilegalidade.

¹⁵⁸ Idem.

¹⁵⁹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar do jornal *Você Deve Saber*, p. 539 a 545.

¹⁶⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar do jornal *Prática Revolucionária*, p. 562.

¹⁶¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar do jornal *Informação Extra*, p. 574/577.

¹⁶² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar de *O Berro*, p. 556/604/610

De modo, todos os jornais produzidos pelas FALN tinham os objetivos de difundir a ideologia do grupo, denunciar a ditadura e angariar recursos financeiros e humanos para a luta revolucionária.

A questão da grande divulgação dos jornais, em especial *O Berro*, acarretou uma problemática que se tornou visível com o desmantelamento das FALN em 1969, fazendo com que um número grande de pessoas fosse chamado para prestar depoimento. Através das listas de distribuição apreendidas, a polícia aumentaria o círculo de prisões de supostos envolvidos, tratando da mesma forma leitores e integrantes das FALN¹⁶³. É por isso que Gorender afirma que “a polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal *O Berro* com militantes ativistas”¹⁶⁴.

Para termos uma maior clareza do que isso significou, os números se fazem necessários para trabalharmos com a porcentagem de pessoas indiciadas por suposto envolvimento com as FALN. De acordo com os dados do projeto Brasil: Nunca Mais, 615 pessoas foram classificadas como indiciadas. Destas, 76 foram relacionadas ao processo movido contra a organização, ou seja, aproximadamente 12,3% do total delas. Com base nesses dados outro apontamento se faz necessário: as Forças Armadas de Libertação Nacional são percebidas como a terceira organização dentro do Estado com o maior número de indiciados. Há que se destacar, no entanto, que o processo das FALN chegou a estes 76 indiciados em um curto período, cerca de dois meses, ou seja, o processo mais rápido¹⁶⁵.

Em suma, o jornal *O Berro* teve grande importância e um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento das FALN, sendo um elemento de união, coesão e princípios de luta de um grupo contra a ditadura civil-militar. *O Berro* teve um papel formador e aglutinador. Seria difícil imaginar a existência da organização clandestina, tal como foi, se não houvesse esse pequeno/grande jornal.

II.II- As questões teóricas: a teoria é a ação

O principal desejo dos integrantes das FALN era se diferenciar da opção do PCB pela luta pacífica, por isso a opção pela luta armada era uma questão bem definida. Durante o seu desenvolvimento as FALN foram tentando encontrar os meios práticos e teóricos para conduzir esta escolha.

¹⁶³ BOTOSSO, M. Op. cit., p.71.

¹⁶⁴ GORENDER, J. Op. cit., p. 250

¹⁶⁵ BAGATIM, A. Op. cit., p. 72.

Através das fontes existentes¹⁶⁶, constatou-se que as FALN não produziram nenhum documento programático interno que expressasse sua orientação política. Sabemos da discordância da opção pela luta pacífica e da sua repulsa pelo “teoricismo” pecebista. Como podemos ver em depoimento de Áurea Moretti:

“(...) nós rompemos com o partido, rompemos com aquela linha pacifista, né, fazendo média com a burguesia enquanto a Ditadura estava acabando com tudo. A gente não tinha paciência e não era para ter mesmo. (...) A gente tinha que fazer a revolução de qualquer jeito, entendeu? Aliás, a gente estava atrasado, estava muito atrasado, já tinha que ter saído antes de ontem”¹⁶⁷.

A pressa, a sensação de sentimento tardio, característica presentes em todos os grupos, fizeram com que não houvesse tempo para a formação teórica básica dos quadros. Sílvio Rangel, por exemplo, afirma que:

“Existia uma pressão desesperadora pela luta armada para que você recrutasse o maior volume possível de gente e colocasse rapidamente estas pessoas na roda, que era um risco de sobrevivência”.¹⁶⁸

A partir dos relatos dos integrantes das FALN, podemos perceber que houve a intenção por parte da direção do grupo de se voltar para um trabalho de preparação teórica, mas na maioria das vezes, esse trabalho ocorria junto a prática.

“O que você tinha de uma formação ideológica eram, basicamente dirigentes e alguns quadros intermediários, o resto era colocado como soldado que se formava na luta. Porque, é lógico que havia formação político-ideológica e tal, mas um tempo muito curto para isto. Uma organização que começa em 1967, cai em 1969, não havia nem tempo para isto”¹⁶⁹.

Diante da urgência tida pelos integrantes das FALN pela ação armada, a formação teórica ficava relegada a um segundo plano, ou acontecia junto a prática, como vimos no relato acima. Como dizia Mao Tsé Tung, grande líder da Revolução Chinesa, a política estava na ponta do fuzil.

É através dos jornais e outros escritos publicados pelas FALN que podemos conhecer e analisar a direção teórica e política da organização. Analisando um comunicado lançado a população durante uma operação em semana dedicada ao

¹⁶⁶ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.
https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_01&pagfis=104361

¹⁶⁷ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

¹⁶⁸ Entrevista de Sílvio Rego Rangel para Alessandra Bagatim. São Paulo, 18 de maio de 2005.

¹⁶⁹ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto, 31 de maio de 2002. BAGATIM, A. Op. cit, p. 82.

guerrilheiro Ernesto Che Guevara é possível identificar algumas características, em especial, seu caráter vanguardista. Vejamos:

“SEMANA DEDICADA AO HERÓI DOS POVOS DA AMÉRICA LATINA AO POVO(...) nós, membros das Forças Armadas de Libertação Nacional (...) infringimos uma derrota as forças da ditadura. Realizamos mais esta tarefa com o objetivo de canalizar esforços e acumulação de material para a longa luta que teremos que travar com o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. (...) A ditadura em nosso país recebeu mais uma derrota, provamos a ela que somos invencíveis porque lutamos por uma causa justa e honesta, porque lutamos pelo nosso povo, pela nossa pátria, contra os exploradores. O que realizamos hoje, qualquer grupo pode realizar, pode realizar muito mais, mas é preciso que realize objetivando o desmascarando dos falsos da ditadura, e pelo povo brasileiro. PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL”.¹⁷⁰

Como podemos ver neste impresso a organização convocava “qualquer grupo” a realizar ações contra a ditadura e em favor do povo brasileiro. Algo parecido aconteceu em 1968, quando o líder da ALN, Carlos Marighella, convocava para que acontecesse em todo país “o surgimento espontâneo de grupos revolucionários autônomos”¹⁷¹. Esse caminho já tinha sido percorrido pelas FALN.

Régis Debray tornou-se referência teórica mais associada as FALN¹⁷². Trechos do seu livro “Revolução na revolução” foram distribuídos aos integrantes do grupo e eram publicados nos jornais produzido pelas FALN. Além de Régis Debray, Mao Tse Tung e Che Guevara era referência para o grupo. Segundo Leila Bosqueto:

A gente não tinha preparação teórica, o que a gente lia muito e tinha como referência era o Chê, que a gente era apaixonado. A gente lia as coisas do Chê e achava que ia mudar o mundo, era um sentimento de grandeza. Tivemos bastante contato com Debray e era isso, muita coisa do Berro era tirado disso aí¹⁷³.

Analisando alguns depoimentos dos ex-integrantes e trechos dos veículos alternativos de comunicação produzidos pelas FALN pressupomos que a ideia do grupo era a de que, frente as investidas da ditadura, as várias forças revolucionarias existentes se articulariam na formação de uma espécie de “exército de libertação nacional”. E que mesmo que, posteriormente, se configurasse em uma força só, era necessário e

¹⁷⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, p. 280.

¹⁷¹ RIDENTI, M. Op. cit., p. 223.

¹⁷² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, p.3164.

¹⁷³ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

imprescindível o surgimento de grupos espontâneos e de caráter local. Segundo Vanderley Caixe:

“(...) no momento em que nós saímos para isto [a luta armada], para este caminho, era um problema de saber: ‘O que nós vamos fazer? Dentro deste quadro todo da revolução brasileira quem somos nós?’ (...) nós entendíamos e discutíamos isto, que nosso papel era auxiliar no processo revolucionário e nós ocuparíamos o nosso espaço nesta região. E o encontro com as organizações, ele se daria em um processo de luta que acabaria unificando o movimento revolucionário”.¹⁷⁴

Magno Dadonas diz que:

“Caixe sempre nos levava a crer que Ribeirão Preto era apenas um núcleo do movimento que na verdade seria muito mais amplo. Ou ele estava tentando nos motivar ou ele estava mentindo [porque pensar que Ribeirão Preto era parte de um movimento mais amplo] dava mais esperança”.¹⁷⁵

O Relatório Especial aponta que mesmo que as FALN tenham atuado de forma autônomo era intenção do grupo a aproximação com outras organizações:

Não foi caracterizada, ainda, ligação da FALN com outras "organizações " subversivo-terroristas existentes, no BRASIL. No entanto, admite-se que essas ligações existam. Segundo VANDERLEI CAIXE ("PEDRO") era sua intenção iniciar ações de terrorismo para projetar a FALN, em seguida, buscar aproximação com tais "organizações"¹⁷⁶.

Ainda sobre a deflagração de um “Exército de Libertação Nacional” o Relatório Especial de Informações n 09/69, afirma que:

A FALN é uma organização subversivo—terrorista que visa à formação do chamado "Exército Popular de Libertação" para, por meio dele, derrubar o Governo, assumir o poder e mudar o regime. Preconiza a destruição das Forças Armadas legais - a que denomina "Exército Profissional " - pelo "Exército Popular de Libertação”, cuja formação e treinamento se propõe levar a efeito. Surgiu em RIBEIRÃO PRETO/SP, sob a inspiração de VANDERLEI CAIXE ("PEDRO"), antigo militante: do PCB.

Mesmo que as FALN enquanto coletividade tenha atuado de modo autônomo, não é descartado a influência de outras organizações em seu projeto de luta e atuação, em especial da ALN. Pelo contrário, sabemos de contatos entre os líderes de ambas as organizações, como já vimos. A seguir veremos outro momento dessa interação:

Prof. GUILHERME SIMÕES GOMES, Catedrático da Faculdade de Odontologia, atualmente comunista e terrorista da FALN, onde era conhecido

¹⁷⁴ Entrevista de Vanderley Caixe para Alessandra Bagatim. Ribeirão Preto 31 de maio de 2002.

¹⁷⁵ LEONE, Matilde. Sombras da Repressão. O outono de Maurina Borges. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p. 107

¹⁷⁶ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações, n° 09/69. Documento encontrado no Arquivo Nacional. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0932/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0932_d0001de0001.pdf

como " Dr. JOSÉ ". Este foi indiciado, preso e condenado por Auditoria de SÃO PAULO, devido as suas atividades na Frente, mas absolvido posteriormente pelo STM. No final do ano de 1970, quando ainda se encontrava no Presídio Tiradentes, em depoimentos prestados na 5 § CSM, alguns universitários militantes do ME e implicados com as atividades terroristas da ALA MARIGHELA, afirmaram que o Prof. GUILHERME SIMÕES GOMES também tomava parte em reuniões com eles, levando inclusive boa quantidade de documentos xerografados ou mimeografados, pregando a Luta Armada, pedindo para serem distribuídos pelo pessoal do grupo¹⁷⁷.

Podemos concluir que era intenção da organização clandestina a deflagração da guerrilha rural através do “Exército de Libertação Nacional” e com isso a derrubada da ditadura civil-militar. Acreditamos- através das análises e depoimentos- que as ações não tenham acontecido nesse sentido por dois fatores principais: a) a urgência e imediatismo da organização em combater a ditadura na cidade ribeirão-pretana, que atuava com bastante força e violência e b) o curto tempo de vida da organização. Como podemos ver no depoimento de Áurea Moretti:

A sensação que ficou foi de fracasso. A gente tinha muita coisa pra fazer, muita coisa planejada que não deu tempo de realizar. A gente sonhava grande e quando a gente deu conta, não tinha mais nada.¹⁷⁸

Em relação as ações que não foram colocadas em práticas, como vimos acima, o Relatório Especial diz que:

A FALN estava em fase de ampliação e havia instalado, recentemente, dois "Setores de Logística e Recrutamento", um em SÃO PAULO e outro em SANTOS, com a incumbência de arregimentar adeptos, promover contatos e ligações e obter dinheiro, alimentos, vestuários etc. (...) Foram encontrados também, em poder de elementos detidos, vários planos de atentados pessoais, explosões de novas bombas, sequestros do pessoas os minuciosos estudos de pontos vulneráveis de inúmeras cidades do interior de SÃO PAULO.¹⁷⁹.

II.III- O fim: as ações armadas, repressão e o efeito “dominó”

Os grupos da esquerda revolucionária é fruto do Ato Institucional nº5, ou o AI-5 é uma resposta ao surgimento e atuação das organizações da esquerda armada? Essa ainda é uma questão que gera bastante discussão e não é intensa adentrara-la aqui. No entanto, quando tratamos das FALN é inerente não falar da sua precocidade e destacar o

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

¹⁷⁹ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações, nº 09/69. Documento encontrado no Arquivo Nacional. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0932/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0932_d0001de0001.pdf

seu protagonismo no processo de resistência ao regime civil-militar, já que sua célula embrionária é datada de 1966, antes mesmo da criação de inúmeros grupos revolucionários armados e do próprio AI-5. Essa é só mais uma característica que mostra a importância das FALN.

Além de ser precursora no combate ao regime instaurado, as FALN muito provavelmente foi a única agrupação que não surgiu a partir de uma capital de Estado, como já mencionado. A baixa faixa etária de seus integrantes e o elevado percentual de trabalhadores rurais também foram características enfáticas do grupo em relação aos demais existentes na época e vale ser destacada.

Em seu livro *O Fantasma da revolução brasileira*, Ridenti enfatiza aquilo que ele chama de pressupostos comuns de esquerda armados dos anos de 60. Dois destes pressupostos dizem respeito a participação de trabalhadores rurais na luta pela libertação nacional¹⁸⁰. O primeiro chama a atenção para o fato de que esses grupos defendiam a necessidade de mobilização e participação da massa trabalhadora urbana e rural; o segundo, e mais importante para o nosso caso, mostra que eles viam a guerrilha rural como fase imprescindível para o triunfo da revolução brasileira¹⁸¹.

Para que seja possível conhecer um quadro geral sobre o número de trabalhadores rurais que se envolveram nos grupos armados dos anos 60, um dos poucos caminhos que temos são os processos compilados no projeto Brasil: Nunca Mais. Ridenti, compilou as informações contidas nestes processos e constatou que dos 3.698 denunciados por envolvimento com as esquerdas, apenas 88 eram trabalhadores rurais¹⁸², pouco mais de 2%. Se tratando do estado de São Paulo a porcentagem permanece a mesma¹⁸³. Dos 1.615 processados, apenas 37 eram trabalhadores rurais. Desses 37 trabalhadores rurais que atuaram no estado de São Paulo, 11 foram processados por envolvimento com as FALN. Se levarmos em conta que o grupo teve 49 pessoas processadas, veremos que a porcentagem eleva consideravelmente, 22% de seus membros eram trabalhadores rurais. Através da tabela apresentada por Ridenti¹⁸⁴ é possível perceber que, proporcionalmente, as FALN foi o grupo com maior número de

¹⁸⁰ Cabe ressaltar que não necessariamente esses militantes, eram camponeses. Usamos o termo trabalhadores rurais para referir-se aos militantes/líderes envolvidos com o meio rural.

¹⁸¹ RIDENTI, M. Op. Cit., 1993, p. 54.

¹⁸² Idem, p. 222

¹⁸³ BAGATIM, A. Op. Cit., p.107.

¹⁸⁴ RIDENTI, M. Op. Cit., p. 68/69

trabalhadores rurais. Esses dados contribuíram para que as FALN fossem enquadradas nas estatísticas de Ridenti como uma organização rural:

“Para efeito estatístico preferimos não computar várias organizações como de guerrilha urbanas, por poder haver certo questionamento quanto ao fato delas terem sido efetivamente grupos guerrilheiros atuantes nas cidades. Foi o caso da Ação Popular, CORRENTE, Dissidência-Distrito Federal, FALN (...)”¹⁸⁵

Grande parte desse envolvimento deu-se pela forte atuação que a organização desenvolveu com os trabalhadores rurais. Foi principalmente através de Mário Bugliani¹⁸⁶ que os trabalhadores rurais aderiram ao grupo. Geraldo Nascimento afirma que foi arregimentado por Bugliani¹⁸⁷, assim como Virgílio Massoneto¹⁸⁸ que disse ter sido convidado para uma reunião na casa de Bugliani, onde conheceu os propósitos das FALN.

Essa grande adesão à organização por parte dos trabalhadores rurais fez com que Bugliani se tornasse uma das principais lideranças das FALN. Segundo Luiz Gonzaga que foi um dos poucos estudantes a manter contato com o grupo rural:

“Mario Bugliani era um líder camponês, ele era extremamente respeitado e um sujeito que foi formado no Partido Comunista (...) ele tinha todo um jeito de comunicação com o pessoal do campo. Eu comecei, depois, muito dos contatos com os camponeses junto com o Mario, era muito difícil ir sozinho, porque eu não tinha o cacife que o Mario Bugliani tinha. Tudo o que você pode imaginar em termos de contato com o camponês era o Mario.”¹⁸⁹

Foi através de Bugliani que os trabalhadores rurais tiveram acesso ao jornal *O Berro*. Mesmo que já tenhamos destacado a importância do jornal, vale a pena reiterarmos que em todos os números que se teve acesso, havia sempre uma menção referente as questões e problemáticas do campo. Como por exemplo:

“[A ditadura] tornou a vida dos camponeses e assalariados agrícolas impossível e a exploração feita por fazendeiros e usineiros impossível de aguentar”¹⁹⁰.

“Ao latifundiário, ao grande proprietário de terra, não importa que os camponeses viviam na miséria, mas sim que eles produzam com o seu suor mais riquezas para eles”¹⁹¹.

¹⁸⁵ Idem, p. 57.

¹⁸⁶ Mário Bugliani foi uma destacada liderança entre os trabalhadores rurais, fundador do sindicato rural no setor sucro-alcooleiro, ex-militante do PCB e integrante das FALN.

¹⁸⁷ STM. Inquérito Policial Militar. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Depoimento de Geraldo Nascimento, p. 166.

¹⁸⁸ STM. Inquérito Policial Militar. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Depoimento de Geraldo Nascimento, p. 865.

¹⁸⁹ BAGATIM, A. Op. cit., p. 114.

¹⁹⁰ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar de *O Berro*, p. 556.

Há também a capa que traz o desenho de um trabalhador rural sendo acorrentado e a constante presença da ideia do latifundiário como um inimigo do povo, ao lado da ditadura e do imperialismo norte-americano¹⁹². Isso nos mostra o quanto as FALN via como imprescindível a participação do campesinato no processo revolucionário, bem como uma tendência de estratégia de luta de guerrilha rural.

O “capitão”, como era chamado Bugliani pelos demais integrantes do grupo, coordenou vários treinamentos de guerrilha em aparelhos da organização, onde os integrantes faziam treinamento de subsistência, tiros, mapeamentos de estradas e pessoas, entre outras ações¹⁹³. O Relatório Especial de Inteligência destaca sobre “o campo de treinamento”:

Campo de Treinamento de Comandos Localizava-se e nos terrenos matosos da Fazenda BOA VISTA, sediada no Distrito de GUATAPARÁ, Município de RIBEIRÃO PRETO/SP. No "Campo de Treinamento" praticavam tiro e realizavam o adestramento do homem para a guerrilha. Estava em fase inicial de utilização e suas instalações eram muito precárias. Em sua área havia o seguinte: — local apropriado para armazenagem de material, que funcionava como "aparelho"; — região destinada a acampamento, onde existiam as chamadas "covas" (tocas) camufladas, para fins diversos¹⁹⁴.

Bugliani assumiu não só posição de destaque como também posição de comando em algumas operações. Uma das planejadas ações das FALN e que teve Bugliani no comando foi a tentativa de sequestro de um importante usineiro da região. Segundo Áurea Moretti “o sequestro não era tanto para ganhar dinheiro, era porque o trabalhador rural era escravo dos usineiros. A gente queria colocar isso a público e exigir um tratamento melhor para o trabalhador rural”¹⁹⁵. Para isso, Caixe determinou que três militantes das FALN de São Joaquim da Barra (Djalma Querino de Carvalho, César Marcelino da Silva e João Nicolau) fossem fazer um treinamento de guerrilha em um dos aparelhos da organização chefiados do Mário Bugliani.

¹⁹¹ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar de O Berro, p. 460.

¹⁹² STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Exemplar de O Berro. Encontra-se nos anexos deste trabalho.

¹⁹³ BOTOSSO, M. Op. cit., p. 109.

¹⁹⁴ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações, n° 09/69. Documento encontrado no Arquivo Nacional. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0932/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0932_d0001de0001.pdf

¹⁹⁵ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017

O plano terminou dias depois quando os guerrilheiros foram surpreendidos pela polícia. Segundo Botosso, dois dos militantes envolvidos no possível sequestro, contrariando as orientações de Bugliani, se aproveitaram de sua ausência para armar redes e dormir na beira da estrada, sendo avistados pelo segurança da fazenda vizinha que rapidamente acionou a polícia. Com os guerrilheiros foram apreendidas anotações, lista de contatos, endereços para a distribuição de *O Berro*, bem como a localização de outros militantes¹⁹⁶. Essa ação além de ter sido um fracasso foi também o início do fim das Forças Armadas de Libertação Nacional. Áurea Moretti reafirma esse episódio:

A queda se deu em cima disso tudo. O Djalma e o César vestido com roupas de Tiro de Guerra. E os dois estavam armados na estrada, na beira de Sertãozinho. E que alguém tinha que passar lá com o carro para pegar os dois e levar para dentro do canavial por onde o usineiro ia passar. Ia ver a freira gritando e chorando, pedindo socorro. Ali eles iam “grampear” ele e já levar para o assentamento. Na verdade, não era um assentamento, era uma coisa improvisada. E aí, o carro não veio. Deu vontade de bater neles (risos) O pior é que o Djalma escreveu um diário, contando tudo¹⁹⁷! Aquele sem-vergonha merecia ser preso (risos) O diário foi achado, depois, no acampamento. Claro! Ele estava falando com a noiva dele, falando tudo. Até a gente conseguir saber da história inteira, era um quebra-cabeça. Então, ele foi escrevendo tudo o que eles faziam, como faziam, como eles treinavam, falando com a noiva dele! A Leila Bosqueto, que estudava fora da cidade. Eu vi no outro dia, fiquei muito brava! Ele terminou falando assim: “Já cavamos a cova onde vai ficar o usineiro que vamos sequestrar amanhã” (...) Os dois estavam com uma rede, eles amarraram nas árvores, perto da estrada, mas de um modo, que depois os outros meninos viram, que todo mundo que passava pela estrada via. Prenderam eles na estrada de Sertãozinho. E começou todo o espancamento, a tortura, papéis que caíam, nomes de pessoas. Isso em 1969¹⁹⁸.

Embora empreendessem no campo alguns trabalhos de conscientização, arregimentação, propaganda e resistência à ditadura civil-militar junto aos trabalhadores rurais e pretendessem deflagrar a guerrilha rural, as FALN, assim como grande parte das organizações armadas realizaram suas ações no meio urbano, o que em certa medida, chamou a atenção dos órgãos de repressão. Essa relação de luta armada com trabalhadores rurais também só foi possível porque esses já estavam conscientes das injustiças que os cercavam, muito em função da própria atuação da esquerda no período pré-64, e eventualmente, já organizados, no sentido de lutarem por melhores condições de vida.

¹⁹⁶ BOTOSSO, M. Op. cit., p. 121-122.

¹⁹⁷ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Escritos do “Diário do Djalma”, p. 532.

¹⁹⁸ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017

As demais ações diretas das FALN aconteceram, fundamentalmente, na área urbana, em Ribeirão Preto e outras cidades circunvizinhas. Se basearam na distribuição do jornal *O Berro*, ações de agitação e propaganda que conclamavam a luta armada contra o terrorismo de Estado e na explosão de bombas. Na semana comemorativa dedicada ao guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara, a organização instalou diversas bombas planetárias em locais específicos da cidade. A ideia era fazer uma sincronização na explosão das bombas, pois também seria feito a mesma ação em cidades vizinhas. Leopoldo Paulino relata:

Além das bombas nos cinemas, a FALN havia colocado uma bomba de baixo teor explosivo, apenas com efeito de propaganda revolucionária, no quartel da PM em Ribeirão Preto¹⁹⁹.

Uma das principais ações das FALN, do ponto de vista tático, foi a expropriação na pedreira da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Onde oito integrantes da organização, “Lucas”, “Claudio”, “Antônio”, “Mateus”, “Tadeu”, “Pedro”, “Simão” e “Magrão”²⁰⁰, foram mobilizados para essa ação na madrugada do dia 13 de outubro de 1969²⁰¹. Subtraído todo o material os militantes deram fuga sem alarme e sem perseguição. O saldo dessa operação foi a expropriação revolucionária de quinze quilos de dinamites, cinquenta espoletas, setecentos e cinquenta metros de estopim e nenhum acidente. O material explosivo subtraído da pedreira não tinha outro fim senão sua aplicação nas futuras ações das FALN, isso mostra a perspectiva de o grupo continuar na luta revolucionária contra a ditadura civil-militar. Segundo Áurea Moretti:

A expropriação da pedreira foi a ação mais bem-sucedida das FALN. A gente conseguiu realizar com bastante êxito o que foi planejado e conseguimos bastante material explosivo, daria para fazer muita coisa, muita luta. Infelizmente a gente caiu antes de realizar essas ações²⁰².

No entanto, tal operação trouxe consigo o despertar da repressão e conseqüentemente a queda das FALN. Após as prisões dos integrantes da organização armada, a polícia encontrou todo material expropriado²⁰³. O jornal da época *Folha de São Paulo* descreve essa apreensão:

(...) A operação Integração apreendeu elevada quantidade de armas, entre estas, Winchesters, Mausers de fabricação alemã, revolveres de diversos

¹⁹⁹ PAULINO, Op. Cit., p. 84

²⁰⁰ Pseudônimos

²⁰¹ BOTOSSO, M. Op. cit., p. 113.

²⁰² PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

²⁰³ BOTOSSO, M. Op. cit., p. 115.

calibres, bananas de dinamites, espoletas com os respectivos fusíveis e rolos de fio para a explosão (...) ²⁰⁴.

O Relatório Especial de Inteligência relata o desmantelamento da organização clandestina e a quantidade de material apreendido, como podemos observar:

Nas diligências efetuadas, além da prisão dos 46 militantes da FALN, foram desmantelados vários aparelhos da "Organização" - a maioria em RIBEIRÃO PRETO e outros em SERTÃOZINEO e S. JOAQUIM DA BARRA/SP - e apreendida grande quantidade do material, destacando-se: 7 Carabinas .22 — 2 Pistolas — 3 Revólveres — Bastante munição — 5 Bombas da fabricação caseira, — 5 Coquetéis "Molotov" — 25 Bananas de dinamite — 50 Espoletas — 250m Estopim — Material da campanha e peças de uniforme do Exército — Grande quantidade de gêneros alimentícios — Medicamentos diversos — Bussola — Panfletos subversivos — Mapas, croquis e documentos sobre levantamento efetuados na região — Documentos sobre guerrilha ²⁰⁵.

A presença de armas foi um aspecto muito destacado no processo movido contra o grupo, principalmente nos Autos de Apreensão, quando fizeram a relação de todo material encontrado. E dando esse destaque a polícia justificava a prisão dos integrantes das FALN, destacando a sua periculosidade para que eles fossem apresentados de forma negativa para a sociedade. ²⁰⁶

O *Jornal Estado de São Paulo* faz um balanço da atuação e das ações das FALN em Ribeirão Preto e região após o desmantelamento da organização e a prisão de seus integrantes:

Como a prisão dos elementos da FALN foram esclarecidos diversos atentados ocorridos em Ribeirão Preto em 1967, abrangendo explosões de bombas nos cinemas "São Paulo", "Centenário", "Suez", "Pedro II", e "São Jorge"; contra o 3ª Batalhão Policial, na Igreja dos Mórmons, no Mercado Municipal e no Departamento de Correios e Telégrafos. Nesse mesmo ano, esses terroristas praticaram atentados a bombas nos cinemas "Paratodos", "Zenith", na praça principal do município de Sertãozinho; na estação ferroviária de Bebedouros. Neste ano praticaram assalto à mão armada contra a Pedreira de Prefeitura de Ribeirão Preto, de onde subtraíram elevada quantidade de dinamite, e já haviam planejado o sequestro do proprietário de uma usina de açúcar local, para cujo resgate exigiriam vultosa soma em dinheiro, tarefa que não chegou a ser executada ²⁰⁷.

A expropriação na pedreira que passou a mobilizar a polícia ribeirão-pretana, e a ação sem sucesso do sequestro de um importante usineiro, foram os principais

²⁰⁴ Exemplar do jornal *Folha de São Paulo* de 14 de novembro de 1969.

²⁰⁵ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações, nº 09/69. Documento encontrado no Arquivo Nacional. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0932/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0932_d0001de0001.pdf

²⁰⁶ BAGATIM, A. Op. cit., p. 79.

²⁰⁷ Exemplar do jornal *Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1969.

acontecimentos que levaram ao desmantelamento das FALN. Segundo Marcelo Botosso, o desmantelamento da organização deu-se como a rápida queda de peças enfileiradas de um jogo de dominó. Pode-se assim chamar de “efeito dominó”²⁰⁸. Submetidos a intensas torturas os primeiros integrantes da organização presos pela polícia, começaram a dizer os nomes dos demais companheiros. Em poucos dias todos os integrantes das FALN estavam sob o controle dos órgãos de repressão e as quedas se multiplicaram por Ribeirão Preto e pela região nos dias que se seguiram. Como nos afirma Leopoldo Paulino:

O quartel da PM foi transformado em centro de prisões e torturas e ocupado pela OBAN de São Paulo que, alguns oficiais do Exército e da Aeronáutica com base em Pirassununga e a colaboração de alguns policiais civis e militares de Ribeirão Preto, passaram a dirigir os interrogatórios. Como crueldade, submeteram os presos aos rituais de tortura preferidos da ditadura militar, ou seja, o pau-de-arara, os afogamentos, os choques elétricos, os espancamentos generalizados e as torturas morais²⁰⁹.

Gorender em seu livro *Combate nas Trevas* faz uma descrição sobre as FALN quando descreve a sua vivência no presídio Tiradentes:

(...) revi velhas caras e ganhei muitos novos amigos. Cinquentão no meio de um bando de jovens mal começando a terceira década de existência, convivi na cela 3, com o marujo Otacílio, da VPR, com Alípio Freire, da Ala Vermelha, com Antônio Cláudio, do POR (T). Mas a maioria na cela vinhas das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), organização centrada em Ribeirão Preto. Surgida da cisão do PCB, conservado autônomo, tinha trabalhadores rurais entre seus adeptos, como o sofrido e encarquilhado Mário Bugliani, mas predominavam os secundaristas. O cabeça era o estudante de Direito Vanderley Caixe. Pode-se dizer que as FALN foram o jardim-de-infância das organizações de esquerda do pós-64. Expropriaram dinamite de uma pedreira, tinham campo de treinamento e preparavam o sequestro de um usineiro. Tudo ingênuo e canestro. Paralelamente, o agrupamento clandestino editava um semanário ainda legal em 1969 – *O Berro*. A polícia misturou de cambulhada assinantes do jornal com militantes ativistas, o que implicou o círculo de supostos implicados, após as primeiras prisões no final daquele ano. Teve excepcional notoriedade a detenção da freira Maurina Borges da Silveira, envolvida sem culpa e violentada dentro da cela. Apoiada por 71 sacerdotes da arquidiocese, dom Felício de Cunha Vasconcelos, arcebispo de Ribeirão Preto excomungou os delegados de polícia Renato Ribeiro Soares e Miguel Lamano. A penalidade canônica, noticiada pela imprensa, foi única no período ditatorial, quando tantos sacerdotes passaram pelo cárcere²¹⁰.

Faz necessário analisarmos outra matéria do jornal *Estado de S. Paulo*, onde é descrita a prisão dos principais integrantes das FALN, bem como o descobrimento de

²⁰⁸ BOTOSSO, M. Op. cit., p. 116.

²⁰⁹ PAULINO, Op. Cit., p. 154.

²¹⁰ GORENDER, Op. Cit., p.250.

22 “aparelhos”. É importante percebermos como era o tratamento dos indivíduos que desafiavam o regime autoritário pelos órgãos de repressão e pela imprensa:

(...) a sede do movimento era em Ribeirão Preto, com ramificações em Minas Gerais e Brasília, onde os terroristas agiam e procuravam se organizar desde 1967, preparando-se para um levante armado que deveria irromper em diversas regiões do País, simultaneamente. A desarticulação do grupo subversivo foi possível com a criação da “Operação Integração”, órgão repressivo que funcionava nos mesmos moldes da “Operação Bandeirantes”, nesta Capital. O órgão integrado por elementos do 17º Regimento de Cavalaria, 3º Batalhão da Polícia e investigadores da Delegacia de Polícia de Ribeirão Preto, logrou prender os principais articuladores da FALN, desmantelar os “aparelhos”, apreender armas, munições, farta literatura de caráter subversivo, bombas que seria utilizada em atentados e um rádio transmissor-receptor com possibilidade de alcance até na Ásia²¹¹.

A *folha de São Paulo* segue a mesma linha de tratamento quando se refere à organização e seus integrantes. Podemos perceber também certo “exagero” em suas matérias com um intuito de afastar a população das organizações revolucionárias, bem como criar uma imagem estereotipada e atribuir perigo em relação aos mesmos. Nesse sentido, é importante ressaltarmos, o uso frequente do termo “terrorista”. Segundo Gasparotto o termo foi utilizado pela primeira vez pelo jornal *O Globo*, em 1966, passando a ser amplamente difundido, principalmente após o AI-5, quando o governo “recomendou” aos principais jornais da época que classificassem como terrorismo todas as ações realizadas pela esquerda armada. Essa questão evidencia a tentativa de eliminar o caráter político das ações armadas, enfatizando-se o seu sentido de “crime”²¹².

O grupo terrorista que vinha agindo em várias cidades do interior de São Paulo, sob a denominação de Frente Armada de Libertação Nacional, e que pretendia organizar um levante com armas desde 1967, acabou de ser completamente desbaratado com a prisão de todos os seus integrantes, inclusive o seu líder Vanderley Caixe, vulgo “Pedro” (...) prendendo os principais articuladores do grupo, que mantinham contatos com as alas da “Vanguarda Popular Revolucionária”, “Colina” e “Marighela” (...) Além de Vanderley Caixe, faziam parte da cúpula da organização terrorista, denominada FALN, Áurea Moretti (Maria, Ana e ainda Amélia), Luiz Gonzaga da Silva, “Rui”, Mário Lorenzato, “Antônio”, Mário Bugliani, “João”, Silvio Rego Rangel, “Simão ou Sergio”, José Ivo Vanuchi, “Lucas”, Mauro Rosa Mosca, Guilherme Simões Gomes e a Madre superiora do “Lar Sant’ Ana”, Marina Borges da Silveira. As detenções foram iniciadas em fins de outubro último e, até às 12h00 de ontem, encontravam-se recolhidos 38 terroristas (...). Na capital de São Paulo foram presos os seguintes elementos ligados ao grupo terrorista de Ribeirão Preto: Vicente Alesse Filho, “Magrão”, Magno Dadonas e Walfredo Ramalho dos Santos, conhecido por “Waldir” ou “wolmir”. Nas diversas diligências, as autoridades apreenderam relatório, elaborado por Áurea Moretti, mencionando nominalmente padres de diversos municípios da região e profissionais liberais e, a seu pedido, colaboravam com o setor “Movimento Armado” por meio de entrega de

²¹¹ Exemplar do jornal *Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1969.

²¹² GASPAROTTO, A. Op. cit., p. 171.

quantias de dinheiro para manter a publicação do jornal subversivo “O Berro” e aquisição dos folhetins “Informação Extra” e “Você Deve Saber”. As investigações policiais mais recentes confirmaram as ligações do grupo terrorista da FALN com elementos de fora do Estado de São Paulo, principalmente da cidade de Uberaba, onde foram mantidos diversos contatos com o terrorista João Figueiredo, “Orestes” e, ainda como “Ruth”, “Rosa” e “Rita”. Na cidade de Belo Horizonte, foi mantido contato com Eduardo Bastos, estudante de Engenharia, residente a Rua Martins Fontes, nº 11²¹³.

O Relatório Especial de Informações nº 09/69 do Ministério do Exército conclui:

A FALN foi uma tentativa de um antigo militante do PCB de formar um "Exército Popular" para por meio dele e através ações violentas, - a chamada "luta armada" - mudar o regime vigente no país. No entanto, sua estruturação era precária para os objetivos ambiciosos a que se propunha. A grande quantidade e a natureza do material apreendido — particularmente gêneros alimentícios — a existência do "Campo de Treinamento de Comandos" e o tipo de adestramento que se tencionava dar aos homens que para lá seriam encaminhados, evidenciam que a FALN pretendia, desencadear a guerrilha no interior de SÃO PAULO, tendo como ponto de irradiação a área de RIBEIRÃO PRETO.²¹⁴

O desmantelamento das FALN nos coloca uma questão pertinente a ser refletida e que não é algo isolado e próprio da organização em questão: a falta de preparação teórica de muitos de seus integrantes e os limites do grupo. O voluntarismo muito presente nas FALN nos revela o desejo imediato que seus militantes tinham em enfrentar a ditadura civil-militar. Além da necessidade de se diferenciar da opção de luta pacífica do PCB, havia um sentimento de atraso e um desejo de que as atividades armadas ocorressem o mais rápido possível. A pressa, a sensação de não resistência imediata ao golpe que são características da maioria dos grupos armados, vai de encontro com o tempo escasso de preparação e formação teórica básica dos quadros dessas organizações. A atuação prática se apresentou em primeiro plano para os integrantes das FALN.

O depoimento do ex-militante Paulo Otavio de Azevedo Junior contribui para entendermos melhor sobre essa questão. “Eu não tinha conhecimento teórico nenhum, eu era contra a ditadura, queria derrubá-la a qualquer custo, mas em via, de regra, nunca pude me considerar um marxista, nem entendia direito o que era o socialismo”²¹⁵. Sobre esta discussão, Luiz Gonzaga da Silva, também ex-integrante das FALN, enfatiza que essa problemática não era algo específico de sua organização.

²¹³ Exemplar do jornal *Estado de S. Paulo*, 14 de novembro de 1969.

²¹⁴ Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações, nº 09/69. Documento encontrado no Arquivo Nacional. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0932/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0932_d0001de0001.pdf

²¹⁵ Entrevista de Paulo Otávio Azevedo Junior para Marcelo Botosso. BOTOSSO, Op. Cot., p. 77.

(...) eu posso falar que do grupo, eu acho que 0,2% tinham fundamento ideológico (...) o pessoal não tinha, como não tinha da ALN, não tinha da VPR, não tinha VAR-Palmares. (...). Tinha toda uma proposta que era derrubar o governo, que era contra o governo, mas embasamento ideológico mesmo, falar que todos eram marxistas leninistas, não. Se eu li alguma coisa... são poucas coisas do Marx. Agora o Vanderley não, o Vanderley tinha muito mais tempo hábil, ele foi bem nascido, o pai tinha muito dinheiro em Ribeirão Preto e ele realmente era dedicado. E o que nos era passado, era passado pelo Vanderley, que de certa forma tinha esse mérito²¹⁶.

Áurea Moretti reafirma:

Nós não tínhamos muita preparação, o nosso desejo era derrotar a ditadura. E acreditávamos que isso só iria acontecer se fizéssemos ações direitas. Era tudo uma molecada, sem muita experiência. Muitos grupos caíram assim²¹⁷.

Leila faz uma análise interessante e ressalta a ingenuidade do grupo:

Fomos até certo ponto nessa estranha militância, na nossa ingenuidade. Acho que fui muita ingenuidade. Mas era sério o negócio, era ingênuo, mas a gente levava a sério! Isso tudo dentro da nossa pequenez de organização, por que a gente era um cisco ne? Mas incomodou tanto esse cisco ne! E a gente falava que medo vocês têm de nós, mas era o medo das ideias, nós fomos taxados de terrorista, a gente não era nada disso, mas as nossas ideias podiam alastrar, como alastrou. Mas hoje eu vejo quão ingênuo a gente foi.²¹⁸

As quedas desarticularam completamente as FALN, tendo sido presas suas principais lideranças. Não houve nenhuma tentativa de rearticulação ou até mesmo de retorno. A repressão acabou com qualquer tipo de possibilidade. A atmosfera heroica e muitas vezes imediatista dos anos 60 e 70 impulsionou uma “geração inteira” na luta e resistência contra a ditadura civil-militar em todo país. Os integrantes das FALN fazem parte desse processo.

Tolhidos no auge de sua participação social e política os integrantes da organização revolucionária, em sua maioria jovens, sofreram as mazelas do autoritarismo e pagaram um preço alto por se posicionar contra o autoritarismo. Pelo seu vanguardismo, clandestinidade e falta de experiência, as FALN isolaram-se da população que, intimidada pelo terrorismo de Estado, dificilmente entendiam o motivo daquela luta e resistência. Finalizo esse capítulo com as fortes palavras da militante das

²¹⁶ Entrevista de Luiz Gonzaga da Silva para Alessandra Bagatim. BAGATIM, Op. Cit., p. 81.

²¹⁷ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

²¹⁸ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

FALN, Áurea Moretti “nós estávamos prontos para morrer, porque a nossa vida era a luta”²¹⁹.

²¹⁹ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

Capítulo III- Mulheres e armas: a experiência das mulheres na resistência ao terror

“(...) não imagine que precise ser triste para ser militante, mesmo se a coisa que combatemos é abominável. É o elo do desejo à realidade(...) que possui uma forma revolucionária”
Michel Foucault

O historiador Eric Hobsbawm disse que o século XX foi o século das mulheres. E no Brasil, durante a ditadura civil- militar, as mulheres representaram o segmento da população que mais teve mudanças nas suas relações sociais, no trabalho, na família, nas relações com os homens e nas questões políticas. Isto trouxe mudanças no seu comportamento e na sua subjetividade, possibilitando a inserção de novos valores e novas perspectivas.

O objetivo desse capítulo é entender e evidenciar a participação das mulheres na luta armada na resistência à ditadura civil-militar. Para isso, faz-se necessário abordarmos algumas questões, entre elas o feminismo de Segunda Onda²²⁰, para entendermos o impacto que ele teve na militância feminina, principalmente no decorrer da trajetória de vida dessas mulheres. Entendemos o feminismo de Segunda Onda de acordo com a definição de Rachel Soihet:

Além das tradicionais reivindicações no tocante à esfera profissional e à igualdade civil, reagem contra modelos idealizados que prescrevem a maternidade compulsória e imposição de beleza e delicadeza como ideais para as mulheres. Nesses movimentos, tornam públicas questões, até então consideradas da intimidade, exigindo o controle do corpo, o direito ao prazer, o reconhecimento da maternidade como uma opção e, conseqüentemente, o direito ao aborto e à contracepção. Igualmente, reclamam medidas contra a violência aplicada às mulheres, lançando o lema de que o “privado é político”²²¹.

Embora o feminismo de Segunda Onda tenha iniciado nos Estados Unidos e Europa Ocidental, desde a década de 1960, nos países do Cone Sul as movimentações aconteceram apenas a partir dos anos de 1970²²². No Brasil as ideias feministas se

²²⁰ Costuma-se chamar de feminismo de “Segunda Onda” o movimento que surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: “o privado é político”. É assim chamado para se diferenciar do que é considerado como “Primeira Onda” do feminismo, movimento que esteve principalmente centrado na reivindicação de direitos políticos – como o de votar e ser eleita. Há discussões sobre a quantidade de períodos em que se dividiria a trajetória do feminismo.

²²¹ SOIHET, Op. Cit., p. 14-15

²²² Pedro, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

espalhavam ao passo que a ditadura aniquilava, ou já havia aniquilado, grande parte dos grupos clandestinos. Desse modo, trataremos o femismo não como fator determinante para a inserção das mulheres nos grupos revolucionários, mas para entendermos o amadurecimento de sua militância e o decorrer de suas trajetórias, onde as narrativas de dominação/opressão de gênero se tornam mais recorrente e consciente. As mulheres assumiram a condição de militantes das organizações de esquerda mais pela convicção política do que pelo fato de serem mulheres²²³. Entretanto, no decorrer de sua militância as mulheres passam a incorporar e reivindicar as pautas feministas, muito pela condição de desigualdade nas organizações.

[...] poucas [...] ocupavam postos de direção nas organizações de esquerda. Outro fator importante é que a condição da mulher não tinha na vida das organizações de esquerda, pois não era tratada ou teoricamente. Somente após a reorganização da esquerda, no final dos anos 1970, a questão da mulher passa a ser debatida²²⁴.

Em relação a questão apresentada acima, o que percebemos nos relatos de Áurea Moretti e Leila Bosqueto é que os esforços estavam voltados para a derrubada da ditadura civil-militar, mas isso não significa que elas aceitassem dentro da organização qualquer tentativa de inferiorizá-las. Como podemos perceber:

Não vou dizer que não tinha machismo, tinha sim. Mas a gente queria era acabar com a ditadura, esse era o objetivo de todos nós. Mas eu sempre lembrava, ali a gente era tudo igual. Então quando os meninos vinham com alguma coisa, tipo: a Áurea não pode fazer isso...eu já metia a boca neles, eles ficam pé da vida comigo (risos)²²⁵.

Leila também relata:

O objetivo principal era acabar com a maldita da ditadura, então era tudo em torno disso. E essa questão do machismo é bem complicada né, mas não era uma coisa, como eu posso dizer? não era o principal! Mas a gente sabia o que aceitar e o que não aceitar. Então a gente corrigia ali no momento e era isso.²²⁶

Fazendo uma análise mais crítica, percebemos que as pautas feministas não eram discutidas na organização clandestina, não apenas pelos esforços estarem voltados para a derrubada da ditadura civil-militar. Mas também pelo fato dessas militantes não terem contato/engajamento com elas, já que o movimento feminista de Segunda Onda tem

²²³ ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2021 - n. 47, v. 19, p. 50 – 65. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 56.

²²⁴ COLLING, Op. Cit., 1997, p. 67

²²⁵ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

²²⁶ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

influência mais direta na década de 1970 e como já vimos, as FALN é desmantelada em 1969. No entanto, isso não impedia que elas enxergassem e questionassem a condição de ser mulher na sociedade. Combatiam no cotidiano de suas lutas as relações de desigualdade de gênero dentro do grupo clandestino em que atuavam.

Como mencionado, mesmo que o feminismo de Segunda Onda e/ou as ideias feministas, não tenha sido o fator determinante para o ingresso das militantes na organização e durante suas atuações, foi fundamental no decorrer das trajetórias dessas mulheres, seja nas lutas cotidianas, seja em engajamento. Leila, na década de 1980, é uma das fundadoras do Movimento de Mulheres na cidade de Jacupiranga- SP. Como veremos mais adiante.

III-I O feminismo de Segunda Onda

Os anos 1960 viram reaparecer de maneira mais intensa um fenômeno que ganhou destaque nas décadas finais do século XIX e início do XX - o feminismo. Como já mencionado, a história do feminismo é dividida em ondas. Enquanto a primeira seria caracterizada pelo movimento sufragista, na luta de direitos econômicos e sociais, a segunda vem para propagar a libertação da mulher da opressão patriarcal, e pelo reconhecimento que as relações entre ambos os sexos não são dadas pela natureza, mas sim, construídas historicamente²²⁷. O feminismo de segunda onda reaparece após um período de desmobilização depois da conquista do direito ao voto e de um conjunto de direitos civis. Ressurge a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para modificar as estruturas patriarcais²²⁸.

As conquistas concretizadas através das lutas do movimento feminista do século XIX, não foram suficientes para modificar os parâmetros da subordinação feminina, pois as mulheres seguiam sendo inferiorizadas, excluídas do mercado de trabalho e sendo vítimas da violência sexual e doméstica. Todo esse conjunto de discriminação e dominação, mostrou que as lutas pela emancipação feminina iriam mais além. O novo feminismo, ou feminismo de segunda onda, articulado em torno da bandeira “o pessoal é político” propunha a igualdade e a liberdade para as mulheres que só poderia estar voltada à emancipação humana, o que implicaria a superação da dicotomia de mundo

²²⁷ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 2.

²²⁸ COSTA, Ana Analice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul / apresentação Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. – Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 176.

público e privado e, principalmente, a superação da dominação patriarcal. Céli Regina sintetiza essas ideias²²⁹:

Durante [aquela] década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força e as mulheres, pela primeira vez, falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.

A hierarquia entre os sexos existente na sociedade, baseada na separação entre homens e mulheres, passou a ser profundamente questionada. Temas como a sexualidade- considerados tabu- são trazidos para discussão e passam a ser considerados merecedores de atenção. E, a partir de duas publicações significativas, que analisam a condição da mulher na sociedade, tal ruptura começou a existir. A primeira foi com Simone de Beauvoir, na França, com o livro *O segundo sexo* (1949) e a segunda com a feminista Betty Friedan, nos Estados Unidos, quando trabalhou as questões referentes à dona de casa, através do livro *A mística feminina* (1963). De acordo com Alves e Pitanguy²³⁰, o movimento feminista:

(...) passa a denunciar da mesma forma a violência simbólica que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Reivindica a autodeterminação ao exercício da sexualidade, da procriação, da contracepção. Reivindica, também, o direito à informação e ao acesso a métodos contraceptivos seguros, masculinos e femininos. Propõe, principalmente, que o exercício da sexualidade se desvincule da função biológica de reprodução, exigindo dessa forma o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade. Neste sentido, advoga o aborto livre, e a ruptura com os moldes tradicionais em que o desempenho sexual da mulher vem sendo encerrado. A proposta do movimento feminista não é a utilização do aborto como método contraceptivo, e sim como último recurso ao qual as mulheres devem ter seu direito assegurado, no sentido de garantir que a maternidade seja o resultado de uma opção consciente e não de uma fatalidade biológica.

Joan Scott demonstra o que representou o referido momento:

[...] o feminismo assumiu e criou uma identidade coletiva de mulheres, indivíduos do sexo feminino com um interesse compartilhado no fim da subordinação, da invisibilidade e da impotência, criando igualdade e ganhando controle sobre seus corpos e sobre suas vidas²³¹.

²²⁹ PINTO, C. R. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.16.

²³⁰ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 60-61

²³¹ SCOTT, Op. Cit., 1992, p. 67-68

Como já mencionado, a ditadura civil-militar implementada no país desde 1964, influenciou de modo direto não só a forma com essas ideias feministas foram apropriadas, como também na questão do tempo. É apenas na década de 1970 que esse movimento ganha mais força e começa se espalhar entre as mulheres militantes²³². Esse contexto propiciou a construção de um movimento com características específicas muito demarcadas que não só nortearam o movimento naquele momento, mas lhe deixaram igualmente marcas profundas definidoras das suas ações nas décadas seguintes²³³.

Em princípio, foi no exílio, uma consequência direta da ditadura, que brasileiras de esquerda tiveram contato com as novas ideias feministas e com obras de referência do feminismo. Essas mesmas mulheres, de volta ao Brasil, foram as responsáveis por começarem a formar grupos de discussão que tratavam da sua condição na sociedade patriarcal. Esses grupos ficaram conhecidos como grupos de reflexão e seu objetivo era socializar problemas individuais das mulheres que, quando reconhecidos, tomavam um caráter político²³⁴.

A literatura corrente sobre o “surgimento” do movimento feminista brasileiro costuma apontar os eventos patrocinados pela ONU em 1975 como o marco inicial do feminismo brasileiro nessa nova fase. Apesar disso sabe-se que desde a década de 1970 algumas ações já vinham sendo realizadas. Houve a criação de novos núcleos em diversos Estados e, também, o surgimento de diversos grupos com enfoques e formas diferentes de atuação. Entre eles, destacam-se o Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975 em São Paulo, e outros núcleos criados em diversos estados do país, tais como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais²³⁵.

No final dos anos 1970, diversos setores sociais liderados pelas mulheres se uniram em torno da campanha contra a intensificação das torturas e das medidas ditatoriais. As mulheres tiveram um papel fundamental na luta pelo movimento da anistia política e, nos anos 1980, uniram esforços em torno da campanha pelas “Diretas-Já”. Em síntese, podemos caracterizar esse período e todas suas lutas com as palavras de Yasmine Ergas:

²³² Usamos o termo mulheres militantes por entendermos que a maioria das mulheres que se identificaram com o feminismo, participavam ou participaram de grupos de resistência à ditadura civil-militar

²³³ COSTA, Op. Cit., p. 177

²³⁴ PEDRO, Joana Maria. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto 1987- 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p.170.

²³⁵ RODRIGUES, Rúbia Carla Martins. *As vozes que não se calam: história e memória do movimento feminista em Goiânia*, 2010, p. 36

De maneiras muito variadas as feministas lutaram, assim, para explicar a natureza das características comuns às mulheres, transgredindo voluntária e sistematicamente as distinções tradicionais que demarcam o domínio do <individual> ou do <privado> em relação ao domínio do <político> ou do <público>. A conhecida palavra de ordem <o individual é político> não servia apenas para afirmar que as feministas já não aceitavam que questões como as que respeitavam às prerrogativas dos maridos no casamento, ou a violência sexual, ficassem confinadas aos escrúpulos da moralidade individual, fora do alcance de toda a discussão política, e, portanto, pública. Aliás, <o individual é político> denotava também para as feministas a importância da reconstrução do eu feminino. Por outras palavras, o individual representava tanto um projecto como um espaço políticos²³⁶.

Nessa breve apresentação do que foi o movimento feminista de Segunda Onda, de importância sobretudo no mundo Ocidental, que marcou os anos 1960, buscamos demonstrar que as demandas específicas das mulheres passaram a estar na pauta de discussão de vários países. No Brasil, essas pautas vão aparecer anos mais tarde, devido a ditadura civil-militar, como já vimos. As mulheres não estavam organizadas enquanto movimento, sua militância foi acontecendo dentro dos grupos políticos, sobretudo os da esquerda revolucionária.

As mulheres tiveram papel de extrema importância no combate a ditadura civil-militar implantado no Brasil, saíram às ruas, muitas vezes, em passeatas exclusivamente femininas, esconderam armas, foram à luta armada, abrigaram militantes, traduziram jornais comunistas estrangeiros e organizaram sequestros. Além disso, romperam com estereótipos do ser mulher em relação à vida pública e privada.

III-II Elas, armas e resistências

A década de 1960 é marcada pela proliferação de movimentos de cunho revolucionário das mais diferentes matrizes: desde a revolução de ordem política à revolução de costumes²³⁷. As mulheres, provavelmente, foram o segmento que mais se modificou. Vivenciaram alterações na vida cotidiana o que transformou, consideravelmente, suas relações com os homens e com outras mulheres e mudou muito a dinâmica de suas vidas²³⁸. Essas transformações criaram as condições mais gerais para a efetiva constituição da mulher como sujeito político na sociedade brasileira.

²³⁶ ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michèle. História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5. p. 595-596

²³⁷ COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. VIII Congresso Luso-Afro brasileiro de Ciências Sociais- Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004, p.1.

²³⁸ TELES, Op. Cit, 2015, p. 1005.

A dicotomia entre público e privado ocupa um lugar de destaque na história das mulheres. Mais do que a separação dos sexos entre as duas esferas, a hierarquização e a valorização dotada a cada um dos espaços são objeto de estudo. Delineava-se uma postura que colocava em xeque todo um conjunto de valores muito enraizados na sociedade. As mulheres militantes realizavam uma dupla transgressão: ao pegarem em armas para lutar contra a ditadura, tentavam subverter a ordem econômica-social ingressavam em um espaço que até então não havia sido interpretado como permitido para as mulheres: a política. A repressão sofrida pela dupla transgressão foi, igualmente, na maioria dos casos, dupla²³⁹. Como veremos no decorrer do capítulo.

Adentrar ao espaço público, político e masculino foi o que fizeram estas mulheres ao participarem das organizações de esquerda clandestina, e em muitos casos, propondo a luta armada como a única forma de derrubar a ditadura civil-militar.²⁴⁰

Não foram poucas as mulheres que pegaram em armas na luta contra a ditadura civil-militar. Marcelo Ridenti com base no relatório *Brasil: Nunca Mais* aponta que os grupos revolucionários brasileiros, em seu conjunto, tiveram um percentual mais significativo de mulheres em sua composição em relação a outros, especialmente os grupos nacionalistas e o PCB, atingindo um percentual de 18, 3%. Wolff²⁴¹, questiona esses números, apontando para uma porcentagem maior, já que para as mulheres era mais “fácil” escapar da polícia, ao passo em que era incabível no imaginário social e da repressão que as mulheres pudessem estar inseridas nas organizações revolucionárias. Para Kreuz essa porcentagem, embora em proporção bem menor que a dos homens, aponta a participação feminina na resistência à ditadura civil-militar em atividades consideradas políticas²⁴² e reflete um processo de libertação feminina em todos os níveis.

Diferentes foram os meios de inserção das mulheres na esfera política dos anos de 1960, no entanto, a grande maioria são oriundas do movimento estudantil. Segundo Ridenti, a maioria das processadas em Inquéritos Policiais Militares eram estudantes

²³⁹ JOFFILY, Mariana. “Os Nunca Más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”. Anais do Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder. Florianópolis, UFSC, 25 a 28 de agosto de 2008.

²⁴⁰ COLLING, Ana Maria. 50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015, p. 378.

²⁴¹ WOLFF, Cristina Scheibe. “Feminismo e configurações de gênero a guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n.54, dez 2007.

²⁴² KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Pelotas- RS, Ano 2015. P.65.

(186; 32,2%)²⁴³, assim como Leila e Áurea. Alguns estudos apontam para algumas possibilidades de interpretação sobre esse fenômeno. Wolff compreende a entrada na universidade e o contato com muitas das ideias entendidas como subversivas para a época, como fator decisivo para a maior participação política:

[...] as décadas de 1960 e 1970 foram mesmo um momento de expansão das universidades e especialmente de abertura dos estudos universitários às mulheres. Importante lembrar ainda que cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, por outro lado, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil²⁴⁴.

Diversos outros autores enfatizam uma maior politização ocorrida na época, em virtude da efervescência política nacional, que favoreceu a discussão coletiva, ampliando os espaços para além dos partidos políticos tradicionais e organizações, tais como sindicatos e o movimento estudantil. Wolff também conclui:

É dessa forma que se pode explicar a presença das mulheres nestas “trincheiras”, pois ao contrário de outras gerações de estudantes universitários, naquela geração do final dos anos 1960, a proporção de mulheres universitárias era muito maior do que nas décadas anteriores²⁴⁵.

Áurea relata como aconteceu o primeiro contato com a política:

Eu fazia parte do Movimento Estudantil quando comecei a participar das primeiras manifestações em Ribeirão Preto na defesa do governo Joao Goulart. Depois disso entrei no PCB e logo depois criamos a FALN²⁴⁶.

Leila também relembra:

Eu estava no colégio, ali eu já comecei a fazer parte do Movimento Estudantil, a escola onde eu estudava tinha bastante movimentação política. Meu professor de história foi preso e lembro que a gente fez uma auê para que ele fosse solto²⁴⁷.

Dessa forma, a partir da bibliografia analisada e dos depoimentos colhidos percebemos que a inserção no meio político da maioria das mulheres militantes se deu a partir do movimento estudantil, iniciando no secundário e se aprofundando.

As mulheres adentraram os movimentos de combate à ditadura por sua convicção política. Essa inserção não aconteceu sem custos e durante sua militância as mulheres enfrentaram e vivenciaram as mais diferentes formas de opressão de gênero e

²⁴³ RIDENTI, Op. Cit., 1993, p.177.

²⁴⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 146

²⁴⁵ WOLFF, O p, Cit., 2010, p. 149

²⁴⁶ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

²⁴⁷ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20/02/ 2023.

poder. As múltiplas facetas da relação de poder desenvolvidas no decorrer desse processo serão destacadas. Começamos pelos grupos de esquerda revolucionária.

Mesmo imbuídos pelo desejo de mudança política, econômica e social os grupos clandestinos reproduziam a hierarquia de gênero e poder sobre as mulheres militantes no interior de suas organizações. Segundo Adão²⁴⁸ as organizações de esquerda mais conservadoras não viam com bons olhos as mudanças comportamentais empreendidas pelas mulheres na década de 1960, pois geradas e inseridas no seio de uma sociedade cheia de contradições, as organizações, armadas ou não, refletiam e reproduziam estes elementos no tratamento destinado às mulheres que militavam em suas fileiras.

Teles²⁴⁹, afirma que as mulheres que participaram da luta política no Brasil, especialmente na resistência armada a ditadura, “puderam sentir as discriminações por parte de seus próprios companheiros, tanto pela superproteção, quanto pela subestimação de sua capacidade física e intelectual”. Para ela, as mulheres foram incorporadas as organizações de esquerda, entretanto, “essas organizações relutaram em absorver a mulher militante de maneira mais adequada ao papel que ela já vinha desempenhado nas diversas áreas da vida social e econômica”²⁵⁰.

A autora Mirian Goldenberg em sua pesquisa sobre as mulheres e militância entende que as mulheres desempenhavam papéis secundários dentro dos movimentos de esquerda, não por suas vontades próprias, mas sim por decisão dos seus companheiros de organização.

A história da esquerda brasileira foi, e é até hoje, escrita em torno das trajetórias destes "grandes homens". As mulheres aparecem como meras coadjuvantes. Aos homens cabem as decisões políticas (o mundo das idéias) e as ações práticas (o mundo público). Às mulheres, o suporte familiar e caseiro (o mundo doméstico) para que estes homens possam continuar realizando suas "nobres" atividades políticas. Essa representação sobre o papel secundário (ou de apoio) das mulheres fica evidente no discurso destas militantes sobre suas funções no interior das organizações²⁵¹.

Joana Pedro e Cristina Wolff também destacam a participação das mulheres em atividades como a luta armada, organização de reuniões, coletando informações, ajudando a esconder aparelhos, sustentando casas. Mas que com todas as relevâncias de

²⁴⁸ ADÃO, Op. Cit., 2008. p. 10.

²⁴⁹ TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 70.

²⁵⁰ Idem, p. 64.

²⁵¹ GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada. Revista Estudos Feministas. vol. 5, nº 2, 1997, p. 04.

seus trabalhos, essas atividades e suas participações continuavam sendo vistas como secundárias, abaixo daquelas que os homens desempenhavam.

Elas atuaram na busca de informações, no reconhecimento do espaço para a preparação das atividades, organizaram a camuflagem dos “aparelhos” casas ou apartamentos utilizados pelos militantes –, transformados em “lares normais” com sua presença; elas atuaram como mensageiras, dentre outras atividades consideradas importantes, porém secundárias²⁵².

Para Colling²⁵³, não é por ser de esquerda, preocupado com os destinos gerais do país que o militante terá uma percepção de igualdade entre os sexos. Ele também entende que o comando político deve ser dos homens. Talvez por este motivo raramente encontramos dirigentes femininas nos grupos clandestinos. Homens e mulheres esqueciam que a luta pela igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças.

Maria Cláudia Badam²⁵⁴ enfatiza que uma parcela do movimento de esquerda via as reivindicações específicas das mulheres como pautas não pragmáticas, tratando da questão feminina de forma genérica ou consideravelmente abstrata. Segundo a autora o feminismo era algo muito distante no Brasil estando associado à imagem de um movimento de viés liberal, ficando conhecido pela esquerda do final dos anos de 1960 como um movimento sexista e pequeno-burguês. E que durante aquelas jornadas era inoportuno desperdiçar as forças psíquicas dos membros da coletividade com esse debate, pois a luta contra a ditadura era algo imediato. Adão apresenta essa questão, ressaltando que grande parte da esquerda considerava o movimento feminista como um divisor e não um aliado na luta contra o terrorismo de Estado²⁵⁵. Vejamos alguns relatos de mulheres que a autora entrevistou. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, ex-militante do PC do B:

E as mulheres começaram a chegar em 1968. (...) E as mulheres vieram com ideias de participação de igual para igual com os homens, elas vêm com uma ideia mais liberada a respeito da sexualidade, elas se comportam dessa forma e veja o quanto elas incomodam a cabeça dos homens, a sua vestimenta, elas vêm com uma minissaia, e eles dizem que elas já estão provocando, que dá até para ver a calcinha dela. (...) quando eles não tinham mais argumento era o conservadorismo que prevalecia, aí quando não tinha mais esse argumento era a segurança do Partido, se vissem uma militante de saia iria tirar a segurança do Partido porque todo mundo ia ficar olhando²⁵⁶.

²⁵² PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. História Unisinos, 2011, p. 403.

²⁵³ COLLING, Op. Cit., 2004, p.8.

²⁵⁴ RIBEIRO, Maria Cláudia Badam. Militância feminina na luta armada brasileira (1968-1973). Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. P. 7-8.

²⁵⁵ ADÃO, Op. Cit. 2008, p. 12

²⁵⁶ Idem, p. 10

Criméia Alice Schmidt de Almeida, também do PC do B, relata o conservadorismo do partido no período de sua militância:

(...) é um partido extremamente machista em todos os sentidos, não é só que acha que o homem é mais importante que a mulher, (...) era o pensamento da sociedade: a supremacia masculina, a inferioridade das mulheres. Mas o Partido excluía as mulheres dos postos de comando, o que às vezes em outra organização você vai encontrar uma mulher, no Partido não, era bem rigoroso, um pensamento bem machista, que as mulheres não são tão firmes, não têm tanta convicção diante da repressão, na hora da tortura elas vão entregar²⁵⁷.

Em outro relato, Guiomar Silva Lopes, ex-militante da ALN, fala sobre a dificuldade de discussão sobre a participação da mulher na guerrilha com um dos principais líderes da organização.

Eu tive a oportunidade de discutir algumas vezes esta questão, uma delas com Joaquim Câmara Ferreira, e ele era uma pessoa muito delicada, próximo da gente, dedicado, carinhoso e daí quando eu falei da participação da mulher na guerrilha rural, ele dizia: 'Imagina uma moça participando da guerrilha rural, é muito complicado, é um cúmulo'. E aí discutimos um pouco, ele não queria discutir essas questões, acabava postergando. Às vezes, senti uma dificuldade de alguns companheiros de aceitar uma mulher no comando, mas de maneira geral, essas foram duas questões que eu estive mais próxima. O nosso dia a dia era muito tranquilo, não tinha diferença. Agora é evidente que faltou a discussão da questão feminina²⁵⁸.

Através do livro A fuga do ex-militante da ALN Reinaldo Guarany, podemos enxergar outras facetas do machismo que os homens de esquerda chegaram a reproduzir:

As mulheres na esquerda sempre seguiam uma linha bem definida. Com poucas exceções (K era uma mulher lindíssima, com seus cabelos morenos e aqueles olhos verdes. Isolda com charme pra sociólogo nenhum botar defeito. Sonia Lafoz digna de ter sua foto em banheiro de porta-aviões, Carmela Pezuti de deixar Balzac de mão no bolso, e outras) elas em geral se dividiam da seguinte maneira: quanto mais barrapesada fosse uma organização (ALN e VPR), mais feias eram as mulheres e menos havia; e quanto mais de proselitismo fossem, mais mulheres havia e mais jeitosinhas eram (por exemplo, AP, Polop, etc.). Portanto, o panorama dentro da ALN era negro: poucas mulheres, todas de sandálias de nordestino e saias de freira. E o que era pior: antes da trepadinha, uma lidinha nos documentos do Mariga, depois da dita cuja, um belo discurso do Fidel. Haja estômago! Na VPR o quadro era bem parecido, mas, não sei por que, as mulheres usavam minissaias mais curtinhas. O MR-8 (a eterna Dissidência Estudantil) primava pela mistura, como sempre primou, ora querendo atacar de vez, entrando de cheio no militarismo e aí então espantando as bonitinhas, ora fazendo pose de intelectual salvador do proletariado. Nesses momentos, as gatinhas retornavam às suas fileiras, bem queimadas de sol. Até hoje não entendi isso, acho que as companheiras sentiam uma certa atração pela palavra operário, talvez pelo seu significado de rudeza, força, brutalidade, disposição sexual,

²⁵⁷ ADÃO, Op. Cit., 2008, p. 11

²⁵⁸ Idem, p. 14.

ou pelo cheiro de suor misturado com fuligem. Naquela época não se falava de feminismo, e as mulheres da esquerda, que estavam rompendo com montões de dogmas e tabus ao mesmo tempo, precisavam de um braço peludo para as horas de desamparo²⁵⁹.

Vimos anteriormente, alguns relatos de Áurea e Leila sobre essa problemática, onde ambas destacaram algumas práticas e discursos machistas por parte dos companheiros de grupo. Mas acrescentaram que combatiam no dia a dia essa postura e que, de modo geral, seus esforços estavam voltados para a derrubada da ditadura civil-militar. Isso é, as pautas sobre a condição feminina não eram tratadas especificamente dentro da organização, e nem eram propostas por elas. Mas do que “falta de tempo”, acreditamos- como já mencionado- que isso se dava pela falta de contato com a ideias ou com o movimento feminista no momento de suas atuações nas FALN.

A relação de poder em detrimento da condição de gênero se desenvolvia de diversas formas no interior da esquerda. Outra forma de reproduzir o machismo nas organizações diz respeito a divisão sexual do trabalho desenvolvido por ambos os sexos. A participação feminina era vista com reserva por muitos de seus companheiros, pois ainda permanecia o estereótipo do “sexo frágil”, restando à mulher atividades, quase sempre, secundárias, domésticas, estruturais e logísticas, quase nunca de comando. Através da resistência parte das mulheres subvertiam essa lógica e conseguiam alterar essas práticas reproduzidas pelos companheiros. Como podemos ver no depoimento de Criméia:

E teve coisas do tipo assim: ‘Você podia lavar roupa do companheiro da direção?’ Que ele via que você era lavadeira. ‘Eu lavo a minha e ele lava a dele. Se tiver algum companheiro doente, pode ser da direção ou não, homem ou mulher, que eu ajudo.’ Porque é da direção, vem uma lavadeira aqui. Não, eu não era lavadeira. Eu era muito chatinha, reconheço, mas foi essa chatice que me manteve (...). Todas, não abri mão de nenhuma, não abri mão de fazer tarefas masculinas e não aceitei que as tarefas femininas ficassem só comigo, então no meu dia de cozinhar eu cozinjava e no meu dia de caçar, ir para a roça, eu não abria mão. Tinha que dividir igualmente, é claro que se bobear sempre sobrava para a gente, principalmente as tarefas domésticas, cozinha suja para limpar, mas eu brigava para que isso não sobrasse²⁶⁰.

Teles também apresenta essa questão em seu depoimento:

As minhas tarefas vão ser ligadas à imprensa, eu vou ser rádio escuta, eu sou leitora de jornal, para ver o que está acontecendo, eu vou trabalhar na gráfica clandestina, fazer revisão, trabalhar com edição de material gráfico, (...) às vezes tinha que escrever algum artigo, tinha que ter esses contatos, tanto nacionais como internacionais, esses meios de ligação e esse trabalho é totalmente clandestino (...). Sempre havia uma tentativa de encostar as tarefas domésticas, e isso para a gente era pesado porque as tarefas masculinas eram

²⁵⁹ GUARANI, 1984, apud TOMAZONI, 2015, p.4.

²⁶⁰ ADÃO, Op. Cit., 2008, p. 16.

muito pesadas na área rural, é cortar lenha de machado, derrubar árvore, são tarefas pesadas para homem e mulher. Agora a gente viu que se a gente abrisse mão dessas tarefas, quando fosse na hora do treinamento das ações armadas, a gente seria muito mais frágil, o treinamento fazia parte²⁶¹

Áurea relata sobre a tentativa de direcionar só atividades secundárias a ela:

Eu ajudava na produção e distribuição do *Berro*, ajudava na arrecadação de dinheiro e alimentos, na recrutarão, atividades logísticas, vestia de freira. Mas eu também queria ir pro campo de treinamento, dá tiro. Também queria participar das outras atividades junto com os meninos e eu falava isso pra eles...e eu ia²⁶².

A violência, o heroísmo e a valentia- características inerentes às práticas centrais da luta armada- associados à masculinidade, fez a atuação das mulheres nas guerrilhas mais difícil, e suas trajetórias políticas, mais cheias de empecilhos do que a dos homens. E para adquirirem respeito e reconhecimento dentro das suas organizações muitas mulheres se masculinizaram. Segundo Maria Amélia de Almeida Teles “algumas guerrilheiras tentaram se aproximar do modelo masculino. Acreditavam que dessa forma seu desempenho seria melhor nas ações militares”²⁶³. Em uma entrevista concedida para Maria Cecília de Oliveira Adão, a ex-militante do PC do B relembra:

(...) tinha uma mulher lá que o raciocínio dela era igual ao de homem, extremamente machista e era até difícil nossa relação, porque tudo que você tinha desejo enquanto mulher ela achava absurdo, achava vício burguês, colocava em risco a segurança do Partido, você só podia pensar igual homem²⁶⁴.

Para Susel da Rosa:

Embora não seja consenso nos relatos das militantes que participaram das organizações de luta contra a ditadura, muitas delas dizem que, ao adentrarem no espaço público, compondo a arena da luta política, as mulheres tiveram que adequar-se ao modelo masculino do militante²⁶⁵.

Ao estudar as guerrilhas brasileiras, Colling conclui que as mulheres tinham que ser negar como mulheres, “como forma de ocupar espaços nas organizações”²⁶⁶. Houve, para a autora, uma tentativa de assexualização por muitas delas, que consideraram que só conquistariam igualdade sendo apenas militantes, eliminando as diferenças²⁶⁷. Os sacrifícios característicos e inerentes à guerrilha, no caso das mulheres, envolviam

²⁶¹ Idem, p. 19.

²⁶² PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

²⁶³ TELES, Op. Cit., 1993, p 71.

²⁶⁴ ADÃO, Op. Cit., 2008, p. 18

²⁶⁵ ROSA. Susel Oliveira. Mulheres, Ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013, p. 43

²⁶⁶ COLLING, Op. Cit., p.68

²⁶⁷ Idem, p.70.

também abrir mão, em alguns momentos, de atributos e práticas que socialmente caracterizavam como mulheres e a correspondente adoção de traços considerados masculinos²⁶⁸. Desse modo, ao se constituírem como sujeitos políticos, as mulheres militantes estabeleceram identidade com o discurso e valores masculino diluindo as relações de gênero na luta política mais geral.

Na luta contra a ditadura civil-militar, essas mulheres se defrontaram com o autoritarismo masculino dentro das próprias organizações de esquerda, o que, muitas vezes, impediu sua participação em condições de igualdade nos grupos que se formaram. Parte dessas mulheres, na sua caminhada na luta contra a ditadura, questionaram as relações de poder entre os sexos estabelecidos no interior dos grupos políticos de esquerda, tentando impedir que a dominação machista fosse subsumida pelo discurso tradicional da revolução.

Mesmo submetidas a diferentes formas de opressão de gênero no interior de suas organizações- e criando e recriando diferentes formas de resistência e enfrentamento para com tais posturas- as mulheres militantes ainda enfrentariam, nas mãos dos representantes do Estado ditatorial, a forma mais cruel dessa relação hierárquica e patriarcal. A ditadura civil-militar brasileira utilizou diversos mecanismos coercitivos, repressivos e violentos contra setores da sociedade, sendo a tortura física e psicológica, a prática massiva mais direta e usual. Dentro deste conjunto de ações, as mulheres eram o principal alvo de uma prática em específico: a violência sexual.

III.III O encontro com o diabo: A violência sob seus corpos

Mas quero registrar que ali naquele lugar aprendi que a vida não é só feita de sonhos. Ela é feita de realidades. Realidades duras como aço. E, no manejo deste aço, tentei tomar cuidado para não ser contaminada por sua insensibilidade.
(*Maria Aparecida dos Santos*)

“O corpo da mulher converteu-se em um campo de batalha no qual é cometida a violência mais brutal”. Esta é uma das impactantes conclusões do relatório da Anistia Internacional de 2004. O informe diz respeito especificamente ao quadro generalizado de violência sexual presente no conflito armado colombiano, mas poderia, salvo uma ou outra particularidade, ser tomado como um retrato do que foram as práticas

²⁶⁸ BACK, Lilian. A vanguarda revolucionária tem dois sexos: Gênero e moral nas esquerdas armadas brasileiras e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP. Dossiê: Mulheres: esquerdas, política e trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007-304pp

generalizadas e institucionalizadas de violência durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Tal violência, algumas vezes, alcançou proporções assombrosas como estupro, aborto e o uso de animais como práticas de violência sexual.²⁶⁹

A violência sexual empenhada no corpo das mulheres é algo milenar. Historicamente, o estupro tem sido utilizado como arma de guerra, sem distinção de idade, raça, ou estilo corporal: “este tipo de violência é especificamente dirigido contra os corpos e integridade física e mental das mulheres, e por serem mulheres, se não são propriedade de um homem, pertencem, no sistema patriarcal, a todos eles”²⁷⁰. O Relatório da Anistia Internacional de 2004 afirma ser a violência contra as mulheres a mais universal, uma a cada três mulheres do planeta, já foram espancadas, forçadas a ter relações sexuais ou submetida a algum outro tipo de abuso²⁷¹. Para Irene Khan, secretária geral da Anistia e autora do Relatório, algumas das piores atrocidades cometidas contra as mulheres são realizadas pelos “agentes do Estado”, sendo o corpo das mulheres, a sua sexualidade e capacidade reprodutiva utilizados como campo de batalha simbólico e literal”²⁷².

Em todos os países do Cone Sul, que passaram pela experiência de uma ditadura de segurança nacional, métodos de terror e coerção foram institucionalizados. Há inúmeros relatos sobre o uso da tortura sexual, estupros e abusos, aplicados contra mulheres da América Latina e Caribe. Essas ações empregadas pelos agentes da repressão contra os corpos das mulheres, são um misto de violência sexual e de gênero, já que o primeiro está inserido no segundo. A violência de gênero é ampla e ultrapassa as questões de cunho sexual, embora ela ocorra, justamente, por fazer diferenciações entre os sexos; a divisão sexual de forma binária acabou determinando padrões comportamentais, que diferenciam o sexo masculino do feminino, bem como a punição

²⁶⁹ INTERNATIONAL AMNESTY. *Colombia: scarred bodies, hidden crimes. Sexual violence against women in the armed conflict.* 2004. p. 10-11. Disponível em: <https://www.amnesty.nl/sites/default/files/public/2004_colombia.pdf>. Acesso em: 11/07/2023.

²⁷⁰ SWAIN, Tania Navarro. “Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social” Disponível em: <http://www.tanianavarrowswain.com.br/brasil/limites%20corpo%20sexuado.htm>. Consultado em 11/07/2023.

²⁷¹ “Vidas Rotas: crimines contra mujeres en situaciones de conflicto”. Relatório da Anistia Internacional 2004. Disponível no site: <http://www.amnesty.org/es/library/asset/ACT77/075/2014/es/dom-ACT770752004es.pdf>. Consultado em 11/07/2023.

²⁷² idem

adequada para cada corpo, deixando, em muitos casos, as mulheres numa posição de inferioridade na hierarquia de gênero²⁷³.

A violência sexual- como ferramenta (suja) de guerra- foi utilizada de forma sistemática contra a mulheres militantes. Violações, nudez forçadas, agressões nos órgãos sexuais, abusos sexuais e o estupro foram práticas constantemente empregadas por agentes da repressão²⁷⁴. A prática desta violência tinha finalidades bem específicas na punição contra as mulheres militantes, que para a repressão e seus agentes, desempenhavam um “papel duplamente” transgressor: enquanto agentes políticos- insurgindo-se contra a ditadura- e enquanto gênero – rompendo com o padrão vigente²⁷⁵.

Diante disso, é importante reafirmar que a violência sexual foi usada como um dos mecanismos coercitivos/repressivo do Terrorismo de Estado, de forma sistemática, para castigar – mulheres e homens – enquadrá-las, destruí-las fisicamente, moralmente e psicologicamente²⁷⁶. Dessa forma, o agente repressor- sempre personificado em uma figura masculina- via-se amparado e respaldado para agir segundo seus interesses individuais e desejos sexuais. Elizabeth Jelin lembra-nos sobre este aspecto em seu livro *Los trabajos de la memoria*:

Todos los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto “especial” para los torturadores. El tratamiento de las mujeres incluía siempre una alta dosis de violencia sexual. Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos -, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual [...]. Hay que recordar también que muchas mujeres detenidas eran jóvenes y atractivas y, en consecuencia, más vulnerables al hostigamiento sexual²⁷⁷.

Para os órgãos de repressão da ditadura a quebra do papel histórico e socialmente destinado à mulher e a conseqüente busca por igualdade trouxe o conceito de “mulher subversiva”, que era dividido em duas categorias: a de prostituta, objeto de

²⁷³ CONTREIRAS, Janaína A. “Você vai parir eletricidade. Depois disso me estuprou ali mesmo. A violência sexual contra as mulheres como método repressivo do terrorismo de estado brasileiro. Ensinos, Direitos e Democracia. XIII Encontro de Estadual de História da ANPUH RS. UNISC – Santa Cruz do Sul, 2016, p.5.

²⁷⁴ Embora a nudez e a tortura nos órgãos genitais fossem práticas constantes para homens e mulheres no momento da tortura, o estupro era utilizado- em sua maioria- contra as mulheres.

²⁷⁵ FERREIRA, Op. Cit., 1996, p. 152.

²⁷⁶ CONTREIRAS, Janaína A. *Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)*, (Monografia em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, p.16.

²⁷⁷ JELIN, Op. Cit., 2002, p. 102-103

desejo dos homens, e a de comunista, desviante política²⁷⁸. Assim, a mulher militante cometia de uma única vez um duplo pecado aos olhos dos agentes do Estado: de insurgir contra a política de Terrorismo de Estado fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o seu lugar, “natural”, rompendo os padrões estabelecidos. Para Elizabeth Ferreira as mulheres não eram acusadas somente por serem terroristas, mas por serem “terroristas” e “mulheres”: uma combinação infame para a repressão. Desde o momento da prisão até o horror das torturas, as mulheres militantes estavam nas mãos de agentes masculinos fiéis às performances de gênero, que utilizavam dessa diferença como um ingrediente a mais para atingir e desumanizar as mulheres²⁷⁹, diferenciando-as para machucá-las, reprimi-las e desestabilizá-las; deixando marcas irreparáveis²⁸⁰.

A necessidade do agressor de fragilizar, coibir e descaracterizar a mulher militante era inerente ao processo da tortura, principalmente, pela necessidade de desconstruir qualquer identidade ou laço entre si e a sua vítima, convencendo-se de que aquele corpo onde seria aplicado a tortura não existia um “ser humano”, mas uma “coisa”. Talvez, isso explique o fato dessa prática ter adquirido seu formato mais cruel contra as mulheres, era necessário, sobretudo, destruir a sua humanidade feminina.

As modalidades de violência sexual aplicada contra as mulheres, são diversas e cruéis. Desde um “simples” tocar com a mão nas partes íntimas da vítima, passando pelo estupro, chegando ao choque elétrico e o uso de animais como práticas de violência sexual. Muitas ex-presas políticas, ao relatarem os tormentos que vivenciaram em cativeiro, denunciaram mais de um tipo de violência sexual. Aqui, pretendemos apresentar alguns casos, que integram uma pesquisa maior, para evidenciar a complexidade desta “ferramenta”, tão eficaz para desumanizar as mulheres e que esteve a serviço da repressão. Os relatos²⁸¹ a seguir de mulheres militantes na resistência à ditadura civil-militar nos evidenciam esses mecanismos e as situações- limites na tortura. Começamos por Dulce Maria, ex- militante da Vanguarda Popular

²⁷⁸ TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. CAD. ESC. DIR. REL. INT. (UNIBRASIL), CURITIBA-PR | VOL. 1, No 22, JAN/JUN 2015, p.3.

²⁷⁹ ROSA, Op, Cit., 2013, p. 59.

²⁸⁰

²⁸¹ Os relatos que serão apresentados a seguir são testemunhos de ex-militantes de esquerda, principalmente, da luta armada que lutaram contra a ditadura civil-militar brasileira. A maioria dos relatos foram encontrados no livro “Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura”. MERLINO, Tatiana. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

Revolucionária (VPR), que descreve em seu relato as variações de violência sexual a que foi submetida, inclusive a situação de estupro:

(...) E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo, que me dava choques na vagina e dizia: 'Você vai parir eletricidade'. Depois disso, me estuprou ali mesmo²⁸².

Inês Etienne Romeu, também ex- militante da VPR, relata a sua experiência de tortura física e sexual. Inês, como tantas outras, também foi estuprada. Como podemos observar:

(...). Fui conduzida para uma casa (...) em Petrópolis. (...) O Dr. Roberto, um dos mais brutais torturadores, arrastou-me pelo chão, segurando-me pelos cabelos. Depois, tentou me estrangular e só me largou quando perdi os sentidos. Esbofetearam-me e deram-me pancadas na cabeça (...). Espancaram-me no rosto até eu ficar desfigurada (...). O 'Márcio' invadia minha cela para 'examinar' meu ânus e verificar se o 'Camarão' havia praticado sodomia comigo. Esse mesmo 'Márcio' obrigou-me a segurar seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante esse período fui estuprada duas vezes pelo 'Camarão' e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros²⁸³.

A ex-militante da Ação Popular (AP), Gilse Cosenza relata a sua experiência de estupro nas mãos dos torturadores, ressaltando a consumação do ato em um estágio físico que se encontrava, praticamente inconsciente, depois de tanta tortura ao qual foi submetida.

Fomos colocadas na solitária, onde ficamos por três meses, sendo tiradas apenas para sermos interrogadas sob tortura. Era choque elétrico, pau de arara, espancamento, telefone, tortura sexual. Eles usavam e abusavam. Só nos interrogavam totalmente nuas, juntando a dor da tortura física à humilhação da tortura sexual. Eles aproveitavam para manusear o corpo da gente, apagar ponta de cigarro nos seios. No meu caso, quando perceberam que nem a tortura física nem a tortura sexual me faziam falar, me entregaram para uns policiais que me levaram, à noite, de olhos vendados, para um posto policial afastado, no meio de uma estrada. Lá, eu fui torturada das sete da noite até o amanhecer, sem parar (...). Quando eu já estava muito arrebitada, um torturador me tirou do pau de arara. Eu não me aguentava em pé e caí no chão. Nesse momento, nessa situação, eu fui estuprada. Eu estava um trapo. Não parava em pé, e fui estuprada assim pelo sargento Leo, da Polícia Militar²⁸⁴.

Nos relatos anteriores percebemos que as sessões de torturas eram diversificadas e que não havia limites para “interrogar” uma mulher sem passar por uma tortura de natureza sexual. Podemos perceber que, nesses primeiros relatos, há a denúncia de agressão na vagina e seios, estupro e violência de gênero.

²⁸² MERLINO, Op. Cit., p.70

²⁸³ Idem, p.105.

²⁸⁴ Idem, p.192.

Há outros relatos que denunciam a ameaça de estupro (muito constante nas sessões de tortura). A ameaça de estupro tornou-se uma ferramenta bem eficaz, pois, a maioria das mulheres sentem medo de ser vítima desta ação. Mesmo que o estupro não ocorra, só o fato de ter o corpo invadido por um desconhecido, já causa grandes transtornos emocionais.

Eu ali estava vulnerável. Completamente vulnerável. E aí, o cara começou. Entrou com a mão dentro da minha roupa e aí, bom, é como qualquer outro abuso sexual eu não vou ficar descrevendo detalhes, mas isso que aconteceu. A mão dele passou por tudo e não sei quê. E ele dizia isso: “Ela vai gozar, comigo ela vai gozar. Ela vai falar”. Eu entrei num pânico tão grande que eu dizia assim: “Me bota num pau de arara”. Olha se isso é coisa de gente normal? Eu só dizia assim... Aí foi burrice minha, mas é a reação natural de qualquer pessoa. “Não faz isso comigo, me bate, me põe num pau de arara”. O cara percebeu que se ele fizesse aquilo.... Aquilo é que iria me desestruturar, não era o pau de arara e nem sei lá que eu não tenha tido a experiência.²⁸⁵

Eleonora Menicucci de Oliveira, ex-militante do Partido Operário Comunista (POC), presa em 1971, relata a sua experiência e ressalta que o estupro não é apenas o ato de penetração:

abuso sexual, de alguma forma, também é estuprar. A tortura era feita sob xingamentos como 'vaca', 'puta', 'galinha', 'mãe puta, 'você dá para todo mundo'... Algumas mulheres sofreram violência sexual, foram estupradas. Mas apertar o peito, passar a mão também é tortura sexual. E isso eles fizeram comigo. Eles também colocaram na minha vagina um cabo de vassoura com um fio aberto enrolado. E deram choque. O objetivo deles era destruir a sexualidade, o desejo, a autoestima, o corpo²⁸⁶.

Jessie Jane, ex-militante da ALN, afirma em seu relato que, praticamente, todas as mulheres que passaram pelo processo de prisão e tortura, foram abusadas sexualmente. Como podemos observar:

(...) A nossa prisão foi muito violenta. Fomos levados para o DOI-Codi, onde fomos muito torturados. As torturas foram tudo que você pode imaginar. Pau de arara, choque, violência sexual, pancadaria generalizada. Quando chegamos lá, tinha um corredor polonês. Todas as mulheres que passaram por ali sofreram com a coisa sexual. Isso era usado o tempo todo²⁸⁷

Podemos perceber, portanto, que a maioria das mulheres que passaram pelas mãos dos agentes dos órgãos de repressão da ditadura, sofreram violência sexual, sendo estupradas, humilhadas e submetidas as mais diversas formas de tortura: pau de arara, cadeira do dragão, afogamentos, choque elétrico por todo o corpo, corredor polonês,

²⁸⁵ Idem, p.195.

²⁸⁶ Idem, p.95.

²⁸⁷ Idem, p.125.

geladeira, entre outras formas desumanas de tortura, com o uso de animais e insetos²⁸⁸. Como podemos observar no depoimento de Dulce Chaves Pandolf, ex- militante da ALN:

(...). No DOI-Codi, a barra foi pesadíssima. Teve pau de arara com choque elétrico no corpo nu: nos seios, na vagina, no ânus. Lá tinha um filhote de jacaré de estimação dos torturadores que eles colocavam para andar em cima do nosso corpo²⁸⁹.

Hecilda Fontelles Veiga, ex-militante da Ação Popular, também relata sobre essa questão:

(...). Eu estava muito fraca e não conseguia ficar nem em pé nem sentada. Como não tinha colchão, deitei-me no chão. As baratas, de todos os tamanhos, começaram a me roer. Eu só pude tirar o sutiã e tapar a boca e os ouvidos²⁹⁰.

Ao analisar os documentos do DOPS, Colling diz que, quando as mulheres militantes aparecem nos relatórios, a descrição da atividade subversiva acompanha sempre a identificação de seu envolvimento com os homens: “mulheres como amásias e amantes”. A repressão, ao tratar a mulher militante, de imediato tenta a sua desqualificação como sujeito autônomo. Sua caracterização dá-se como apêndice dos homens, incapaz de decisão política e própria²⁹¹. Isso explica, em grande parte, o porquê de os órgãos repressivos associarem a imagem das mulheres, aos homens políticos, classificando-as como “puta”, “namoradinha” e “amante”. Segundo Insuela o foco sempre recaía na relação com os homens “subversivos”. Para os órgãos do Estado as mulheres não seriam capazes de efetuar ações sozinhas e sua participação na luta, portanto, seria por mera influência dos militantes²⁹². Como podemos observar em alguns depoimentos:

Mulheres militantes constantemente tinham sua sexualidade posta em questão, pois acreditavam, os ditadores, que uma figura capaz de entrar em uma luta armada e confrontar-se com o governo, desobedecendo às leis e a ordem estabelecida, tinha dois motivos: interesse em manter relações com vários homens ou uma condição sexual “não adequada”, o lesbianismo²⁹³

(...) O tom era de 'por que você não está em casa, ao invés de estar aqui? Por que você perde tempo com coisas que não lhe dizem respeito?'. Era como se

²⁸⁸ Sobre as inúmeras formas de torturas e os seus significados e fins, consultar o livro Brasil Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo. Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1985.

²⁸⁹ MERLINO, Op. Cit., p.58.

²⁹⁰ Idem, p.76.

²⁹¹ COLLING, Op. Cit., p. 7

²⁹² ISUELA, Julia Bianchi Reis. Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, impressa e (auto) biografias. 2011, p.58.

²⁹³ TOMAZONI, Op. Cit., p.6.

... você merecesse ser torturada porque estava fazendo o que não devia ter feito²⁹⁴

Podemos observar essa questão em outro relato. Segundo Lucia Coelho, ex-militante da POC:

(...). Também faziam uma certa gozação, como se eu tivesse me metido nisso sem saber o que era. Eles tinham muito prazer na tortura. Não me pareceu que eles faziam por obrigação. Havia o Ustra [coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra], que era o mais terrível, porque vinha com uma conversinha, com uma diplomacia: 'Minha filha, como você vai se meter numa coisa dessas você é de uma família boa, vai prejudicar os seus filhos por essa coisa de comunismo'. E, de repente, inesperadamente, ele lançava uma bofetada²⁹⁵

Além do caráter sexual no processo de tortura, os agentes exploravam a maternidade como forma de tortura²⁹⁶. A intenção do uso do corpo da vítima era instrumental, e no caso das mulheres, o corpo oferecia maiores possibilidades. Houve aquelas que sofreram abortos (forçados), aquelas que tiveram seus bebês nos DOI-CODIs, outras que foram torturadas na frente dos filhos, e viram seus filhos sendo torturados e aquelas que foram assassinadas grávidas.

A gravidez não era impedimento para a tortura, nem as crianças, usadas como instrumentos de pressão, tudo “justificado” pela necessidade de urgência nas informações sobre os transgressores da ditadura²⁹⁷. Como veremos nestes depoimentos. Izabel Fávero, militante da VAR-Palmares no período, relata sobre o seu aborto na prisão.

(...). Foi pau de arara, choques elétricos, jogo de empurrar e, no meu caso, ameaças de estupro. Dias depois, chegaram dois caras do Dops do Rio, que exibiam um emblema do Esquadrão da Morte na roupa, para 'ajudar' no interrogatório. Eu ficava horas numa sala, entre perguntas e tortura física. Dia e noite. Eu estava grávida de dois meses, e eles estavam sabendo. No quinto dia, depois de muito choque, pau de arara, ameaça de estupro e insultos, eu abortei²⁹⁸.

Em outro testemunho, Gilse Cosenza descreve as atrocidades que os torturadores falavam que iriam fazer com sua filha, nascida na prisão, de apenas 4 meses:

(...). Eles diziam estamos cansados de trabalhar com adulto, já estudamos todas as reações, mas nunca trabalhamos com uma criança de quatro meses.

²⁹⁴ MERLINO, Op. Cit., p.96.

²⁹⁵ Idem, p.158.

²⁹⁶ Sobre essa questão têm-se várias matérias, entre elas matérias audiovisuais, como: o documentário “Que bom te ver viva” e o depoimento em áudio de Criméia de Almeida. Pode-se encontrar mais relatos sobre esse meio de tortura no livro Brasil: Nunca Mais. Prefácio EVARISTO, D. Paulo. Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1985.

²⁹⁷ TOMAZI, Op. Cit., p.8.

²⁹⁸ MERLINO, Op. Cit., p.51.

Vamos colocá-la numa banheirinha de gelo e você vai ficar algemada marcando num relógio quanto tempo ela leva para virar um picolé. Mas não pense que vamos matá-la assim fácil, não. Vocês vão contribuir para o progresso da ciência: vamos estudar as reações, ver qual vai ser a reação dela no pau de arara, com quatro meses. E quanto ao choque elétrico, vamos experimentar colocando os eletrodos no ouvido: será que os miolos dela vão derreter ou vão torrar? Não vamos matá-la, vamos quebrar todos os ossinhos, acabar com o cérebro dela, transformá-la num monstrinho. Não vamos matar você também não. Vamos entregar o monstrinho para você para saber que foi você a culpada por ela ter se transformado nisso'. Depois disso, me jogavam na solitária. Eu quase enlouqueci²⁹⁹.

Eleonora Menicucci ressalta o objetivo dos torturadores em desmontar a mulher, usando de todos os meios, inclusive da maternidade.

(...). Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela. O torturador era o Mangabeira (...) hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade³⁰⁰.

Sobre a questão da maternidade, várias mulheres relatam que o fato de ser mãe, ou de estar grávida, despertava um ódio muito grande nos torturadores, pois significavam para eles a possibilidade de continuação de “seres subversivos”, dessa “raça de comunistas”. Enquanto, nos porões da ditadura, sob torturas, a ditadura tirava a vida de inúmeras mulheres, outras tantas, respondiam esse ódio com vida³⁰¹.

Desse modo, fica evidente o sentimento de repugnância e ódio dos torturadores com as mulheres militantes. Elas foram expostas a uma série de medidas punitivas e situações-limites, como: insultos, torturas, espancamentos, estupros e os mais diversos mecanismos de anulação, em que o castigo tinha uma função exemplar. Essa atitude repressiva potencializada adquiriu tal conotação pelo fato de essas mulheres terem escolhido viver como protagonista³⁰². Vale ressaltar, no entanto, que todos os depoimentos acima são de mulheres que sobreviveram ao Terrorismo de Estado, a prisão e a tortura. Outras tantas, não tiveram chance de relatar suas experiências e, muito menos, denunciar a ditadura civil-militar, foram mortas, assassinadas pelos órgãos e agentes de repressão do Estado. Concluiremos essa parte com o relato de Criméia Almeida que corrobora com essa discussão:

Eu estava grávida quando fui presa. Estava no sexto mês de gravidez, mesmo assim eu fui torturada. [...] eles priorizaram muito a tortura psicológica. [...]

²⁹⁹ Idem, p.192.

³⁰⁰ Idem, p.149.

³⁰¹ Sobre essa questão ver o documentário “Que bom te ver viva!”, dirigido por Lúcia Murat, lançado em 1989.

³⁰² RIBEIRO, 2008, p. 10.

meu filho tinha soluços na barriga, meu filho tem soluços até hoje com 37 anos. [...] Meu filho nasceu na prisão, mais precisamente no Hospital da Guarnição do Exército de Brasília. [...] Eu fiquei muito tempo em trabalho de parto porque o obstetra lá [...] não quis fazer o parto na hora. Então eu falei assim: mas meu filho vai morrer não vai aguentar. E ele disse: não tem importância é um comunista à menos³⁰³.

³⁰³ Esse caso foi divulgado em rede nacional de televisão em 2011, quando estava sendo transmitida a novela *Amor & Revolução*, pelo Sistema Brasileiro de Telecomunicações (SBT). Em um vídeo de 3 minutos e 26 segundos.

Capítulo IV: Elas nas FALN

A inserção e atuação das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional não se deu diferente das demais organizações de luta armada no país. As mulheres nesta organização passaram pelas mesmas dificuldades, preconceitos e opressões, que tantas outras.

Nos Altos de Interrogatório e Qualificação do processo do STM movido contra as FALN, onde relacionou 49 processados³⁰⁴, constou o nome de quatro mulheres processadas por envolvimento com o grupo clandestino.

Vejamos:

01 Nome: Áurea Moretti
 N° fl. Processo:00033
 Pseudônimo: Maria
 Idade na ocasião da “queda”: 24 anos
 Natural de: São Joaquim da Barra
 Residente em: Ribeirão Preto
 Profissão: Estudante

Encarregada da “Base de Apoio Logístico”, cujas tarefas, além da divulgação dos jornais e aulas de primeiros socorros, era a de obter apoio e novos militantes, alimentos, medicamentos, transporte, dinheiro etc.

02 Nome: Leila Bosqueto
 N° fl. Processo:00151
 Pseudônimo: Amelia
 Idade na ocasião da “queda”: 22 anos
 Natural de: Ribeirão Preto
 Residente em: Bauru
 Profissão: Estudante

Contato da organização na cidade de Bauru, responsável por distribuição dos jornais e “mapear” possíveis militantes. Envolvida afetivamente com outro militante do grupo, Djalma Quirino de Carvalho.

03 Nome: Nanci Marietto
 N° fl. Processo:00077
 Pseudônimo: não conta
 Idade na ocasião da “queda”: 25 anos
 Natural de: Ribeirão Preto
 Residente em: Ribeirão Preto

³⁰⁴ Como constatou no BNM – processo 65. Encontra-se digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional. https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_01&pagfis=104361

Profissão: Estudante

Iniciadora e propaganda do jornal estudantil *O Berro*. Por divergências táticas, desligou-se do grupo que produzia o jornal antes de ele configurar-se como organização armada revolucionária. Seu pai José Marietto, militante do PCB, envolveu-se com a ALN na célula de Ribeirão Preto. Com a “queda” das FALN e a ação da Operação Bandeirantes (OBAN) na cidade e região, Nanci foi acusada de ser integrante da organização armada. Tentou provar sua inocência e não conseguiu. Ficou por três anos na clandestinidade e, posteriormente para o exílio³⁰⁵.

04 Nome: Maurina Borges da Silveira
 N° fl. Processo:00274
 Pseudônimo: não conta
 Idade na ocasião da “queda”: 45 anos
 Natural de: Perdizes- MG
 Residente em: Ribeirão Preto
 Profissão: Religiosa

Madre Superior da Instituição Religiosa Lar Santana

Não nós debruçamos nesta pesquisa no caso da madre Maurina por dois motivos: primeiro pelo fato de Maurina não ser militante/integrante das FALN, envolvida injustamente com a organização, pela repressão e, segundo; por já existirem inúmeros estudos que tratam deste episódio e sua trajetória³⁰⁶.

Mas ao tratar da violência de gênero perpetradas pela ditadura contra às mulheres é impossível não ressaltar a experiência da Madre Maurina e toda crueldade que se tem envolto desse episódio.

Das quatro mulheres citadas à cima, Madre Maurina, muito provavelmente foi a que mais sofreu violência física e sexual. Sendo, inclusive, vítima de estupro como afirmam em seus depoimentos Áurea e Leila³⁰⁷.

Maurina foi presa, humilhada e torturada. Posteriormente, foi encaminhada para a prisão de Tiradentes, onde ficou cerca de um mês, sendo novamente transferida e permanecendo, por tanto, até o exílio na penitenciária feminina de Tremembé, que era cuidada por religiosas. Em 1970, foi uma das pessoas trocada pelo cônsul japonês

³⁰⁵ Tentamos contato com a Nanci, porém sem sucesso.

³⁰⁶ Dentre esses, destaco: SILVEIRA. Frei Manoel. A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira. ABAP- Associação Brasileira de Anistiados Político- IPCCIC- Instituto de Identidades Culturais. 2014

³⁰⁷ Optamos por não colocar estes depoimentos na pesquisa pelo fato de tratar de outra mulher e por todo o mistério e discussão que se tem em torno dessa questão.

Nobuo Okuchil, sequestrado pelo grupo Vanguarda Popular Revolucionário (VPR). Mesmo contra sua vontade Madre Maurina foi exilada no México, onde viveu por dez anos. Ali foi bem acolhida pela Congregação Religiosa das Irmãs de São José de León, dedicando-se à Pastoral de Casais com cristo em onze povoados. Após o exílio, Maurina voltou ao Brasil, sendo julgada e absolvida. Sua vontade, no entanto, era ter permanecido e provado sua inocência.

O caso da Irmã Maurina é um episódio muito específico da ditadura civil-militar brasileira, pois ela foi a única freira presa, violentada e torturada. A proporção deste acontecimento foi tão grandiosa, que mudou rumos e posições de pessoas e setores importantes que apoiaram o golpe em 1964. Em Ribeirão Preto dois delegados foram excomungados pela igreja, que se empenhou na luta pelos direitos humanos ao tomar conhecimento das atrocidades cometidas contra a Madre e os militantes das FALN³⁰⁸.

Das mulheres indiciadas apenas Áurea Moretti e Leila Bosqueto tiveram participação efetiva na organização revolucionária.

No presente capítulo iremos analisar como as mulheres militantes atuaram nas FALN, suas tarefas, as diversas formas de opressão a que foram submetidas, a maneira como enfrentaram a prisão, a tortura etc. Partimos do conceito de gênero - já fundamentado na introdução, mas que ressaltamos, pressupõe a diferença social construída, mas considerada natural sobre o que “é ser homem” e “é ser mulher” -, para compreendermos o testemunho das militantes e analisar como tal referencial os perpassa. É importante salientar que o período da militância contra a ditadura não é o apenas lembrado como traumático. As atividades desempenhadas no cotidiano, as lutas, as diferentes formas de resistência, os sonhos- que são rememorados de uma maneira muitas vezes nostálgica- ganham destaque. Para a melhor compreensão da análise, optamos por dividir o capítulo em quatro momentos centrais de reconstrução da experiência política que, na maioria das vezes, relacionam-se com a cronologia do vivenciado pelas militantes: a) o engajamento político; b) a militância clandestina; c) sequestro, prisão e tortura e d) o retorno a vida legal.

Verena Alberti lembra que “ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os

³⁰⁸ Através das fontes é possível constatar que os integrantes das FALN, a partir de seus depoimentos, acreditam que se não fosse pela prisão e crueldade a qual Madre Maurina foi submetida, muito provavelmente não estariam vivos.

acontecimentos de acordo com determinado sentido.”³⁰⁹. Ou seja, o sentido que as narradoras encontraram para tornar inteligível suas trajetórias se relacionam, sobretudo, com o aspecto temporal, embora alguns fatos sejam dotados de maior significância que outros. Contudo, Candau nos alerta: O narrador parece colocar em ordem e tornar coerente os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em toda narrativa³¹⁰. Assim, mesmo com a suposta coerência temporal e/ou factual da narrativa, devemos atentar para o fato de que a memória, ao rearranjar a trajetória individual faz reinterpretações, apaga dados, confunde aspectos, dentre várias outras possibilidades de adequação dos fatos vivenciados com aquilo que se deseja contar. Feitas tais considerações preliminares, podemos analisar os principais aspectos que compõe a narrativa das militantes.

IV.I Engajamento Político

Para cada momento, há tanto elementos de identificação como de divergência nos relatos de Áurea e Leila. O primeiro ponto de semelhança já é demonstrado com as recordações do envolvimento político de cada uma. Percebemos que a classe social, seus sistemas de referências, a visão de mundo e posicionamentos de seus círculos familiares, são elementos fundamentais para o envolvimento e engajamento de nossas depoentes na luta política.

Áurea, proveniente de uma família de classe baixa, nasceu na Fazenda Peroba³¹¹, no município de São Joaquim da Barra- SP. Ali passou sua infância e parte da adolescência. Seus pais eram empregados da fazenda e além do trabalho com a terra, tinham um armazém. Foi em casa, em detrimento do seu meio e da condição social de sua família que Áurea passou enxergar as contradições que a cercavam. Em casa ouvia os relatos dos seus pais e dos demais empregados, que se juntavam para reclamar das condições de trabalho e miséria em que eram expostos. Seus pais não tinham orientação política definida, mas junto com os demais trabalhadores da fazenda, foram organizando

³⁰⁹ ALBERT, Op. Cit., p. 77.

³¹⁰ CANDAU, Op. Cit., 2012, p. 71.

³¹¹ A Fazenda Peroba pertencia a família Junqueira, umas das maiores proprietárias de terra da região.

um grupo de frente que tentava dialogar com os “patrões”, para melhores condições de trabalho.

Eu tive, desde muito cedo, contato com a desigualdade e percebia isso no dia a dia. Eu tinha uma aproximação muito forte com os outros empregados da fazenda. Quando criança nem tanto, mas aos poucos fui enxergando a miséria, as condições de trabalho de meus pais e dos outros empregados, muito pelas reclamações deles também e eles foram se organizando também (...) então desde pequena eu tive esse contato com a natureza, com a liberdade e com a injustiça³¹².

Já em Ribeirão Preto, no colégio Otoniel Motta. Áurea teve acesso a algumas leituras- que a despertou para uma “tomada de consciência” - entre elas: Capitães de areia de Jorge Amado. As leituras paralelas a sua realidade fizeram com que ele começasse a ter uma inclinação política. Ainda no colégio ela passa a ter contato com as questões da Reforma Agrária através de algumas palestras conduzidas pelo Padre Celso, umas das principais figuras das Frente Agrária da cidade.

A Áurea ficou encantada com a palestra do Padre Celso, porque falava exatamente da Reforma Agrária, dos problemas no campo, ela relacionava isso com a vida dela e de sua família na fazenda em São Joaquim da Barra. E aí ela foi tomando gosto pela questão das lutas populares e com tempo ela foi se inserindo aos poucos³¹³.

Ainda no colegial Áurea ingressa no Movimento Estudantil e conhece Nanci Marietto que já fazia parte do PCB local. Essa amizade influenciará em grande parte a inserção da Áurea na luta política, principalmente no Partido Comunista. No PCB Áurea conhece vários dos futuros integrantes das FALN.

Eu fui recrutada pelo partido comunista ainda na escola, devia ter uns 16 anos. Muito pela amizade com a Nanci. A Nanci era filha de um importante dirigente do partido e ela também era bastante ativa. E ali que eu conheço o Vanderley, Gonzaga, Silvio Rangel³¹⁴.

Em meados da década de 1960, foi um período de bastante agitação e mobilização política. Indignados com o advento do golpe e com o acirramento político, os estudantes protagonizaram diversas manifestações. Áurea relata que as mobilizações e comícios relâmpagos eram frequentes na cidade. Além dessas, as pichações noturnas, com frases, como: “Abaixo a ditadura!”, eram práticas recorrentes³¹⁵. E prossegue:

Utilizávamos um banquinho discreto que carregávamos numa sacola. Quando supúnhamos que o momento era o ideal, logo subíamos no banco a discursar em meio à multidão: “Abaixo a Ditadura!”, “O Exército é o braço do Estado

³¹² PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³¹³ PIRES, Laudelino. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³¹⁴ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³¹⁵ BOTOSSO, Op. Cit., p. 52.

e não a sua cabeça!”, “Viva o Brasil!”. A coisa era muito rápida e logo saíamos disfarçadamente com a sacolinha, como se nada tivesse acontecido³¹⁶.

A repressão não dava tréguas. Metralhadora, cacetete, bomba de gás lacrimogêneo, pancadaria, cães, cavalos, jipes e outros veículos da repressão investiam contra os manifestantes³¹⁷. Diversas era as formas que os manifestantes encontravam de resistir e dispersar a polícia. “A gente jogava rolas e bolinhas de gude no chão pra derrubar os calos de baixo e os cavalos de cima”³¹⁸. A Catedral Metropolitana quase sempre era refúgio seguro. “No momento do perigo a gente se transformava em crentes temporários e os padres sempre ficavam do nosso lado³¹⁹. crentes Segundo Áurea, “a gente jogava rolas e bolinhas de gude no chão pra derrubar os calos de baixo e os cavalos de cima” e continua:

O Vanderley pediu aos meninos engraxates da praça que arrumassem alguns gatinhos. No tumulto, o Vanderley saiu do prédio do centro acadêmico, que ficava no centro da cidade, com um saco cheio de gatinhos e soltou os bichinhos. Os cães da polícia não tiveram dúvida, saíram disparados atrás dos pobres animalzinho³²⁰.

Em 20 de abril de 1965, o vereador Aloizio Oláia Paschoal promoveu um projeto de lei que concedia o título honorífico de cidadão Ribeirão-Pretano ao então embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon. Para os estudantes, Lincoln Gordon representava a personificação física do imperialismo estadunidense no país. Áurea que já estava cursando Filosofia na USP de Ribeirão Preto, relata:

Eu me recordo do Vanderley (Caixe) careca, com a boina do Direito e eu com a boina da Filosofia. Aí nós organizamos a "festa" pro Lincoln Gordon. Eu sei que o Vanderley até soltou bomba molotov lá no clube Recreativa onde iriam recepcionar o homem. E nós, meninas, ajudamos a fazer as faixas, os cartazes e os bonecos. Os bonecos representavam o embaixador enforcado, que era pendurado nos postes e fios. O Patrocínio do Santos, um antigo comunista, ensinou os meninos a jogar os bonecos nos fios elétricos, de maneira que só os bombeiros conseguiriam tirar. Então eles pegaram o roteiro que o Lincoln Gordon ia fazer, do aeroporto à prefeitura, o roteiro inteiro, pois não havia outro caminho, outra via de acesso naquela época. Tudo foi preparado para a recepção com a intenção de acabar moralmente com ele. Nos bonecos estava escrito "Fora 'gringo'!", "Abaixo a ditadura!". Não deu tempo para os bombeiros tirarem os "enfeites" e o homem passou por tudo. Havia também as pichações nas paredes e muros. Nós organizamos a operação da seguinte forma: saíam geralmente os meninos, poucas meninas participavam, porque naquela época mulher não saía à noite na rua, aquela

³¹⁶ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³¹⁷ BOTOSSO, Op. Cit., p. 51.

³¹⁸ Idem, p. 53.

³¹⁹ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³²⁰ Idem.

que saísse era considerada prostituta etc. É claro que alguma ou outra companheira ia, mas essencialmente eram os meninos que saíam com a latinha de tinta e o pincel na mão, à noite, com um grupo fazendo a segurança. E nós, meninas, ficávamos nos serviços mais internos, como eu, que fiquei nesta noite com um telefone recebendo ligações para saber se alguém havia sido preso, ou seja, aquele que não ligasse provavelmente teria sido pego. A pessoa que não avisasse ou não retornasse, nós avisávamos aos seus familiares. Isso porque nós nunca poderíamos ir numa delegacia, senão acabávamos ficando por lá. Aquilo era uma verdadeira loucura³²¹.

No relato anterior, vemos uma questão presente na maioria das organizações de esquerda e que- como já vimos- são relatadas por diversas mulheres militantes, a divisão sexual das tarefas. “Os meninos saíam (...) e nós, meninas, ficávamos nos serviços mais internos”. Nesse relato especificamente, essa questão parece estar mais ligada a moral, onde eram malvistas às mulheres que estivessem na rua a noite e menos, por capacidade de desempenhar tal tarefa.

Entretanto, Áurea relata que no PCB o machismo assumia um caráter de desqualificação da mulher. “Eu nunca abaixei a cabeça. Tinha dia que a gente colocava a nossa posição no partido e a gente levava na cara, como se não estivéssemos ali, como se não fossemos competentes o suficiente”³²².

Descontente com esses posicionamentos e com a opção pela via pacífica adotada pelo Partido, Áurea junto com outros companheiros decidem adotar a luta armada frente ao endurecimento da ditadura. “O Partidão, na realidade, tinha uma política pacífica. E pregando que ia derrubar a ditadura pacificamente. Mas a gente sabia que não era assim (...) do Partidão, a gente começou a rachar saindo para a luta armada”³²³.

Junto com Vanderley Caixe e Nanci Marietto, o grupo dissidente do PCB, começam a produzir o jornal *O Berro*, em 1966, que como já mencionamos, foi o ponto de partida para o surgimento das FALN.

Leila, nasceu em Ribeirão Preto, mas passou toda infância e adolescência em São Joaquim da Barra- SP. Vivia com seus pais e seus avós- que fugiram do fascismo italiano- em uma espécie de sítio, onde vivam do trabalho na terra. Leila relata que a inclinação para as questões sociais e políticas veem desde sua infância por influência de seus pais, avós e professores:

³²¹ BOTOSSO, Op. Cit., p.53

³²² PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³²³ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

Meus avós vieram fugidos do fascismo, da miséria, do Mussolini. Eu acho que isso influenciou muito, porque...meus avós contavam muita as coisas de lá, eu acho que isso que foi formando na minha cabeça, isso aí eu não quero pra mim, não quero pro meu país. Então eu vi nessa formação (...) O meu pai me passou muito esse sentido de justiça, de ver o que é melhor pro país, então eu peguei muito essa parte de honestidade de honradez do meu pai, dos meus avós. Então você já vai formando mais coisas, sua cabeça vai vendo o que é justo, o que não é justo, até onde isso é justo, e aí a gente vai formando a nossa consciência. E a minha mãe foi uma mulher muito trabalhadeira, ela era tão guerreira, era uma mulher que apartava o gado, então que negócio é esse que mulher não pode fazer esse serviço, então foi essa a minha formação. E aí a gente foi pra escola e na escola tivemos excelentes professores. Meu professor de história foi preso de 1964, e a gente ficou do lado do nosso professor, então é isso, tivemos professores que naquela época influenciou muito na nossa formação³²⁴.

Leila tinha 16 anos quando aconteceu o golpe civil-militar. Era secundarista e fazia parte do grêmio estudantil. Leila relata que foi através da grande movimentação que teve em sua escola, entre elas, a prisão de um professor e participação estudantil o ponto de partida para o início de sua militância:

Através do grêmio estudantil formamos um grupo de estudos. Ali a gente discutia a conjuntura, o que estava acontecendo, fazíamos cartazes de denúncia, enfim a gente sabia que tudo o que estava acontecendo era errado. E foi assim durante um tempo, a gente não fazia muita coisa pratica, mas pra gente aquilo já era muito. E não era pouca gente não, a gente discutia sobre tudo³²⁵.

Em 1966 Leila passa no curso de educação física na cidade de Bauru-SP e na faculdade começa a articular um grupo de estudos políticos. Através desse grupo e articulações, Leila e Áurea se conhecem e passam a manter contato. Pouco tempo depois, Leila recebe o convite para ser o contato das FALN em Bauru.

A gente formou nosso grupo de estudos e o nosso estudo era, o que a gente queria pra além do que estava ali? Então será que essa ditadura era boa mesmo? E a gente foi pesquisando e vendo que não era nada daquilo que era só violência e truculência. Foi quando conheci a Áurea Moretti, ela sabia que a gente tinha um grupo de estudo, foi quando ela me convidou para fazer parte do grupo. Então entramos. Entramos porque a gente tava naquele pique achando que a gente ia acabar com a ditadura.

Mesmo sendo uma das principais articuladoras do grupo de estudos políticos da Universidade, Leila aponta um certo machismo por parte dos meninos. E relata como seus pais viam essa sua movimentação política.

E no nosso grupo de estudos tinham coisas de “mas você não pode fazer isso”. Teve um dia que planejamos de fazer umas pichações na cidade e os meninos não queria que nós participássemos, olha vê se pode isso? Eu falei, mas a ideia foi minha eu vou e pronto. Em casa quando eu estava saindo, minha mãe me questionou aonde eu ia, eu não tinha segredos com ela, ela

³²⁴ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023

³²⁵ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023

sabia que grupo de estudos, das nossas revoltas com a ditadura. E ele pediu pra eu não ir, que era perigoso, que eu sendo mulher uma hora dessa na rua. Eu falei, logo você mãe, uma mulher que apartava o gado vai me dizer o que é tarefa de mulher ou não (...) e foi isso.

Tanto no relato de Áurea e Leila percebemos uma narrativa muito forte quanto a questão da moral da mulher intrínseco na sociedade patriarcal. “Era algo incabível a mulher estar na rua de noite. Mulheres descentes, filhas, esposas, estavam em casa: a noite pertencia as prostitutas”³²⁶. O reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos encontra barreiras porque rompe com os padrões estabelecidos pela família e pela sociedade, que determinou códigos masculinos de participação pública e política. Era um duplo caminho que as mulheres militantes percorriam para romper com esse padrão social.

Percebemos aspectos semelhantes na formação de caráter político das entrevistadas. Ambas vierem de família de classe baixa, viram em seus círculos familiares referências para suas opções políticas, sendo o meio escolar um espaço importante para essa tomada de decisão. A resistência e terror a governos autoritários faz parte da história de vida de Leila, seus avós vieram para o Brasil fugindo do fascismo. Áurea desde cedo sentia na pele as contradições que a cercavam, via a olho nu a exploração e situação de miséria de seus pais no campo. Para essas mulheres a opção pela luta política revolucionária foi algo “natural”. Elas não tiveram dúvidas de que lado estariam nesta guerra.

IV.II A militância clandestina

A vida na clandestinidade proporciona ao indivíduo uma ruptura com o seu contexto cultural e afetivo. Na clandestinidade há uma reorganização da relação dessas mulheres com o tempo, espaço e interação com outros companheiros e com a família.

Sobre esta condição, algumas considerações são necessárias para que compreendamos as suas diferenças e semelhanças com a vida considerada legal:

[...] no Brasil pós-64, quem ia para a clandestinidade – por escolha política pessoal, para escapar à prisão ou por ordem do partido -, passava a viver dentro da organização, em todos os sentidos: confinado a suas casas, só ou quase só se relacionando com outros companheiros. [...] Essencial, e talvez o aspecto mais difícil da condição de clandestino, era construir um cenário de normalidade³²⁷.

³²⁶ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³²⁷ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: História da vida privada no Brasil: contrastes da

A situação que se apresentava para as militantes se relaciona com a fuga de uma vida considerada normal e a inserção em um mundo novo, desconhecido para a maioria, pois participar de um grupo de resistência à ditadura pressupunha uma série de regras e códigos para a manutenção da segurança, especialmente durante as ações armadas ou simplesmente de propaganda. No início da ditadura, as últimas eram maioria. Com o recrudescimento da ditadura e a opção pela luta armada, as regras dos grupos se tornaram cada vez mais rígidas, de maneira que a clandestinidade passou a ser uma das únicas alternativas, especialmente quando o nome do/a militante estivesse “queimado”, ou seja, figurasse nas listas do aparato repressivo, de maneira que a vida do indivíduo ficasse comprometida. Para Elizabeth Ferreira “esses indivíduos transitaram na malha da sociedade de forma peculiar, com procedimentos alternativos que contrastavam com o código elaborado por sua cultura para a interação social”.³²⁸

Com a inserção nas FALN e o endurecimento da ditadura civil-militar a condição da clandestinidade era inerente a militância política dessas mulheres. E ambas tinham consciência disso. Segundo Leila Bosqueto:

A partir do momento que você aceita a fazer parte de um grupo que prega a luta armada para derrotar a ditadura, você sabe que a sua vida não vai ser a mesma. Hoje eu consigo enxergar a nossa ingenuidade, mas na época a gente não era ingênuo, a gente era inteligente pra então é isso, todo cuidado era pouco. No início a gente até era mais frouxo, mas depois de 68, era clandestinidade total³²⁹.

Áurea segue a mesma linha ao relatar que:

E a ditadura foi ficando cada vez mais violenta, e a gente começou a trabalhar com códigos, sem nomes, encontrar nos pontos. A gente não saía distribuindo O Berro assim, era tudo organizado, tinha um ponto que era uma banca de jornal que era de um simpatizante, gente nossa. Então quem ia desconfiar de alguém sair com um jornal de uma banca de jornal?³³⁰

Como vimos nos relatos de Áurea e Leila, o cuidado era algo inerente a suas atuações. Esse fator vai tomando proporções cada vez maiores ao passo que a ditadura vai se endurecendo, ampliando assim as ações do grupo revolucionário. A opção pela militância política representou uma mudança radical no modo de vida das entrevistadas.

intimidade contemporânea. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 378.

³²⁸ FERREIRA, Op. Cit., p. 133.

³²⁹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³³⁰ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

A clandestinidade, o permanente risco da prisão e da tortura, a necessidade do aperfeiçoamento teórico e o desenvolvimento de ações práticas exigiam disciplina, dedicação e sobretudo cuidado. Como afirma Leila Bosqueto:

Eu fazia parte da distribuição do jornal *O Berro* em Bauru, principalmente na Universidade. Então era tudo muito, muito sigiloso, muito cuidadoso. Então conversava com um e outro que era mais íntimo, aí passava o jornal, aí discutia algum artigo do jornal. Mas a faculdade de educação física era um antro, um antro de fascista, então a gente tinha que pisar em ovos. A ditadura tava comendo, então tinha que ser tudo muito cuidadoso³³¹.

Ainda sobre a clandestinidade Áurea Moretti relata:

Eu tinha uma sensação que me perseguiu durante muito tempo. Eu sempre escutava passos atrás de mim, parecia que estava sendo seguida e vigiada o tempo todo. Eu olhava pra traz e nada, olhava de novo e nada. Eu falava, será que to ficando doida? Eu acho que no fundo era medo de ser pega, a gente sabia o que a ditadura fazia com os que caíam³³².

Mesmo sabendo das consequências de suas ações Leila e Áurea seguiram na luta, se inserido cada vez mais no projeto de luta da organização clandestina. Áurea passou a ser Maria e Leila, Amelia. A clandestinidade exige que você se torne outra pessoa, outra vida, para se proteger, proteger os seus e dar continuidade no projeto coletivo.

Como já vimos anteriormente as FALN desenvolveu suas primeiras ações diretas no ano de 1968, antes disso suas ações estavam mais voltadas para as atividades de agitação e propaganda e articulação do grupo, com a confecção e distribuição de *O Berro*, manifestações, busca de adeptos para a luta armada, arrecadação de alimentos, remédios e dinheiro. É nesse período que as militantes passam a redefinir suas vidas em detrimento de suas escolhas políticas em especial, a luta armada.

Áurea que estava cursando Filosofia, abona o curso para fazer enfermagem, tendo em vista que essa formação e conhecimentos seriam mais úteis para a luta armada. Segundo ela:

Então eu larguei o curso de filosofia pra fazer enfermagem. Larguei porque seria mais útil na minha militância. A gente tava preparado pra morrer, a gente sabia que poderia acontecer, que no combate alguém poderia se ferir. Ainda não estava acontecendo aqui, mas a gente lia muito, então sabia que poderia acontecer³³³.

³³¹BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³³²PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³³³PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

Todo aprendizado adquirido no curso de enfermagem ela passava para os demais integrantes da organização. Segundo ela, era essencial que todos tivessem o mínimo de noção de primeiros socorros.

E olha só o que essa decisão foi pra mim né menina, foi a profissão da minha vida. E na época eu ensinava tudo o que eu aprendia na faculdade para os meninos, pra todos eles saber fazer os primeiros socorros³³⁴.

Dessa forma, com todo cuidado necessário, Áurea consorciava a vida “normal” com as atividades clandestinas, aplicando seus conhecimentos profissionais na luta coletiva.

Leila relata os rearranjos que sua vida teve após a decisão de entrar nas FALN:

Eu não tive que mudar de casa nem nada, eu já morava longe dos meus pais por conta da faculdade. Mas praticamente cortei o contato com eles, nada de visitas, poucas ligações e isso foi muito difícil pra mim, mas eu sabia que era necessário. Quando eu ligava para minha mãe ela ficava desesperada, ela não entendia o porquê de tanta demora e eu dizia: não é nada mãe, tá tudo bem, é só muito estudo e trabalho, não estou tendo muito tempo.

Em relações as suas atividades dentro da organização, Leila relata:

A minha tarefa era só a distribuição do jornal e o mapeamento de gente para a guerrilha, mas era só isso. E eu não consegui recrutar ninguém. Era um terror instalado, as pessoas tinham muito medo, e onde eu estudava era muito conservador, poucas pessoas era contra a ditadura de verdade. Então era isso o meu envolvimento, e as ações aconteciam em Ribeirão e eu estava em Bauru.

Enquanto Leila tinha poucas tarefas dentro da organização- em detrimento de não morar em Ribeirão Preto, onde essencialmente acontecia as atividades mais gerais da organização-, Áurea Moretti desenvolvia inúmeras tarefas, ganhando cada vez mais destaque dentro do grupo clandestino. “A dedicada integrante Áurea Moretti, como constou nas fontes, parece ter sido uma das pessoas mais empenhadas neste trabalho de divulgação regional (...) a distribuição de *O Berro* era exercida quase que religiosamente”³³⁵. Laudelino Pires afirma:

Ela era uma das faz tudo do grupo, quem trabalhava mais, viajava mais, recrutava companheiros, distribuía o jornal, arrecadava alimento, remédio, dinheiro era ela. Ela fazia tudo, mas quem comandava e era o líder era o Vanderley, que só ficava por aqui³³⁶.

Áurea viaja para as cidades circunvizinhas de Ribeirão Preto para distribuir os jornais, articular reuniões, mapear adeptos para o grupo e simpatizantes que

³³⁴ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³³⁵ BOTOSSO, Op. Cit., p. 6

³³⁶ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/ 2017.

contribuíssem com a luta, seja com dinheiro, seja com alimentos e remédios. Nessa jornada, Áurea conseguiu inúmeros contribuintes, entre eles: padres, comerciantes, professores, profissionais liberais. Como podemos observar no documento confidencial da Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal:

ÁUREA MORETTI manteve contatos e recebeu contribuições de pessoas influentes de RIBEIRÃO PRETO, quer professores universitários, quer funcionários de categoria, quer sacerdotes, quer profissionais liberais³³⁷

E continua:

Alguns nomes dos envolvidos com a FALN, através de ÁUREA MORETTI:

- Prof. GUILHERME SIMÕES COMES (Catedrático da Faculdade de Odontologia conhecido na Organização como "Dr. JOSÉ");
- Prof. WARWICK ESTEVAM KERR (chefe do Departamento de Genética, militante Socialista, dirigente Metodista, com ligações internacionais);
- Monsenhor ENZO CAMPOS GUSSO (Ex-Diretor da Faculdade de Filosofia da PUC/SP- Fundador da AP e Dirigente da AUC em Ribeirão Preto);
- *Cônego* (atual Bispo) ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO (Diretor do Jornal esquerdista "DIÁRIO DE NOTÍCIAS e, atualmente, agitador em São Paulo (Capital);
- MÁRIO LORENZATO (já citado)

HELENA APARECIDA MARTURANO (Da AUC, já citada);

- Prof. ANTONIO CARLOS MARTINS DE CAMARGO (Agitador no âmbito da USP);
- Prof. FERNANDO DE LUCCA (Que JÁ esteve preso em 1964, tendo conseguido bolsa de estudo para o Canadá e proposto para entidade científica de Projeção Mundial, com sede em Nova York, pelo Prof. KERR, seu amigo)³³⁸.

Mesmo sendo uma das principais militantes das FALN Áurea não deixou de sentir na pele o machismo por parte dos demais companheiros. Essa questão aparece em diversos momentos e de diferentes maneiras, principalmente, quando a organização começou a realizar ações ditas diretas. Em todas as ações diretas que as FALN realizaram, coube a militante a realização de atividades secundárias. Ela relata essa problemática no episódio de tentativa de sequestro de um importante usineiro da região que o grupo planejou.

A única coisa que me deixaram fazer foi a roupa de freira, um hábito, que era para um dos meninos pôr e parar o usineiro no meio do caminho, pedindo socorro. Era o César que ia colocar, eu medi nele e deu certinho, e eu falei:

³³⁷ Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal. Documento digitalizado, buscado no Arquivo Nacional no dia 24 de julho de 2023 às 16:12. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c_0001/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c_0001_d0001.pdf

³³⁸ Divisão de Inteligência do Departamento da Polícia Federal. Documento digitalizado, buscado no Arquivo Nacional às 16:19 do dia 24 de julho de 2023. http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c_0001/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c_0001_d0001.pdf

Nossa! Mas que freira bonita que você ficou (...). Para isso eles não me chamaram. Eu brigava com eles, eles diziam que era porque eu sou mulher.³³⁹

Em outro relato identificamos a questão do machismo relacionado à ação direta que, segundo os demais integrantes, devia ser realizada pelos homens. Neste relato, Áurea questiona a sua não participação na expropriação na pedreira:

Eu não fui, não me chamaram, eu fiquei muito brava com eles depois: “Bonito, eu sirvo pro um monte de coisas e não sirvo pra ir junto com vocês pegar a dinamite”, aí eles falaram: “Pelo amor de Deus, você está louca, você é muito fácil de reconhecer”, eu disse: “Sou nada, o Silvio me empresta a calça dele, o Gonzaga me empresta a camisa, o outro menino me dá o boné, eu seguro meu cabelo e vou junto”³⁴⁰.

Mesmo diante dessas questões, Áurea Moretti diz ter, muitas vezes, conseguido alterar algumas práticas machistas que eram reproduzidas pelos seus companheiros na organização.

Maria Raquel Moretti em seu depoimento enfatiza o posicionamento de sua mãe, de não submissão em relação aos homens na sua condição de mulher:

Desde que eu me conheço por gente ela sempre foi assim. Nunca abaixou a cabeça pra homem nenhum, nunca se sentiu inferior a homem nenhum. Se nem para os torturados ela abaixou a cabeça, imagina para os companheiros. Não tinha isso dela pedir pra ser algo, ela era e fazia. Não tinha isso de eu posso menos do que eles não, eu estou junto e eu estou fazendo e estou fazendo até mais. E isso foi a vida inteira assim. É a impressão que eu tenho como filha de tudo que ela já contou e do que já presenciei. Não tinha isso de lembrar que é mulher, ela já se colocava como pessoas e com voz e obrigava a escutar ela. Acho que pra ela não teve nem essa questão da resistência, sempre foi muito natural pra ela. Não tinha mesmo essa questão de pedir licença³⁴¹.

Leila destaca essa questão do machismo em detrimento da divisão de tarefas:

Olha só o machismo, as meninas ficavam no suporte e os meninos foram pra guerra, entendeu? guerra entre aspas. Aí eles foram se formar na parte bélica, que não tinha muita coisa, tinha umas espingardas (...) que ilusão. Então foi isso, eu não participei de nenhuma ação direta, só distribuía o jornal e buscava alguns contatos³⁴².

Para Leila o machismo e a invisibilidade de sua militância foi algo que sempre a perseguiu, isso porque ela e Djalma- também ex-militante das FALN- tinham um relacionamento amoroso. Segundo ela, sempre existia essa relação da militância dela em detrimento da militância dele.

³³⁹ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/ 2017

³⁴⁰ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014

³⁴¹ PIRES, Raquel Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/ 2017

³⁴² BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

E eu era a namorada de um dos guerrilheiros(...) eles diminuiram o tempo todo a minha militância na militância do Djalma. Coisas do tipo “você só está aqui porque é namoradinha do Djalma” “coitadinha ela foi presa por causa do Djalma” e não tinha nada disso, eu que apresentei o Djalma e ele entrou pro grupo. Essa parte mulher da gente né, a gente não é nada, nunca pode nada, não tem decisão, opinião própria³⁴³.

Mesmo sendo expostas a situações de machismos, Leila e Áurea as combatiam no cotidiano de suas lutas e atuações e muitas vezes conseguiam reverter essas posturas e mostrar para os demais integrantes do grupo que ali, na luta contra a ditadura civil-militar- todos eram iguais e, portanto, deveriam ser tratados com igualdade. Áurea Moretti destaca:

Eu falava pros meninos eu não sou a inimiga de vocês, o nosso inimigo é a ditadura, o imperialismo. E as vezes era um machismo misturado com cuidado. E eu falava não precisam se preocupar comigo eu sou mais forte que vocês tudinho. E eu não abaixava a cabeça não(...) teve uma vez que era pra soltar uma bomba em um cinema, mas era só pra dar um susto e eu falei, dessa vez eu vou e não teve discussão³⁴⁴.

Assim se desenvolveu a militância de Áurea Moretti nas FALN, com tarefas distintas, comprometimento, enfrentamento as relações de poder e gênero, engajamento político e doação ao projeto revolucionário, ao ponto de “sacrificar” seus interesses à causa coletiva. Sem dúvidas o grupo clandestino não teria alcançado tal dimensão se não fosse os esforços e dedicação dessas militantes.

A clandestinidade foi para ambas as militantes um momento complexo de suas militâncias. Para Leila, esse aspecto foi o mais difícil e cruel, especialmente, porque foi uma condição dupla. Leila Bosqueto, alguns anos depois – da sua experiência nas FALN- se inseriria na ALN, vivendo a clandestinidade de forma mais intensa, como veremos.

Leila depois de alguns dias presa -fato que desenvolveremos no próximo subcapítulo- retorna para Bauru e conclui o curso de educação física em 1970. Posteriormente, muda-se para São Paulo, para manter-se perto de Djalma, condenado por envolvimento com as FALN e preso no presídio Tiradentes. É dessa forma que se dá a segunda parte da sua militância e com ela: a clandestinidade, prisão e tortura.

Leila se insere na ALN através de sua cunhada Dulce que já tinha ligação com a organização e de prontidão é orientada a desempenhar a tarefa de levar informações para dentro da prisão nas suas visitas ao seu companheiro Djalma.

³⁴³ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁴⁴ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/ 2017

Eles faziam uma correspondência num negócio desse “tamanhinho” assim, embrulhadinho, papel escrito em letras super minúscula, não sei falar o tamanho daquela letra. Naquilo tinha um calhamaço de coisa escrito, aí embrulhava esse papel em um pedaço de plástico e punha embaixo da língua (...) e escondia no cantinho, era uma técnica. Ai como eu era namorada eu podia beijar na boca do Dja, aí eu passava pra ele e ele desfaçava e punha no bolso. E era assim que entregava as instruções da organização. Eu não conhecia nenhum dos companheiros que me passava a correspondência, a gente se encontra no ponto e eu levava para o Djalma e depois ela passava adiante³⁴⁵.

Áurea em entrevista para o Memorial da Resistência de São Paulo relata sobre essa questão ao lembrar da greve de fome que os presos políticos organizaram dentro da prisão:

A gente pegava um papel de seda, uma caneta bem fininha a gente escrevia, aí enrolava o papel e punha em plástico ou esparadrapo, e colocava no lado da boca. Aí tinha visita de marido e mulher, então falava ô hoje é pra fulano de tal, então a hora que beijava jogava pra outra boca e era assim. E muita coisa saiu pro exterior viu bem, muita coisa...que foi mandado pro exterior nessa bolinha santa. E foi assim que nós organizamos a greve de fome, tanto na ala feminina, como na ala masculina e é a primeira fase da greve e que nós, todo mundo, muita gente mesmo, então nós ficamos uns quatro dias de greve³⁴⁶.

Os militantes que levavam para dentro da prisão essas correspondências colocavam suas vidas em perigo demasiadamente. Era quase um “ir ao encontro com o inimigo”, como relata Leila:

Então você imagina a loucura. Eu ainda podia estar sendo vigiada. Eu recebi instruções bem claras depois da prisão, que se eu não andasse na linha eu não iria me escapar e ali estava eu, indo de encontro com o inimigo, com o papelzinho na boca. E se eles descobrissem, se imagina a dimensão disso?...!³⁴⁷

Sobre a condição da clandestinidade Catarina Meloni assim define: “um clandestino é uma pessoa sem passado”, referindo-se à construção de uma nova identidade pessoal e cultural com o intuito de não ser reconhecido e conseqüentemente preso, com todos os efeitos que tal episódio poderia gerar, especialmente a tortura e morte³⁴⁸. Esse primeiro momento da militância e, portanto, da clandestinidade de Leila-com Djalma ainda na prisão- é relatado por ela como o período mais difícil da sua trajetória. Ela relata:

³⁴⁵ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

³⁴⁶ Consultado as 22:48 do dia 24/07/2023. <https://www.google.com/search?q=entrevista+de+aurea+moretti&oq=entrevista+de+aurea+moretti+&aqs=chrome..69i57j69i59l2j69i60l3.10801j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8#fpstate=ive&vld=cid:225bcd74,vid:Ipot1moBXNQ>

³⁴⁷ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

³⁴⁸ MELONI, Catarina. 1968 – O tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009, p 87.

Esse foi um dos períodos mais difíceis pra mim. A clandestinidade é uma coisa horrível, o sentimento de solidão, o medo constante, a incerteza se vai acordar viva amanhã. Um passado que não pode mais existir, é difícil. Olha muitas vezes eu pensei em desistir de tudo isso, eu poderia ter deixado isso pra lá e vivido uma vida normal, podia ter arrumado uns namorados, tinha meus fãs na faculdade, mas eu não fiz isso, eu sabia que era importante o que eu estava fazendo³⁴⁹.

Djalma ficou dois anos e meio preso no Tiradentes, sendo solto em meados de 1972. Depois da prisão, Leila e Djalma se casaram, alugaram uma casa e começaram dar aulas, na tentativa de levar uma vida normal, mas não conseguiram distanciar-se da militância revolucionária, mesmo com a repressão intensificando cada vez mais. Leila ressalta o medo e o risco constante de serem pegos pelos agentes do Estado ditatorial:

Ele ainda tinha que comparecer na Auditoria todo semana se apresentar, apresentar que tava trabalhando. E a gente era perseguido, a gente era perseguido direto, eles nem disfarçavam. então era muito risco que a gente corria, mas era tudo muito discreto, tinha que ser né. Mas era um medo constante. Hoje pensando eu acho que nosso anjo era muito forte porque, foi muito por pouco.

E continua:

A gente atuando na ALN, a gente dava sempre um jeito de receber orientações e tudo mais. Aquela época a gente não fazia reuniões não, era tudo na rua. Então por exemplo eu disfarçava que ia no supermercado, até ia no supermercado, mas encontrava com alguém. Entendeu? E ali parava dois minutinhos pra conversar e seguia em frente.

Leila relata uma das tarefas por eles desenvolvidas na organização e sintetiza o contexto de repressão em que os militantes da ALN passaram:

A gente tava com uma tarefa que a gente recebia correspondia do exterior, a Dulce recebia, que era a irmã do Dja, passava pro Dja e eu ou o Dja passávamos pra alguém da ALN que iria levar para dentro da cadeia. Correspondência do exterior. Não sei nem quem mandava, então nem me pergunta que eu não sei. Então a gente pegava essa correspondência e nós éramos responsáveis pra passar. Uma das pessoas que a gente passava era o Fernando casadei e quando a ALN caiu, começou a cair tudo ne, morreu um monte de gente. Ai em 73 eles fizeram uma limpa né? Matou muita gente em 73, matou!³⁵⁰

É nesse contexto de “queda” e desmantelamento que Leila e Djalma são presos em casa, pondo fim na delicada condição de clandestinidade vivida- em dois momentos- por Leila Bosqueto.

A dinâmica da clandestinidade, pressupunha a entrega total dos militantes à causa revolucionária, de maneira que a individualidade deveria ser quase abandonada. Nessa experiência, tanto Leila, quanto Áurea, vivenciaram tempos difíceis, de incerteza,

³⁴⁹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

³⁵⁰ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

medo e solidão. Reproduzindo a vida de outra forma e num outro nível de realidade, recriando redes de interação e concedendo-lhes novos significados para seguirem suas vidas e seus sonhos.

IV.III A repressão: o sequestro, prisão e tortura

*“Nós estávamos preparados para morrer pela revolução e não
para sermos presos e torturados”*
Áurea Moretti

É complexa a escrita histórica acerca dos momentos-limite, em que determinados grupos, sejam étnicos, políticos, religiosos, são submetidas a situações inimagináveis, indescritíveis, permeadas de dor e silêncio, muitas vezes silenciamentos impostos. O exposto em uma cena do filme *A vida secreta das palavras*³⁵¹, em que as mulheres em uma espécie de campo de exceção, eram abusadas diariamente pelos soldados do seu próprio país: “Os soldados eram nossos...eram soldados que falavam como eu, falavam a minha língua, alguns deles só tinham 18 anos”. Com a chegada das tropas da ONU, as mulheres confinadas pensaram que seriam libertadas: “Não. Imagine que eles nos estupravam várias vezes”. Fizeram uma mulher matar a filha. “Colocaram uma arma na mão dela, o dedo dela no gatilho, puseram o cano na vagina da manina e eles a fizeram apertar o gatilho, dizendo algo como “agora você não vai ser avó”.

Acredita-se que o horror pode ser inenarrável. No Brasil ditatorial, a violência sistematizada de maneira a causar o maior dano possível aos considerados inimigos da ditadura se fez presente diariamente entre aqueles que ousaram combater o arbítrio. No caso das mulheres, muitas foram vítimas de graves violações de direitos humanos em decorrência de terem “ousado” participar do mundo político, tradicionalmente entendido como masculino. Joffily, retrata o corpo feminino como um campo de batalha, o qual foi amplamente utilizado pela repressão nas práticas de tortura e demonstração de força de poder político. Segundo a autora, na tortura, as mulheres enfrentam uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido e a hierarquia de gênero³⁵². Pode-se

³⁵¹ O filme espanhol, lançado em 2005 é um drama inspirado nos relatos dos sobreviventes da Guerra dos Balcãs, ocorrida entre os anos de 1991 e 1992, na região da antiga Iugoslávia.

³⁵² JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 228.

afirmar, então, que essas mulheres sofreram duas formas distintas de punição: por seus atos e decisões políticas e por serem mulheres.

A violência, através na tortura, foi a principal relação que se estabeleceu entre a repressão e as mulheres militantes. Os objetivos fundamentais eram de fragilizar, amedrontar, coibir, deixando clara a sua posição de inferioridade absoluta em relação ao poder instituído. Relação de poder, baseada na violência, tortura e humilhação, sem qualquer intermediação da lei e do direito.

O poder exercido pelos agentes da repressão durante a ditadura civil-militar brasileira desenvolveu-se de acordo com o marco das relações de gênero historicamente estabelecidas. Segundo Elizabeth Jelin, no que tange às ditaduras militares do Cone Sul, a violência e a repressão tiveram especificidades de gênero que repousavam nas posições hierarquicamente distintas que mulheres e homens ocupam dentro de uma hierarquia social de gênero historicamente construída. Portanto, o impacto sofrido por mulheres e homens vítimas de violência de Estado foi diferente, ainda que ambos possam ter sido sujeitados à violência sexual e de gênero³⁵³.

Qual é o instante antes de tudo desmoronar? O último pensamento? O que se passa na cabeça quando, de uma hora para outra, esmagam nossos sonhos? Quando ali, de repente, a liberdade tão buscada, se faz cada vez mais distante. Para Áurea Moretti, o instante antes do horror, aconteceu no dia 19 de outubro de 1969, o dia da sua prisão. Ela estava em casa quando tudo aconteceu.

Eu fui presa em casa. Passei em Franca aquele dia. Eu tinha ido na véspera e dormi lá, tinha famílias que acolhiam a gente e eu voltei para Ribeirão á tardezinha. Eu via a Anhanguera cheia de polícia e pensei: mãe de Deus! Tem alguma coisa errada no pedaço. Porque não era assim. Eu descii na rodoviária eu fui para casa. E tem umas coisas muito esquisitas. Eu me tornei espiritualista. Naquele dia descendo a Barão do Amazonas, para ir para minha casa, eu escutava passos atrás de mim. Eu olhava e não tinha nada. No outro quarteirão e no outro. Sabe uma coisa te avisando? E não fui só eu. Eu conversei na prisão com várias pessoas que tiveram aviso, a intuição e não conseguiram entender. Fui para casa (...) tínhamos comido, e começamos a escutar um barulho de gente entrando no corredor. Batendo na porta da cozinha. No que eu fui olhar era eles, e foi o Mário que levou a polícia. O que eu acho que não depõe em nada contra ele porque chega uma hora na tortura (...) Primeiro eu fui para a delegacia de polícia. Mas eles já começaram a me espancar dentro de casa (...) entraram no meu quarto e arrebutaram tudo para ver se tinha armas (...). Batendo. Batendo dentro de casa, saíram me arrastando pelo cabelo, me enfiaram dentro de um jipe, me levaram para dentro da delegacia. Um gritava comigo, batia em mim, e o outro falava:

³⁵³ JELIN, Elizabeth. El género em las memorias. In: JELIN, E. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 99-115

“Não faz isso com a menina! Ela vai falar tudo. Não precisa bater. É só ela falar, está tudo resolvido”³⁵⁴.

Leila Bosqueto descreve esse momento, ressaltando o tamanho da operação montada para a sua prisão:

Eu fiquei sabendo das primeiras prisões pela minha irmã, que saiu lá de Joaquim da Barra, pegou um ônibus e foi lá me avisar que os meninos estavam sendo preso- hoje ela está enrolada na bandeira brasileira, mas enfim- e aí ela foi me avisar, então eu sabia que ia ser presa, mas eu não tive medo. E foi aí que eles me pegaram, na porta da faculdade, cheio de metralhadora em volta de mim, toda uma operação, cercada. E todo mundo vendo³⁵⁵.

Já nas mãos dos agentes do Estado, Leila relata um medo constante da morte. E afirma só não ter sido morta por causa do reitor da universidade. Nesse momento da entrevista Leila se emociona demasiadamente.

Aí eles me levaram para a delegacia de Bauru, e o reitor da universidade foi lá, eu devo muito a ele, se eu estou viva hoje é graças a ele. Ele falou não façam nada com essa menina, eu sei que ela está com vocês, ela não é terrorista, não é nada disse que vocês estão falando. Eu me emociono (choro) porque ele pegou -hoje seria 100 reais- tirou uma nota do bolso deu na minha mão e disse: é pra você comprar uma escova de dentes. Eu me emociono porque aquela época todo mundo caiu fora, todo mundo meteu o pau em mim, que eu era a terrorista subversiva, a prostituta, mil coisas. Se não fosse isso eles podiam ter sumido comigo, olha a importância que foi isso. (pausa) Desculpa essas horas eu choro mesmo porque dói lá no profundo da minha alma. Aí eles me trouxeram pra Ribeirão no camburão da polícia e cheio de arma na minha cabeça igual aqui. O medo, o medo não foi pouquinho não, foi muito medo. Eu achei que ia morrer. Aí eu cheguei aqui, eles me levaram naquela delegacia da Duque de Caxias, aqui em Ribeirão. Quando eu cheguei lá estava a Áurea e o Dja, tudo machucado.

Com a prisão as torturas são imediatas. A tortura faz parte da máquina de Estado. É um instrumento usado deliberadamente com o objetivo de causar dor, sofrimento e terror para obtenção de informações e confissões daqueles considerados infratores da lei. No Brasil ditatorial foi incluída como elemento integrante da Doutrina de Segurança Nacional³⁵⁶. Desse modo, a tortura política, desenvolvida pelos agentes da repressão, não buscava apenas informações, mas- especialmente- aniquilar física e moralmente, os presos políticos e no caso das mulheres, as possibilidades aumentavam, ganhando proporções mais cruéis.

É importante ressaltar que os torturadores, eram em sua maioria, homens. E como para eles, as mulheres que iriam empregar a tortura, eram “mulheres-desviantes”

³⁵⁴ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014

³⁵⁵ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁵⁶ JOFFILY, Olívia R. A esperança equilibrada: resistência feminina a ditadura militar no Brasil (1964-1985), 2005, p. 129.

e, portanto, nada mais natural que empregar sobre seus corpos a utilização da violência sexual. “Eles me bateram bastante (pode por aí porque é verdade), eles sentaram o pau na gente e falava sua puta, comunista, sem vergonha”³⁵⁷, “e eles falavam eu vou te comer sua vagabunda, puta, vaca, você dá pra Deus e o mundo, se tá aqui merece ser estuprada”³⁵⁸. O preconceito e ódio dos militares em relação às mulheres militantes de esquerda se mostravam ainda mais incisivos e evidentes no momento da tortura. Como podemos observar:

Então, assim, coisa de dia e noite sem ter limite, sem nenhum respeito e, pelo contrário, tripudiando em cima da nossa condição de mulher. Muitos abusando, muitos agredindo, assim e falava o seguinte para a gente, “Mulher, presta bem atenção vocês, viu? Mulher é para transar com o marido, dar cria nos filhos e ser dona de casa. O que vocês estão fazendo na política?” e aí é que eles batiam em nós mesmo, para valer³⁵⁹.

Como vimos nos relatos de Áurea e Leila, os xingamentos eram práticas constantes de descaracterizar a mulher militante e reduzi-la a mulher-desviante. Olivia Rangel Joffily afirma que para os agentes de segurança, a alteridade que o separava do inimigo, quando este era uma mulher, não poderia ser mais completa. “A militante de esquerda, no sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã; ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia”³⁶⁰. Era inadmissível admitir que a mulher podia ter uma postura de igual para igual, por isso era inerente no processo de tortura humilhá-las, reduzi-las, silenciá-las.

Insuela aponta para a mesma questão ao estudar os documentos dos órgãos de repressão. Segundo ela as mulheres aparecem como “amasias” e “amantes”. Todas com envolvimento com atividades subversivas para a repressão. Contudo, essas atividades aparecem em segundo plano. O foco recai em seu envolvimento com os homens subversivos³⁶¹. E para Leila essa questão ganhou proporções maiores pelo fato de haver uma relação amorosa entre ela e Djalma. Leila relata que essa condição sempre a perseguiu- inclusive nos grupos clandestinos- mais que na prisão/tortura ganhou outra dimensão:

³⁵⁷ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³⁵⁸ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁵⁹ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014.

³⁶⁰ JOFFILY, Op. Cit., 2010, p. 230.

³⁶¹ INSUELA, Op. Cit., 2011, p. 56.

E o Lamano (torturador) falava: “olha o guerrilheiro que escreveu um diário, imitando o CHÊ, ô super guerrilheiro”. E falava: “esse é sua namorada? Tadinha, ela caiu por sua causa, guerrilheiro”. E era isso, o Djalma tinha escrito um diário e enterrado e alguém na tortura, na tortura não aguentou e abriu que tinha um diário enterrado e desenterraram o diário e viram meu nome lá. A guerrilheira manequim, era assim que eles me chamavam³⁶².

E relata como era o tratamento nas visitas semanais para Djalma:

E era a mesma coisa, já era conhecida, estava ali toda semana. Era coisa do tipo, “chegou à namoradinha do subversivo”, “a mulherzinha do terrorista”, “como pode estragar sua vida assim, menina” toda vez a mesma coisa³⁶³.

A repressão, ao tratar a mulher militante, de imediato tenta a sua desqualificação como sujeito autônomo, para eles as mulheres seriam incapazes de tomarem decisão políticas, estando ali porque os homens as subverteram. Para Leila essa associação e menosprezo quanto a sua militância e capacidade é algo que sempre a casou incomodo. “E é uma coisa que mulher não pode isso, não pode aquilo, será que tem capacidade pra fazer? Será? Será? (...) Essa parte mulher da gente né, a gente não é nada, nunca pode nada, não tem decisão, opinião própria. E isso incomoda demais”³⁶⁴.

Sobre as diversas modalidades de tortura Áurea descreve: “Então o quê que era? Era espancamento, pau de arara, choque elétrico, noite inteira. Assédio, tentativa de estupro, assédio sexual com a gente. Tortura moral, mental e muitas vezes acareando”³⁶⁵. Segundo Áurea a primeira ação dos agentes no processo de tortura era despi-las³⁶⁶. Ana Maria Colling, atenta para esse fato, ressaltando que essa condição representava para mulher um sentimento de desamparo e medo constante:

A relação estabelecida entre a máquina militar repressora e o prisioneiro é uma relação desigual de força e poder. Sendo o prisioneiro uma mulher, essa relação é direta com base na prática da violência, tortura e humilhação da sua condição de gênero. Os militares utilizavam a prática de tortura como um meio de reafirmação de suas masculinidades frente à mulher prisioneira. Além de torturar seus corpos, era preciso atingir suas almas nos mais profundos rincões de sua intimidade. Estas práticas criavam uma atmosfera de insegurança e terror. Ficar desnudas, retirar todos seus pertences e encapuzá-las, fazia parte da rotina de prisão de homens e mulheres. Mas, no caso das mulheres tinha um significado mais profundo. Para a mulher, se

³⁶²BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁶³ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

³⁶⁴ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁶⁵ Entrevista cedida para a Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto em 2003. <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/mis/mis-memoria-oral>

³⁶⁶ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/ 2017. Essa prática foi relatada por inúmeras mulheres no processo de prisão e tortura.

apresentar sem roupa frente ao desconhecido e, sobretudo, sem enxergar lhe colocava numa condição de desamparo e medo³⁶⁷.

Áurea continua:

Fui pra delegacia de polícia, né. E tinha dois militares, assim, porque eles invadiram minha casa, um monte de policial, eles tavam tudo procurando nós que nem uns doidos mesmo. E aí o primeiro ponto era a delegacia de polícia. Então uma hora vinha um, outra hora vinha outro, um queria me espancar até matar o outro falava que não, o bonzinho, que eu ia falar: “imagina, esta menina, ela vai contar tudo pra nós, não precisa bater nela”, foi o que mais me bateu quando eu não contei, certo? Assim, aquele jogo de empurra até que levaram nós pro quartel. De Ribeirão mesmo. Então tinha o rádio transmissor que transmitia direto pra São Paulo, pra Brasília, e pra tudo. Na frente dele era a cela que eles me deram, que tinha ali quem tava preso era um policial que tinha feito alguma coisa errada, aí eles soltaram o policial e tava escrito: “Tudo que usar devolva ao acabar”, e era só cimento, não tinha nada, tiraram tudo. E aí a noite inteira eu ouvindo o nosso pessoal, nosso caindo, cada (...) E como que fazia com uma mulher dentro do quartel? Aí é que começa a questão do gênero, entendeu, é isso...este é o gênero, tá. Então eles vinham em bando, tinha três, três grades do lado de fora, eles vinham em bando, e também pra não deixar dormir, não deixar descansar, e brigando entre eles: “Não, porque quem vai casar com ela sou eu”, e outro falava assim, “Mas eu não quero casar, eu só quero dar uma namorada...”³⁶⁸.

E segue:

Jogaram água no meu corpo pra aumentar o choque elétrico e aí foi noite inteira, noite inteira. No seio, na vagina, aqui no ventre, durante muitos anos eu tive cicatriz de queimadura elétrica, agora deve tá mais branquinho, uma coisa que não dá mais... Ficou. Amarrava nos dedos, tá... E era choque e espancamento e aquele monte de homem gritando e eu comecei gritar também, falei "Pode me matar, me mata, não faz isso comigo!" Assim, sem saída.³⁶⁹

Sobre o início da sessão de tortura Leila relata:

Ali na Duque de Caxias o Lamano já veio e me “lamanou” um soco na minha cara, o soco foi tão forte que eu fiquei muito tempo sem poder rir. Eles eram muito violentos. Eles apagavam cigarro na gente, rodava o cacete no olho, rebentava tudo os vasinhos. Foi sem dúvidas a experiencia mais difícil da minha vida. A pressão psicológica, a violência física, os xingamentos, o olhar nojento sob o seu corpo, sabe?!³⁷⁰

Em relação a violência sexual Leila afirma ter sido poupada.

As mulheres eles aproveitavam pra estuprar né. Pendurava no pau de arara e falava vou te comer vagabunda, puta, vaca, você dá pra Deus e o mundo, se tá aqui merece ser estuprada. Olha por favor!! (...) Eu fui mais poupada, não passei pela violência sexual, mas o que fizeram com a Áurea e a madre.

³⁶⁷ COLLING, Op. Cit., 1997, p.83-84.

³⁶⁸ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014

³⁶⁹ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido para o projeto "Memórias da Resistência". (arquivo .WAV). Ribeirão Preto, 10 de dezembro de 2012.

³⁷⁰ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

A partir da afirmação acima, faz-se necessário problematizarmos essa parte do relato. Das mulheres que passaram pelas mãos dos agentes da repressão- desde a delegacia de Ribeirão Preto, passando pela prisão de Cravinhos até o presídio Tiradentes (como no caso de Áurea) todas sofreram algum tipo de violência sexual: Áurea Moretti, Madre Maurina e Lázara³⁷¹. Mesmo ressaltando “o olhar nojento sobre o seu corpo”, Leila afirma ter sido “poupada”. É importante falarmos sobre isso, mesmo que breve, pois é sabido toda problemática em torno dessa questão, especialmente no que diz respeito ao sentimento de vergonha e até mesmo, culpa.

A denúncia, contra as violências sexuais que sofreram, foi entre as mulheres – sobreviventes do período- uma característica muito importante no processo de construção da memória feminina na resistência a ditadura civil-militar, no entanto, esse tema é envolto de silêncio pela maioria- ou, grande parte- das vítimas. Este silêncio não é gratuito; a experiência foi tão traumática que, para muitas mulheres, é difícil revisitar suas memórias. Existem, ainda, questões relacionadas a moral das militantes; muitas sentem vergonha e medo de serem julgadas, pela família, sociedade e companheiros. Outras, talvez como mecanismo de defesa, ignoram esta violência, esquece que elas existiram³⁷². Além disso, conforme afirma Cristina Wolff, “para as mulheres sempre pairava a ideia de que elas eram ‘corresponsáveis’ por sua violação, na medida em que eram atraentes ou que eram mulheres”³⁷³.

Outra questão que pode acontecer no processo da tortura é a confusão dos acontecimentos, bem como das violências sofridas. Muitas mulheres torturadas não distinguiam a violência sexual da tortura em si. Segundo Joffily, “o crime sexual confundia as fronteiras entre o público e o privado”³⁷⁴. A historiadora ainda comenta que, no delito sexual, a suspeita recai também sobre a vítima, causando um sentimento de vergonha e acaba por criar um ambiente inacessível para a denúncia dos crimes de violação sexual. A violência sexual é extremamente perturbadora para as vítimas, já que “as ameaças à sexualidade ameaçam toda a integridade do ser humano, pois ataca o núcleo da identidade do ser”³⁷⁵.

³⁷¹ Pelo que constatei, Lazara era cunhada de Áurea Moretti, não tinha nenhum envolvimento político, muito menos com as FALN, mas também foi presa e torturada. Sobre o relato que consta sua situação de abuso sexual, consultar a entrevista de Áurea para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014. Arquivo CNV, 00092.002078/2014-91

³⁷² CONTREIRAS, Op. Cit., 2015, p. 5.

³⁷³ WOLFF, Op. Cit., 2015, p. 98.

³⁷⁴ JOFFILY, Op. Cit., 2006, p. 167

³⁷⁵ CONTREIRAS, Op. Cit., 2015, p. 32

Farias³⁷⁶ lembra que “A vulnerabilidade ao trauma depende, não apenas da situação a que o sujeito se encontra exposto em termos de violência, mas da conjuntura de seus arranjos subjetivos para construir vias mínimas de elaboração”. Assim, a partir dos rearranjos da sua memória, de maneira a conseguir falar sobre tal tema, Leila pode ter dissociado o componente sexual da tortura, ou simplesmente, “esquecido”. Cabe ressaltar que o silêncio e o esquecimento trazem a tona muitas questões e deve-se considerar o fato do esquecimento e sua omissão como uma representação e perceber como um se desdobra no outro.

Não é a proposta dessa discussão, no entanto, afirmar que Leila optou por apagar essa parte de sua memória e trajetória, pelo contrário. É aliviante pensar que ela não passou por essa forma de tortura. Contudo, entendemos que essa foi e, tem sido, a opção de muitas militantes, por inúmeros motivos: dos quais apresentamos alguns. Feita tais considerações, seguiremos com os relatos de nossas depoentes.

Leila relata ter apanhado bastante, mas nada comparado a violência contra Áurea:

Aí levaram a gente pra cravinhos, na sela estava eu a Áurea e a madre Maurina e a Lázara. A madre (choro), a Áurea estava careca de tanto que eles arrancaram o cabelo dela. Inteira queimada, de cigarro de choque elétrico. Nunca vou me esquecer dos seios da Áurea, era tudo buraco de fio elétrico. As nadegas, a bundinha da Áurea era tão magrelinha e parecia listrada de tanto cacetete. E ela sofreu tanto, tanto, tanto. Quando ela chegava na sela ela chegava desmaiada.

E prossegue:

A Áurea chegava com febre. Ah então, aquele dinheiro que o Reitor me deu pra comprar escova de dente, nós compramos escova de dente, pasta e sabonete pra todos ali. E eu pedi pro carcereiro, ninguém podia saber que o carcereiro fazia aquilo pra nós, mas ele morria de pena da gente. Eu dei dinheiro pra ele comprar cibalena, quando a Áurea chegava arrebatada eu dava duas, três pra ela aguentar a dor que ela estava sentindo. A gente pegava pedaço de saio da madre Maurina pra enxugar as feridas da Áurea (...) a Áurea não tinha mais onde ter hematomas e ela falou pra mim, pode falar que você me conhece, pode falar, porque o nosso trato era que não conhecia ninguém. Eu neguei até onde aguentei, apanhei pra caralho, mas cada vez que eu negava, ela apanhava mais. Olha que absurdo! Se eu negasse ela apanhava. E aí eu falei.

A solidariedade era um componente fundamental para que pudessem suportar o sofrimento ao qual estavam sendo submetidas. Essa experiência não podia ser partilhada senão entre elas próprias, que a vivenciavam e assim podiam oferecer conforto e

³⁷⁶ FARIAS, Francisco Ramos de. Memória, trauma social e elaboração. Diálogos. Maringá, v.16, n.3, p.925-950, set-dez/2012, p. 931.

cuidados às que saíam das sessões de tortura. Leila relata que o “cuidar” era uma forma de resistência, de manter-se viva.

A gente deixava de beber água para limpar as feridas da Áurea, eu fazia massagem nela, eu acho que foi daí que eu tomei gosto pela massagem, para mim é cuidar, cuidado e faço isso até hoje (...) A gente falava uma pra outra, logo estaremos longe daqui, ainda vamos tomar muita cerveja juntas e tomamos. Eu e Áurea nos tornamos muito amigas, tivemos contato até antes da sua morte, então era isso, era uma forma de manter a esperança, de ficar viva mesmo ³⁷⁷.

Falamos muito sobre a violência física e sexual contra as mulheres militantes, mas a tortura psicológica- que perpassou por todas as experienciais, uma forma “primária” de tortura- é muito enfatizada nos relatos de Leila. “se eu negasse, ela apanhava mais, então eu falei. Em outro momento Leila afirma que, “doía mais ver os companheiros torturados do que a própria tortura”³⁷⁸. Em outro momento Leila relata:

Psicológico né. Era assim, soco, tapa. Sabe, um dia colocaram o João Nicolau, que é de São Joaquim. Me levaram numa sala e João Nicolau estava com os pés dentro de uma bacia de alumínio com água e eles davam choque nele com os pés na bacia com água. Aí eles chegaram, falava assim, vai, bate no João, e eu falava, como bate no João? Bate no João! Eu não vou bater no João!!! Ah não vai bater? Beleza. E torturavam mais ainda o Joao, sabe? Então eu falava, pode me matar? Não vou bater no João. Ele já estava sendo muito torturado, e eu não bati no João. O João falava, pode me bater, Leila, não! Ele falava para de sofrer, pode bater. Não bato, não bato! Pode me matar, mas não vou bater no João. Então a gente, até certo ponto, a gente resistiu. Mas isso não é Luana. Resistimos naquilo que nós podemos resistir. Os meninos resistiram naquele que eles puderam resistir, porque a tortura é um negócio. Olha, horrível, horrível, horrível. Não existe nem classificação³⁷⁹.

Áurea também discorre sobre essa questão:

(...) eu preferia ser torturada que escutar a tortura de meus companheiros e companheiras. É uma coisa horrível, gente! Você quer acudir que ajudar. Muitas vezes, eu até consegui, de tanto que eu gritei na cela. Veio um e falou: “Peraí, então é a sua vez”. Eu pensava: “Que bom! Pelo menos agora sou eu que vou gritar”³⁸⁰.

Dessa forma, a violência psicológica foi empregada contra as mulheres de diversas formas. A tortura psicológica explorava as relações das militantes com seus filhos/as, marido, pais, e companheiros/as de militância onde frequentemente

³⁷⁷ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

³⁷⁸ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁷⁹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20 de janeiro de 2023.

³⁸⁰ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

ameaçavam matá-los ou torturá-los, como existem relatos e alguns já foram apresentados.

Áurea, de fato, foi muito torturada fisicamente. As torturas começaram em sua casa no momento de sua prisão e só cessaram anos depois. Dentre as inúmeras formas de violência, a sexual. Para além de uma ação de desumanização do sujeito, a tortura sexual se configurou como uma forma de tentar dominar e domesticar o corpo feminino, conforme enfatizado em seu relato:

Acordei no chão da cela com um deles me chutando. Comecei a ser arrastada pelo corredor cheio de policiais e levada escada acima. Eles eram muitos. Um deles começou a falar que era meu noivo, que ia casar comigo. De repente, os outros começaram a passar a mão em mim, no meu corpo, nos meus seios, coxas—aquele monte de homens — e começaram a cantar a marcha nupcial. Quando abriram a porta, tinham montado uma sala de tortura no quartel de Ribeirão Preto, com pau de arara, choque elétrico, e aquele monte de homens gritando, me batendo. O homem que disse que ia casar comigo rasgou a minha roupa. Me jogaram água, o bombeiro me amarrou na cadeira e começou a sessão de choque elétrico praticamente a noite inteira, e eu nua, apanhando. Eram choques nos seios, no ventre, na vagina, dentro do ouvido... Era um pesadelo (...). Não sei nem como eu fiquei viva. Tiveram de tirar a gente do quartel porque qualquer soldado se sentia no direito de ir no banheiro com a gente, assediar. Eles falavam assim: “Ô boneca terrorista, vamos jogar dados e fazer a fila para ver quem será o primeiro”³⁸¹.

E continua:

À noite, chegou a Operação Bandeirantes, meu irmão. Desceram para comer a gente vivo. Eles eram assassinos mesmo. Era a coisa mais horrível que podia ter (...). Aquele monte de homens entrando na cela, me pegando, rasgaram a minha roupa, todos eles queriam “namorar” comigo. Olha a minha situação de mulher. A questão do gênero (...). Então, eu entro no sanitário e o soldado vem com a baioneta, abriu a porta para me pegar dentro do banheiro. Eu comecei a gritar. Gente, eu não sei como a gente consegue se defender, mas eu gritava: “Socorro! Pelo amor de Deus, me acode!” E xingando ele (...). Então era isso. E muitas de nós foram estupradas. Muitas³⁸².

Em outro relato Áurea fala sobre a ameaça de estupro:

Nós fomos levados para a Operação Bandeirantes. Torturados no DOPS de São Paulo. Fui eu, o Vanderley e o Guilherme Simões Gomes. Os dois amarrados atrás de um carro, rolando daqui lá. Eu, com dois "anjos da guarda", um de cada lado. Ameaçando estupro, querendo parar o carro na estrada. Falando que a gente ia virar "presunto". Porque eles eram do Esquadrão da Morte com o Fleury³⁸³.

Maria Raquel Moretti fala dos relatos de sua mãe na tortura:

³⁸¹ MERLINO, 2010, p. 148.

³⁸² PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³⁸³ Entrevista cedida para a Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto em 2003. <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/mis/mis-memoria-oral>

E ela relata, choque elétrico no corpo inteiro, na vagina, pau de arara, é muita coisa. É desumano. A resistência da mulher é maior, muito maior. Arrancaram todos os fios de cabelo da cabeça dela. Tem um relato que ela conta que estava menstruada na cadeia e pediu um absorvente, um paninho. E eles pegaram ela e enfiaram a cabeça dela na privada e falavam assim “aqui ô sua menstruação”. Tipo de ela querer um paninho e eles fazerem isso³⁸⁴.

Áurea relata não ter sido estuprada, mas como ela afirmou no relato sobre a Madre Maurina, o estupro não é só a penetração, é qualquer forma de violação ao corpo do outro através de uma relação de poder e força. E Áurea sofreu praticamente todas as formas de tortura.

Áurea foi condenada a seis anos de prisão por infringir as Leis de Segurança Nacional e insurgir contra a ditadura civil- militar, ficando três anos e meio em regime fechado e um ano em regime aberto. Na transferência para o presídio Tiradentes, Áurea comemorava o fato de estar sendo presa. Como podemos observar:

Aí fomos para o presídio Tiradentes. Ah, sim... aí saiu a nossa (prisão) preventiva. Falamos: Nossa Senhora! Que bom! Estamos presos, né! Porque até aquele momento, a gente não estava preso. Em nenhum lugar tinha prova, não davam. E se a gente morresse ou desaparecesse, ninguém era responsável. Aí saindo a preventiva, nós fomos para São Paulo³⁸⁵.

Mesmo tendo passado pelo DOPS algumas vezes durante todo o período de sua prisão, estar no presídio Tiradentes significava para a maioria dos presos políticos um alívio, um paraíso perto dos porões da ditadura pelo qual a maioria passou. Para Áurea estar ali era voltar a existir. Ter contato com seus familiares e advogados³⁸⁶. Jacob Gorender relata que:

No porão do DEOPS, todos os encarcerados se achavam sujeitos à tortura. Quando soava, a campainha da carceragem produzia taquicardia generalizada. Tanto podiam ser presos recém-chegados ou tiras que vinham buscar algum prisioneiro para interrogatório no terceiro andar. O Presídio Tiradentes significava proteção judicial, uma vez que só então a detenção deixava de ser sigilosa e incomunicável e se formalizava na Auditoria Militar³⁸⁷.

A experiência das mulheres sobre domínio dos agentes da repressão (tortura/prisão) é permeada por inúmeras formas de resistência, criadas e recriadas durante suas trajetórias na militância revolucionária. Áurea Moretti sente muito orgulho em relatar cada uma delas. Podemos perceber essa questão em uma de suas experiências

³⁸⁴ PIRES, Raquel Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³⁸⁵ Entrevista cedida para a Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto em 2003. <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/mis/mis-memoria-oral>

³⁸⁶ VODZIK, Luana Torres. Áurea Moretti: uma lutadora incansável. Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus- Chapecó, 2022, p. 8.

³⁸⁷ GORENDER, 1987. p. 219.

no Presídio Tiradentes, onde relata a greve de fome que os presos políticos fizeram, ressaltando que dividiu cela como Dilma Rousseff:

Eu fui presa com a Dilma, ela estava passando muito mal e quem acudiu ela fui eu. Nesse período a gente fez uma greve de fome- a Dilma não fez- só fui eu e a Marlene Sócrates da ALN e ela tinha uma firmeza, uma força. Então, fizemos a greve de fome porque os meninos estavam sendo torturados, e eles colocavam um monte de comidas bonitas para ver se a gente desistia. A gente sempre encontrava formas de resistir mesmo estando presas. Depois de muitos anos, antes da Dilma ser presidente nós nos encontramos e ela ficou surpresa porque achava que eu tinha morrido naquela greve de fome. Tivemos vários reencontros³⁸⁸.

Dentre as formas de resistências a que Áurea Moretti tem mais orgulho em relatar, é a experiência de não ter delatado nenhum companheiro no processo da tortura. No depoimento para Marcelo Botosso, Antônio Felix da Silva, que ocupava o posto de sargento policial em Ribeirão Preto, relata o processo de desmantelamento e delações das FALN, destacando a força e resistência de “Maria”, codinome da Áurea na organização:

O Mário Bugliani fugiu, mas posteriormente foi capturado (...). Vai daqui, vai de lá e eles negando, negando, negando, negando...até que acabou derrubando algumas coisas e aí começou a degradingolar. Trabalhando ele, ele entregou a Maria e todos sabiam que essa Maria era um dos cérebros do negócio. Uma mulher inteligente que dava aula de sobrevivência, de socorros de urgência. Essa Maria, na verdade, era a Áurea, pessoa da qual fui criado junto (...) E aí começaram os interrogatórios. Eu sempre pedia pra ela para que falasse, pois quase todo mundo já tinha rodado(...) Prendia um, trabalhava, a OBAN pendurava mesmo, aí pro pau porque não entregavam nada, eles tinham um código de honra deles, mas diante da tortura... A Áurea foi o ser humano que mais aguentou porrete. Ela ia pro pau-de-arara, levava choque na vagina, choque no seio, molhavam o pé dela para dar carga mais forte de choque. Ela dizia: “Eu não sei, eu não sei”. Ela saía do pau-de-arara rindo, isso envenenava os “caras”³⁸⁹.

A ideia de fraqueza física e emocional própria das mulheres era inerente à ação dos militares na prisão, que inicialmente acreditavam que seria mais fácil “arrancar” informações das militantes femininas, estereótipo esse que foi sendo desconstruído. O general reformado Adyr Fiuza de Castro, que foi chefe do Centro de Informações do Exército (CIE) entre 1968-69 e comandou, nos anos de 1972-1974 um dos Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e é apontado no Relatório da Comissão Nacional da Verdade como um dos 377 responsáveis por crimes de violações contra os direitos humanos no período da ditadura diz, acerca das mulheres que eram interrogadas no DOI-Codi: "Não falo mal

³⁸⁸ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³⁸⁹ BOTOSSO, Op. Cit., 2006, p. 119.

das mulheres. Elas são mais ferozes e controladas que os homens. Normalmente. A minha experiência é essa."³⁹⁰. Áurea também chama atenção para esse fato:

Então não tinha que falar que mulher era frágil, sexo frágil que não sei o quê, a gente não corria da raia não. E na própria tortura, os pesadão lá, torturador mesmo, falavam que a gente tinha uma resistência maior do que os meninos, porque o nosso limiar de dor ele é mais alto, tem que doer mais pra atingir, por causa da anatomia da gravidez, do parto. A natureza fez isso, tá... E também a resistência! E eles falavam: "Essas filhas duma puta, dando tiro na rua e ainda vem amolar nós!" (risos) Tinha um ódio de nós, tratava a gente como quenga³⁹¹.

Em outro depoimento cedido a Comissão Nacional da Verdade Áurea descreve o seu posicionamento de não delatar nenhum companheiro, bem como as consequências dessa posição:

(...) tava pra sair meu julgamento, preparado tudo, que eles queriam que colaborasse com a Justiça. Que o Dr. Guilherme Simões Gomes já tinha sido absolvido antes do julgamento. Então eles queriam que eu fizesse o depoimento contra o Guilherme, dizendo que ele fez, e que também que ele era meu amante. "Cê tá é louca, é?" E do Vanderley Casher (Caixe), que eles não sabiam em que pé que tava. Mas o pé do Vanderley tava era no exterior, que o pessoal tava trampando, de algum modo ele não foi, ele tava pra ser tirado do Brasil. E que era o seguinte: eles vinham me buscar, eu faria os depoimentos, que não era mentira nenhuma o que eu falasse, e que eu podia sair da cadeia no dia do julgamento, ir para o exterior, ou ficar com a minha mãe em casa estudando e fazendo minha profissão ou ir para o exterior, mudar de identidade, mudar de identidade, como alguns fizeram e se infiltraram no meio dos nossos companheiros no exterior para passar informação, que acabou até se transformando em assassinato. Como da Sônia Argel, que isto não tem perdão. A Sônia, o companheirinho dela e tantos outros. Então eu só falei: "Dr. Nelson, eu já falei lá na Auditoria que o meu depoimento agora, com o senhor, é que é verdadeiro. O outro foi o Miguel Lamano que fez, o senhor pergunta lá pro escrivão. Pergunta! Não vou refazer nada. A verdade é esta que eu falei agora". Limpando a cara de todo mundo, e pronto (...). Aí o Seu Alfredo veio e me tirou, me pôs sozinho numa área e falou: "Ainda tá em tempo, viu? Você quer refazer seu depoimento". Eu falei "Não, Seu Alfredo, eu falei pro Dr. Nelson e pro senhor. O meu depoimento verdadeiro é o que foi feito, aqui com ele e com o senhor também". Ele falou: "Tá bom, cê vai ver com quantos paus a gente vai fazer tua canoa". E fizeram, me deram seis anos de cadeia. Eu cumpri três e meio, porque caiu pra quatro, eu saí com três anos e meio de prisão³⁹².

Neste relato Áurea destaca uma questão interessante, embora não seja nosso objetivo aprofundá-la. Vemos o pensamento que se tinha, muito forte na esquerda revolucionária, em relação aos indivíduos- homens e mulheres- que delatavam seus companheiros de militância e/ou suas organizações: "como alguns fizeram e se infiltraram no meio de nossos companheiros (...) para passar informações que acabou se

³⁹⁰ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon & Castro, Celso (orgs.). Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 62.

³⁹¹ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

³⁹² Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014.

transformando em assassinato (...) isso não tem perdão”. Hoje essa concepção tem ganhado outros contornos. Muitos militantes que viam essa questão como “traição”, ressignificaram seus pontos de vistas, ressaltando que tem um momento-limite na tortura onde não deletar tornasse uma missão demasiadamente difícil. Leila diz que: “até certo ponto a gente resistiu, mas é aquilo, a gente resistiu naquilo que pudemos resistir. A tortura é um negócio horrível, horrível, horrível. Não existe nem classificação”³⁹³.

Outra questão interessante a ser destacada é que mesmo que Áurea Moretti, sob tortura, não tenha “entregado” nenhum de seus companheiros - e como consequência disso tenha sido muito torturada, sendo condenada a seis anos de prisão- outros integrantes das FALN delataram seus companheiros de organização. Sobre a sua experiência ela relata:

(...) chegou uma hora, o Mario mesmo não aguentava mais, ele já tinha levado eles (polícia) em um monte de casa que não era e teve uma hora que ele levou na minha casa, inclusive uma coisa que a gente falava, que era pro pessoal segurar um tempo e tinha um momento que não ia resistir e que podia até chegar. Então ele levou eles na minha casa, a hora que ele me viu, tadinho, sabe...nossa! E depois toda vez que ele me encontrou na vida, encontramos ainda muito tempo, e toda vez ele me pediu desculpa e eu falava que não era pra eu desculpar porque ele não tinha feito nada errado. Mas assim, uma pessoa simples, um camponês, que deu a vida inteira pra revolução, ele falava que não queria casar porque queria fazer a revolução, ele não casou pra ficar livre, ficou muito doente na prisão, eu tenho muito amor nele³⁹⁴.

Em outro relato ela afirma: “foi o Mário que levou a polícia. O que eu acho que não depõe em nada contra ele porque chega uma hora na tortura...Era isso que eu queria que o povo de hoje entendesse”³⁹⁵. Mesmo afirmando que chega uma hora- limite na tortura que é difícil não falar, Áurea Moretti se manteve calada e mostra ter muito orgulho disso. Sem dúvidas esse comportamento foi encarado com muito ódio pelos torturadores, era um elemento a mais, pois além de ser mulher, de ocupar um espaço que não é o seu por “natureza”, de desafiar a ditadura civil- militar, ainda ousava a não colaborar- mesmo sob tortura- na condição de mulher, de “sexo frágil”. E para seus companheiros, será que o estereótipo do “sexo frágil” ainda permanecia? A concepção que perdurou entre os integrantes das FALN de que a mulher na tortura abriria- e, por isso, não poderia assumir posições de comando- foi desconstruída? Áurea Moretti, diz

³⁹³ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

³⁹⁴ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014.

³⁹⁵ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16 de setembro de 2017.

que depois da prisão, quando se encontrou com Mário Bugliani, ele não sabia como agir, movido pelo sentimento de culpa. Sentia culpa por ter “entregado” sua companheira de luta ou por acreditar que ela não era forte e corajosa o suficiente para a luta armada?

Durante muito tempo a esquerda e, em especial, a esquerda armada condenou de diferentes maneiras os militantes que, de alguma forma, colocaram as organizações revolucionárias “na mira” dos órgãos de repressão³⁹⁶. Ainda hoje na memória da esquerda essa questão é central e mobiliza muitos julgamentos e juízo de valor. Nesse sentido, é importante problematizarmos estes julgamentos que eram feitos no interior das organizações de luta armada, sobretudo, porque a questão da “traição”, a figura do “traidor” e principalmente, o medo de não “aguentar” na tortura, estavam muito presentes nas vivências dos militantes de tais organizações. Existia também uma grande expectativa, por parte dos grupos clandestinos, em relação à postura do militante que acabara de cair³⁹⁷, principalmente, porque dele dependia a sobrevivência dos demais militantes e de suas organizações e, por isso, esperava-se um comportamento “mais firme”³⁹⁸.

A maioria dos grupos da esquerda revolucionária tinha uma espécie de código de honra, um juramento, em que se baseava a crença na construção de uma sociedade mais justa e na derrubada da ditadura civil-militar. As FALN desenvolveu esse sentimento entre seus integrantes. Talvez, isso dê conta de esclarecer o porquê do “não abrir”, não “entregar” é tão importante e presente nos depoimentos de Áurea. O sentimento de culpa também foi uma questão muito presente entre os militantes que forneceram, de alguma forma, informações para a ditadura, muitos se arrependeram e relataram a dificuldade de conviver com esse sentimento. Apresentamos aqui, dois exemplos distintos: o primeiro; de quem delata e o segundo, de quem aguenta.

Longe de querer fazer juízo de valor diante dessa questão, a intenção em apresentar esse aspecto foi na tentativa de evidenciar mais uma faceta das diversas formas de resistências da trajetória e militância das mulheres no combate a ditadura

³⁹⁶ Para aprofundamento sobre essa questão, bem como, por exemplo: os depoimentos de ex-militantes que se “arrependeram” de participarem da luta armada contra a ditadura civil-militar e publicamente expuseram essa questão- ver: GASPAROTTO, Alessandra. “O TERROR RENEGADO”: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizada por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 2008.

³⁹⁷ Expressão utilizada nas organizações de esquerda que remete ao ato de ser preso, de “cair” nas mãos dos órgãos de repressão.

³⁹⁸ GASPAROTTO, Op. Cit., p. 164.

civil-militar, ressaltando que essas vivências foram diferentes de mulheres para mulheres, de mulheres para homens. Leila, por exemplo: afirma não ter conseguido- sob tortura, nos dois momentos de sua militância- não falar. “Se eu negasse ela apanhava. E aí eu falei”, “até certo ponto a gente resistiu, mas é aquilo, a gente resistiu naquilo que pudemos resistir. A tortura é um negócio horrível”³⁹⁹. Não por isso, a militância de Leila tem que ser descaracterizada, reduzida. Não por isso, Áurea é mais militante que Leila. Ambas protagonizam e resistiram a um dos períodos mais obscuros da história brasileira, sentindo as mais variadas formas de opressão e tortura, carregando feridas que nunca deixaram de sangrar.

Enquanto Áurea- depois de condenada- cumpria sua pena, Leila em “liberdade” se inseria novamente na militância, vivendo mais uma vez a clandestinidade. A sua segunda experiência na mão dos agentes da repressão acontece no ano de 1973. Leila relata como foi esse momento:

Ai nessa leva que fui presa pela segunda vez(...)A Duce sabia que a gente tava na OBAN, porque foi a OBAN que levou a gente. Ai lá na OBAN a primeira coisa que a gente viu quando chegou foi o Fernando, que eles trouxeram pra gente. Ele estava de capuz só a mão pra fora e o sapato. E a gente o reconheceu pelo sapato porque ele só tinha aquele sapato(...) o Fernando Casadei foi preso, ele e a tina. A Albertina era mulher dele, era não é, eles estão vivos ainda. E o Fernando ele foi muito torturado, mas muito torturado, ele não tinha nem mais uma unha na mão, eles arrancaram tudo com alicate. Então quando ele acabou “abrindo” onde a gente morava e a gente foi preso em casa. Ele abriu, mas não tem nada, AH, ELE ABRIU...não tem nada disso! Quem sofre tortura sabe o seu limite. SABE! E ele acabou abrindo. Mas ele abriu de uma forma que colocava em dúvida. Então quando a gente caiu, que eles pegaram nós dois dentro da nossa casa. Minha mãe tava lá, aí eu falei mãe procura a Dulce, fala que a gente foi preso. Minha mãe perdeu a voz, ela não conseguia falar o tamanho do choque que ela levou. Minha mãe ficou diabética⁴⁰⁰.

Novamente nos deparamos com a questão de “abrir”, “trair”. Leila em seu relato enfatiza “ele abriu, mas não tem nada disso: ah, ele abriu! Não tem nada disso! Quem sofre tortura sabe seu limite”.

Presos na OBAN, sob muita tortura física, psicológica e xingamentos. Antes de serem separados, Djalma fala para Leila que ele assumiria tudo. Leila descreve como conseguiram sair com vida dos porões do “esquadrão da morte”. Ela relata:

Ficaram ali cinco, seis dias, sofreram muita tortura psicológica, muito xingamento e bofetadas. Nós morávamos numa rua chamada Marechal Malé, a Dulce morava na São José. Quando o Fernando falou que a correspondência ia pra a São José, como ele estava muito machucado fizeram acareação com ele e o Dja, aí aonde mesmo ia a correspondência? Marechal

³⁹⁹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

⁴⁰⁰BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

Mále, Fernando na hora...porque a gente era muito inteligente, na hora ele percebeu, vamos livrar a Dulce, senão eles iam prender a Dulce. Então eles levaram o Fernando pra cela e falaram pro Dja, ô vamos fazer um acordo, a gente te solta e solta sua mulher se vocês entregaram toda a correspondência que vocês receberam daqui pra frente. O Dja falou, beleza! eu entrego tudo que for para minha casa. A correspondência não ia pra Marechal Malé, ia pra São José (risos). Olha, olha o que aconteceu. Então nós fomos liberados com esse trato⁴⁰¹.

E segue:

Então assim que saímos a primeira coisa, demos um jeito, não sei quem ligou pra Dulce, a Dulce Muniz, essa atriz de teatro, e ela ficou sabendo que a gente saiu e que era pra ela ficar sossegada porque a correspondência ia para marechal male e não pra São José, aí na hora ela captou tudo, não era pra mandar mais nada pra eles. E logo entrou em contato com o pai do Fernando que foi lá e salvou ele e eles estão vivos até hoje⁴⁰².

Leila ainda relata a condição de “traidores” que recaíra sobre eles por fazerem trato com os torturados, alegando entregar toda correspondência que recebessem. Segundo Gasparotto, dentro das organizações de combate à ditadura civil-militar, adjetivos como traidor ou desnudos foram utilizados para indicar inúmeros desvios dos militantes de esquerda, desde aqueles que se colocavam contra a ação armada, aos que forneciam aos órgãos de repressão informações sobre seus companheiros e suas organizações⁴⁰³.

E quando a gente saiu a gente foi acusado de trair o partido, porque nós tava entregando a correspondência. Mas não recebíamos correspondências, nós engamos eles, foi uma forma de resistência. No final salvamos a Dulce, o Fernando e a tina (grifo meu). Depois de muito anos é que essa história pôde ser esclarecida e a gente não foi mais visto assim. Tanto que a gente foi em Sorocaba conversar com Fernando e a Tina e ali o Fernando falou: vocês salvaram a minha vida⁴⁰⁴.

Tortura com o corpo nu, violência sexual e psicológica, choques elétricos nas partes íntimas, ameaças de estupro, estupro com uso de objetos ou animais, violência contra a maternidade, humilhação de cunho sexual. Foram várias as formas usadas para depredar sexualmente as mulheres vítimas da ditadura brasileira. Essa foi a experiência das mulheres nas mãos dos agentes da repressão. Leila e Áurea em suas vivências e trajetórias militante, sentiram muito mais dor do que a provocada pela tortura física, foram atingidas no campo da subjetividade, naquilo que constitui essencialmente suas identidades de gênero e concepção de mundo.

⁴⁰¹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

⁴⁰² BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

⁴⁰³ GASPAROTTO, Op. Cit., 2008, p. 163.

⁴⁰⁴ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

A prisão foi um processo diferente para as militantes analisadas. Enquanto Leila ficou menos de um mês nas suas duas experiências na prisão- não pesando sobre ela grandes acusações- Áurea foi condenada, passando muitos anos em cárcere. Ali, desenvolveu junto com outras militantes presas políticas, inúmeras formas de manter-se viva.

Finalizo esse subcapítulo com as palavras de Leila:

Não queria conhecer um torturador, não queira! Por isso que eu não consigo olhar na cara desse desgraçado do Bolsonaro. Você acha que um torturador tem depressão? Um torturador não tem depressão. Ele te tortura, te destrói e depois vai para sua família. É uma coisa tão cruel, tão cruel, que você não tem dimensão⁴⁰⁵.

IV.IV “Liberdade”: o retorno a vida legal

Ao enfrentar as forças da ditadura civil- militar, Leila e Áurea tiveram que romper com o seu mundo cotidiano e entrar para a clandestinidade. Com o desmantelamento do projeto de oposição da organização revolucionária, acabaram vítimas nas malhas da repressão do Estado. Num outro nível, o retorno à legalidade também representou o momento de resgate e de desdobramento das trajetórias individuais dessas mulheres.

Leila Bosqueto

Como já citado, na sua primeira experiência na prisão, Leila ficou vinte e um dia presa, sendo absolvida⁴⁰⁶. No retorno a vida “legal”, encontrou inúmeras dificuldades, por seu envolvimento em um grupo armado. Ela relata a repercussão e o *status* de terrorista que pairava sobre ela:

Depois eu fui solta e voltei para a faculdade e os olhares eram incríveis para mim, né, que eu era terrorista. Na faculdade todos me olhava, se afastavam, muito conversinha, sabe? Minha cara estava estampada. Nos cartazes, na rodoviária de São Joaquim, meus pais moravam em frente à Rodoviária. Minha cara estava em todo lugar, eu era muito perigosa ne?!(risos). Meu pai, minha mãe sofriam muito, meus parentes. Minha cara lá no procura-se terrorista. E aí, no dia do meu aniversário, eu lembro que o prefeito da cidade e a primeira-dama foram me visitar. A eles falou, mas essas que são os terroristas? Pois é. É sim! (...) Eu voltei para casa né, voltei para São Joaquim. E de São Joaquim, eu voltei para a faculdade. Voltei porque eu não podia ficar em São Joaquim, não tinha condição de ficar lá. Não tinha, minha mãe estava me odiando, né? Minha mãe não podia olhar pra minha cara...O meu pai, estava acabado porque meu pai só me abraçava e me beijava e

⁴⁰⁵ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22 de julho de 2023.

⁴⁰⁶ STM. Inquérito Policial Militar. Processo 198/69. BNM Processo 65 digitalizados na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, p. 2651.

comia a boca. Ele ficou comendo a boca. Ele ficou assim, muito nervoso e ele me abraçava, o meu pai sempre me apoiou. Agora a minha mãe... a minha mãe, não, né. Minha mãe sofreu muito, ficou muito abalada. Com aquilo tudo, tadinha. E foi isso. Essa primeira parte foi isso aí. Eu voltei pra faculdade, eles foram tudo pra Tiradentes continuar sendo torturado lá.

Leila enfatiza o sofrimento de seus pais e, principalmente a sequela que seu pai desenvolveu depois de todo esse processo tão doloroso para eles. Ainda sobre a sua “liberdade”, Leila relata ser constantemente vigiada.

Eu fui solta, mas recebi orientações bem diretas, “ô menina, você que não se meta a se envolver de novo com terrorista, então vamos ficar de olho em você e se você voltar pra cá, você não vai se escapar de novo”. Então era isso eu tinha que andar na linha né e eu fiquei um tempinho assim, não fazia nada. Eles me vigiavam, sempre tinha um estranho atrás de mim. Uma vez meu pai fez um amigo, ele sempre tava perto, passava na rua e eu falava, pai esse não é seu amigo, isso aí é torturador. Então era isso, solta até que ponto né?!⁴⁰⁷

Um ano depois de ter sido solta Leila se formou na faculdade e mudou-se para São Paulo, ali retomou sua militância, realizando atividades específicas sob orientação da ALN, reviveu a clandestinidade, a prisão e tortura. Como da primeira vez a “liberdade” demorou a chegar, agravou e ganhou novos contornos. Ela relata:

Foram perseguidos durante cinco anos. O cara ia na nossa casa as 5 da manhã, 6 da manhã, tirava a gente da nossa casa, tinha que fazer café pra ele e falava: cadê a correspondência? Não chegou mais nada! Vocês querem ser presos de novo? Eu quero essa correspondência! Mas não veio, como vamos te entregar? Aí revirava a casa toda, as gavetas, jogava tudo pro chão. Aos poucos foi diminuindo a perseguição, mas o cara vinha com cachorro atrás de mim e quando estava uma rua assim que era mais de noitinha quando eu estava voltando pra casa, o cara arrancava o pinto pra fora e vinha pro meu lado, olha um horror!⁴⁰⁸.

Conforme os anos foi passando as perseguições cessaram. Leila e Djalma tiveram duas filhas e se separaram. Em 1979 Leila conhece- em uma greve de professores- o seu novo companheiro e juntos passam a militar pela abertura democrática. Leila se insere no PC do B ainda clandestino, mas camuflada no PMDB e passa a fazer parte do movimento de feminino, atuando na UMSP (União das Mulheres de São Paulo). É nesse período que Leila recebe a tarefa do partido de ajudar a fundar o Movimento de Mulheres/feminino no Vale do Paraíba.

Então nós fomos. Pedro e eu pegamos aula na mesma escola. Eu fui ajudar a fundar o Movimento de Mulheres em Jacupiranga e o Pedro atrás de abrir a APEOESP. E aí nós tentamos fazer o movimento de mulheres, mas foi muito difícil. Eu não consegui. Então a gente tinha material que recebia do PC do B, eu levava pra reuniões de mulheres, convidava as mulheres que eu achava que dava mais abertura, mas pouco conseguimos fazer, foi muito fraco. O

⁴⁰⁷ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 20/01/ 2023.

⁴⁰⁸ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22/07/2023.

que a gente conseguimos foi filiar alguns camaradas no PC do B, isso a gente conseguiu fazer (...) e aí levava jornal, revista para elas irem estudando, algumas até abriram um pouco a cabeça, mas não posso falar a gente abriu um núcleo de mulheres lá, não formamos. A gente abriu a filial da APEOESP, isso sim ⁴⁰⁹.

Leila e Pedro viveram na região do vele por cinco anos desenvolvendo essas tarefas. Por conta das condições precárias e grávida do terceiro filho, decidem se mudar para Ribeirão Preto, se insere-se no movimento de mulheres e desenvolve a sua militância. Segundo ela é somente em Ribeirão Preto que sua militância feminista se desenvolve de forma mais incisiva.

Nós viemos embora de Ribeirão porque em Ribeirão tinha o movimento de mulheres e eu vim pra cá pra participar do movimento de mulheres de Ribeirão Preto, através do PC do B. Foi aqui que eu conheci minha comadre Dilma, a Olga a Silvia, tudo fazia parto do movimento de mulheres. A Dilma era presidente do movimento de mulheres de Ribeirão Preto. E aí nós fizemos um trabalho bonito aqui, foi bonito. O PC do B já estava legalizado ne, então a gente deitou e relou, já levava as crianças junto pra reunião, levava os colchãozinho pra elas dormirem⁴¹⁰.

E segue:

E aqui foi melhor né, aqui foi militância mesmo, aberta, na rua, com as bandeiras do PC do B. teve comício aqui, a gente ia, subia no caminhão de som, ai que alegria⁴¹¹.

Leila diz que através do seu ofício de professora conseguiu influenciar muitos alunos e via a sua profissão como uma forma de militância. Ela relata:

Eu dava aula aqui e eu levava minhas alunas pra assistir as passeatas e comícios, uma delas era a Raquel, que hoje ela é advogada da Petrobras pelo PT. Ela mora em Aracaju. Ela foi pra defesa pra não ter a venda da Petrobras, essa entrega que o Bolsonaro fez, olha que orgulho, que orgulho. E teve muitas, muitas alunas minha que tomaram consciência, eu fico muito feliz ne, vejo como uma militância⁴¹².

Em suas entrevistas Leila apresenta facilidade em lembrar momentos, datas e nomes de companheiros/as que encontrou na sua trajetória, especialmente na sua militância na ALN⁴¹³. No decorrer da pesquisa encontramos alguns documentos que corroboram com seus depoimentos. Dentre eles, uma ficha em que consta sua passagem

⁴⁰⁹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22/07/2023.

⁴¹⁰ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22/07/2023.

⁴¹¹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22/07/2023.

⁴¹² BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22/07/2023.

⁴¹³ Sobre sua participação na ALN e todos os desdobramentos desta militância, foi uma surpresa para o trabalho. Fatos esses que tomamos conhecimento apenas no dia da segunda parte da entrevista (22/07/2023), encontrando até mesmo dificuldade de desenvolver essa dupla militância na proposta de divisão do trabalho, já que ela acontece em dois momentos. Esperamos não ter ficado confusa para o leitor.

Esse informativo encontra-se nos anexos deste trabalho.

pela DOPS de São Paulo⁴¹⁴, o auto de prisão no envolvimento com as FALN e o Boletim Informativo da Comissão pela Legalidade do PC do B, onde consta seu nome e de Pedro, como membros dos PMDB⁴¹⁵. Não encontramos, no entanto, nenhum documento que comprove o seu envolvimento com a Aliança Libertadora Nacional. Sobre não existir materiais, entrevistas que indicam sua militância na luta armada na resistência à ditadura civil-militar, Leila relata: “Eu nunca estive aberta a falar disso, relembrar momentos tão difíceis. Eu estou falando sobre isso só agora, e você é a culpada (risos), mas agora eu sou uma língua solta”⁴¹⁶. Além das entrevistas para esse trabalho, Leila também cedeu entrevista para um grupo que projeta fazer um documentário sobre as mulheres e a luta armada em Ribeirão Preto.

Tempos depois Leila saiu do PC do B e seguiu sua militância na defesa da democracia. Ainda hoje Leila se mantém ativa, seguindo seus princípios e defendendo suas bandeiras. Participou ativamente de todas as manifestações democráticas no período das eleições presidenciais em Ribeirão Preto, estando presente na posse de Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília.

Hoje Leila vive sozinha em um apartamento em Ribeirão Preto. Constantemente recebe visita dos filhos e netos.

Áurea Moretti

Depois da prisão, a liberdade demorou a chegar para Áurea. Durante um ano, em regime aberto, foi constantemente vigiada. Segundo ela:

Me deram seis anos de cadeia. Eu saí com três anos e meio de prisão. (...) Reformou pra quatro anos e meio. Eu tinha três anos e meio, completei. Então eles foram obrigados a me dar um ano de liberdade condicional. Mas eles só me deram a condicional, esqueceram de dar a liberdade. Me seguiam, me vigiavam, me perseguiam, dentro de Ribeirão, fazendo a enfermagem que eu gostava. Respondi um ano, indo na Auditoria, me apresentando, respondendo interrogatório(...) durante um ano. Na minha casa também muitas vezes a polícia invadiu. Mas tem uma coisa que eu quero registrar ainda, antes de terminar. Que de repente eles fechavam a minha casa, com polícia, quando eu tava na liberdade condicional indo responder. Só eu e a minha mãe em casa⁴¹⁷.

E continua:

⁴¹⁴ Esse é um documento inédito, não constando nem no Arquivo Público do Estado de São Paulo, foram encontradas 110 fichas inéditas de pessoas que passaram pela Delegacia Especializada de Ordem Política, entre elas Leila Bosqueto. <http://www.memoriasdaresistencia.org.br/site/index.php/fichas> Consultado dia 28/07/2023.

⁴¹⁵ <file:///C:/Users/felip/Desktop/LUANA/doc%20mulher%20faln/leila.pdf>

⁴¹⁶ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 22/07/2023.

⁴¹⁷ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014.

E aí eles falaram o seguinte. Eu tava proibida de sair de dentro da minha casa. Dez ou 15 dias, viu como que é, que eu tava vigiada e não adiantava querer enganar eles. Eu falei: “De jeito nenhum!”, porque era daqueles mais tranqueira, “Eu pra brigar, não vou brigar com vocês não, vou brigar mais lá em cima. Olha, eu tô estudando, vocês sabem que eu não tô ligada com nada!”. Era o que eu tinha que fazer, né, até pra salvar quem vinha todo querendo participar (...)E era todo pessoal de Ribeirão doido pra me pegar, pra aparecer⁴¹⁸.

Sobre ser constantemente vigiada, Laudelino Pires relata:

Quando ela saiu da prisão ela queria de alguma forma ingressar na luta novamente, ela não queria ficar parada, mas ela era vigiada o tempo todo. Inclusive ela voltou a fazer enfermagem e dentro do hospital ela saía pra fazer estágio. E tinha o motorista que levavam eles, que era um militar disfarçado de motorista que ficava vigiando ela. Até na festa de formatura dela ele estava lá, foi aí que ela percebeu⁴¹⁹.

Na procura de emprego, teve todas as portas fechadas por ser uma ex-presidiária, especialmente, por ser uma presa política em uma cidade conservadora como Ribeirão Preto. Áurea recorda: “Eu lembro que ia procurar trabalho e o meu torturador particular, o Dr. Renato, e ele ia passando nos lugares dizendo para não me contratar que eu era uma terrorista”⁴²⁰.

Na tentativa de retomar a vida deu continuidade aos seus estudos de enfermagem, depois de formada mudou-se para o Vale do Ribeira com Laudelino e seus dois filhos. Ali, além do trabalho social- desenvolvendo trabalho com plantas medicinais e como enfermeira, orientando as parteiras da comunidade com técnicas mais apropriadas- retomou a militância política, ajudando a fundar o Partido Comunista. Raquel Moretti relembra:

Nós fomos criados debaixo de reunião do partido. Eu e meu irmão tivemos muito privilégio com esses dois. Meu pai sempre participou da luta, em Ribeirão militou no partidão, mas não era a favor da luta armada. Agora a mãe nunca deixou de lutar, nunca. A luta para ela é combustível de vida. É combustível de vida⁴²¹.

De volta a Ribeirão Preto, depois de alguns anos, Áurea deu sequência na sua militância política e social. Iniciou sua relação com o MST, atuando de forma incisiva nessa organização. No assentamento Mário Lago, em especial, contribuiu na implementação e desenvolvimento do projeto de saúde comunitária, sendo muito admirada pela comunidade. Teve Alzheimer e faleceu vítima de uma doença

⁴¹⁸ Entrevista de Áurea Moretti para a Comissão Nacional da Verdade em 25/02/2014.

⁴¹⁹ PIRES, Laudelino. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/2017.

⁴²⁰ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/2017.

⁴²¹ PIRES, Raquel Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/2017.

degenerativa no dia 15/12/2022, aos 78 anos. Laudelino Pires, seu companheiro de vida, faleceu meses depois.

No final da nossa entrevista em 2017, perguntei para Áurea Moretti se existia algum sentimento de arrependimento frente a tanta dor ao qual foi submetida e ela me olhou com aqueles olhos casados e penetrantes e respondeu: “a luta me salvou, como vou me arrepender?”.

A trajetória das entrevistadas, é permeada de pontos comuns e se cruzam em diversos momentos- Leila e Áurea desenvolveram ao longo dos anos uma amizade cheia de companheirismo e cumplicidade- demonstra que em determinado momento da militância, a opção pela entrega total a causa revolucionária, mesmo com as possíveis implicações daí derivadas, foi a decisão predominante para elas. Poderiam depois da prisão e tortura, seguir uma vida pacata, mas decidiram seguir os sonhos de uma sociedade justa e igualitária. Fizeram da luta suas vidas.

Em relação aos depoimentos, Candau alerta que “[...] a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação⁴²².” Trazemos a presente reflexão não com intuito de questionamos as memórias evocadas por Leila, Áurea e tantas outras, que através de seus depoimentos tem contribuído no esclarecimento e construção da memória feminina na resistência à ditadura civil-militar, e sim no sentido de entendermos que alguns cuidados são necessários ao trabalhar com essa fonte, reconhecendo sua riqueza e seus limites, a fraqueza da própria memória, sua capacidade de esquecer, de selecionar, suas deformações e seus equívocos. Como evidencia Albert, nem sempre o mais importante é a veracidade do narrador e sim saber o porquê da seleção ou omissão de determinadas situações em seu relato⁴²³.

IV.V A semelhança dos tempos: um passado que ainda machuca e um presente que teima em imitá-lo

A dor está na impunidade, entrelaça o presente e o passado e reativa sentimentos de solidão, desesperança, medo e injustiça. Adoece e causa novos traumas, faz rememorar um passado dolorido, onde as feridas ainda sangram. É o próprio passado que não passa, que insiste em ficar, voltar, revisitar. Assim tem sido- para aqueles que

⁴²² CANDAU, Op. Cit., 2012, p. 77.

⁴²³ ALBERT, Op. Cit., 2000, p.34.

resistiram à ditadura civil-militar, e seus familiares- o último período social e políticos da sociedade brasileira.

A transição da ditadura civil-militar brasileira para a democracia teve impacto profundo e negativo na construção da memória deste período. A destruição de documentos, bem como a Lei da Anistia são alguns entraves deste processo. Para Daniel Aarão Reis, a anistia foi um pacto social a respeito da ditadura, firmado com base em três silêncios: sobre a tortura e os torturadores, sobre o apoio da sociedade à ditadura e sobre as propostas das esquerdas e sua derrota entre 1967 e 1973⁴²⁴. Carlos Fico acrescenta que a transição para a democracia teve um componente de frustração, cristalizado ao redor do caráter limitado da Lei de Anistia (1979) e da derrota das campanhas das Diretas Já (1984)⁴²⁵.

O Brasil é o único país da América Latina a não punir os torturadores. A transição da ditadura para o Estado democrático de direito foi pautada por uma forçada conciliação entre os torturadores e torturados, a Lei de Anistia anistiou e tornou inimputáveis os agentes da repressão envolvidos em torturas, prisões, mortes e desaparecimentos durante o período ditatorial.

A ausência de políticas públicas voltadas para a preservação, resgate e construção da memória ligada à ditadura civil-militar contribui para a permanência dos discursos e ideais dos militares, como o combate ao terrorismo/comunismo em nome da soberania nacional. Faz ainda com que as violações de direitos humanos praticadas, de forma sistemática, pelo Estado Brasileiro nesse período sejam entendidas no imaginário social como crimes de guerra, atos heroicos em prol da sociedade Brasileira. Com isso, o que era para ser encarado como tempos de terror e violência torna-se algo desejado por alguns grupos da sociedade.

(...) então, começamos a ver, de maneira um pouco mais clara, o que significa exatamente “violência”. Pois, nenhuma palavra melhor do que violência descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente. ‘Contaminar’ porque devemos nos perguntar como a incapacidade de reconhecer e julgar os crimes de Estados cometidos no passado transforma-se em uma espécie de

⁴²⁴ AARÃO REIS, Daniel. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In.: PINTO, Antônio Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013, p 216-218.

⁴²⁵ FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In.: ARAÚJO, Maria Paula. FICO, Carlos. GRIN, Mônica (orgs.). 2012.

referência inconsciente para ações perpetradas por nossa polícia, pelo aparato judiciário, por setores do Estado⁴²⁶.

Santos, afirmar que “políticas da memória são importantes na constituição de identidades específicas e representações coletivas dentro de uma nação”⁴²⁷. Não houve punição aos torturadores e aos torturados, pouca ou nenhuma assistência por parte do Estado. Essa ausência e escassez de políticas voltadas para a memória no Brasil traz consequências sérias para o presente/futuro de nossa sociedade. Uma delas é a tradição do vencedor opressor.

(...) devemos ter cuidado com o que herdamos do passado, pois os vencedores é que herdam a tradição. Portanto, o passado com suas tradições continua vivo no presente, mesmo na sua ausência, pois vive das consequências de uma derrota; ele traz para o presente o sofrimento e a opressão de muitos⁴²⁸.

Para Halbwachs⁴²⁹, “memória coletiva é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém”. Mesmo não sendo um campo dirigido para a constatação de verdades, a memória não deixa de ser um campo de disputas. E no caso da ditadura civil- militar é uma luta política e social voltada para o combate ao esquecimento das responsabilidades que o Estado Brasileiro ainda não assumiu diante das vítimas das graves violações de direitos humanos. Ainda hoje nenhum dos torturadores foram punidos.

A rivalidade entre as memórias ligadas à ditadura evidencia a necessidade de romper a fronteira existente do silêncio e o não-dito, como constata Pollak⁴³⁰. No Brasil, o rompimento desta barreira caminha a passos lentos, uma vez que o país foi o último a instaurar uma comissão de verdade e memória. A lentidão em resgatar tais memórias resulta na manutenção e perpetuação de uma parte do grupo ligado a esta memória: as Força Armadas e seus agentes de repressão. Cabe ressaltar que mesmo não tendo caráter punitivo/jurídico e com todos os seus limites, a CNV tem contribuído no processo da construção da memória desse período, e destaco aqui- como neste trabalho nosso objeto são as mulheres- tem sido fundamental na visibilidade das mulheres militantes.

⁴²⁶ SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. O que resta da Ditadura. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p.10.

⁴²⁷ SANTOS, Maria Sepúlveda dos. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003, p.134.

⁴²⁸ Idem, p. 135.

⁴²⁹ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004, p.86.

⁴³⁰ POLLAK, Op. Cit., 1989, p. 3.

Para Santos,⁴³¹ a memória também é responsável pela imposição de coerções, exclusões e toda sorte de controle social. Quando há manifestações, homenagens ou qualquer citação que traz à tona a memória do grupo oprimido, há um enfrentamento. Tudo isso porque a memória não é algo ligado somente a lembranças. “A memória é um fenômeno que não está restrito a fenômenos mentais, sejam eles a lembrança ou a reminiscência. Ele refere-se ao corpo, a lugares e a comemorações como outras dimensões da memória”⁴³².

Aqui no Brasil, questões referentes à ditadura civil-militar permanecem muito atuais, como objeto de disputas no seio da sociedade. Nos últimos anos, diante da crise política deflagrada desde o governo Dilma e agravada pelo impeachment em 2016. Neste contexto, o passado autoritário esteve presente em diversas circunstâncias, como a emergência das manifestações por intervenção militar⁴³³ e nas falas de Jair Messias Bolsonaro (quando Deputado PSC-RJ e depois como presidente), homenageando o torturador Carlos Brilhante Ustra⁴³⁴.

É no contexto de crise do governo Dilma que Bolsonaro ganha notoriedade e espaço- com suas falas conservadoras e de ódio- tornando-se presidente com 57,8 milhões de votos, nas eleições de 2018. Para Brito⁴³⁵, o primeiro mandato da Dilma representou um ponto de inflexão na história das políticas de transição no Brasil. A criação da Comissão Nacional da Verdade, a postura da presidenta frente às pressões dos militares acerca de tais medidas, foram, sem sombra de dúvida, fundamentais no que diz respeito à relação das instituições democráticas para com o passado autoritário, especialmente a Comissão da Verdade, que, apesar de não ter papel jurídico, contribuiu para a expressão de vozes silenciadas pela ditadura.

Falar sobre a ditadura civil-militar é resgatar memórias marcadas por sofrimento. Em conversas com Leila e Áurea, é possível ver que esta é uma memória enferma. Em

⁴³¹ SANTOS, Op. Cit., 2003, p.30.

⁴³² Idem, p. 138

⁴³³ Disponível em : <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestantes-pedem-intervencao-militar-com-base-em-regra-que-nao-existe-na-constituicao,1668381> Acesso em 20/07/2023

⁴³⁴ Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/coronel-ustra-homenageado-por-bolsonaro-como-pavor-de-dilma-rousseff-era-um-dos-mais-temidos-da-ditadura-19112449.html> Acesso em 20/07/2023.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-elogiar-torturador-ustra-heroi-nacional/> Acesso em 20/07/2023.

⁴³⁵ BARAHONA DE BRITO, Alexandra. “Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil. In.: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). 2013.

A memória, a história e o esquecimento, Paul Ricoeur⁴³⁶ define como memória enferma a memória correspondente a uma memória de traumas que tende a ser esquecida para controlar essa situação de dor provocada por um fato. A partir das entrevistas é possível notar que essa dor vai além das lembranças ligadas às torturas sofridas. A dor também está ligada à impunidade- que protege os agentes da repressão- e ao presente que traz reminiscências desse passado ditatorial. Pollak adverte: “[...] a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”⁴³⁷. Ou seja, as reinterpretações de momentos difíceis são constantes.

Em 2017, pouco depois do impeachment de Dilma Rousseff, Áurea relatava com tristeza esse processo. Segundo ela: “Eles fizeram isso para tirar ela de lá, o objetivo deles é colocar um direitão, daqueles que tem ódio de nós”⁴³⁸. Pouco tempo depois, Bolsonaro assumia a presidência do país com discurso de ódio contra as minorias e propagando a violência.

Em nosso primeiro contato em meados de 2022, Leila se negou a ceder entrevista alegando que estava doente frente ao contexto político e social que estávamos vivendo. Ele se referia a reclusão social, derivada da Covid-19 e a correlação de forças e avanço do pensamento fascista em que a sociedade brasileira estava inserida. Todo esse processo a fez lembrar e reviver os tempos difíceis da ditadura civil-militar. “Eu sentir a solidão que eu sentia na clandestinidade. Eu estava presa novamente. Presa! Era a esperança indo embora e o sentimento de tudo ter sido em vão”⁴³⁹. Ela relata seu processo de adoecimento físico e psicológico em detrimento do contexto brasileiro:

Nessa época, então comecei a adoecer lá atrás. Aí, teve a pandemia, mas eu continuei trabalhando, continuei fazendo meu trabalho, que isso me completa, fazer o meu trabalho me completa. Então eu tinha clínica, tinha tudo. Quando veio a pandemia. E que Bolsonaro ganhou a eleição, aí eu adoeci. Aí eu pirei, e aí eu tive pânico. Eu tive crise de pânico, vinha pesadelos e pesadelos e pesadelos na minha cabeça na época da ditadura mais fechada, né? Então isso começou a voltar e eu sempre faço terapia, sempre faço terapia e nem a terapia não estava me adiantando. Estava mais acreditando em nada. Foi onde eu tive hipertensão. Eu fiquei hipertensa, fiquei com pânico e fiquei, diabética subiu a minha pressão ia 20. Adoecendo, presa dentro de casa, eu estava aqui PRESA. Né? Olha como que

⁴³⁶ RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

⁴³⁷ POLLAK, Op. Cit., 1989, p. 8

⁴³⁸ PIRES, Áurea Moretti. Depoimento concedido a Luana Torres. Ribeirão Preto, 16/09/2017.

⁴³⁹ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 25/01/2023.

é a nossa cabeça? Eu estava presa dentro de casa. Eu não estava presa, eu estava recolhida aqui. Para evitar uma pandemia, para evitar me contaminar, mas na minha cabeça, na minha cabeça eu estava presa, a minha coisa lá atrás eu estava presa, aí começou a me dar pânico. É, mas a tristeza eu falo, não está no coração, está na nossa alma. A nossa alma foi ferida, não é? Então, muito difícil⁴⁴⁰.

As falas de Bolsonaro homenageando Ustra e os posicionamentos favoráveis à ditadura na esfera pública por parte das autoridades máximas de seu governo já é suficientemente nociva, pois significa um desprezo e ataque aos valores democráticos. Entretanto, tal posicionamento ainda refletiu nas políticas de reparação, desenvolvidas até então, pelo governo federal, o que não deveria ocorrer na medida em que estas são regulamentadas por leis decorrentes das obrigações do Estado em relação à prática de graves violações dos direitos humanos, estabelecidas inclusive por organismos internacionais. Para Benetti et al., no que diz respeito aos órgãos criados como resposta aos legados da ditadura, o governo Bolsonaro tratou não apenas de "impedir o funcionamento dos órgãos constituídos, mas de usá-los para a difusão de uma contra narrativa, assentada no negacionismo sobre as violações do passado e na afirmação de um caráter positivo do passado autoritário"⁴⁴¹.

Leila relata o sentimento de sua luta e resistência ter sido em “vão”, frente a vitória de Bolsonaro nas eleições residenciais de 2018:

No começo, quando o Bolsonaro ganhou, quando foi impeachment da Dilma eu disse, será que nós fracassamos? Tanto assim! A sensação era de fracasso. Tanto que eu falava, desculpa, filha, desculpa, filhos, eu falhei, eu falhei, quer dizer. Falhei ***** nenhuma, mas depois só, o meu primeiro sentimento foi esse da Áurea também da minha comadre Olga, também da Dilma, minha comadre Dilma, que nós lutamos tudo junto. A nossa sensação falhamos. Desculpa, filho, essa primeira coisa que eu fui fazer, pedi desculpa, meus filhos, meus netos, porque não deu certo. Não é assim, não é assim, dona Leila, depois que...Mas o primeiro foi isso mesmo. Culpando, né? Ainda mais nós, mulheres, a gente se culpa por não for para não oferecer um mundo melhor para os nossos filhos. A gente esquece que nossos filhos também têm a mesma força que nós⁴⁴².

Depois que ficou doente- vítima de uma doença degenerativa- Áurea faleceu, no dia 15/12/2022. Tínhamos acabado de sair de um processo eleitoral, onde as forças antagônicas protagonizaram uma disputa acirrada, com uma investida grande de Bolsonaro, afirmando suas posições e ideias. Dando uma guinada às suas forças

⁴⁴⁰ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 25/01/2023.

⁴⁴¹ BENETTI, P.; CATEB, C.; FRANCO, P. OSMO, C. As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do Governo Bolsonaro: entre a negação e o desmonte. Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.11, 2020, p. 4

⁴⁴² BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 25/01/2023.

apoiadoras. Leila diz que o adoecimento relativamente rápido e a morte de Áurea, está também relacionada ao contexto social e político em que o país estava mergulhado.

Sobre a morte da Aurea, sobre o adoecimento repentino. Eu acho que tem a ver total, total, eu acho que sim. Eu acho que sim, sabe por que por mais que a gente resistiu, por mais que a gente se fortalece, por mais que a gente sabe que a gente está é foi um caminho que eu escolhi. E que nesse caminho que eu quero seguir, eu tenho certeza do que eu estou fazendo. Certeza do que é melhor para a humanidade, eu tenho certeza. Quando você tem uma ameaça dessa que foi o Bolsonaro, isso não é uma brincadeira. Eu não estou brincando de fazer política, sabe? Eu não estou brincando de... Olha, eu não consigo olhar para a cara desse cara, eu não consigo olhar. Então é um trauma muito que ficou lá atrás. É um trauma que nós adquirimos atrás e que vai acompanhar a gente pro resto da vida. Então, se eu não me cuidar, se eu não cuidar do meu psicológico, se eu não cuidar do meu emocional, se eu não cuidar da minha vida, do meu dia a dia, do meu fazer todo dia a minha luta, do dia a dia, eu vou adoecer com certeza também. Eu também vou morrer. Eu vou morrer antes e foi isso, a Áurea morreu, não aguentou tanto trauma e dor⁴⁴³.

Raquel Moretti, no meu contato com ela em 2021 disse que sua mãe estava sem esperança e com uma tristeza sem fim. Será que para Áurea também ficava esse sentimento de lutar em vão? Um sentimento de fracasso, de impotência? De ter sonhado com uma sociedade justa e igualitária, que de repente parece estar tão distante?

O passado autoritário brasileiro permanece na democracia. O modo limitado como foram tratadas as políticas do passado é um reflexo disso. Ao controlar o processo, os militares foram capazes de criar mecanismos para evitar as punições e manter certas prerrogativas durante o período civil, de modo a barrar um empreendimento de justiça de transição de fato, mantendo tais políticas no nível da reparação sem reformar profundamente as instituições ou responsabilizar os envolvidos em crimes durante a ditadura. Falar sobre estas memórias é impedir que este passado se torne uma realidade.

As ideias fazem parte da história da longa duração e, portanto, não são objetos passíveis de mudanças repentinas. Mesmo que a vitória de Lula represente a manutenção da democracia, o pensamento de que é preciso eliminar o “inimigo” do período ditatorial e tão difundido nos últimos anos, está no imaginário de parte considerável da sociedade brasileira. Leila aceitou ceder a entrevista para o desenvolvimento deste trabalho após a eleição de Lula. Segundo ela, o sentimento de tristeza deu lugar a esperança, o ódio deu lugar ao amor e reativou o sentimento de

⁴⁴³ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 25/01/2023.

heroísmo de ter lutado contra a ditadura, como veremos nas palavras de agradecimentos de seu neto.

Olha lá na posse do Lula, nós tudo junto. Meu neto me abraçava, ele me abraçava na hora que o Lula subiu na rampa e ele falava, obrigado, Vovó, obrigado, obrigado, você existiu. Obrigado Vovó. Nós dois choramos que nem duas crianças (...) e, você vê a mudança né, agora a gente tem esperança de novo. Nós chegamos uma época, uma fase que a gente perdeu a esperança. E quando você perde a esperança Luana, escreve aí, você perde sua alma. Não perca a esperança que você perde a alma e naquele momento a gente tinha a nossa alma escapando da gente. Agora voltou com tudo, cheio de amor⁴⁴⁴.

O estudo da justiça de transição entrelaça o presente e o passado, ao buscar compreender a influência dos legados autoritários e a permanência desses valores passados no presente. É o próprio passado que não passa⁴⁴⁵. Para os militantes (e seus familiares) que protagonizaram a resistência a esse período obscuro da nossa história, a dor da impunidade e as intermeáveis incertezas quanto ao futuro democrático, não permite um descanso tranquilo, um sentimento de dever cumprido, de tudo ter valido a pena. E a esperança entrelaçada com a incerteza. É para eles mais um episódio de uma vida em que o amor e a dor caminham juntos, em que os sonhos e a realidade se opunham e que a vida e a morte eram faces de uma mesma moeda.

⁴⁴⁴ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 25/01/2023.

⁴⁴⁵ ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001, p. 95.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a inserção e experiência das mulheres em organizações de luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira- especialmente nas Forças Armadas de Libertação Nacional- ressaltando os aspectos dessa militância. Para isso, utilizamos os depoimentos das ex-militantes Áurea Moretti e Leila Bosqueto, a fim de evidenciar a trajetória de vida destas mulheres que romperam com o seu papel social para se engajarem em um projeto coletivo, ressaltando os significados e consequências para suas vidas que tal escolha gerou. Tentamos reconstruir suas trajetórias militante através de quatro momentos centrais, que definimos como o engajamento político, a militância clandestina, a prisão e tortura e o retorno à vida legal, onde pudemos perceber a singularidade e aproximação de cada experiência.

Para isso, procuramos situar o contexto em que essas mulheres estavam inseridas, fazendo um resgate da luta de classes e correlação de forças dos anos 1960, bem como o resultado desse processo. A ditadura civil-militar, que impôs uma série de mudanças na sociedade brasileira, acelerou o desencadeamento da proposta de luta armada e mobilizou uma “geração” de homens e mulheres a lutar por uma sociedade justa e igualitária.

A cidade de Ribeirão Preto foi palco do desdobramento desse processo, ali onde o conservadorismo e violência tinham grande espaço e adeptos se tornou foco de resistência. As Forças Armadas de Libertação Nacional que surgiram em fins de 1966 foram uma resposta a intensa atuação do Terrorismo de Estado; seu protagonismo e insularidade nos ajuda a entender algumas questões que colocou, naquele momento, parte da sociedade ribeirão-pretana em posição de enfrentamento e resistência à ditadura civil-militar. Conhecer o contexto em que o desejo de libertação se expressa na luta armada é entender os anseios desses jovens, em especial, das mulheres em atuar na esfera política e nas organizações de esquerda revolucionárias.

A ousadia das mulheres em romperem com o seu papel social estabelecido pela sociedade patriarcal não foi um processo espontâneo e, muito menos, sem custos. As mulheres militantes adentraram nas organizações da esquerda armada por suas convicções políticas e, com isso, quebraram de uma só vez com duas hierarquias: a de gênero e poder. Retratar as diversas facetas de opressão e relação poder ao qual essas militantes foram submetidas- tanto pela esquerda e, principalmente, pelos agentes de repressão da ditadura civil-militar, sendo torturadas, violentadas e humilhadas - foram

elementos centrais do que se buscou evidenciar em suas vivências. É interessante observar que em suas reflexões no tempo presente- mesmo com toda dor vivida em suas situações-limites- elas não rejeitam a validade de suas decisões e objetivos iniciais, embora reconheçam erros nas estratégias de ação, ressaltando ingenuidade e falta de preparação. Entretanto, assumem que suas opções políticas estavam inseridas em um conjunto de ações inspirado por um projeto político coletivo.

A participação das mulheres na resistência à ditadura civil-militar nos desafia a tratar da relação de opressão de gênero e silenciamento em que o feminino esteve condicionado. Pode-se dizer que a iniciativa dessas e de muitas jovens militantes que se lançaram na ação política- inseridas num projeto coletivo que objetivava a derrubada da ditadura, e sobretudo a busca de alternativas que poderiam resolver os problemas sociais e políticos de nosso país- colocou a problemática do papel das mulheres em evidência.

A importância de conhecer a trajetória de vida e revelar o protagonismo destas mulheres está em ressaltarmos uma infinidade de memórias esquecidas, de mulheres silenciadas. Nesse sentido, faz-se cada vez mais necessário que ampliemos os estudos em torno do tema, ainda mais atualmente, quando vivemos o ódio ao gênero feminino, em que sofremos com os inúmeros casos de feminicídios, muitos deles executados com crueldade. Segundo pesquisa divulgada pelo Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, estimando-se que uma mulher é assassinada a cada duas horas em nosso país. A violência de gênero ainda é constante e assustadora mesmo após a redemocratização. E os estudos de gênero nos propiciam a olhar para a violência sexual com outro olhar e consciência.

A coleta e registro dos depoimentos dessas mulheres- vítimas de tantas modalidades de violência- é essencial para que conheçamos- enquanto sociedade- o que aconteceu nos porões da ditadura, para que possamos cobrar um posicionamento e a devida punição para estes delitos. Não punir os responsáveis pelos crimes de violência sexual é dizer que este tipo de violação é tolerado, o que contribui para a persistência dos variados tipos de violência contra as mulheres em nossa sociedade e, conseqüentemente o alto índice de casos de feminicídio como já vimos. É preciso lembrar também que mesmo com os avanços que tivemos é necessário “não frouxar as rédeas”, para evitarmos retrocessos.

As experiências das mulheres na resistência à ditadura não se separam de seus corpos, as cicatrizes e feridas que ainda sangram evidenciam isso. Os fatos revividos,

através das narrativas, ao serem lembrados, permitem conhecermos as ações da ditadura brasileira sobre os corpos socialmente significados como femininos, os quais foram despidos de suas subjetividades de gênero e submetidos a atos de violência física, sexual e moral. Nessa perspectiva, essas mulheres, nas suas atitudes de lembrar suas experiências, descortinam outras histórias, reconstroem identidades perdidas ou destruídas pelas violências do Estado repressor. Elas estabelecem uma esfera pública de direitos, justiça e reparação, em que suas memórias reconstroem significados que reivindicam a democracia e permitem ao historiador olhar o passado com os olhos de quem o viveu”. Leila, depois de muitos anos decidiu falar sobre suas vivências e isso fez sentir-se forte, viva e importante duplamente, antes e agora⁴⁴⁶.

Conversar com mulheres que sofreram a violência direta da ditadura civil-militar permitiu compreender de quantas lutas diferenciadas e ignoradas se fez a resistência contra a ditadura civil-militar; quantas táticas e resistências, foram criadas e recriadas; de quantas experiências subjetivas se fez a história deste país e como a memória se torna necessária para entender a ligação do passado com o presente. As entrevistas aconteceram de formas e períodos diferentes, mas o brilho nos olhos de Áurea e Leila ao relatarem suas lutas e convicções- era o mesmo. A sensação de nostalgia, a alegria em rememorar o cotidiano e formas de resistências, a emoção e choro ao lembrarem da tortura em seus corpos, nos corpos de suas companheiras (os). As entrevistas fizeram parte do diálogo coletivo, da necessidade de contar a história junto, a partir de tempos plurais, de papéis diferenciados e mundos complementares que convergiram para o território simbólico da negociação e da resistência, marca da identidade de uma grande comunidade de destino, como chamou Maurice Halbwachs⁴⁴⁷, contra o esfacelamento do tempo que condena as memórias de dor ao esquecimento.

Buscamos também fazer uma discussão dessa relação passado/presente em que a impunidade aos torturadores, a falta de justiça e a ausência de políticas voltadas para a preservação dessa memória, somado ao último período da política brasileira- onde houve um avanço das forças reacionárias- tem impactado a vida dessas mulheres, causando novos traumas e adoecimentos físicos e psicológicos.

Tolhidas no desejo de mudar o mundo, Leila e Áurea escolheram lutar contra a ditadura, assumiram e desenvolveram papéis importantes dentro do (s) grupo(s)

⁴⁴⁶ BOSQUETO, Leila. Depoimento concedido a Luana Torres via google Meet em 25/01/2023.

⁴⁴⁷ HALBWACHS, 1990.

clandestino, combateram no cotidiano de suas lutas o machismo da sociedade, dos próprios companheiros e do Estado ditatorial. Inventaram e reinventaram formas de resistência, de cumplicidade, sororidade e nessas relações, encontraram forças para manterem seus sonhos vivos, para se manterem vivas. Dedicaram suas vidas a militância política, deixando, muitas vezes, de lado suas individualidades em prol da causa coletiva e revolucionária. Essas mulheres, derrubaram barreiras, venceram preconceitos e buscaram a igualdade em suas relações e em sociedade. Certamente, a atuação destas militantes deixou marcas permanentes na história deste período. Marcas tão profundas quanto as que elas trazem consigo, em seus corpos e almas. Provas de quem um dia sonhou com uma sociedade livre e ousou lutar para concretizar este sonho.

Lembramos também de todas as mulheres que foram assassinadas vítimas das crueldades cometidas pelos agentes da repressão da ditadura civil-militar.

Fontes

- Coleção Brasil Nunca Mais. Processo 65. Encontra-se digitalizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

https://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=bib_01&pagfis=104361

Ficha da passagem de Leila Bosqueto no DOPS. <http://www.memoriasdaresistencia.org.br/site/index.php/fichas> Consultado dia 28/07/2023.

- Documentos digitalizados encontrados no Arquivo Nacional

Boletim Informativo da Comissão pela legalidade do PC do B

<file:///C:/Users/felip/Desktop/LUANA/doc%20mulher%20faln/leila.pdf>

Ministério do Exército. Gabinete do Ministro. Relatório Especial de Informações, nº 09/69. Documento encontrado no Arquivo Nacional.

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0932/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0932_d0001de0001.pdf

Divisão de Inteligência

do Departamento da Polícia Federal. Documento digitalizado, buscado no Arquivo Nacional no dia 24 de julho de 2023 às 16:12.

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_zd/br_dfanbsb_zd_0/br_dfanbsb_zd_0_0/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c_0001/br_dfanbsb_zd_0_0_0013c_0001_d0001.pdf

Jornais em anexo

- *A palavra Ribeirão Preto*
- *Folha de São Paulo*
- *O Estado de São Paulo*
- *Diário da Manhã*
- *Diário de Notícias*
- *O Globo*
- *O Berro.*

Entrevistas:

Depoente: Leila Bosqueto. Entrevista cedida a Luana Torres Vodzik. Data: 20 de janeiro de 2023. Online: via google meet. Duração 59:14 min

Depoente: Leila Bosqueto. Entrevista cedida a Luana Torres Vodzik. Data: 22 de julho de 2023. Online: via google meet. Duração 52:51 min

Depoente: Áurea Moretti Pires. Entrevista cedida a Luana Torres Vodzik. Data: 16 de setembro de 2017. Em Ribeirão Preto. 2hs e 10min de duração.

Depoente: Raquel Moretti Pires. Entrevista cedida a Luana Torres Vodzik. Data 16 de setembro de 2017. Em Ribeirão Preto. 2hs e 10min de duração.

Depoente: Laudelino Pires. Entrevista cedida a Luana Torres Vodzik. Data: 16 de setembro de 2017. Em Ribeirão Preto. 2h e 10 min de duração.

Depoente: Áurea Moretti Pires. Entrevista cedida à Comissão Nacional da Verdade em 25 de fevereiro de 2014.

Depoente: Áurea Moretti Pires. Entrevista cedida a Secretaria de Cultura de Ribeirão Preto em 2003. <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/mis/mis-memoria-oral> .

Referências Bibliográficas

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

AARÃO REIS, Daniel. **O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar**. In.: PINTO, Antônio Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2013, p 216-218.

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Memórias da luta: a participação feminina nas organizações armadas de esquerda no pós-64**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.1, 2008.

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM., orgs. **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2k2mb>

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. **Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar**. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. **Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964-1985**. EM PAUTA, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2021 - n. 47, v. 19, p. 50 – 65. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <file:///C:/Users/felip/Desktop/56080-197867-1-PB.pdf>

BACK, Lilian. **A vanguarda revolucionária tem dois sexos: Gênero e moral nas esquerdas armadas brasileiras e argentina. Os casos da ALN e do PRT-ERP**. Dossiê: Mulheres: esquerdas, política e trabalho. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/35/8>

BAGATIM, Alessandra. **Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional** - Campinas, SP: 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/felip/Downloads/Bagatim_Alessandra_M%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/felip/Downloads/Bagatim_Alessandra_M%20(2).pdf)

BARAHONA DE BRITO, Alexandra. **“Justiça transicional” em câmara lenta: o caso do Brasil**. In.: PINTO, Antônio Costa. MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). 2013.

BASTOS, Natalia de Souza. **Mulheres em armas**: memória da militância feminina contra o regime militar brasileiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/universidade-estadual-de-londrina/historia-do-brasil/bastos-n-de-s-mulheres-em-armas-memoria-da-militancia-feminina-contr-o-regime-militar-brasileiro-mon/7318956>

BENETTI, P.; CATEB, C.; FRANCO, P. OSMO, C. **As políticas de memória, verdade, justiça e reparação no primeiro ano do Governo Bolsonaro**: entre a negação e o desmonte. Mural Internacional, Rio de Janeiro, Vol.11, 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília**: CNV, 2014. 3 v. 976p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Editora Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1985.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1). Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf

Brasil: nunca mais. **Um relato para a história**. Pref. D. Paulo Evaristo Arns. 28ª. ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e a subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOTOSSO, Marcelo. **FALN**: A guerrilha em Ribeirão Preto. Editora Holos, 2006.

CARNEIRO JÚNIOR, Milton. **Sociedade e política em Ribeirão Preto**: estratégias de dominação (1960- 1964). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – Franca, 2002.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil**. VIII Congresso Luso-Afro brasileiro de Ciências Sociais- Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004.

COLLING, Ana Maria. **50 anos da Ditadura no Brasil**: questões feministas e de gênero. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.

CONTREIRAS, Janaína A. **“Você vai parir eletricidade**. Depois disso me estuprou ali mesmo. A violência sexual contra as mulheres como método repressivo do terrorismo de estado brasileiro. Ensinos, Direitos e Democracia. XIII Encontro de Estadual de História da ANPUH RS. UNISC – Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh>

rs.org.br/resources/anais/46/1472648906_ARQUIVO_VOCEVAIPARIRELETRICIDA.DE.DEPOISDISSOMEESTUPROU-OFFICIAL.pdf

CONTREIRAS, Janaína A. **Terrorismo de Estado e violência sexual na ditadura brasileira (1964-1985)**, (Monografia em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/felip/Desktop/000983930.pdf>

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Glaucio Ary Dillon & Castro, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ERGAS, Yasmine. **O sujeito mulher: o feminismo dos anos 1960-1980**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michèle. História das Mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1994. v. 5. p. 595-596.

FARIAS, Francisco Ramos de. **Memória, trauma social e elaboração**. Diálogos. Maringá, v.16, n.3, p.925-950, set-dez/2012.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FICO, Carlos. **Brasil: a transição inconclusa**. In.: ARAÚJO, Maria Paula. FICO, Carlos. GRIN, Mônica (orgs.) 2012.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos** / Sônia Maria de Freitas. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GASPAROTTO, Alessandra. **“O TERROR RENEGADO”**: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizada por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975). 2008. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_o_terror_renegado.pdf

GASPAROTTO, Alessandra. **Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil, caracterização e possibilidades de investigação**. Rio de Janeiro, 2014.

GERALDO, Sebastião. **Comunicação Oral: o resgate da memória proletária em Ribeirão Preto**. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes. USP, 1990.

GOLDENBERG, Mirian. **Mulheres & militância política de esquerda no Brasil: uma história não contada**. Revista Estudos Feministas. vol. 5, nº 2, 1997.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. Expressão Popular, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

ISUELA, Julia Bianchi Reis. **Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto) biografias**. 2011. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1478.pdf>

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madri: Siglo veintiuno de España, 2002.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n. 1, 1989.

JELIN, Elizabeth. **El género em las memorias**. In: JELIN, E. Los trabajos de la memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 99-115.

JOFFILY, Mariana. “Os Nunca Más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”. Anais do Fazendo Gênero 8 – corpo, violência e poder. Florianópolis, UFSC, 25 a 28 de agosto de 2008.

JOFFILY, Olívia R. **O corpo como campo de batalha**. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

JOFFILY, Olívia R. **A esperança equilibrista: resistência feminina a ditadura militar no Brasil (1964-1985)**, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3337/1/OliviaJoffily.pdf>

KREUZ, Débora Strieder. “Elas têm um outro jeito de ser, de resistir”: a narrativa de mulheres sobre o feminismo e a sua militância durante a ditadura civil-militar brasileira. Pelotas- RS, Ano 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/ri/2780?locale-attribute=en>

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MARINO, Divo. **Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimento sobre o golpe de 64**. Ribeirão Preto, Ed: Legis Summa Ltda., 1998.

MARINO, Divo. **O populismo radiofônico em Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Gráfica Santo Antônio, 1977.

MATOS, Maria Izilda S. **Por uma história da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MELONI, Catarina. **1968 – O tempo das escolhas**. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

MERLINO, Tatiana. **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. **Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional.** In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul.* Porto Alegre: CORAG, 2006.

PAULINO, Leopoldo. **Tempo de resistência.** 4ª edição, ed: Oswaldo Cruz Empreendimentos, 2001.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate:** o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História.* São Paulo, v. 24, nº1, 2005, p.77-98.

PEDRO, Joana Maria. In: PINSKY, Jaime (Org.). **O Brasil no contexto 1987- 2007.** São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil:** uma questão de gênero. *História Unisinos,* 2011.

Pedro, Joana Maria. **Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989).** In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** 2ª ed São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, C. R. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”.** *Estudos Históricos,* vol.5, n 10. 1992.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: UNESP, 1993.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. **As mulheres na política brasileira:** os anos de chumbo. *Tempo Social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo,* 2(2); 113-128, 2. 1990. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806/87515>

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violação dos direitos humanos das mulheres na ditadura.** *Estudos Feministas,* Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/fj3JtHZGBYcHgWMPPjZsHvs/?format=pdf&lang=pt>

RAGO, Margareth. **Descobrimo historicamente o gênero.** *Cadernos Pagu.* Campinas, 1998.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória:** a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 -1984). *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 108 - 132.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres**. In: BURKE, Peter. A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pg.63-95.

SCOTT, Joan W. Gênero: **uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

REZENDE, Claudinei Cássio. **Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução em etapas**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badam. **Militância feminina na luta armada brasileira (1968-1973)**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rip/v41n3/v41n3a11.pdf>

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Rúbia Carla Martins. **As vozes que não se calam: história e memória do movimento feminista em Goiânia**, 2010.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964 - 84)** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013.

ROSA. Susel Oliveira. **Mulheres, Ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson. **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

SANTOS, Maria Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SCHWARZSTEIN, Dora. **História Oral, memória e histórias traumáticas**. In: História Oral: Associação Brasileira de História Oral. São Paulo, nº04, p.73-83, junho de 2001.

SEGATTO, José Antônio. **Breve História do PCB**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

SILVEIRA. Frei Manoel. **A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira**. ABAP- Associação Brasileira de Anistiados Político- IPCCIC- Instituto de Identidades Culturais. 2014.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TORRES, Luana Gonçalves. **Luta Armada na ditadura brasileira: a experiência das mulheres nas Forças Armadas de Libertação Nacional em Ribeirão Preto**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História, Erechim, RS, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2043/1/TORRES.pdf>

WELCH, Cliff & GERALDO, Sebastião. **Lutas camponesas no interior paulista. Memórias de Irineu de Moraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. “**Feminismo e configurações de gênero a guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985**”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, n.54, dez 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6nTzhqFjZkMvtRV5d7ydHHr/?format=pdf&lang=pt>

WOLFF, Cristina Scheibe. **O gênero da esquerda em tempos de ditadura**. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

VODZIK, Luana Torres. **Áurea Moretti: uma lutadora incansável**. Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal da Fronteira Sul-Campus- Chapecó, 2022. Disponível em: <https://mail.google.com/mail/u/1/?ogbl#search/artigo+antonio/QgrcJHrnwfzLVLczksDmzrzMvNDVQllMPx1?projector=1&messagePartId=0.1>

FIGURA 1- Mapa de Ribeirão Preto de 1925

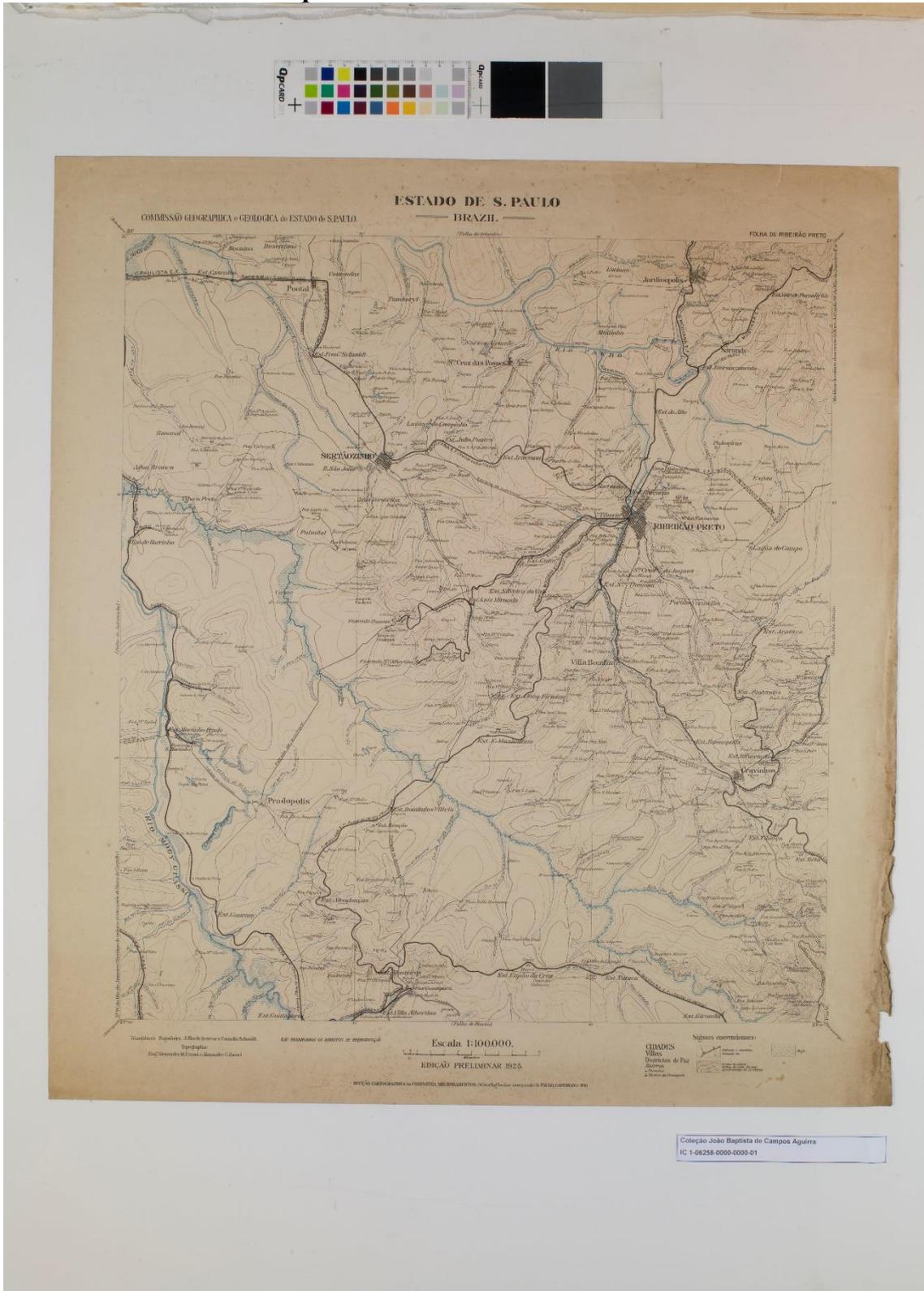




FIGURA 2- Mapa de Ribeirão Preto 2003

FIGURA 3- Na tabela a seguir é possível a estimativa populacional dos 34 Municípios da Região Metropolitana de Ribeirão Preto

Estimativa populacional da RMRP - Julho 2021 - Fonte: IBGE			
Cidades	População	Cidades	População
Altinópolis	16.221	Orlândia	44.682
Barrinha	33.537	Pitangueiras	40.430
Batatais	63.438	Pontal	51.717
Brodowski	25.605	Pradópolis	22.239
Cajuru	26.613	Ribeirão Preto	720.116
Cássia dos Coqueiros	2.488	Sales Oliveira	12.103
Cravinhos	35.858	Santa Cruz da Esperança	2.166
Dumont	10.174	Santa Rita do Passa Quatro	27.641
Guariba	40.857	Santa Rosa de Viterbo	26.960
Guatapará	7.760	Santo Antônio da Alegria	7.024
Jaboticabal	78.029	São Simão	15.446
Jardinópolis	45.544	Serra Azul	15.292
Luis Antônio	15.628	Serrana	46.166
Mococa	69.072	Sertãozinho	128.432
Monte Alto	51.039	Taiuva	5.562
Morro Agudo	33.598	Tambaú	23.255
Nuporanga	7.522	Taquaral	2.815
Total RMRP		1.755.029	

Ribeirão exhibe armas e material subversivo

A Operação Integrada de Ribeirão Preto reuniu-se na tarde de ontem com a imprensa daquela cidade no quartel do 3.º Batalhão de Policiamento, onde foi apresentado o material apreendido aos grupos desbaratados recentemente e que agiam na região. A única restrição feita aos elementos de imprensa foi a de não entrarem fumando na sala em virtude de pólvora e dinamite espalhadas pelo chão.

Interrogado sobre a pena de excomunhão com que foi atingido, o delegado Renato Ribeiro Soares disse que isso em nada alterará sua fé em Deus.

Desmentido

Quanto ao manifesto oficial da Arquidiocese de Ribeirão Preto, publicado pelo "Diário de Notícias" daquela cidade, as autoridades disseram que os presos não estão incomunicáveis. Citaram o caso de Aurea Moretti, uma das implicadas, que ao fazer aniversário no dia 12, recebeu numa sala improvisada do cartório policial seus familiares, havendo bolo e refrigerantes.

Com respeito à mãe Maurina, que está detida na cadeia de Cravinhos, disseram que seu irmão, cônego Vicente Borges, foi levado em carro da própria polícia para que conversasse com a irmã e, segundo as autorida-

des, permaneceu na cela o tempo que julgou suficiente.

Referindo-se ainda à mãe, as autoridades mostraram aos jornalistas alguns exemplares do jornal "O Berro" e panfletos, alguns chamuscados. Segundo as autoridades, a religiosa quis desfazer-se do material queimando-o.

Sequestro

As autoridades revelaram ainda que um plano para sequestrar um membro da família Marchesi foi idealizado pelos terroristas, que o levariam à fazenda Boa Vista, nas proximidades de Guataparã. Informaram ainda que nesse local encontraram armas e munições enterradas.

Segundo as autoridades, os sequestradores exigiriam a importância de 350 mil e o rapto estava assim planejado: 3 elementos usariam farda do Exército e um deles estaria vestido de freira, portando armas debaixo das vestimentas. Dessa maneira chegariam até à residência do escolhido e usando de subterfúgios convenceriam-no a acompanhá-los no carro que deveria seguir para a fazenda Boa Vista, onde, de acordo com as autoridades, estava instalado o "aparelho" de guerrilha rural.

As autoridades policiais revelaram ainda que a Operação Integrada já ouviu 166 pessoas, das quais 119 foram indiciadas.

Terroristas vêm para São Paulo

169

Serão transferidos para o Presídio Tiradentes, em São Paulo, à exceção de Aurea Moreti, que está foragida, os 30 elementos implicados em atividades terroristas na região de Ribeirão Preto e contra os quais a Justiça Militar decretou prisão preventiva.

Os autos do processo serão distribuídos ao procurador da Justiça Militar da 2.ª Auditoria de Guerra, Durval Airton de Moura Araujo, e se referem às atividades da "Frente Armada de Libertação Nacional", cuja ação implicou 126 elementos.

O grupo era chefiado por Wanderlei Caixe, tendo montado aproximadamente 20 "aparelhos" subversivos, sendo, o principal, o de Mário Lorenzato, onde estava depositada a maioria dos alimentos, remédios e objetos diversos.

A Justiça Militar esclarece que a madre Maurina, que dirigia o Lar Santana, em Ribeirão Preto, teve sua prisão preventiva decretada por favorecer a atividade dos subversivos, mas não pertencia ao bando terrorista. Em suas declarações ela esclareceu que ao assumir a direção do Lar Santana já encontrou ali o grupo ecumênico de jovens estudantes que realizava naquele recinto suas reuniões. Permitiu somente que os jovens ali continuassem pois desconhecia tratar-se de um grupo terrorista e quando descobriu as reais intenções deles mandou destruir todo o material ali estocado, temendo as consequências.

O "aparelho" do Lar Santana era considerado um dos mais importantes daquela organização terrorista e sobre sua localização só tinham conhecimento 3 elementos de destaque da cúpula subversi-

DEOPS 5/2 conclui 970 inquérito

Do serviço local e da sucursal

O DEOPS concluiu e encaminhou ontem à Justiça Militar inquerito contra os componentes de um grupo terrorista desmantelado em Ribeirão Preto, solicitando a prisão preventiva de todos os indiciados. Segundo o relatório, desde 1966 e 1967 elementos comunistas constituíram naquela região o referido grupo. Este se propunha a arregimentar novos adeptos e a obter de qualquer maneira, armas e munições para futura eclosão de um movimento socialista.

Joaquim Camara Ferreira (Toledo); Virgílio Gomes da Silva (Haroldo) e Francisco Gomes da Silva (Davi), elementos de projeção na ala Marighela, periodicamente se deslocava para Ribeirão Preto, a fim de confabular com os componentes da organização e fornecer-lhes as instruções do desaparecido chefe vermelho.

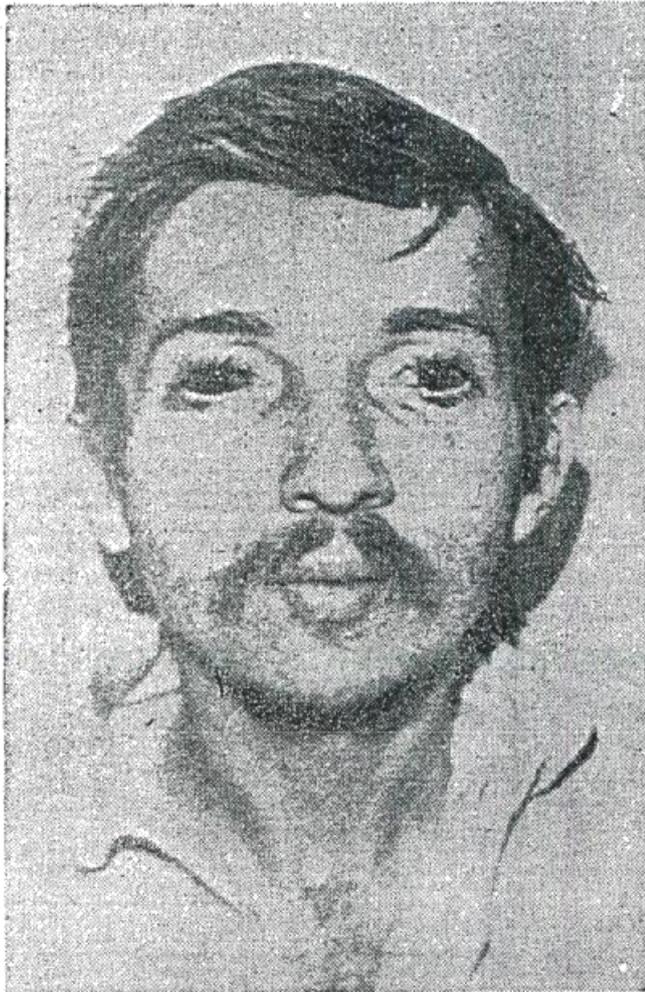
As primeiras incumbências a eles tributadas foram o furto de placas de veículos e o levantamento de toda a região, principalmente no que respeita a estabelecimentos comerciais e casas de crédito.

Posteriormente iniciaram a ação, com a colocação de bombas incendiárias, no dia 16 de outubro passado, nas Lojas Americanas de Ribeirão Preto, as quais não explodiram por defeito de fabricação.

As suspeitas recaíram sobre Claudinei Nacarato e outros, que foram detidos nesta Capital. Explicaram então que tinham a intenção de se deslocar para Aguas Virtuosas, onde se dedicariam ao treinamento com armas de fogo.

RESPONSÁVEIS

O DEOPS aponta como responsáveis pelo movimento as seguintes pessoas: Paulo Eduardo Pereira, Irineu de Moraes, Carlos Russo Junior, José Marieto, Nanci Marieto, José Antonio de Sou.



Vanderlei Caixe, dirigente da FALN e madre Maurina B. da Silveira, ligada aos terroristas

Religiosos foram libertados no Sul

Das Sucursais, do correspondente e do Serviço Local

Foram libertados ontem à tarde em Pôrto Alegre os padres Edgard Jost, da igreja de Santa Cecília; Manoel Valiente, da igreja de N. Sa. da Piedade; e Joannes Ludovicus Josephus Verdoncht, além do ex-seminarista jesuíta Camilo Garcia, detidos sob acusação de estarem envolvidos em atividades subversivas. À noite embarcou para São Paulo, sozinho, o delegado Fleury, que chegou a esta Capital às 21 e 30 horas.

Ontem, pela manhã, o cardeal Vicente Scherer esteve visitando os religiosos que se encontram detidos no DOPS, acompanhado pelo secretário da Segurança, Jaime Mariath. Na ocasião, o arcebispo solicitou às autoridades que fossem dadas melhores acomodações aos sacerdotes e seminaristas presos, tendo o secretário da Segurança prometido que iria

nal da CNBB, que tem como secretário-geral d. Ivo Lorscheider, deverá ser divulgado hoje. Segundo informação do prelado, o documento foi levado a Guaíba, onde se encontra d. Scherer, para ser submetido à sua aprovação.

O que diz d. Avelar

"Ainda não me considero apto a um pronunciamento em

dos acontecimentos", declarou ontem no Rio d. Avelar Brandão, secretário de Opinião Pública da CNBB e presidente do CELAM.

Disse ainda ter conhecimento do caso somente pelas informações dos jornais e acrescentou: "Não se pode, com perfeita exatidão, distinguir nessas notícias o que seja comunicado oficial das autoridades competentes das reportagens que tanto podem refletir a verdade dos fatos como equivocarse na visão e interpretação dos mesmos". A esse respeito, citou o caso da cozinha do convento das Perdizes, cujo suicídio foi atribuído, inicialmente, à culpa de um dos padres, e que posteriormente foi desmentido pelo próprio delegado, encarregado do inquerito policial.

E acentuou: "Não estive com os encarregados da segurança nacional para ouvi-los e conhecer os argumentos e documentos que realmente possuem.

Arcebispo excomunica delegados

Da Regional de
Ribeirão Preto

Em comunicado oficial publicado ontem pelo "Diário de Notícias", órgão oficial da Arquidiocese de Ribeirão Preto, Frei Felício Cesar da Cunha Vasconcelos, OFM, arcebispo de Ribeirão Preto, excomunica com base no Canon 2.343, parágrafo 4.º, do Código do Direito Canônico, os drs. Raul Ribeiro Soares, delegado regional de Polícia de Ribeirão Preto, e Miguel Lamano, delegado adido da mesma cidade.

A excomunhão foi lançada em virtude das operações policiais realizadas na área (ver notícia ao lado), as quais envolveram o irmão Maurina B. da Silveira, que se acha detida e outros religiosos chamados depor no inquerito. Além da assinatura do arcebispo, o documento traz as do arcebispo-coadjutor, do vicário episcopal e de mais de 40 sacerdotes.

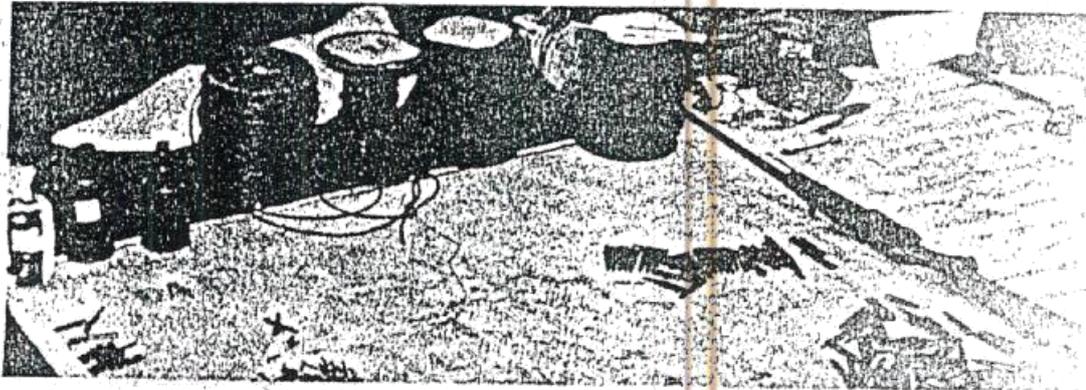
e planejava um levante armado

JOSE IVO VANNUCHI

Conhecido como «Lucas», José Ivo Vannuchi nasceu em Borocaba e conta 21 anos de idade. Era funcionário da Prefeitura de São Joaquim da Barra quando, em 1968, ingressou na FALN a convite do líder Vanderlei Calxe. Formou um núcleo terrorista em São Joaquim da Barra, adquirindo armas e munições. Participou do assalto à Pedreira da Prefeitura de Ribeirão Preto e comprou uma casa no bairro da SANBRA, em São Joaquim da Barra, destinada à guarda de armas e refugio, servindo também de quartel geral do núcleo, naquela cidade. Efetuou levantamentos em Orlandia e São Joaquim da Barra e determinou ao seu grupo um plano de ação contra o Tiro de Guerra local, para assalto e subtração de armas e munições. Participaria do furto de um automóvel destinado ao sequestro de um usineiro de Ribeirão Preto.

GUILHERME SIMÕES GOMES

Guilherme Simões Gomes é natural de Ribeirão Preto, com 56 anos de idade, casado e professor de Odontologia. Em 1962, pertenceu ao Grupo Nacional com a participação em reuniões da UGP — União Geral dos Trabalhadores, que versavam sobre problemas socio-políticos brasileiros, já conhecendo Vanderlei Calxe.



Material para fabricação de bombas apreendido.



Aurea Moretti



José Ivo Vannuchi



Luiz Gonzaga da Sil



Madre Maurina Borges da Silveira



Mario Buglioni



Guilherme Simões Gon

...a Polícia...
 [Anúncio a O GLOBO]. O q'
 Madre Maurina fez, qualque
 pessoas faria — acrescentou:
 A polícia esteve várias vez
 no Lar Santana, revistando
 tudo. Ela não sabia da pr
 cedência de material subve
 sivo naquele prédio e quan
 tomou conhecimento, trat
 de queimá-lo, como far
 qualquer um.

Indagado sobre como o ma
 terial foi parar no Lar San
 tana, disse: "Madre Mauri
 havia alugado um dos cômo
 dos do Lar Santana para a
 uns rapazes, conhecidos del
 e nunca suspeitou de que el
 guardassem aquele materi
 considerado pela polícia co
 subversivo, tais como "O Be
 ro", e livros de Che Gu
 vara, com ensinamentos
 guerrilhas."

Quanto ao leite e outr
 alimentos que teriam sid
 desviados do "Lar Santan
 disse Frei Anacleto:

"Madre Maurina deu au
 torização aos rapazes pa
 retirar o leite, e eles desap
 receram com a mercadoria



Flávio Peltroner



Geraldo do Nascimento



173

Djalma de Carvalho



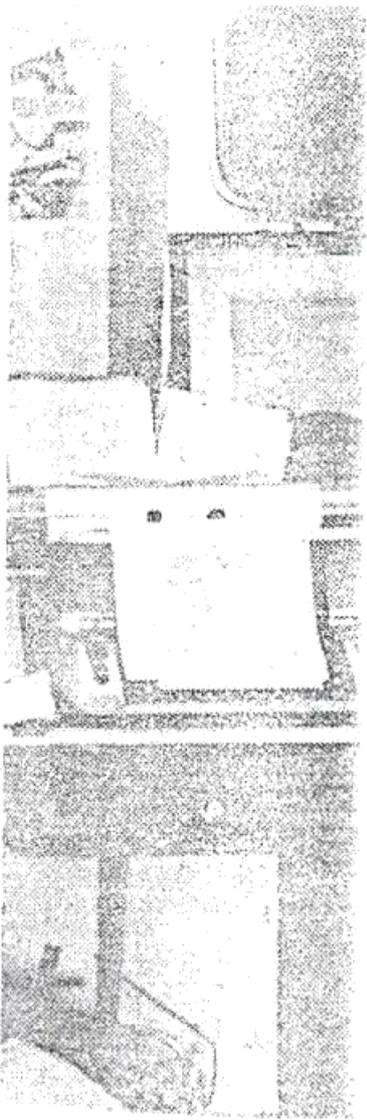
Aparecido dos Santos



Áurea Moreti



Artur Adolfo Parda



O globo
 15/Novembro/1969

FREIRA DAVA ALIMENTO

CRIANÇAS AOS GUERRILHEIROS

RIBEIRÃO PRÊTO (O GLOBO) — A polícia descobriu que a Madre Superiora do Lar de Santana, Irmã Maurina Borges da Silveira, desviava, para o grupo terrorista a que pertencia, gêneros alimentícios destinados às crianças e doados pela organização "Caritas" ou por pessoas da cidade. Um dos principais "aparelhos" subversivos funcionava no próprio Lar de Santana.

A Madre concedia também autorização para os grupos terroristas promoverem bailes no "Lar": os fundos oficialmente serviriam para manter as crianças desamparadas mas na realidade eram entregues aos terroristas para compra de armas e munições. Cêrca de seis toneladas de donativos foram desviadas para os terroristas. Irmã Maurina autorizou-ôs também a pedir donativos em nome das instituições de caridade do município.

linheiro que os terroristas conseguiram em assaltos as particulares em Ribeirão Prêto e donativos que foram da Madre Maurina destinados, também a compra de sapatos, grafos e outros objetos furtivos. Um outro motivo considerado de grande importância para incriminar a mãe foi o encontro de material subversivo conclamando a guerras de guerrilha. As mulheres estão envolvidas em subversão na região, envolvendo-se a jovem esposa Aurea Moreti, conhecida por "Maria". Esta tinha a incumbência de levar aos feridos do grupo necessitassem de seus socorros.

povo à guerrilha, contando como os guerrilheiros do Vietnã lutavam, sua moral elevada, o que era necessário para ser forte na luta contra o capitalismo, e finalmente pregava a guerra de libertação como a única maneira de se conseguir derrubar o Governo e obter reformas. Para confeccionar este jornalzinho, os padres e os seus simpatizantes contribuíam com certas importâncias em dinheiro, distribuindo-as gratuitamente ao povo.

Um dos planos mais audaciosos que os terroristas estudaram, e que tentaram pôr em prática por duas vezes sem resultados, foi o rapto do filho do industrial Marchesi, homem que é dono de várias indústrias de açúcar, bancos e

logia de Ribeirão Prêto, homem rico e benquisto na cidade, o estudante de Direito Vanderlei Caixe, José Ivo Vanucci, Mário Lorenzato e Vicente Alessa Filho, que mantinham depósitos clandestinos para guardar gêneros alimentícios.

Em Sertãozinho a Polícia descobriu que Ernesto Bandari, do grupo de Logística, estava terminando a montagem de uma oficina que se destinaria à feitura de canhões e outros objetos para garantir a vitória dos seus comparsas. Flávio Poltronieri era o elemento responsável pela manutenção dos aparelhos de comunicação e instalação de uma estação transmissora clandestina funcionando na frequência de 25 quilowatts. Faltava somente a colocação de uma válvula e de um cristal. A localização desse aparelho ainda não havia sido estudada pelos guerrilheiros, que poderia ser na Alta Mogiana ou numa cidade do Triângulo Mineiro, possivelmente Uberaba. Cinco elementos dos que foram detidos em Ribeirão Prêto e áreas adjacentes pertenciam ao grupo

"Amélia"; 19 — Deonirênes Paula Ribero, "Rui"; 20 — Guilherme Jimões Gomes, "Dr. João"; 21 — Mário Bradam, "João Capitão do Mato"; 22 — Madre Maurina Borges da Silveira; 23 — Aurea Moreti, "Maria"; 24 — Helene Martins, "Maur"; 25 — João Carlos Miranda, "Cláudio"; 26 — José Geraldito Teles; 27 — José Mendes de Sousa Júnior; 28 — Aristóteles Francisco Fagundes, "Feli"; 29 — Hélio Geraldo de Freitas; 30 — Nelson Agemor Toneto; 31 — Djalma Quirino de Carvalho; 32 — Ogechi Santos Mendes de Lima; 33 — Mauro Rêmosca; 34 — Magino Agostini Pinto; 35 — Mário Lorenzato; 36 — Sebastião Formaggio; — Flávio Peltroneti; 38 — Edson Bulamita, "Buchi"; — José Guido Fidélis de Oliveira; 40 — Orfeu Tibério Lio; 41 — João Nantes Estêvão "Joãozinho"; 42 — Magino donar; 43 — Luís Gonzaga Silva, "Rui"; 44 — Edson Rada Proscida; 45 — Agostinho, "Batista" ou "Ernesto"; 46 — Artur Adolfo Párea — Silvio Rizo Rangel; 48 — Vicente Alessi Filho, "Mag"; 49 — Antônio Inocencio Mes, "Mateus"; 50 — Geraldo Nascimento; 51 — Marcelino da Silva; 52 — José Ivo Vanucci; 53 — Vanderlei Caixe, "Pedro", da organização.

O rapto

Na polícia, os terroristas presos e que iriam tentar a terceira vez, raptar o filho do industrial Marchesi, homem que, numa festa de aniversário de uma das filhas industrial, foram gastos cerca de 300 mil cruzeiros como represália por esses atos excessivos, eles iriam tentar o rapto e usar o di-

toridades ainda não foram todos os levantamentos para descobrir todas as organizações subversivas na região, mas, como momento cêrca de cem já foram ouvidas e as, os policiais que no caso são de

CHUVAS SOBRE A CIDADE JÁ ESTÃO PREJUDICANDO OBRAS

As chuvas abundantes que têm caído sobre a cidade estão paralisando diversas obras públicas do município, o que ocasiona o retardamento de suas conclusões. Como exemplo pode-se citar os serviços da margem direita do Retiro, no trecho São Paulo à Visconde de Inhaúma, onde todas as obras de infra-estrutura já estão prontas, aguardando-se tão somente uma pausa das chuvas para que sejam asfaltadas aquelas três quadras.

Bandeiras para salas de aulas de Bonfim Paulista

O Lions Clube de Ribeirão Preto, dando continuidade à Campanha "Uma bandeira em cada sala de aulas", estará hoje, às 12 horas, distribuindo bandeiras nacionais a 16 salas de aulas no Ginásio de Bonfim Paulista.

MORREU JOSEPH KENNEDY AOS 81 ANOS DE IDADE

HYANNIS PORT, (DM) — O sr. Joseph Patrick Kennedy, faleceu ontem em Hyannis Port, em Massachusetts, aos 81 anos de idade, tendo à sua cabeceira o seu único filho homem, ainda vivo, o senador Edward Kennedy, e outros membros da família. O sr. Joseph Kennedy, que havia sido embaixador dos Estados Unidos na Grã Bretanha, encontrava-se enfermo, desde que fora acometido de derrame cerebral há 8 anos período em que foram assassinados seus dois filhos John e Robert.

NOGUEIRA (SITUACIONISTA) JOÃO GILBERTO (OPOSIÇÃO) FORAM VOTAR EM BRASÍLIA

O prefeito Duarte Nogueira segue hoje, via aérea, rumo à capital da República a fim de participar, amanhã, da convenção nacional da ARENA, como delegado da agremiação partidária de São Paulo.

O partido da oposição, o MDB, também manda à Brasília um dos seus representantes para participar da sua Convenção. Caberá ao dr. João Gilberto Sampaio, vice-presidente do diretório local, representar a agremiação emedebista na capital da República.

diário

Ribeirão Preto
quarta-feira
19/11/1969

5ª ANO EDIÇÃO
REGIONAL
INCIS-10-77

manhã

RIBEIRÃO PRETO JÁ TEM A SUA COMPANHIA DE TURISMO

A Câmara Municipal reunida na noite de ontem, aprovou em regime de urgência a mensagem do Executivo criando a Companhia Municipal de Turismo de Ribeirão Preto.

ESTABELECIDO PROGRAMA DE RECEPÇÃO A KLABIN SEGALL

Foi dada a aprovação para o programa de recepção a Klabin Segall, em visita de trabalho à cidade de Ribeirão Preto, no dia 19/11/69. O programa prevê a chegada do grupo às 10 horas, chegada ao hotel e jantar às 19 horas, chegada ao aeroporto às 20 horas e partida às 21 horas.

Eis a bela subversiva



...OS FILHOS PROPRIETÁRIOS

Endereço: Rua Major Quadros, 78. Tel.: 254-3111. End. Telegráfico: ESTADO. Início: 021-401/23/4

Santidade, 31 de novembro de 1967

O ESTADO DE S. PAULO

Previsão do tempo
Tempo instável, com chuva.
Temperatura estável.
Ventos do quadrante Este, fraco.



Vanderlei Calzavara, dirigente da FALN e mulher Mariana B. da Silveira, ligada aos terroristas

Religiosos foram libertados no Sul

Arcebispo excomungado delegados

Os religiosos foram libertados no Sul do Brasil, após a intervenção do Exército. O Arcebispo de Porto Alegre, Dom Carlos Carmo de Vasconcelos, foi excomungado por não se declarar contra os terroristas. O delegado de Porto Alegre, Dom Antônio de Almeida, também foi excomungado. O delegado de Curitiba, Dom Antônio de Almeida, não foi excomungado. O delegado de São Paulo, Dom Antônio de Almeida, não foi excomungado.

As autoridades policiais e militares, em operação conjunta realizada na região de Ribeirão Preto, conseguiram desbaratar, em três dias, 22 "aparelhos" montados por subversivos, efetuar a prisão de dezenas de terroristas e apreender grande quantidade de armas, munições e medicamentos que seriam utilizados no movimento denominado "Frente Armada de Libertação Nacional".

A sede do movimento era em Ribeirão Preto, com ramificações em União das Graças e São João do Rio Preto. Os aparelhos foram montados em Ribeirão Preto, com a participação de diversos profissionais liberais que, a pedido, colaboraram com o movimento, por meio da entrega de quantias em dinheiro, medicamentos, alimentos e outros materiais para a impressão de panfletos subversivos e dos jornais "O Berra", "Informação Extra" e "Voz do Berra".

Nesse ano, praticaram um atentado a mão armada contra a Prefeitura de Ribeirão Preto, em 1967, e já haviam planejado a sequência do planejamento de uma volta de apagar local, para a região de São João do Rio Preto, em dezembro, tendo que não chegar a ser executado.

Religiosos

Nas diversas diligências realizadas em território do Estado de São Paulo, foram apreendidos diversos aparelhos montados por subversivos, com a participação de religiosos. O delegado de Curitiba, Dom Antônio de Almeida, não foi excomungado. O delegado de São Paulo, Dom Antônio de Almeida, não foi excomungado.

Termina a ação de mais 22 "aparelhos"

Terminou a ação de mais 22 "aparelhos" montados por subversivos, em Ribeirão Preto, em 1967. Os aparelhos foram montados em Ribeirão Preto, com a participação de diversos profissionais liberais que, a pedido, colaboraram com o movimento, por meio da entrega de quantias em dinheiro, medicamentos, alimentos e outros materiais para a impressão de panfletos subversivos e dos jornais "O Berra", "Informação Extra" e "Voz do Berra".

Os aparelhos foram montados em Ribeirão Preto, com a participação de diversos profissionais liberais que, a pedido, colaboraram com o movimento, por meio da entrega de quantias em dinheiro, medicamentos, alimentos e outros materiais para a impressão de panfletos subversivos e dos jornais "O Berra", "Informação Extra" e "Voz do Berra".

Religiosos

Nas diversas diligências realizadas em território do Estado de São Paulo, foram apreendidos diversos aparelhos montados por subversivos, com a participação de religiosos. O delegado de Curitiba, Dom Antônio de Almeida, não foi excomungado. O delegado de São Paulo, Dom Antônio de Almeida, não foi excomungado.

O "curriculum" dos agentes terroristas

Os agentes terroristas possuem um "curriculum" que varia de acordo com o nível de atuação. Alguns são apenas "aparelhos" montados por subversivos, enquanto outros são líderes de "aparelhos" e possuem um "curriculum" mais elaborado. O "curriculum" dos agentes terroristas inclui informações sobre sua formação, treinamento e atividades. Alguns agentes terroristas possuem um "curriculum" que inclui informações sobre sua formação, treinamento e atividades. Alguns agentes terroristas possuem um "curriculum" que inclui informações sobre sua formação, treinamento e atividades.

© BERRRO

ANO III-1968 EDIÇÃO EXTRA "O BERRO É A ARMA DO POVO" VIETNÃ POVO ARMADO SE DEFENDE



Delegacia
S.O.
Ribeirão P.

LENGUAGEM
S/3
MAY 1968

O BERRO

O BERRO É A ARMA DO POVO

EDIÇÃO
EXTRA
1968





EDIÇÃO EXTRA

ANO III - 1968

O BERRRO

"O BERRO É A ARMA DO POVO"



FOTO 1- Áurea Moretti





FOTO 2- Leila Bosqueto